

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANA CAROLINA ZIMMERMANN

O 31 DE MARÇO E A INVENÇÃO DA “REVOLUÇÃO”:
Comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964
durante a ditadura militar brasileira

Belo Horizonte

2023

ANA CAROLINA ZIMMERMANN

O 31 DE MARÇO E A INVENÇÃO DA “REVOLUÇÃO”:

Comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964
durante a ditadura militar brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte

2023

981.063	Zimmermann, Ana Carolina
Z72t	O 31 de março e a invenção da "Revolução" [manuscrito] :
2023	comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira / Ana Carolina Zimmermann. - 2023.
	252 f. : il.
	Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. História – Teses. 2. Ditadura e ditadores – Teses. 3. Ditadura – Brasil – História – 1964-1985 – Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O 31 de março e a invenção da Revolução: Comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira"

Ana Carolina Zimmermann

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Profa. Dra. Janaína Martins Cordeiro
UFF

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Chefe de departamento**, em 20/12/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Martins Cordeiro, Usuário Externo**, em 20/12/2023, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 21/12/2023, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2874585** e o código CRC **2FE74DE9**.

*Aos meus pais, Antônio e Elenir
Pelo apoio e carinho incondicionais
Obrigada sempre.*

AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado em História na UFMG foi um sonho muito almejado e planejado desde a época da graduação. Para percorrer essa trajetória, que se iniciou no processo seletivo para o ingresso no programa de pós-graduação e culminou nessa etapa tão importante, de defesa da dissertação, pude contar com o auxílio de diversas pessoas e instituições. As mudanças que ocorreram nesse período, sejam físicas, intelectuais ou territoriais (o que incluiu mudar de endereço para Minas Gerais), foram muito importantes para meu aprendizado acadêmico e pessoal. Como historiadora que estuda a memória e compreende que o exercício de rememoração comporta esquecimentos, já peço desculpas de antemão a quem não for mencionado nominalmente, mas deixo os meus mais sinceros agradecimentos.

Primeiramente agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e seus funcionários, pela infraestrutura acadêmica e institucional. Agradeço aos professores e professoras Adriane Vidal Costa, Ely Bergo de Carvalho, Igor Tadeu Camilo Rocha e Mariana de Moraes Silveira pelas disciplinas ministradas e por sua contribuição em minha trajetória no mestrado. Agradeço especialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos concedida, e que me oportunizou manter dedicação integral à pesquisa.

Agradeço de maneira muito especial ao meu orientador, professor Rodrigo Patto Sá Motta, pelas inestimáveis contribuições à essa pesquisa e minha formação na pós-graduação. Agradeço não somente pela orientação, mas também pela disciplina cursada no PPGH e pela oportunidade de realizar o estágio docente de forma supervisionada. Professor Rodrigo, muito obrigada por seu comprometimento e seriedade, pela leitura atenta do trabalho e pelas considerações imprescindíveis para alcançar os resultados que esperávamos. Agradeço por sua orientação primorosa, cuidadosa e paciente, por sempre transmitir a confiança e segurança necessárias para que eu soubesse que estava no caminho certo.

Agradeço as membras da banca, professoras Janaína Martins Cordeiro e Miriam Hermeto de Sá Motta, que também integraram o exame de qualificação. Muito obrigada pelas indicações e debates que realizamos na ocasião da qualificação, que permitiram identificar novos caminhos e pontos de aperfeiçoamento para a continuidade da pesquisa. Agradeço ainda, por sua gentil disponibilidade em aceitar participar da avaliação final desse trabalho.

Aos amigos e companheiros de longa data, agradeço a minha orientadora da época de graduação, a professora Cristina Ferreira, do curso de História da Universidade Regional de Blumenau, pela parceria de tantos anos e pela oportunidade de integrar o Centro de Memória

Oral e Pesquisa (CEMOPE). Agradeço aos amigos de Santa Catarina, minhas queridas Bruna Feltrin Bagatolli e Juliana Van Well Dias, pela amizade de longuíssima data, que se iniciou ainda no ensino fundamental em Ibirama, minha cidade natal. Agradeço aos membros do “Chernogrupo”, Alisson Sonaglio, Daiane Mendes, Eller Muller, Gabriela Botamedi, Jean Bruner, Júlia Campos e Thalia Loterio. Agradeço também a Aline Girardi, Emily Lanzarin, Gabriel Dalmolin, Gustavo Sartin, Luan Sehn e Michel Honório da Silva.

Aos amigos que fiz em Minas Gerais, agradeço a Gabriela Sarmento, Núbia Oliveira, Paula Pacheco, Roberta Ornelas, Yago Campelo e Ygor Souza, pelo acolhimento, apoio e amizade. Agradeço a Ícaro Bozzi, por sua presença constante e cumplicidade nos últimos meses, por nossas conversas sempre alentadoras sobre a vida acadêmica. Também devo um agradecimento especial a Yassen Ubl, pela amizade que começou com o fato de sermos *outsiders* no mestrado, e hoje ocupa um espaço tão importante. A título de curiosidade e, em certa medida preocupação, ao escrever esses agradecimentos percebi que quase todas e todos os meus amigos e amigas são historiadores.

Agradeço minhas irmãs Juliana, Catiane e Graciela Zimmermann, por me apoiar mesmo não compreendendo totalmente meus motivos, mas sempre valorizando minha dedicação. Em especial, agradeço meus pais, Antonio e Elenir Zimmermann, pessoas fundamentais na minha vida. Agradeço por todo o incentivo e apoio constante para que eu pudesse dar continuidade aos meus estudos, por nunca medir esforços para me ajudar, financeiramente e emocionalmente, pelo infinito amor e carinho, pelo inestimável apoio. Sem vocês nada disso teria sido possível. Agradeço também a minha família “agregada”, em nome de Adamastor Turnes e Ornella Pezzini, pessoas com que convivo a mais de sete anos e que sempre se fizeram presentes na minha vida e do Martin, pelo apoio e ajuda contínua.

Por fim, agradeço a Martin Pezzini Bachmann, meu amor, meu melhor amigo, meu companheiro em todas as dimensões possíveis. Não há palavras que expressem o sentimento de amor e gratidão por você, pela partilha integral de todos os desafios e conquistas, por se fazer presente sempre. Muito obrigada pelo apoio incomensurável e por não ter cansado de me ouvir falar sobre a pesquisa de forma incansável pelos últimos dois anos, por ser meu leitor privilegiado, aceitando meus erros e ausências com tanta paciência e afeto. Você, Amora, Mini, Bididi, Feijão, Pequeninha, Sujeirinha e Big preenchem minha vida de sentido.

*“Oh senhor cidadão,
Eu quero saber, eu quero saber
Com quantos quilos de medo,
Com quantos quilos de medo
Se faz uma tradição?”*

[Tom Zé, “Senhor Cidadão”, 1972]

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar os discursos e práticas engendradas nos aniversários do golpe civil-militar de 1964, durante a ditadura militar brasileira, entre os anos de 1965 e 1984. A análise está atrelada às discussões teóricas da História Cultural do Político, mobilizando os conceitos de culturas políticas e imaginário, para refletir sobre os investimentos do regime autoritário e seus apoiadores em transformar o 31 de março em uma data comemorativa de relevância, com vistas a legitimação daquele governo, assim como as diferentes respostas e resultados que esse processo gerou. O estudo de festas cívicas e liturgias políticas permite questionar os esforços ditatoriais em construir uma imagem positiva do regime frente à sociedade civil, na mesma medida em que possibilita perceber contradições e conflitos existentes, tendo em vista que todo ritual está sujeito a diferentes significações para além daquelas conferidas por seu produtor. As principais fontes históricas utilizadas foram notícias veiculadas pelos jornais da grande imprensa (*Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*), publicações literárias e didáticas, textos de caráter histórico, materiais fotográficos e audiovisuais, discursos de autoridades políticas, arquivos do sistema de vigilância política e documentação legislativa. Ao longo do trabalho busquei demonstrar as formas pelas quais a ditadura se apropriou dos aniversários do golpe de 1964, no sentido de forjar um imaginário político atrelado à chamada “Revolução Democrática”. Esse imaginário incorporou elementos vinculados à uma cultura política nacionalista-autoritária, manifestando-se por intermédio de simbolismos (como no caso das festas cívicas) e elementos discursivos, com ênfase para a invenção do “ideal revolucionário” e do processo de enquadramento da história, com vistas a cristalizar uma versão do passado golpista alinhada aos intentos de legitimação da ditadura. Todavia, a produção de memórias sociais e coletivas sobre o evento foi extremamente ambígua e em constante disputa, sendo relevantes as formas de manifestação de oposição e resistência que ecoaram no ambiente festivo. Por essa razão, as comemorações do 31 de março permaneceram sujeitas a certas inconstâncias e instabilidades, variando muito em razão do contexto histórico vivenciado e refletindo os jogos de acomodação existentes na ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Aniversários do golpe de 1964; Ditadura Militar; Comemorações.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to investigate the discourses and practices engendered in the anniversaries of the civil-military coup of 1964, during the Brazilian military dictatorship, between the years of 1965 e 1984. The analysis is linked in the theoretical discussions of the Cultural History of Politics, mobilizing the concepts of political cultures and imaginary, to reflect about the investments of the authoritarian regime and its supporters in transforming the 31st of March in a relevant commemorative date, with the aim of legitimizing that government, as well the different responses and results that this process generated. The study of civic festivities and political liturgies makes it possible to question the dictatorial efforts in building a positive image of the regime in civil society, as well as to perceive the existing contradictions and conflicts, given that every ritual is subject to different significations beyond those conferred by its producer. The main historical sources used were news published by major press newspapers (*Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*), literary and didactic publications, historical texts, photographic and audiovisual materials, speeches of political authorities, archives from the political surveillance system and legislative documents. Throughout the work, I sought to demonstrate the ways in which the dictatorship appropriated the anniversaries of the 1964 coup, aiming to forge a political imaginary tied to the so-called "Democratic Revolution". This imaginary has incorporated elements linked to a nationalist-authoritarian political culture, manifesting itself through symbolism (as in the case of civic celebrations) and discursive elements, emphasizing the invention of the "revolutionary ideal" and the framing of history in order to crystallize a version of the coup-laden past aligned with the aims of legitimizing the dictatorship. However, the production of social and collective memories about the event was extremely ambiguous and in constant dispute, with the forms of opposition and resistance that echoed in the festive environment being relevant. For this reason, the celebrations of March 31st remained subject to certain inconsistencies and instabilities, varying greatly due to the historical context experienced and reflecting the existing accommodations within the Brazilian military dictatorship.

Keywords: Anniversaries of the 1964 coup; Military dictatorship; Celebrations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Caricatura sobre a vitória da “revolução”	41
Figura 2. Caricatura sobre o 1º aniversário do golpe	54
Figura 3. Desfile militar em Belo Horizonte	59
Figura 4. Caricatura sobre 2º aniversário do golpe e bipartidarismo	91
Figura 5. Convite para inauguração da Praça 31 de Março em Brasília	98
Figura 6. Pesquisa Folha de opinião	143
Figura 7. Caricatura sobre o 20º aniversário do golpe e campanha Diretas Já	146
Figura 8. Senhoras da CAMDE nos preparativos para a missa em ação de graças ao 1º aniversário do golpe.....	153
Figura 9. Missa em homenagem às vítimas da “subversão” no 18º aniversário do golpe	156
Figura 10. Inauguração do Colégio 31 de Março em Utinga (SP)	162
Figura 11. Propaganda comemorativa do Grupo Real ao 10º aniversário do golpe	165
Figura 12. Comemorações do 14º aniversário do golpe no Monumento ao Marechal Castello Branco.....	171
Figura 13. Selo comemorativo ao 1º aniversário do golpe (1965)	173
Figura 14. Selo comemorativo ao 8º aniversário do golpe (1972)	174
Figura 15. Selo comemorativo ao 10º aniversário do golpe (1974)	175
Figura 16. Dragões da Independência portando bandeiras históricas brasileiras no 5º aniversário do golpe em Brasília	177
Figura 17. Desfile militar alusivo ao 1º aniversário do golpe em Belo Horizonte	180
Figura 18. Desfile de estudantes sob revoada de pombos em comemoração ao 6º aniversário do golpe em São Paulo	184
Figura 19. Propaganda com rostos de crianças nascidas após 1964.....	187
Figura 20. Estudantes protestam no 2º aniversário do golpe na Guanabara	205
Figura 21. Cartazes de protestos estudantis no 2º aniversário do golpe na Guanabara	206
Figura 22. Panfleto crítico atirado do alto de prédios em Belo Horizonte	207
Figura 23. Manifestação estudantil em São Paulo (1977).....	211
Figura 24. Soldados da Polícia Militar da Guanabara aguardam as comemorações do 2º aniversário do golpe.....	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República

AI-1 – Ato Institucional nº 1

AI-2 – Ato Institucional nº 2

AI-5 – Ato Institucional nº 5

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arena – Aliança Renovadora Nacional

BCC – Batalhão de Carros de Combate

BNH – Banco Nacional de Habitação

CACO – Centro Acadêmico “Cândido de Oliveira”

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia

CEMDP – Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos

CFC – Conselho Federal de Cultura

CMSP – Círculo Militar de São Paulo

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONCLAP – Conselho Superior das Classes Produtoras

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista

DCT – Departamento de Tecnologia do Exército

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EMC – Educação Moral e Cívica

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FUCMT – Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

II PND – II Plano de Desenvolvimento Nacional

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM's – Inquéritos Policiais Militares

LDN – Liga de Defesa Nacional

LHTP-UFMG – Laboratório de História do Tempo Presente da Universidade Federal de Minas Gerais

LIMDE – Liga da Mulher pela Democracia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MME – Ministério das Minas e Energia

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NARA – National Archives

OBAN – Operação Bandeirantes

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

QG – Quartel General

SECOM – Secretaria de Comunicação Social

SESC – Serviço Social do Comércio

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SNI – Sistema Nacional de Informações

Ternuma – Terrorismo Nunca Mais

UCF – União Cívica Feminina

UDN – União Democrática Nacional

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UMES/VR – União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Volta Redonda

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Construindo um objeto: os aniversários do golpe civil-militar de 1964	16
CAPÍTULO 1 - O golpe torna-se a “Revolução Democrática de 1964”: ideais e narrativas	38
1.1 – A fabricação do “ideal revolucionário” e os festejos do Primeiro Aniversário (1965)	45
1.2 – O 31 de março de 1964 nos calendários comemorativos	61
1.3 – As narrativas golpistas sobre 1964	68
CAPÍTULO 2 - As comemorações do 31 de março e seu impacto público	85
2.1 – 1966-1971: grandes oscilações comemorativas e algumas festividades memoráveis	86
2.2 – Festejos modestos e novas práticas rememorativas (1972-1978)	107
2.3 – O fim das comemorações públicas (1979-1984)	130
CAPÍTULO 3 - Rituais políticos, simbologias comemorativas e nacionalismo autoritário	150
3.1 – Os rituais perenes: missas e inaugurações de obras públicas	151
3.2 – A monumentalização da “Revolução”: heróis, desfiles e artefatos visuais	166
3.3 – A participação estudantil nos festejos e o “dilema” da juventude	182
CAPÍTULO 4 - O 31 de março entre ações violentas, resistências e acomodações	194
4.1 – Vozes dissonantes: manifestações de oposição às comemorações do golpe	194
4.2 – A ditadura mostra sua face: ações autoritárias no contexto dos festejos	213
4.3 – A imprensa e a ditadura: entre acomodações e ambiguidades	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS	244

INTRODUÇÃO

Construindo um objeto: os aniversários do golpe civil-militar de 1964

Ritos comemorativos têm sido continuamente utilizados ao longo da história como instrumentos de ação política. A sociabilidade festiva congrega em si elementos capazes de criar e reforçar laços de identidade, assim como oferece uma releitura específica do passado, pautada em processos de seleção de memórias e promoção de esquecimentos. Não por acaso, nos regimes políticos de caráter autoritário, as festas cívicas e cerimônias públicas são amplamente utilizadas para a construção de espaços de legitimação.¹ Afinal, a formulação de iniciativas capazes de assegurar determinado grau de apoio social são fundamentais para garantir a permanência no poder, não se limitando, exclusivamente, ao uso de dispositivos coercitivos.²

É significativo que após a deflagração do golpe civil-militar de 1964 e a instauração da ditadura militar brasileira³, os governos autoritários tenham investido não apenas em um complexo e bem estruturado aparato repressivo, mas também em mecanismos de aproximação com a população. Nesse sentido, chamam atenção as formas pelas quais a ditadura se apropriou de festas cívicas nacionais já consolidadas no imaginário social, mas também, como utilizou simbolicamente o 31 de março, data atribuída ao golpe de Estado perpetrado em 1964.

Nesse período, os líderes da ditadura passaram a chamá-lo de “Revolução Democrática de 1964”, espécie de marco-temporal associado à suposta implementação de um “novo” regime político nacional. A partir do interesse em compreender os processos de comemoração e rememoração desse acontecimento, o objeto principal de estudo dessa dissertação são os

¹ O conceito de legitimidade é compreendido a partir de sua função em garantir determinado grau de aceitação e coerência interna aos regimes políticos que, por sua vez, determinam ou não a continuidade de seus projetos, o que não implica uma adesão unânime ou espécie de “consenso” social. A noção de legitimidade pode ser definida enquanto reconhecimento da ordem estabelecida, “não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam, mas dos princípios em virtude dos quais eles governam”. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 88.

² ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação: memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 14.

³ Predomina na historiografia uma discussão em torno da nomenclatura mais apropriada para referir-se ao regime político instaurado após o golpe de 1964, transitando entre os conceitos de “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, ou “ditadura empresarial-militar”. Longe de desconsiderar a importância da participação civil na deflagração do golpe e manutenção do regime autoritário, a abordagem dessa pesquisa privilegia adotar a noção de ditadura militar, ao compreender que nesse período existia uma proeminência dos militares no que se refere à ocupação de cargos políticos e posições estratégicas de comando. Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 148-149.

aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira, entre os anos de 1965 e 1984.⁴

Para evidenciar a pertinência dessa abordagem, cabe inicialmente demarcar o lugar ocupado por esse assunto em nossa contemporaneidade, considerando que as problemáticas historiográficas se encontram intimamente ligadas às inquietações do presente vivido, e que o ofício do historiador perpassa pela reafirmação do compromisso com a educação histórica dos cidadãos.⁵

A construção da memória social sobre a ditadura militar brasileira tem sido alvo de disputas recorrentes desde o próprio transcurso do regime autoritário, somada aos impactos de uma transição política significativamente lenta e de caráter conciliador. No processo de redemocratização, predominou uma versão do passado articulada à uma memória liberal do regime, que colocava as Forças Armadas e a população civil em polos opostos, fortalecendo a ideia de que a sociedade apenas “suportara” o regime ditatorial.⁶ Como consequência desses fenômenos, o tema da ditadura militar não foi encarado de forma contundente pela sociedade brasileira, fator que contribuiu para a proliferação e circulação de narrativas revisionistas/negacionistas e saudosistas do regime autoritário.

Particularmente nos últimos anos, temos acompanhado certo destaque e crescimento da produção de escritos e declarações públicas que buscam promover uma visão idealizada dos fatos relacionados à ditadura. Em geral, esses discursos se apresentam enquanto narrativas “alternativas” ao conhecimento historiográfico, imbuídos de uma suposta missão em esclarecer uma “verdade” que teria sido ocultada até então pelos estudiosos do tema, esses considerados enviesados politicamente. O atual contexto de radicalização política e de relativismo frente ao conhecimento e à noção de verdade histórica coloca em xeque a função social dos historiadores, na medida em que novas formas de socialização da cultura midiática favoreceram o

⁴ O meu primeiro contato com a temática ocorreu na graduação, originando monografia sobre as comemorações do golpe de 1964 durante o biênio inicial do governo ditatorial de Médici, entre os anos de 1970 e 1971. A pesquisa buscou analisar de forma articulada o processo de implementação da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) e os festejos alusivos ao 31 de março, com especial atenção para os discursos de caráter político e pedagógico, estes últimos direcionados à juventude. Cf.: ZIMMERMANN, Ana Carolina. *O golpe vira uma festa: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971)*. 2020. 94 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

⁵ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 272.

⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 8.

imediatismo das informações e a distorção da realidade, abalando a crença no sistema democrático e insuflando o autoritarismo.⁷

Acredito que um dos casos mais representativos desse cenário partiu de declarações do próprio poder político institucional, particularmente as Ordens do Dia alusivas ao 31 de março de 1964 e baixadas pelo Ministério da Defesa entre os anos de 2019 e 2022, sob vigência do governo presidencial de Jair Messias Bolsonaro. Esses documentos, repletos de referências às argumentações negacionistas sobre a ditadura, buscaram assinalar que o golpe de 1964 constituía “um marco para a democracia brasileira”.⁸

É sintomático também, o fato de que essa data jamais deixou de ser comemorada por setores vinculados às Forças Armadas, nem mesmo no contexto imediato à abertura política. O antropólogo Celso Castro demonstrou que as solenidades em homenagem à chamada “Revolução” de 1964 permaneceram como prática inerente a determinados círculos de sociabilidade, formados majoritariamente por militares “antigos” e oficiais da reserva, tal como o Clube Militar do Rio de Janeiro.⁹ O autor também historicizou de forma breve as comemorações do 31 de março em alguns anos-chave da ditadura militar, apontando seu declínio no final dos anos 1980, e uma espécie de “esgotamento” das solenidades a partir de 1995, com o fim das Ordens do Dia baixadas pelos ministros militares.¹⁰

Em contrapartida, Mariana Joffily destacou que a ausência de manifestações institucionais a respeito da data não foi representativa do encerramento dessa questão nos meios civil e militar. Na conjuntura dos 40 anos do golpe, em 2004, diversos grupos de “pressão” formados por membros da corporação castrense em atividade desde os anos 1990, ocuparam o espaço público para exaltar a “Revolução” e denunciar o suposto “revanchismo” da esquerda.¹¹ De forma semelhante, na década de 2010, setores vinculados às Forças Armadas mostraram-se

⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: AZEVEDO, Cecília *et al* (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 55.

⁸ MINISTÉRIO DA DEFESA. *Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*. Brasília, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NzqTXq>. Acesso em: 18 jan. 2022.

⁹ Essa permanência também pode ser observada na organização anual de almoço festivo ao 31 de março por essa mesma instituição que, nos últimos anos, foi cancelado em virtude do contexto de restrições sanitárias da pandemia de COVID-19. Cf.: JARDIM, Lauro. Há males que vêm para o bem: Clube Militar cancela almoço comemorativo do golpe de 64. In: *O Globo*. 26 mar. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ha-males-que-vem-para-o-bem-clube-militar-cancela-almoco-comemorativo-do-golpe-de-64.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹⁰ CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. Ver, especificamente, o capítulo 7: “Comemorando a ‘Revolução’ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. Segundo o autor, no ano de 2004, “passados 40 anos do golpe, quase ninguém se identificava publicamente com a ditadura, mesmo aqueles que, anos antes, a apoiaram ou dela se beneficiaram” (p. 171).

¹¹ JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 204-251, jan./mar. 2018. p. 223. A esse respeito, cabe mencionar o Grupo Inconfidência e o Terrorismo Nunca Mais (Ternuma).

bastante reativos à atuação da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP) e da própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), utilizando a Lei de Anistia como mecanismo de blindagem para promover uma “interdição” do passado ditatorial e acusar esses órgãos de remexer em um passado já supostamente superado.¹²

A retomada na difusão pública de discursos institucionais das Forças Armadas a respeito do 31 de março ocorreu justamente nesse período. Vale registrar que em 2017, antes mesmo do governo Bolsonaro, o Comando da 9ª Região militar, localizada em Campo Grande (MS), organizou palestras sobre o acontecimento, abordando-o na condição de “movimento que objetivou, acima de tudo, evitar que o Brasil fosse entregue nas mãos dos comunistas”.¹³

Diante dessa breve exposição, fica evidente a complexidade e pertinência do estudo sobre as comemorações do golpe de 1964, seja em relação ao contexto da ditadura propriamente, seja em nossa contemporaneidade. Destarte, é instigante o fato de que esse tema tenha sido tão parcamente explorado pela historiografia, pois foram poucos os trabalhos que versaram sobre ele. No universo das pesquisas publicadas, destaca-se a produção de artigos e capítulos de livros, cuja análise esteve circunscrita em recortes temporais restritos, ou seja, que não abordaram todo o período da ditadura militar brasileira.¹⁴

O trabalho mais extenso sobre a temática é a dissertação de mestrado de Juliana Gagliardi de Araujo, defendida em 2012, na área de comunicação, que analisa as reportagens do jornal *O Globo* sobre as comemorações do 31 de março durante a ditadura. O escopo da pesquisa foi constituído pelos discursos presidenciais e pelas Ordens do Dia baixadas pelos

¹² SILVA, João Teófilo. As Forças Armadas brasileiras e as heranças da ditadura militar de 1964: cultura política de direita e tentativa de interdição do passado (1995-2014). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 99-120.

¹³ REVOLUÇÃO Democrática de 31 de Março de 1964. *Exército Brasileiro*, Campo Grande, 10 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3R5CRuS>. Acesso em: 3 jul. 2022.

¹⁴ Um levantamento bibliográfico identificou os seguintes textos que trabalham com os aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar, para além dos que serão mencionados nominalmente: CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011; COLETTI, Lara. As comemorações cívicas na ditadura civil-militar brasileira através dos cinejornais da Agência Nacional (1964-1978). In: MAIA, Tatyana de Amaral (org.). *Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979): tópicos de pesquisa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 65-88; FERREIRA, Cristina. Cinquenta anos do golpe civil-militar: ordem cívica e ilegalidade no início do governo ditatorial no Brasil (1964-1965). *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 191-213, mai./ago. 2017; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021; NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017; VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365 - 401, set./dez. 2019; ZIMMERMANN, Ana Carolina. *O golpe vira uma festa: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971)*. 2020. 94 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

ministros das Forças Armadas, estabelecendo também uma categorização das notícias veiculadas pelo periódico, a partir de sua natureza descritiva, opinativa ou analítica. Uma das principais argumentações de Araujo consistiu em evidenciar o caráter complexo e multifacetado do espaço jornalístico de *O Globo*, em que coexistiram diferentes posturas frente às comemorações do golpe e ao regime autoritário.¹⁵

No âmbito das pesquisas produzidas por historiadores, destaca-se o capítulo de livro de Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela e que, possivelmente, se trata do trabalho inaugural sobre o tema. A partir do conceito de “conjunturas de ativação de memória”, de Elisabeth Jelin¹⁶, as autoras buscaram compreender a relação entre datas históricas e os suportes de criação e transmissão de memórias sociais e coletivas. Essa noção teórica compreende que as conjunturas temporais articuladas ao que chamamos de “datas redondas”, são momentos particularmente privilegiados para ativação de memórias no espaço público.

A partir dessa perspectiva, Carvalho e Catela definiram seu objeto de pesquisa: os aniversários de 10, 20 e 30 anos do golpe civil-militar de 1964, que compreendem, respectivamente, as rememorações em 1974, 1984 e 1994. O principal argumento desenvolvido pelas autoras é que as memórias produzidas sobre o 31 de março foram ambíguas e estiveram em constante disputa. O caráter “esparso” das comemorações teria impossibilitado a conformação de um sistema unificado de lembranças, ou seja, “não existe rituais nem expressões públicas da sociedade que tenham continuidade e força de expressão”.¹⁷

Um trabalho recente que merece destaque, por se tratar do primeiro a realizar uma espécie de sistematização das comemorações ano a ano, foi desenvolvido pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta. Seu objetivo foi refletir sobre as intenções e o impacto social mobilizado pelas festas cívicas da ditadura militar brasileira. Para tanto, investiu em um estudo sobre os aniversários do golpe de 1964 e da Independência do Brasil (07 de setembro) entre os anos de 1965 e 1974. Em sua análise, o autor apontou que a tentativa da ditadura em tornar o 31 de março uma data popular foi fracassada. Um dos indicativos desse fenômeno seria a

¹⁵ ARAUJO, Juliana Gagliardi de. *Mediando a “Revolução”*: as narrativas de *O Globo* sobre os aniversários do golpe no regime militar. 2011. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. p. 73.

¹⁶ JELIN, Elisabeth. *Memorias en conflicto. Puentes*, Buenos Aires, a. 1, n. 1, p. 6-13, ago. 2000.

¹⁷ Tradução da autora: “[...] no hay rituales ni expresiones públicas de la sociedad que tengan continuidad y fuerza de expresión.”. CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elisabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madri: Siglo XXI Editores, 2002. p. 239.

escassez de comemorações públicas a partir de 1971, sendo sintomática também a ausência de programações festivas de maior destaque em 1974, no 10º aniversário do golpe.¹⁸

Para finalizar, cabe demarcar a análise proposta pela brasilianista francesa Maud Chirio, em artigo publicado em 2004, que buscou compreender os diferentes usos que os militares fizeram do passado histórico nacional na construção de uma imagem pública da ditadura, questionando a reapropriação de grandes datas cívicas, sendo a principal delas, a Independência. Ao abordar as comemorações do 31 de março¹⁹, afirmou que a data só teria sido comemorada de maneira significativa em 1965, sendo os anos posteriores representativos de um encolhimento progressivo das solenidades festivas, restritas ao meio militar. As comemorações de 1974 também foram mencionadas nesse texto para respaldar o argumento de que a data não era capaz de integrar amplos setores da população. Ademais, Chirio sustentou que “a ditadura não criou simbolismo próprio nem acrescentou novas datas ao calendário cívico”²⁰, apropriando-se do calendário comemorativo herdado pela República de 1945. Concluiu que a ditadura, ancorando-se em tradições patrióticas já consolidadas no ideário nacional, teria relegado muito mais atenção ao 07 de setembro do que ao próprio 31 de março.

A partir dessa revisão historiográfica, pretendi demarcar o estado em que se encontram as pesquisas sobre as comemorações do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira. Essas perspectivas foram essenciais para a delimitação do próprio objeto de pesquisa, ora para concordar com os argumentos apresentados por aqueles autores e, ora, para questioná-los. É importante assinalar que essa pesquisa dialoga com a perspectiva de que, no processo de construção de seu imaginário nacionalista e autoritário, a ditadura militar integrou o panteão de heróis e datas cívicas já consolidadas na cultura cívico-patriótica brasileira.²¹ Entretanto, a meu ver, parece equivocado afirmar que o regime autoritário não tenha criado um calendário de festas próprio. Pesquisas historiográficas produzidas em torno das comemorações do dia de

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O nacionalismo autoritário ritualizado: o 31 de março e o 7 de setembro nas comemorações cívicas da ditadura militar. In: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Telmo (org.). *Independência: memória e historiografia*. São Paulo: Edições SESC, 2022. p. 37-58.

¹⁹ Interessante observar que Chirio embasa suas posições em uma apresentação de Celso Castro no Colóquio *The Culture of Dictatorship*, realizado no mesmo ano de publicação do texto, e que daria origem ao capítulo de livro do mesmo autor que foi mencionado anteriormente.

²⁰ Tradução da autora: “La dictature militaire n’a pas créé de symbolique propre ni ajouté de nouvelles dates au calendrier civique, à la différence du régime de Vargas dont l’historien Daryle Williams a mis en avant la grande créativité commémorative.”. CHIRIO, Maud. Fêtes nationales et regime dictatorial au Brésil. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, v. 90, p. 89-108, 2006. p. 92.

²¹ A cultura cívico-patriótica refere-se à uma construção de memória em torno da História Pátria, a partir de usos políticos do passado. Nesse processo, atuam elementos simbólicos e discursivos pautados na ênfase e/ou supressão de fatores histórico-geográficos. Seus propósitos se encontram voltados para a consolidação de um ideário cívico e para o fortalecimento do sentimento e identidade patriótica nos cidadãos. Para mais informações, ver: GOMES, Angela Maria de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética. *Anais...* Fortaleza, UFC: 2009. p. 1-8.

Tiradentes (21 de abril) e da própria Independência do Brasil permitem constatar que os governos ditatoriais se apropriaram dessas efemérides a partir de uma releitura específica do passado, de forma a exaltar o viés militarizado desses acontecimentos. Essa estratégia foi expressa pelas programações festivas alusivas às essas datas, mas também por meio de iniciativas como a Lei n. 4.897, de 09 de dezembro de 1965, que declarou Joaquim José da Silva Xavier o “Patrono Cívico da Nação Brasileira”. Em janeiro do ano seguinte, os esforços governamentais centraram-se na proposta de modificação da imagem oficial de Tiradentes nas repartições públicas, buscando desvencilhar a personagem histórica dos traços adquiridos desde a Primeira República, em semelhança a Jesus Cristo, para associá-lo às suas virtudes militares, na condição de Alferes. Contudo, a recepção popular foi bastante negativa, sobretudo em Minas Gerais, o que fez com que a determinação fosse revertida.²² Fenômeno análogo ocorreu com a imagem de D. Pedro I, considerado herói da Independência do Brasil. Nas comemorações do Sesquicentenário, em 1972, os principais aspectos destacados pelos discursos comemorativos estavam relacionados às suas qualidades enquanto líder militar.²³

Portanto, é possível observar que a ditadura tentou impor uma versão militarizada da história, com o propósito de estabelecer nexos discursivos e simbólicos entre o passado e o presente ditatorial. Essas evidências, por si só, já demonstram uma alteração significativa na agenda comemorativa, mas a inclusão do 31 de março no *hall* de datas cívicas reforça sobremaneira essa argumentação. Nesse sentido, uma das premissas que sustenta a viabilização dessa pesquisa é a necessidade de formulação de um estudo sistemático sobre os aniversários do golpe, que abarque todo o transcurso da ditadura militar, com o propósito de gerar conhecimento mais refinado quanto às apropriações comemorativas, assim como, verificar as oscilações que marcaram os festejos alusivos a esse acontecimento.

Sem a intenção de esgotar as múltiplas possibilidades de análise das comemorações do 31 de março, o objetivo desta pesquisa é investigar os discursos e práticas engendradas nos aniversários do golpe civil-militar de 1964, durante a ditadura militar brasileira, entre os anos de 1965 e 1984. O propósito consiste em caracterizar as diferentes formas de lembrar e comemorar os aniversários do golpe, buscando, por um lado, compreender de que maneiras a ditadura se apropriou e investiu nessa data e, por outro, tentar mapear o impacto público dessas

²² FERREIRA, Cristina; CAMPOS, Júlia. *As representações de Tiradentes no panteão de heróis nacionais no governo ditatorial de Castelo Branco (1964-1967)*. Relatório de Pesquisa financiada pelo Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

²³ CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

comemorações e os diferentes comportamentos e atitudes suscitadas pelos festejos entre alguns segmentos da sociedade, como no caso de estudantes e da imprensa de grande circulação.

Essa perspectiva encontra-se em diálogo com a tendência historiográfica que discute as relações estabelecidas entre os regimes autoritários e a sociedade, compreendendo os primeiros enquanto construções sociais. Os estudos dessa vertente propõem a superação de análises dicotômicas a respeito dos comportamentos políticos, questionando “as formas através das quais a sociedade conviveu com a violência do regime para além da resistência, não raramente encontrando formas não conflituosas de convívio”.²⁴

Nesse caminho, a historiografia vem avançando em discussões sobre a multiplicidade de comportamentos sociais manifestados durante a ditadura militar brasileira. Conforme apontado por Rodrigo Patto Sá Motta, essas variações foram possíveis em virtude da natureza essencialmente paradoxal do regime autoritário, determinada tanto por fatores inerentes à sua própria dinâmica (mediante o caráter heterogêneo dos grupos que sustentaram a ditadura, configurando complexa composição política); quanto por elementos pertencentes a uma cultura política brasileira em longa duração, como a tendência à negociação e à conciliação. O conceito de “modernização autoritário-conservadora” é apresentado pelo autor como síntese de expressão dos impulsos contraditórios e dos paradoxos existentes na ditadura militar brasileira, representados por dois eixos principais: um modernizador/reformista e outro conservador/autoritário.²⁵

A combinação desses elementos paradoxais e, por vezes, contraditórios, gerou arranjos sociais bastante complexos, o que comportou uma diversidade e oscilação de atitudes sociais que extrapolam a dicotomia estabelecida entre colaboração e resistência. Tendo em vista isso, Motta propôs a superação desse par antitético generalizante, sugerindo uma nova classificação pautada na tríade adesão, resistência e acomodação. A própria categorização comporta variações que extrapolam uma lógica de linearidade, já que “naturalmente, algumas pessoas e instituições promoveram ações que podem ser classificadas em dois ou nos três tipos, em momentos diferentes ou simultaneamente”.²⁶

²⁴ ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Uma história vigiada. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Saggá, 2021. p. 25. Neste capítulo de introdução à coletânea, as autoras realizaram uma historicização da produção historiográfica sobre a ditadura militar brasileira, com ênfase nos trabalhos dedicados ao estudo dos comportamentos sociais frente ao regime autoritário e que, segundo suas palavras, buscam promover uma “revisão” (no sentido positivo do termo) à chave interpretativa da “resistência”.

²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RINDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p. 48-65.

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 301.

No leque diversificado de ações possíveis, destacam-se a adesão, oposição sistemática ou indireta, a apatia e os chamados “jogos de acomodação”, conceito utilizado para explicar as diferentes estratégias de convivência formuladas pelos agentes históricos, buscando “explorar as possibilidades abertas pelo próprio regime militar para atenuar o autoritarismo, aproveitando as ‘brechas’ disponíveis, sobretudo as oferecidas por paradoxos e contradições da ditadura”.²⁷

Em diálogo com esses debates, nessa dissertação buscarei refletir sobre os comportamentos políticos de determinados grupos e instituições diante dos aniversários do golpe de 1964. A ideia é tentar compreender de forma articulada a dinâmica comemorativa em seu aspecto institucional, ou seja, a forma como a ditadura se apropriou e buscou construir uma simbologia em torno do 31 de março, mas também as atitudes suscitadas pela rememoração desse acontecimento pela sociedade brasileira. Diante do duplo-interesse em estudar as estratégias de legitimação da ditadura no ambiente comemorativo e a multiplicidade de comportamentos políticos associados aos festejos, a categoria de culturas políticas foi utilizada como ponto de partida teórico para as análises desenvolvidas na pesquisa.

Embora a preocupação com os comportamentos políticos estivesse presente na obra de filósofos e pensadores do século XIX, essa questão tornou-se objeto de discussão teórica sistematizada durante os anos 1950 e 1960, no campo dos estudos da ciência política. O conceito de cultura política foi criado pelos cientistas políticos norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba, com vistas à formulação de uma “abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas”.²⁸ A intenção era enfatizar a importância dos espaços de socialização e comunicação na orientação de atitudes políticas, assim como, das relações estabelecidas entre o comportamento político individual e coletivo.²⁹ Apesar das críticas direcionadas à essa abordagem, sobretudo, em razão do forte viés normativo e determinismo cultural, essa análise inaugural foi responsável por visibilizar a discussão sobre

²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 310. Em trabalhos mais recentes, o autor explorou de forma mais concreta o argumento de que os arranjos de acomodação/conciliação são traços pertencentes à uma cultura política brasileira em uma longa duração. As estratégias de acomodação seriam utilizadas pelas elites enquanto instrumentos para subordinação e aceitação de seus projetos pelas camadas populares, visando evitar mudanças sociais bruscas e atitudes revolucionárias que poderiam alterar a ordem política vigente. Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

²⁸ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. p. 227.

²⁹ O interesse dos autores estava voltado aos sistemas “democráticos” e de caráter nacional, em um contexto de polarização política derivado da Guerra Fria, que opunha à democracia norte-americana ao socialismo soviético, de modo a consolidar o primeiro como modelo a ser seguido pelas demais nações. Seu estudo resultou no livro *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* (1963), cuja análise propôs uma espécie de classificação de três modelos de culturas políticas, em função do estabelecimento de diferentes relações que as sociedades teriam frente às instituições.

os comportamentos políticos, a partir do reconhecimento de que não somente fatores objetivos e racionais influenciam na conformação de valores e atitudes compartilhadas por determinado grupo ou sociedade.³⁰

Essa perspectiva teórica foi incorporada nos estudos historiográficos com maior ênfase a partir das décadas de 1980 e 1990, acompanhando as mudanças de paradigmas possibilitadas pela chamada “renovação do político” e pelo giro culturalista. A conformação de um campo de estudos dedicado à chamada História Cultural do Político surgiu mediante a intenção de resgatar a importância da dimensão do político nas análises históricas. Segundo Pierre Rosanvallon, a centralidade do político para a construção da realidade social pode ser vislumbrada mediante seu “imperativo da representação”, uma vez que pode ser lido ao mesmo tempo como *campo* de ordenação e estruturação social, e como *trabalho* contínuo de construção e manutenção de autorrepresentações partilhadas, visando garantir a legitimidade da ordem estabelecida.³¹

Com base nessa compreensão, o autor propôs o estudo de uma história filosófica e conceitual do político, dedicada à investigação não somente das ideias políticas e suas obras canônicas, mas também da dimensão afetiva e simbólica. Não se trata aqui de superdimensionar o caráter subjetivo da política, mas de evidenciar que as escolhas racionais são acompanhadas por elementos de ordem psicossocial e cultural, que se encontram disponíveis no repertório de ações possíveis, sem implicar qualquer tipo de determinismo. O propósito consiste em compreender os diversos influxos que impactam ou definem os comportamentos políticos, preocupando-se “em incorporar todos os elementos que produzem este objeto complexo que é a cultura política”.³²

A partir do interesse pela dimensão subjetiva do político, uma parte da historiografia francesa incorporou a categoria de cultura política em suas análises, ampliando sua compreensão ao sugerir uma nova abordagem, que rejeitava o caráter nacional e evidenciava a pluralidade de culturas políticas existentes dentro de uma mesma sociedade.³³ Segundo o historiador Serge Berstein, as culturas políticas podem ser compreendidas enquanto complexos conjuntos de representações normalizadas por determinado grupo ou sociedade política. Essas representações e seus vetores de socialização possibilitam o compartilhamento de valores e tradições, a partir de uma leitura comum de passado, presente e futuro.

³⁰ BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.

³¹ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 71-72.

³² ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 45.

³³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018. p. 112.

As culturas políticas são compostas por uma base filosófica/doutrinal e outra simbólica e ritualística, que atuam de forma conjunta e dialeticamente para a formulação de parâmetros de referência para os comportamentos e atitudes políticas.³⁴ Por essa razão, os historiadores possuem um duplo-interesse no fenômeno das culturas políticas: em primeiro lugar, um interesse por sua dimensão “ideológica” e discursiva, responsável por mobilizar “racionalmente” os indivíduos a adotar determinados valores; e também um interesse pela dimensão “simbólica”, catalizadora de subjetividades e afetividades capazes de mobilizar os indivíduos e grupos em torno de determinadas ideias, e que se manifesta por meio de tradições e pela criação de imaginários sociais e políticos.

A categoria de culturas políticas foi inovadora para os debates historiográficos, na medida em que possibilitou o reconhecimento de que os elementos de caráter psicossocial e cultural influenciam as escolhas políticas, da mesma forma como os interesses materiais e o cálculo racional. Alinhadas a esses debates, as discussões sobre o imaginário buscam colocar em destaque a problemática da “imanência dos significados na prática social”³⁵, a partir da intenção em superar a polarização estabelecida pela tradição racionalista, que colocava em polos separados a ação política concreta e o imaginário, associando esse último ao fantasioso e ao ilusório.

O imaginário é composto por imagens mentais e visuais que são produzidas tendo como ponto de referência o objeto “real”, mas que transfiguram e deslocam seu significado, criando outras relações com a realidade objetiva. Não se trata de uma duplicação do real, mas sim de uma representação dessa realidade no plano imaginário, que comporta um complexo processo de seleção. Assim, a “imanência” do imaginário frente à realidade permite alterar sua ordem, por meio da criação de “ideias-imagens” capazes de projetar valores e anseios coletivos, mobilizados pela afetividade.³⁶

A definição de imaginário adotada nessa pesquisa segue as contribuições de Bronislaw Backzo, que o compreende enquanto “atividade global”, indissociável da experiência humana social e coletiva, e que se manifesta por meio de discursos, representações, símbolos e ritos. Os imaginários possuem uma função central para o poder político, atuando “na organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm ativamente na

³⁴ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 350-351.

³⁵ ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 22.

³⁶ LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

memória coletiva”³⁷, de forma a traduzir e legitimar a ordem política vigente. O manejo de diferentes símbolos e práticas ritualísticas pelos imaginários permite projetar valores, normas e modelos de comportamento.

Os imaginários políticos são produzidos visando a consolidação de determinadas imagens mentais e visuais, o compartilhamento de valores que dão sentido de unidade e identidade ao grupo. Tais imaginários se expressam no campo discursivo e simbólico, por meio de conteúdos de caráter cognitivo e afetivo, que se cristalizam em torno de mitos e heróis, símbolos e liturgias políticas. Esses conjuntos articulados formam estruturas de sentido expressas por meio de “constelações mitológicas”, que ocupam a função de fornecer uma explicação de mundo, com vistas a mobilizar os agentes em torno de suas pautas políticas e ideológicas.³⁸ Importante ressaltar que essas narrativas míticas são construídas a partir de ambivalências e, portanto, o mito em si próprio não é suficientemente capaz de fornecer os elementos que garantam a coesão social, visto que a sociedade está intrinsecamente marcada por conflitos que opõem diferentes agentes e grupos.

Se os imaginários políticos se alicerçam em mitos e símbolos para sua solidificação, os rituais e festas cívicas cumprem uma função essencial para a reprodução e manejo dessas ideias-imagens, oferecendo um momento de repetição e reatualização de seu significado de acordo com as demandas do presente.³⁹ Como mencionado anteriormente, os imaginários políticos necessitam de um componente emocional para sua difusão, e a força de expressão das festas cívicas permite despertar sentimentos de afetividade e de pertencimento a determinada “comunidade de imaginação social”.⁴⁰ Por conseguinte, sua linguagem simples e codificada garante a transmissão das mensagens políticas em nível simbólico e discursivo, visando a obtenção de determinado grau de aceitação e obediência.

Ao trazermos a discussão teórica para o contexto específico da ditadura militar brasileira, cabe evidenciar algumas posições importantes que serão defendidas no trabalho. Seguindo as concepções de Motta, que propôs a superação da divergência entre as abordagens “nacional” e “pluralista” para as culturas políticas⁴¹, reconheceremos a existência de uma cultura política brasileira em longa duração, que “ao mesmo tempo convive com culturas ou

³⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. (v. 5). p. 312.

³⁸ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 12-13.

³⁹ ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 26-27.

⁴⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. (v. 5). p. 324.

⁴¹ Respectivamente, ligadas à vertente norte-americana de ciências sociais (representada neste texto por Almond & Verba) e à vertente historiográfica francesa (representada por Serge Berstein).

subculturas em disputa no interior do espaço nacional”⁴², as quais mantêm uma relação complexa e dinâmica. Por conseguinte, considerando que a coalização golpista responsável pela deposição de João Goulart era ampla e heterogênea, é possível identificar a coexistência de diferentes culturas políticas articuladas aos grupos apoiadores da ditadura, especialmente a conservadora-tradicionalista, a liberal e a nacionalista-autoritária, sendo o anticomunismo o amálgama de sustentação para a união desses diferentes grupos.

Em um primeiro momento da análise, a atenção estará voltada especificamente para a cultura política de perfil nacionalista e autoritária, devido à constatação de que os setores sociais que estiveram mais engajados e envolvidos na promoção das festividades alusivas ao 31 de março, vinculavam-se à essa tradição. Dentre os valores compartilhados por esse grupo, destacam-se o ultranacionalismo, o anticomunismo, e o discurso de defesa das tradições brasileiras, da ordem e da hierarquia. Outro elemento central nessa cultura política consistia na exaltação das Forças Armadas enquanto agentes políticos privilegiados, conectando-se com outras tradições militares nacionais. Tal concepção estava atrelada à ideia de que os militares exerciam uma espécie de papel “moderador” das instituições, operando como baluarte da democracia ocidental e cristã brasileira, que na verdade não era democrática. Suas bases ideológicas encontram-se ligadas à construção de um “projeto hegemônico” no âmbito das casernas, e que propunha o fortalecimento da política nacional mediante um “intervencionismo controlador” exercido pelas Forças Armadas, consideradas mais aptas para o exercício da política, se comparada aos civis.⁴³

Significativamente, os discursos de determinados setores militares atuantes durante o regime autoritário se conectavam a essa perspectiva, delineando uma espécie de “utopia autoritária”, conceito empregado para referir-se à predominância de uma tônica discursiva “fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral”⁴⁴, e que dava embasamento para justificar sua permanência no poder.

⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018. p. 113.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2020. p. 97; 141; FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 8-57, jan./jun. 2021.

⁴⁴ D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Introdução. In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 9. A noção de “utopia autoritária” foi desenvolvida por esses autores e, posteriormente, explorada por determinados segmentos da historiografia. Em nossa concepção, para o caso da ditadura militar brasileira seria mais apropriado falar de uma “utopia militarista”, pois baseada no pensamento de que as Forças Armadas, atores centrais nesse processo, deveriam permanecer no controle do Estado para imposição e garantia da hierarquia e da ordem.

Como tentarei demonstrar, durante a ditadura militar brasileira, elementos do que postulo ser uma cultura política nacionalista-autoritária foram mobilizados para a invenção de um novo imaginário político atrelado ao acontecimento do golpe, uma espécie de imaginário da “Revolução Democrática de 1964”. Naturalmente, esse imaginário era constantemente evocado e reatualizado nos aniversários do 31 de março, momentos de simbiose entre a comemoração da data e a exaltação do suposto protagonismo exercido pelas Forças Armadas na condução do país rumo ao “progresso”. Tendo em vista a relação estabelecida entre as festas cívicas e a manifestação de imaginários políticos, acredito que as comemorações do golpe são momentos propícios para identificação de elementos que sustentaram simbólica e discursivamente o imaginário do golpe civil-militar de 1964 durante a ditadura, em que conceitos como “revolução” e “democracia” ganharam notória importância.

O estudo das festas cívicas e liturgias políticas carrega em si, inúmeras potencialidades para a pesquisa histórica, na medida em que essas ritualísticas cumprem uma espécie de dupla-função explicativa e mobilizadora. Em primeiro lugar, cabe destacar que as comemorações de datas consideradas representativas são momentos oportunos para a profusão de narrativas de caráter sacralizador e pedagógico, recuperando o passado a partir de uma perspectiva mítica e idealizada. Por consequência, os dispositivos de memória acionados fazem “intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura”⁴⁵ da história.

Uma segunda função exercida pelas festas cívicas articula-se à sua força mobilizadora propriamente. A sociabilidade festiva possibilita gerar sentimentos afetivos e a sensação de pertencimento, cujo sucesso depende da capacidade em realizar uma performance que envolva emocionalmente os indivíduos que dela participam. A internalização e consolidação de imagens e ideias políticas em rituais comemorativos decorre da combinação entre comunicação coletiva e componente emocional, em que motivações individuais se entrelaçam a orientações e anseios grupais. Esse processo permite o desenvolvimento de mecanismos de aproximação entre o poder político e a população, a partir da manipulação de elementos de caráter simbólico e narrativo.⁴⁶

O antropólogo Claude Rivière chamou atenção para a necessidade de compreender os ritos e liturgias políticas situando-os em seus contextos espaciais e temporais, e problematizando suas condições de produção, mediação e recepção. O rito comemorativo configura-se uma performance social materializada em atos solenes, repetido periodicamente e

⁴⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. p. 388.

⁴⁶ OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989a. p. 223-228.

com gestos codificados, com intuito de gerar efeitos de tradição e continuidade. As festas articulam-se diretamente com a necessidade de legitimidade da autoridade instituída. O poder político recorre as essas manifestações, carregadas de alto teor simbólico, para criar e reforçar mecanismos de integração, hierarquização, moralização e exaltação.⁴⁷ O objetivo principal dos ritos festivos está ligado aos anseios integrativos, buscando gerar uma espécie de “consenso” em torno da autoridade política e dos comportamentos considerados desejáveis.

Todavia, embora se pretenda integrador, o rito não é capaz de produzir esse “consenso” na sociedade, expressando em si próprio contradições e conflitos. Conforme ressaltado por Rivière, nenhuma integração é unânime e absoluta, e os níveis de adesão aos valores difundidos pelo poder político são variáveis e inconstantes. Além disso, a própria participação dos indivíduos em determinado ritual não garante necessariamente a adesão pessoal ao projeto político. Nesse sentido, ao mesmo tempo que os ritos são lugares de construção de legitimidade, funcionam também como ambiente para disputas e batalhas simbólicas, “expressam divergências de atitudes e valores não oficializados”, já que “a manifestação política enquanto tal só integra fragmentariamente”.⁴⁸ Isso remete à importância do reconhecimento de que o ambiente comemorativo é passível de apropriações por parte do público receptor, considerando que toda mensagem política, especialmente a nível simbólico, sempre estará sujeita a novas significações para além das conferidas por seu produtor.

No caso da implementação de um novo regime, tal como a ditadura militar brasileira, as tensões convergiram para a construção de um novo imaginário político, com vistas a legitimar o governo recém instituído. Como busco sustentar nesse trabalho, esse imaginário incorporou elementos de uma cultura política nacionalista-autoritária e se manifestou em diversos campos, com destaque para a propagação de ritos e liturgias políticas. Como já defendido no início da introdução, o regime autoritário não somente se apropriou e efetuou uma releitura de festas cívicas já consolidadas na tradição nacional, mas também gestou iniciativas visando demarcar o 31 de março como um ponto de ruptura no processo histórico nacional.

Partindo de uma reflexão em torno das discussões teóricas expostas e dos objetivos da pesquisa, investigarei as comemorações enfocando dois aspectos fundamentais: 1) a fabricação de um imaginário da dita “Revolução”⁴⁹ e sua manifestação nas festas cívicas do 31 de março produzidas pela ditadura, enfatizando os elementos de uma cultura política nacionalista-

⁴⁷ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 25.

⁴⁸ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 174-175.

⁴⁹ Na continuidade o termo sempre aparecerá entre aspas, para demarcar a nomenclatura adotada pela ditadura e pelas fontes históricas, deixando claro que não concordamos com sua aplicação para referir-se ao golpe civil-militar de 1964.

autoritária. 2) Paralelamente, buscarei demonstrar a variedade de comportamentos e atitudes que essas comemorações suscitaram em certos segmentos sociais, sempre sujeitas a formas de apropriação não inteiramente previstas por seus organizadores. A ideia é abranger uma discussão sobre culturas políticas na ditadura, de forma a pensar articuladamente a produção do imaginário “revolucionário” pela cultura política nacionalista-autoritária, suas formas de manifestação nas comemorações do golpe, mas também as reapropriações que elas sofreram, a saber, os diferentes comportamentos e atitudes sociais suscitadas pelos festejos em determinados grupos da sociedade brasileira.

Para viabilização da análise foram utilizadas diferentes tipologias de fontes, organizadas a partir de quatro conjuntos documentais principais que, apesar de distinguidos aqui, visando sistematizar a proposta, se entrecruzam e se complementam no trabalho. O primeiro conjunto é composto por discursos institucionais sobre os aniversários do golpe, isto é, a forma como os governos ditatoriais e seus apoiadores referiram-se às comemorações do 31 de março de 1964 e ao acontecimento histórico do golpe. Serão contemplados diferentes suportes de emissão, desde peças publicitárias audiovisuais, produção literária e de manuais didáticos, além dos discursos políticos de autoridades civis e militares. As principais fontes que compõem esse conjunto são textos de caráter memorialístico, calendários comemorativos, cinejornais e fotografias produzidas pela Agência Nacional, além de documentação legislativa.

Enquanto as produções escritas foram selecionadas pelo critério de disponibilidade material para seu acesso, os cinejornais da Agência Nacional foram localizados no portal *Zappiens*, projeto do Comitê Gestor da Internet no Brasil, para divulgação de conteúdos digitais.⁵⁰ A busca dos cinejornais foi realizada através dos mecanismos de pesquisa por palavras-chave. Ao todo foram localizados sete cinejornais sobre as comemorações do golpe (produzidos com interrupções entre os anos de 1965 e 1977)⁵¹, além de dois programas televisivos especiais organizados nas comemorações do 11º aniversário, em 1975. A legislação da ditadura (leis, decretos etc.) foi consultada no *Diário Oficial da União* e nos jornais que serão citados abaixo.

O segundo conjunto documental privilegiado foi composto por manchetes e notícias veiculadas pela chamada “grande imprensa”. Os periódicos selecionados foram a *Folha de S.*

⁵⁰ Disponível em: <https://www.zappiens.br/portal/home.jsp>. Acesso em: 18 nov. 2022. Agradeço a Isadora Freitas pela indicação desse material durante o curso de Extensão Comunitária, “A ditadura civil-militar perante a história: pesquisas em perspectiva”, organizado pelo PPGH da PUC-RS, no primeiro semestre de 2021.

⁵¹ Não foi possível constatar se, de fato, os cinejornais foram produzidos somente em anos esparsos, ou se as edições faltantes não se encontram disponíveis para consulta. Ao todo, foram localizadas as produções de 1965, 1966, 1967, 1969, 1973, 1976 e 1977.

Paulo e o *Jornal do Brasil*, embora os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* também tenham sido consultados em menor proporção. O levantamento das fontes jornalísticas revelou a existência de 2000 notícias sobre as comemorações do 31 de março, em geral veiculadas entre os dias 25 de março e 04 de abril. A metodologia de busca dessas notícias variou em razão das próprias circunstâncias em que esses jornais se encontram disponibilizados, todos digitalizados e acessíveis na internet.

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* possuem acervos próprios⁵² e diante da constatação de que seus mecanismos de busca por palavras-chave não eram confiáveis, do ponto de vista de recorrências de notícias, cada uma das edições dos jornais foi analisada página a página. Essa metodologia possibilitou, para além de uma busca mais refinada das notícias, perceber mais minuciosamente variações no próprio contexto do regime autoritário. O *Jornal do Brasil* encontra-se digitalizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁵³ e, em seu caso, foram utilizados os mecanismos de pesquisa por palavras-chave (termos como “aniversário Revolução”, “aniversário golpe” e “31 de março”), direcionando o levantamento para as recorrências específicas a esses termos. O periódico *O Globo* também foi consultado em seu acervo próprio, utilizando os mecanismos de busca por palavras-chave.⁵⁴

A catalogação das fontes jornalísticas revelou uma multiplicidade e diversidade no tocante aos temas e a autoria dos textos, sendo possível distinguir a natureza de algumas notícias, dentre elas: detalhamento de programações festivas; editoriais; textos que se pretendiam de caráter “histórico”; veiculação de discursos de autoridades civis e militares (na íntegra ou trechos selecionados).

Os periódicos contemplados na pesquisa foram escolhidos em virtude de sua representatividade no contexto da ditadura. Esses veículos jornalísticos são caracterizados por sua localização geográfica atrelada às regiões metropolitanas (notadamente, o eixo Sudeste, Rio-São Paulo), grande tiragem, circulação pelo território nacional e vinculação com grandes instituições corporativas e elites condutoras da mídia.⁵⁵

Embora esses jornais não tenham sustentado um discurso de oposição à ditadura militar, nem mesmo no contexto de desgaste político do regime autoritário, sua tradicional vinculação com os segmentos liberais provocou um tensionamento com relação a determinadas iniciativas

⁵² Disponíveis em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> e <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

⁵³ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

⁵⁴ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

⁵⁵ CARVALHO, Alessandra. “Contando a história” da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. (v. 1). p. 395.

do governo, sobretudo, a respeito da censura aos meios de comunicação e do intervencionismo estatal na economia. Desse modo, consideraremos a imprensa enquanto um lugar de ambiguidades, suscetível a contradições, e que oscila em um movimento pendular entre jogos de aproximações e afastamentos, crítica e apoio.⁵⁶

O terceiro conjunto é constituído por fontes provenientes de arquivos repressivos vinculados ao sistema de vigilância política e dos relatórios da embaixada norte-americana no Brasil. Foram consultados documentos produzidos pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e pela polícia política carioca.⁵⁷ Essas fontes foram localizadas em duas instituições de salvaguarda documental: o Arquivo Nacional, por meio de busca eletrônica no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), através de pesquisa presencial. Os relatórios da embaixada norte-americana foram consultados no acervo de documentos provenientes dos National Archives (NARA), disponibilizados pelo Laboratório de História do Tempo Presente da Universidade Federal de Minas Gerais (LHTP-UFMG), em seu endereço eletrônico.⁵⁸

Por fim, cabe destacar que somente o quarto conjunto documental foi separado por tipologia, para facilitar a sistematização do trabalho e porque, a meu ver, ele carece de uma metodologia de análise mais específica. Esse conjunto é formado por fotografias produzidas pela Agência Nacional e pelos órgãos de imprensa. Uma particularidade sobre as fotografias produzidas pelos jornais se refere ao fato de que, não necessariamente, essas imagens foram publicizadas nas notícias, pois trata-se de material localizado no APESP, especificamente nos acervos do jornal *Última Hora* e dos *Diários Associados*. Além da instituição arquivística mencionada, outras fotografias foram localizadas no SIAN do Arquivo Nacional.

As fontes históricas foram lidas e catalogadas, privilegiando diferentes formas de subdivisão: por tipologias, por cronologia dos acontecimentos e, por último, por temas, as quais deram origem aos conjuntos documentais. Os temas elegidos estiveram vinculados ao interesse principal em analisar os elementos pertencentes ao imaginário do golpe civil-militar de 1964 e as programações festivas, assim como os discursos e práticas que criticavam o 31 de março e

⁵⁶ NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017. p. 348. O autor propôs traçar uma “cartografia da memória” dos jornais de grande circulação sobre o golpe e a promoção de sua autoimagem. Para a análise utilizou alguns editoriais dos periódicos *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, por ocasião de certos aniversários do 31 de março durante a ditadura.

⁵⁷ Como as denominações dos órgãos de polícia política no Rio de Janeiro mudaram de forma significativa entre os anos de 1960 e 1970, optei pela utilização do termo “polícia política carioca”. Esses documentos foram localizados no Arquivo Nacional.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/lhtp/categoria/acervos/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

fugiam da lógica de exaltação do discurso institucional. É pertinente também reconhecer que toda a análise histórica possui limitações e, nesse caso, foram privilegiadas fontes históricas atreladas às capitais dos estados brasileiros, assim como, o discurso produzido pela imprensa inserida no eixo Rio-São Paulo. Portanto, não foi possível contemplar significativamente fontes provenientes de outros estados e regiões interioranas.

A escolha desses conjuntos documentais se deu em virtude de uma série de razões, como a possibilidade de consulta a esses materiais, sua relevância para o contexto histórico, mas também, diante das discussões teórico-metodológicas que orientam a pesquisa. Berstein enfatizou a importância de compreender as formas de socialização das culturas políticas, apontando quais seus principais vetores de transmissão. Segundo o autor, esses suportes são formados pelos já tradicionais canais de socialização política, como a família, as escolas, o trabalho e os partidos políticos, sendo também necessário destacar o papel preponderante exercido pela mídia, sobretudo a audiovisual.⁵⁹ A partir dessa perspectiva, as tipologias de fontes selecionadas estiveram articuladas a esses canais de socialização de culturas políticas, notadamente, os meios de comunicação, as publicações didáticas/escolares, a produção dos partidos políticos e do poder governamental.

A metodologia para a análise dessas evidências históricas partiu do reconhecimento de que todo o documento, independentemente de sua natureza tipológica, é sempre portador de intencionalidades. Portanto, torna-se fundamental contextualizar suas condições de produção e circulação, a partir de uma abordagem que combina elementos de caráter interno e externo ao texto. Utilizando a metáfora proposta por Carlo Ginzburg, os documentos históricos não devem ser tomados enquanto “janelas escancaradas” que permitem um acesso literal ao passado, tampouco como muros intransponíveis, impossibilitando atestar a veracidade de qualquer vestígio pretérito. Dada sua natureza intrinsecamente seletiva e parcial, as fontes devem ser encaradas enquanto “espelhos deformantes”, condicionadas pelas diferentes relações de força e poder a que se encontram submetidas.⁶⁰ A respeito da variabilidade de fontes históricas utilizadas na pesquisa, algumas delas demandaram metodologias mais específicas, como no caso da utilização de imagens e caricaturas, o que será mais bem explicado ao longo do trabalho.

A dissertação foi estruturada a partir de quatro capítulos, cuja organização foi estabelecida a partir de temáticas de maior pertinência para o debate, embora, em muitos

⁵⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 356.

⁶⁰ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. p. 43-44.

momentos, a narrativa analítica obedeça também à uma ordem cronológica dos acontecimentos. No primeiro capítulo, *O golpe torna-se a “Revolução Democrática de 1964”: ideais e narrativas*, buscarei problematizar com maior ênfase a dimensão discursiva do imaginário político difundido pelos governos ditatoriais durante os festejos do 31 de março. Para tanto, serão questionados os pressupostos vinculados ao denominado “ideal revolucionário”, propagado desde o imediato pós-golpe e consolidado em período inicial da ditadura, entre os anos de 1964 e 1965. Justamente por isso, tomaremos o 1º aniversário da data como ponto de inflexão para pensar a importância simbólica e discursiva atribuída ao 31 de março nos anos posteriores da ditadura. Essa escolha metodológica foi baseada na representatividade que as comemorações de 1965 tiveram em termos de amplitude, mas também porque os festejos organizados naquele ano fundamentaram o leque de práticas ritualísticas que seriam incorporadas nos aniversários seguintes. Ademais, foi nesse mesmo contexto em que ocorreram os principais debates envolvendo a inserção do 31 de março em calendários comemorativos, objeto de estudo do subcapítulo seguinte, em que proponho uma discussão em torno das tentativas de tornar a data um feriado nacional, buscando formular uma explicação sobre as razões pelas quais essa iniciativa não foi bem-sucedida. Considerando que as festividades públicas também são momentos propícios para a divulgação de discursos que buscam dar sentido ao passado, a parte final desse capítulo será destinada a uma abordagem em torno das narrativas comemorativas produzidas sobre o golpe, privilegiando o discurso institucional da ditadura.

O segundo capítulo, intitulado *As comemorações do 31 de março e seu impacto público* tem como objetivo fornecer uma descrição minuciosa dos aniversários do golpe entre os anos de 1966 e 1984, com a intenção de compreender a historicidade das práticas comemorativas, percebendo as possíveis rupturas e continuidades. A ênfase da análise encontra-se nas transformações pelas quais passaram as programações festivas, assim como sua relação com os diferentes contextos da ditadura, percebendo ainda as permanências discursivas do imaginário “revolucionário”. O interesse principal é formular uma hipótese analítica que explique as oscilações e mudanças nos festejos ao longo dos quase 21 anos de comemorações institucionais, assim como avaliar o impacto público que essas programações alcançaram em termos de participação e adesão popular, ou seja, os resultados políticos alcançados.

No terceiro capítulo, denominado *Rituais políticos, simbologias comemorativas e nacionalismo autoritário*, o foco estará centrado nos ritos de caráter perene e na dimensão simbólica das comemorações alusivas ao golpe de 1964. O objetivo central é compreender quais os principais ritos mobilizados pelo regime autoritário nos festejos institucionais, questionando

a forma como eles contribuíram para a monumentalização e sacralização do acontecimento histórico atrelado ao 31 de março. As liturgias políticas evocam diferentes simbologias para expressar ideias e valores e, nesse sentido, serão questionados os usos e apropriações efetuadas pela ditadura com relação a símbolos de caráter religioso, cívico-patrióticos e geracionais.⁶¹ A ideia é demonstrar que as festividades institucionais combinaram diferentes elementos simbólicos e ritualísticos, formando complexa “constelação mitológica” em torno dos aniversários do golpe e, portanto, representativa dos investimentos na propagação do imaginário “revolucionário”.

O quarto capítulo, *O 31 de março entre ações violentas, resistências e acomodações*, destina-se a uma análise mais minuciosa sobre a multiplicidade de comportamentos políticos suscitados pela rememoração do golpe na sociedade. Como já mencionado anteriormente, o ambiente festivo sempre estará sujeito a apropriações e disputas de sentido e, no caso dos aniversários do golpe, isso não foi diferente. Portanto, iniciarei a discussão abordando as “vozes dissonantes”⁶² ao regime, ou seja, as manifestações de oposição que reverberavam no contexto das comemorações institucionais. Trabalharei com duas frentes de ação: as manifestações partidárias, sobretudo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e as manifestações estudantis, que foram as mais significativas em termos de impacto simbólico e público. A partir do reconhecimento de que a repressão foi um elemento central para manutenção da ditadura militar brasileira, dedicarei um espaço para evidenciar, no plano ritualístico, a espetacularização da violência e, no plano político, a atuação dos sistemas de vigilância durante as comemorações do golpe. O último subcapítulo abordará as comemorações do 31 de março sob o ponto de vista da grande imprensa propriamente. Essa perspectiva se distingue dos usos anteriormente efetuados dos jornais ao longo da dissertação, agora tratados de forma simultânea enquanto fontes primárias de acesso ao passado e objeto de análise. Por se tratar do principal *corpus* documental privilegiado nessa pesquisa, considereirei que um questionamento minucioso de seus posicionamentos durante as comemorações do 31 de março poderá oferecer elementos de reflexão sobre as relações estabelecidas entre ditadura e os segmentos sociais liberais. Consequentemente, a análise estará baseada nos registros da imprensa, especialmente em

⁶¹ Utilizei a expressão “simbologia geracional” para me referir aos usos simbólicos que a ditadura efetuou com relação as gerações mais jovens, especialmente crianças nascidas no contexto posterior a 1964. A intenção do regime autoritário era associar esses indivíduos ao que denominava como o “novo” Brasil.

⁶² O termo foi emprestado do livro *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*, da historiadora Janaina Martins Cordeiro, especificamente do capítulo 7, intitulado “O Sesquicentenário das vozes dissonantes”. Cf.: CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

editoriais de caráter opinativo e naqueles que representavam a linha editorial seguida pelos próprios veículos jornalísticos.

A dissertação, em sua totalidade, possui a finalidade de formular um estudo aprofundado sobre as tentativas e esforços da ditadura e seus apoiadores para transformar o 31 de março em uma data comemorativa de relevância, com vistas à legitimação daquele regime político, e as diferentes respostas e resultados que esse processo gerou. A hipótese que orientou o trabalho é a de que os aniversários do golpe civil-militar de 1964 foram permeados por disputas de memórias e apropriações daquele passado por correntes políticas favoráveis e contrárias ao regime autoritário. O argumento central que busco defender ao longo do trabalho é o de que as comemorações da chamada “Revolução” sempre estiveram sujeitas a certas inconstâncias e instabilidades, refletindo ambiguidades e paradoxos existentes no próprio regime ditatorial. Outrossim, embora a dinâmica dos festejos tenha sido significativamente flutuante, e os níveis de adesão às programações tenha variado muito, a ditadura foi bem-sucedida em consolidar, a nível discursivo e simbólico, o chamado imaginário da “Revolução”, buscando assim legitimar o golpe de 1964 e a permanência dos militares no poder.

CAPÍTULO 1

O golpe torna-se a “Revolução Democrática de 1964”: ideais e narrativas

Muito já se discutiu a respeito das circunstâncias de deflagração do golpe de Estado em 1964, responsável pela deposição do presidente democraticamente eleito, João Goulart, e pela instauração da ditadura militar no Brasil. Conforme apontado por Lucilia de Almeida Neves Delgado, diferentes vertentes de estudos na área das ciências humanas buscaram compreender esse complexo processo político, privilegiando abordagens de viés estruturalista ou orientadas pelo interesse no tempo mais curto. Nas palavras da autora, o melhor caminho para analisar o contexto de derrubada do governo Jango e ascensão do regime autoritário consiste na articulação das dimensões estruturais e conjunturais.¹

O mandato presidencial de João Goulart esteve marcado pela efervescência política e instabilidade institucional, cujos impactos foram somados ao cenário internacional de polarização política, em razão da Guerra Fria. Os setores conservadores da sociedade brasileira encontravam-se insatisfeitos com a permanência de Jango na presidência da República, devido a seus laços com o varguismo e o trabalhismo, assim como suas relações ambíguas com os socialistas e os movimentos sociais. As forças políticas opositoras atuaram visando desestabilizá-lo politicamente para minar suas propostas governamentais, favorecendo o surgimento dos laços políticos que culminaram em uma ampla coalização golpista, formada por setores estratégicos dos meios civil e militar, como a classe média, empresariado, igreja católica, dirigentes políticos, notadamente, pertencentes ao Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), e as Forças Armadas.

As pesquisas recentes sobre o tema enfatizam que o golpe civil-militar de 1964 foi erigido sob “bandeiras defensivas”², mediante a suposta necessidade de “proteger” a democracia ocidental e cristã, as tradições brasileiras, a ordem, a lei e a Constituição de 1946, que estariam sendo ameaçadas pelo reformismo de Goulart e o comunismo internacional. O principal ingrediente para a radicalização política dos setores conservadores foi justamente a difusão do imaginário anticomunista, já que a maioria da população brasileira era favorável às

¹ Em seu artigo, a autora discutiu as diferentes abordagens explicativas sobre o golpe de 1964 e que vigoram no campo das ciências humanas e da historiografia, com destaque para a vertente estruturalista, do golpe como ação preventiva, a conspiracionista e a do colapso do populismo. Cf.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, 2010.

² REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 48.

chamadas “reformas de base”, desde que afastadas de possíveis radicalizações. O sucesso da insurreição golpista decorreu da capacidade da direita em associar a atuação de Goulart ao denominado “perigo vermelho”.³

Após o início do levante, em 1º de abril de 1964, a imprensa conferiu destaque para a adesão das tropas militares de todo Brasil à chamada “revolução mineira”⁴, em alusão aos movimentos armados que eclodiram nas cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, sob liderança do general Olímpio Mourão Filho e do governador Magalhães Pinto. A tônica que prevaleceu era a de defesa da legalidade constitucional e da democracia brasileira contra o comunismo, qualificando o movimento como “resistência democrática”. No dia seguinte, declarada a vitória, começaram a aparecer na mídia impressa as referências à “revolução” (ainda em letra minúscula e sem aspas), feita pelos militares em nome do povo. A partir daí, a “revolução mineira” alcançava proporções nacionais.

Significativamente, a análise das fontes revela que foi paulatina a adesão dos jornais de grande circulação ao termo “revolução”. A adoção dessa nomenclatura iniciou-se com o *Jornal do Brasil*, em 02 de abril, seguido por *O Globo*, no dia seguinte, *O Estado de S. Paulo* no dia 04 e a *Folha de S. Paulo* no dia 06.⁵ Nesse período inicial, a expressão começou a ser utilizada coexistindo ainda de forma considerável com a alcunha de “movimento”, em suas mais variadas formas: “movimento democrático”, “movimento pela legalidade”, “movimento de redemocratização”, “movimento libertador”, “movimento de restauração”, entre outros.

Para as autoridades políticas civis e militares, o mais importante era esclarecer que não se tratava de um golpe de Estado, buscando livrar a “revolução vitoriosa” de possíveis estigmas.⁶ É evidente nas notícias de jornais a existência de certa preocupação dos militares em orientar a população brasileira e a opinião pública, para dilucidar quais seriam os objetivos e os ideais da chamada “Revolução” (essa sim, em letra maiúscula, e que já aparecia dessa forma em alguns textos jornalísticos desde o dia 04 de abril). Para tanto, recorreram muito prontamente às cadeias de rádio e televisão para explicar que “as forças democráticas que realizaram o movimento político-militar de 31 de março último tiveram como bandeira a defesa

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-21, 2014c. p. 12.

⁴ REVOLUÇÃO MINEIRA não é separatista. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.708, 01 abr. 1964. p. 9.

⁵ As primeiras notícias identificadas foram, respectivamente: GOULART RESISTE no Sul e Congresso empossa Mazzilli. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 77, 02 abr. 1964. p. 1; A VEZ do Congresso. *O Globo*, ano XXXIX, n. 11.626, 03 abr. 1964. p. 1; A SOLUÇÃO revolucionária. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXV, n. 27.265, 04 abr. 1964. p. 3; UDN TEME estigma de golpe enquanto PSD toma governo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.713, 06 abr. 1964. p. 6.

⁶ UDN TEME estigma de golpe enquanto PSD toma governo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.713, 06 abr. 1964. p. 6; REALE: Exército e povo uniram-se na revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.718, 11 abr. 1964. p. 7.

da Constituição, a defesa da Federação, [...] a defesa dos ideais cristãos do povo brasileiro e o combate decisivo ao comunismo e à corrupção”.⁷

Essa preocupação também foi expressa em colunas opinativas e editoriais da grande imprensa, que ressaltavam a necessidade de apresentar o movimento “como aquilo que efetivamente foi e é [...] uma revolução indispensável, em defesa do regime e da segurança nacional”.⁸ A suposta “Revolução” operada no Brasil não se confundiria “com um golpe de Estado, que em geral só tem como objetivo a conquista do poder. Uma revolução visa a mudar um sistema, com a introdução de uma nova filosofia de Governo [...] tivemos uma revolução, destinada a afastar do Governo os comunistas”.⁹

Em um contexto em que o conceito de revolução¹⁰ se tornou alvo de disputas, sendo apropriado tanto pelos setores políticos conservadores, quanto pelos progressistas, era também necessário distinguir a ação de qualquer retórica revolucionária da esquerda.¹¹ É particularmente interessante observar que, por exemplo, no dia 1º de abril de 1964, os jornais se reportavam muito mais a ideia de uma “revolução” comunista, comandada por Goulart e as esquerdas, cujo “movimento” liderado pelas Forças Armadas buscava conter. Não obstante, a partir do dia seguinte, o termo passou a ser empregado para nomear a ação de deposição do presidente em exercício. Uma caricatura¹² publicada pelo *Jornal do Brasil* no dia 04 de abril de 1964 (Figura 1) ironizava essa disputa de significados. Nela, um homem preso pelas forças policiais, representando o estereótipo dos intelectuais e acadêmicos de esquerda, se reporta aos soldados e indaga: “Sim, eu pregava a revolução. E a revolução não ganhou?”. Os policiais

⁷ MILITARES EXPLICAM revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 81, 07 abr. 1964. p. 3.

⁸ DANTAS, Pedro. Chamar pelo nome. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXV, n. 27.265, 04 abr. 1964. p. 3.

⁹ UM GOVERNO que honre a Revolução. *O Globo*, ano XXXIX, n. 11.627, 04 abr. 1964. p. 1. Ver também: INADMISSÍVEL a usurpação da vitória. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXV, n. 27.266, 05 abr. 1964. p. 3.

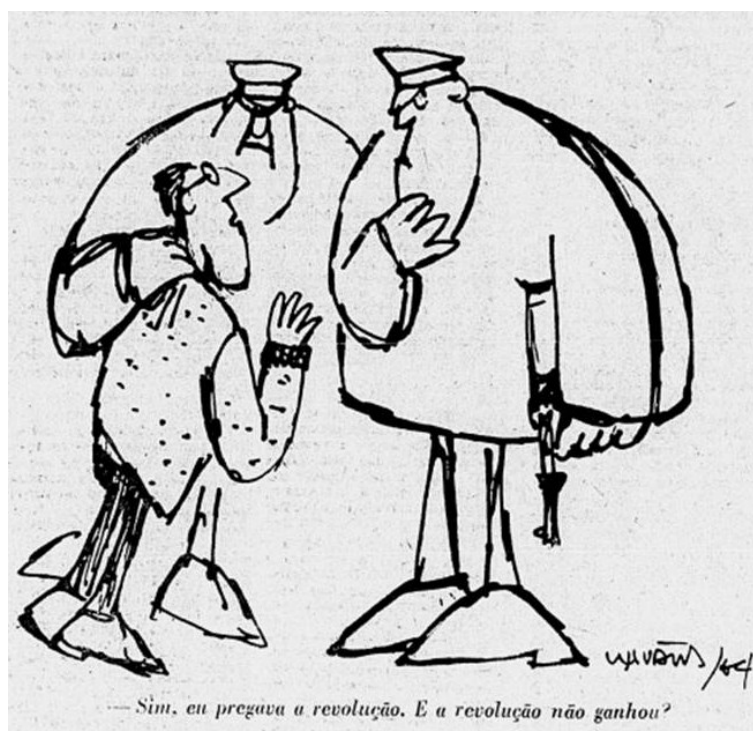
¹⁰ O conceito passou a ser incorporado nos discursos de caráter político a partir do evento histórico da Revolução Francesa, em 1789, momento em que seu significado transitou entre a denominada “revolução-retorno”, cuja característica principal seria o aspecto da restauração, e da “revolução como ponto de ruptura”, representativa de “mudanças extraordinárias [...] do aparecimento, brusco e violento, da novidade”. Cf.: OZOUF, Mona. Revolução. In: FURET, François; OZOUF, Mona (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989c. p. 841.

¹¹ A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA antecedeu em um mês a Revolução Comunista. *O Globo*, ano XXXIX, n. 11.628, 06 abr. 1964. p. 1.

¹² O termo caricatura denota tanto as caricaturas políticas propriamente ditas, quanto as charges e os cartuns. Essas manifestações artísticas, que muitas vezes buscam representar determinada realidade por meio de distorções e deformações, utilizando do grotesco, satírico e humorístico, estiveram presentes na imprensa brasileira desde o século XIX. Durante a ditadura militar brasileira, foram amplamente utilizadas pelos jornais de grande circulação nacional, seja para exprimir apoio ou crítica ao regime autoritário. A análise dessas representações visuais está ancorada em pressupostos da iconologia e semiologia, levando em conta a necessidade de interpretá-las enquanto fontes de informação histórica e destacando sua vinculação com a linguagem verbal, combinando texto e imagem. De maneira geral, trata-se de reconstruir o contexto de sua produção, relacionando os elementos verbais e visuais, os personagens retratados e os recursos de linguagem empregados. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.

também apresentam um semblante de dúvida e um deles até mesmo abaixa sua arma. A sátira expressa com clareza o campo de incertezas que predominava na opinião pública no imediato pós-golpe, utilizando um jogo de palavras para demonstrar que ambas as personagens, as próprias forças golpistas e o homem preso (defensor de ideais da esquerda e que supostamente pregava uma “revolução” comunista), encontravam-se confusos com a vitória de outra “revolução”.

Figura 1. Caricatura sobre a vitória da “revolução”



Fonte: Caricatura de CLAUDIUS. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 79, 04 abr. 1964. p. 4.

As evidências indicam que, nesse primeiro momento, existia certa indefinição a respeito de qual a nomenclatura mais apropriada para referir-se ao acontecimento de derrubada do governo Goulart e instauração de um “novo” regime político nacional, pelo menos até a primeira quinzena do mês de abril de 1964. Também foi significativa a ausência de consenso em torno de qual a data simbólica que seria firmada como representativa do início da ação. Muito se falou, por exemplo, que se tratava da “revolução de 30 de março”¹³, em alusão ao levante iniciado pelo 12º Regimento de Infantaria, localizado na cidade de Belo Horizonte, sob

¹³ É muito significativa a ocorrência desse termo, sobretudo, nos editoriais publicados pelo *Jornal do Brasil*. Cf.: TAREFA urgente. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 82, 08 abr. 1964. p. 6; LIÇÃO de liderança. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 83, 09 abr. 1964. p. 6; MODERAÇÃO e justiça. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 85, 11 abr. 1964. p. 6; REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 86, 12 e 13 abr. 1964. p. 6.

comando do coronel Dióscoro Gonçalves do Valle e que, segundo depoimentos, teria ocorrido às exatas 14h00 do dia 30 de março de 1964.¹⁴

Paralelamente, existiam também aqueles que associavam o feito ao 1º de abril.¹⁵ A respeito disso, em capítulo de livro já mencionado, as historiadoras Alessandra Carvalho e Ludmila Catela discutiram o processo de seleção que incidiu na escolha da data “revolucionária” pela ditadura militar, a partir da ideia de que o golpe não deveria ser vinculado ao 1º de abril, em virtude da condição jocosa da data, associada ao Dia da Mentira.¹⁶ Essa questão foi, inclusive, uma pauta utilizada pelos próprios opositores do regime, com o propósito de desqualificar e satirizar a ditadura. Entretanto, no contexto imediato ao golpe de 1964, alguns setores que apoiaram a ação consideravam o 1º de abril como seu marco temporal. Aliás, é sintomático o Projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pelo deputado Antônio Alexandre (PSD), e que previa tornar o 1º de abril o “Dia da Liberdade”. Segundo constava na justificativa de proposição da lei, uma “data que praticamente era lembrada de maneira tão melancólica passa agora a ter significado histórico, passando à posteridade como o Dia da Democracia ou como o Dia da Liberdade”.¹⁷ A intenção era desmobilizar o sentido caricato da data para transformá-la na representação simbólica do movimento “revolucionário”.

Seria difícil estabelecer com certeza quais as reais intenções em determinar o 31 de março a data da “Revolução”, que também esteve associado ao movimento desde seus primórdios, coexistindo, naquele momento, com o 30 de março e o 1º de abril. Estou de acordo com o argumento exposto acima, acerca do interesse da ditadura em desvincular à insurreição golpista do Dia da Mentira, mas creio que a consagração do 31 de março também estava ligada a uma espécie de comprometimento dos militares com a suposta “factualidade” dos eventos propriamente, ou seja, para demarcar o início do levante de tropas em Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro, portanto escolhendo como marco as ações do general Mourão em Juiz de Fora e não as do coronel Dióscoro em Belo Horizonte. Em certa medida, essa opção valorizava a hierarquia dentro das próprias Forças Armadas, pois a patente de general atribuída a Mourão Filho estava muito acima da do coronel Dióscoro. De forma semelhante, a escolha do 31 de privilegiava o marco inicial do levante (e não o da vitória, propriamente), o que era coerente

¹⁴ GUEDES fala de revolução na TV. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 82, 08 abr. 1964. p. 12.

¹⁵ Cf.: CIVIS e militares pedem Castelo Branco na presidência. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.713, 06 abr. 1964. p. 5; CARTILHA da Revolução de 1 de abril. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 83, 09 abr. 1964. p. 4.

¹⁶ CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshinchadas. In: JELIN, Elisabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madri: Siglo XXI Editores, 2002. p. 195.

¹⁷ LIBERDADE terá dia no Est. do Rio: 1 de abril. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 86, 12 e 13 abr. 1964. p. 8.

com a definição dos eventos anteriores protagonizados por militares na República, a saber, os levantes tenentistas da década de 1920, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista em 1932.

Por fim, a indefinição momentânea sobre a data exata do acontecimento e sua nomenclatura foi solucionada mediante o esforço das forças golpistas (sobretudo, por determinados setores das Forças Armadas) em demarcar, por meio de seus discursos, a ideia de uma “Revolução” operada em 31 de março de 1964. Essa definição foi amplamente aceita pelos agentes sociais envolvidos na insurreição e encontrou eco nas vozes da imprensa de grande circulação, que contribuiu de forma decisiva para consolidar os termos. A partir do dia 07 de abril, as referências à “revolução brasileira”, supostamente feita pelas Forças Armadas em nome do povo, foram aumentando de forma exponencial, tanto nos discursos das personalidades civis e militares envolvidas no golpe de Estado, quanto nos editoriais e matérias publicadas pelos meios de comunicação.

Em minha perspectiva, a outorga do Ato Institucional¹⁸ (inicialmente sem número e que depois passaria a ser chamado de AI-1), além de ter sido responsável por iniciar o processo de institucionalização da ditadura, fortaleceu sobremaneira, no campo simbólico e discursivo, a ideia de uma “Revolução vitoriosa” e representou o momento-chave para a consolidação da terminologia “Revolução” de 31 de março.

A imprensa divulgou com otimismo o texto, assinado pelo autointitulado “Comando Supremo da Revolução”, composto pelos chefes das Forças Armadas, os ministros do Exército, general Artur da Costa e Silva; da Marinha, almirante Augusto Rademaker Grünewald; e da Aeronáutica, brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O documento em questão, buscou legitimar a “Revolução” enquanto poder soberano, dando sinais claros do perfil autoritário que seria seguido pelo governo. Todavia, as notícias relataram que o Ato Institucional teria sido baixado visando justamente a limitação dos poderes “revolucionários” e, prova disso, era a manutenção da Constituição e do Congresso Nacional¹⁹, embora ficasse bastante explícito a determinação de que o Parlamento se encontrava sob a égide da “Revolução”.²⁰

¹⁸ O Ato Institucional, cujo prazo de expiração era de 31 de janeiro de 1966, determinava, entre outras coisas, as eleições indiretas para o cargo de Presidente da República, possibilidade de decretação e manutenção do Estado de Sítio, suspensão de garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade de empregos públicos, suspensão de direitos políticos e a promessa de eleições presidenciais para 1965. Cf.: BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Ato Institucional*. Brasília: Presidência da República, 09 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 18 de jan. 2023.

¹⁹ TODO PODER nas mãos dos mins. militares. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.716, 09 abr. 1964. Caderno Extra, p. 1.

²⁰ Em seu texto, o Ato Institucional afirma que: “Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”. BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos

O que nos interessa, especificamente, é o preâmbulo do Ato Institucional, cujo texto esclarecia que “o que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução”.²¹ Alguns dias depois da outorga da legislação, um dos chefes do “Comando Supremo da Revolução”, o general Costa e Silva, respondeu a algumas perguntas da imprensa, destacando novamente que “o movimento iniciado em 31 de março é uma revolução autêntica”.²² A estratégia narrativa buscou reforçar o sentido de “autenticidade” do movimento, em termos discursivos e institucionais, com o intuito de desvencilhá-lo de um golpe de Estado e gerar legitimidade ao governo em fase de estabelecimento.²³ A ideia de uma “Revolução” estava atrelada ao caráter popular da insurreição, à derrota do “comunismo” e ao estabelecimento de um suposto “novo” regime político nacional.²⁴

Após a outorga do Ato Institucional, em 09 de abril de 1964, a nomenclatura “Revolução” de 31 de março passou a configurar-se majoritariamente no discurso de autoridades políticas civis e militares, assim como nos jornais de grande circulação. O sentido “revolucionário” era atribuído não somente à insurreição golpista, mas também ao projeto de implementação de um novo governo presidencial.²⁵ No dia seguinte à publicação do AI-1, a revista *O Cruzeiro* lançou uma edição “histórica” especial em homenagem à “Revolução”, com uma retrospectiva dos acontecimentos e entrevistas com seus líderes.²⁶ O termo ganhava cada vez mais adeptos e amplitude nos meios de comunicação.

A conclusão desse processo de institucionalização, do qual fizeram parte membros das Forças Armadas, figuras políticas civis e a própria imprensa, ocorreu com a eleição indireta do

Jurídicos. *Ato Institucional*. Brasília: Presidência da República, 09 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 18 de jan. 2023.

²¹ BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Ato Institucional*. Brasília: Presidência da República, 09 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 18 de jan. 2023.

²² O COMANDO confia: são boas as perspectivas. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.718, 11 abr. 1964. p. 1.

²³ A imprensa, embora alinhada com os princípios “revolucionários”, afirmava que “o reestabelecimento em Brasília de um Governo estável é que fortalecerá a revolução e manterá o povo a seu lado. Isto é que retirará definitivamente qualquer eiva de golpe a um movimento querido, consentido e do qual este País espera não uma nova ordem, mas uma nova grandeza”. TAREFA urgente. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 82, 08 abr. 1964. p. 6.

²⁴ Segundo o Ato Institucional, “A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”. BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Ato Institucional*. Brasília: Presidência da República, 09 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 18 de jan. 2023.

²⁵ O MINISTRO DA GUERRA anuncia a instauração de uma Nova República. *O Globo*, ano XXXIX, n. 11.632, 10 abr. 1964. p. 13.

²⁶ *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 26 (edição extra), 10 abr. 1964.

marechal Castello Branco, encerrando esse ciclo com a consagração do primeiro mandato do governo dito “revolucionário”.²⁷

Para essa pesquisa, interessa investigar o processo de construção de um imaginário político associado à “Revolução” desde o imediato pós-golpe, porque é justamente nesse período em que foram constituídos os pilares de sustentação do chamado “ideal revolucionário”, amplamente divulgado nas comemorações do 31 de março pela ditadura, e que constituiu um dos elementos centrais de seu imaginário nacionalista e autoritário.

1.1 – A fabricação do “ideal revolucionário” e os festejos do Primeiro Aniversário (1965)

Desde imediatamente ao episódio golpista, a imprensa destacou a necessidade “imprescindível” de que os “ideais revolucionários” não fossem corrompidos, acrescentando ainda a expectativa de um mandato presidencial “integrado aos objetivos da revolução”.²⁸ A base para construção desses ideais era composta por três elementos principais: o expurgo dos comunistas, o combate à corrupção e a suposta “salvação” da democracia brasileira.²⁹

Após o estabelecimento da ditadura, as sucessivas comemorações cívicas permaneceram “atentas à preservação do ‘ideal revolucionário’ como forma de sintetizar os pressupostos do governo recentemente instituído”³⁰, por meio da promoção de seus líderes políticos e da veiculação de discursos de caráter exaltador. Nos aniversários do 31 de março a tópica de defesa do regime democrático era constantemente evocada pelos pronunciamentos, sendo muito comum a utilização do termo “Revolução Democrática de 1964”. O apelo significativo a essa argumentação me conduziu ao questionamento sobre as formas de

²⁷ A REVOLUÇÃO CONSOLIDADA. *O Globo*, ano XXXIX, n. 11.633, 11 abr. 1964. p. 1; REVOLUÇÃO DEFINIDA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.719, 12 abr. 1964. p. 4; VITÓRIA democrática. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 88, 15 abr. 1964. p. 6.

²⁸ VOLTA à normalidade. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.716, 09 abr. 1964. p. 4. No *Jornal do Brasil*, também se falou muito sobre não trair os “ideais revolucionários”. Cf.: AO CONGRESSO. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 78, 03 abr. 1964. p. 1; PREOCUPAÇÃO de Minas é que o novo Governo corresponda aos ideais da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 79, 04 abr. 1964. p. 2; AUTORIDADE e confiança. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 80, 05 e 06 abr. 1964. p. 6.

²⁹ Nesse primeiro momento os temas relacionados à economia não se fizeram presente de forma significativa. Alguns editoriais publicados pelos jornais mencionaram brevemente o projeto de reformas, “regeneração” e “obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral”. A questão econômica apareceu muito mais como um objetivo a ser concretizado pela “Revolução” do que parte do “ideal revolucionário” propriamente, esse último sempre muito associado às discussões sobre política. Mesmo nos textos que abordaram o tema da economia deixou-se claro que “o ideal revolucionário é a democracia”. A REVOLUÇÃO CONSOLIDADA. *O Globo*, ano XXXIX, n. 11.633, 11 abr. 1964. p. 1. Interessante observar como posteriormente, na década de 1970 e diante do milagre econômico, a questão econômica ganhou muito destaque nos aniversários do golpe.

³⁰ FERREIRA, Cristina. Cinquenta anos do golpe civil-militar: ordem cívica e ilegalidade no início do governo ditatorial no Brasil (1964-1965). *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 191-213, mai./ago. 2017. p. 204.

propagação desse discurso no ambiente comemorativo, com o propósito de indagar acerca dos usos efetuados pelo regime autoritário em torno do conceito de democracia.

Em minha compreensão, o discurso de “salvação” da democracia constituiu o cerne do “ideal revolucionário”, sendo forjado entre o contexto de articulação golpista e o período inicial da ditadura (especialmente na transição entre os anos de 1964 e 1965), e constantemente reatualizado na passagem dos aniversários do golpe. Por sua vez, o “ideal revolucionário” constituía uma parte fundamental do imaginário da “Revolução”, na medida em que legitimava a ação golpista mediante o argumento salvacionista e contribuía positivamente ao interesse da ditadura em evitar que o 31 de março fosse alcunhado como golpe de Estado, já que o termo “Revolução” era mais atrativo e desprovido de estigmas.

O discurso de “salvação” da democracia e o imaginário da “Revolução”

A compreensão do argumento de “salvação” da democracia defendido pela ditadura brasileira perpassa pelo entendimento de suas conexões transnacionais, derivadas do contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e da emergência da Guerra Fria. Esse confronto político e bélico, que ocorreu na segunda metade do século XX, submeteu o cenário mundial a uma lógica bipolarizada, que tomava como prerrogativa o alinhamento geopolítico à duas potências internacionais: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que representava o bloco socialista; e Estados Unidos da América (EUA), que simbolizava o bloco capitalista.

Na transição das décadas de 1940 e 1950, os EUA iniciaram uma campanha anticomunista em nível global, com o objetivo estratégico de angariar apoio de nações consideradas “aliadas”, para ampliar seu lastro de influência e enfraquecer o bloco político da URSS. Na lógica estadunidense, era necessário estabelecer políticas ditas “democratizantes” para superação das mazelas herdadas da Segunda Guerra, além de livrar o mundo de ideologias consideradas totalitárias, em alusão aos regimes nazifascistas e ao comunismo. Os norte-americanos classificavam o regime comunista como totalitário e análogo à escravidão, na medida em que nessa forma de organização social os indivíduos supostamente teriam de renunciar suas liberdades individuais para render-se ao “controle” e desmandos do Estado.

Nesse período, o conceito de democracia passou a compor uma tônica importante para legitimar as iniciativas políticas estadunidenses, compreendido em oposição ao comunismo. Segundo a historiadora Jennifer Miller, esse discurso situava-se em uma espécie de “paradoxo crítico”, pois ao mesmo tempo que defendia a consolidação do sistema político democrático, validava a utilização de medidas opressoras e autoritárias para consolidar tal objetivo. Os EUA partiam do entendimento de que as democracias clássicas tradicionais eram “frágeis”, pois suas

estruturas políticas careceriam de instrumentos adequados para impedir a “infiltração” comunista no seio da sociedade, tornando-as suscetíveis à penetração de propaganda “subversiva”. Justamente por isso, os líderes e articuladores norte-americanos pregavam que era necessária a adoção de uma “democracia forte”, preparada psicológica e militarmente para combater os inimigos. A consolidação dessa democracia, pautada em valores extremamente conservadores e autoritários, deveria partir das elites políticas, pois as massas populares eram tidas como vulneráveis à demagogia. Em uma perspectiva mais ampla, o projeto político-ideológico estadunidense consistia em elevar o ideal de “democracia forte” como valor supremo e absoluto na relação com os países aliados, de forma a reforçar a necessidade de manutenção de uma postura anticomunista vigilante. Esse objetivo perpassava pela constante pressão dentro das relações diplomáticas e por meio de intensa propaganda política visando a adoção dessa concepção.³¹

A partir de 1960, em meio aos desdobramentos da Revolução Cubana, a América Latina tornou-se local estratégico para a difusão dos preceitos em torno da democracia estadunidense, culminando em casos de interferência política direta, a exemplo do que ocorreu com os golpes militares nos países do Cone Sul. Por extensão, a busca por legitimação das decisões políticas das nações latino-americanas alinhadas geopoliticamente com os EUA perpassava necessariamente pelo seu vínculo explícito com a defesa da liberal-democracia.³² Os setores brasileiros vinculados à direita se apropriaram fortemente dessa retórica no contexto de articulação golpista e durante a ditadura. Para além das ações no plano discursivo, iniciativas ritualísticas reforçavam os laços constituídos entre os apoiadores do regime ditatorial e o governo norte-americano.³³

No contexto que antecedeu a derrubada de Goulart, instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) atuaram na divulgação, entre os meios civis empresariais e as classes médias, da concepção de que as reformas político-econômicas brasileiras deveriam vir acompanhadas de moderação política e “responsabilidade

³¹ MILLER, Jennifer M. *Cold War Democracy: The United States and Japan*. Cambridge: Harvard University Press, 2019. p. 1-15.

³² VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365-401, set./dez. 2019. p. 367.

³³ Ainda em 1964, em período imediato ao golpe e situada nas celebrações da vitória, uma inusitada homenagem foi realizada por estudantes e professores da rede básica de ensino de São José do Rio Preto (SP). A chamada “Marcha Pró-Democracia” contou com uma alegoria da Estátua da Liberdade, para representar a “Revolução”. ALEGORIA em marcha. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, n. 12.716, 09 abr. 1964. p. 9.

democrática”, associando posturas mais radicais ao comunismo.³⁴ Somado a isso, os princípios ideológicos difundidos pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) buscaram corroborar a proposição de que às Forças Armadas competia a “missão providencial” de salvar a democracia brasileira, pois “seriam eles os mais identificados com os interesses nacionais e, portanto, lhes caberia o direito e até o dever de arbitrar as crises políticas (intervindo) em nome da ordem interna”.³⁵

A respeito disso, é interessante observar um processo de inversão do apelo à questão constitucional, entre os anos de 1961 e 1964. Por ocasião da posse de Jango à presidência, a esquerda lançou mão de campanha visando a manutenção da legalidade democrática, impedindo o sucesso de uma tentativa de golpe de Estado civil e militar. Já em 1964, os grupos de direita é que passaram a ocupar as ruas para protestar em favor da “democracia” brasileira, alinhados ao discurso anticomunista e de defesa das “tradições” cristãs e ocidentais. Para os golpistas e apoiadores da ditadura, a necessidade de “salvaguardar” a democracia e a legalidade constitucional articulava-se à ideia de um suposto “golpe” em curso no Brasil, que deveria ocorrer no dia 1º de maio (Dia do Trabalhador), planejado pela esquerda brasileira e patrocinado pelo comunismo internacional, com o aval e apoio de João Goulart. Segundo editorial publicado pelo *Jornal do Brasil* em 04 abril de 1964, “o que a revolução objetivou foi dar uma resposta democrática aos problemas e impasses que a conspiração comunista colocava em termos de atentado à legalidade e à consciência democrática, pacífica e cristã da Nação brasileira”.³⁶

Vale destacar que embora os grupos golpistas e apoiadores da ditadura tenham incorporado o conceito de democracia sob forte inspiração estadunidense e imbuídos dos preceitos bipolarizados da Guerra Fria, essa experiência também foi moldada de acordo com as tradições políticas brasileiras e daqueles agentes históricos. A presença do anticomunismo no Brasil foi anterior à década de 1960 e esteve baseada em três matrizes ideológicas principais: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. O discurso liberal rejeitava o comunismo sob a alegação da defesa de preceitos políticos, como a liberdade individual, e econômicos, enfatizando a manutenção da propriedade privada. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta argumentou que, apesar da retórica anticomunista ter se apropriado do discurso liberal-democrata, a defesa da democracia era esvaziada de sentido, pois “no fundo, democrata

³⁴ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Eduel, 2013. p. 66-67.

³⁵ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 4). p. 18.

³⁶ DECISÃO urgente. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 79, 04 abr. 1964. p. 6.

significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito convincente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar os grupos que nada tinham de democráticos”.³⁷

Naturalmente, a sustentação do discurso de “salvação” da democracia pelo golpe e a ditadura militar perpassava pela formulação de práticas e estratégias políticas alinhadas com esses intentos de legitimidade. Poucos dias após o golpe de 1964, o jurista Temístocles Cavalcânti afirmou em entrevista para o *Jornal do Brasil* que, instaurada a “Revolução”, era necessário reconceituar a ordem jurídica estabelecida no Brasil, o que denominou de “legalidade revolucionária”, que “consiste na institucionalização de uma situação de fato, condicionada aos próprios objetivos da revolução”.³⁸ A propósito disso, a socióloga Maria José de Rezende, em trabalho minucioso que objetivou compreender qual o conceito de democracia preconizado pela ditadura em sua pretensão de legitimidade, assinalou que o regime evitava esclarecer quais as bases teóricas que inspiravam seu modelo de “democracia”, reinventando um sentido democrático universalizante, articulado a conceitos como “povo” e “liberdade”, cujo imperativo encontrava-se na “Revolução”.³⁹

Justamente por isso, uma das questões singulares que permeou o regime autoritário residiu em sua constante preocupação em revestir suas ações sob um manto de legalidade. A ditadura militar se apropriou de elementos do discurso liberal, visando sustentar o argumento retórico de defesa da democracia e acomodar os interesses das correntes liberais que apoiaram o golpe. Tal quadro se delineou a partir da manutenção de certas instituições características de governos tidos como “democráticos”, a saber: o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, os partidos políticos e a Constituição de 1946 (embora submetida às prerrogativas do AI-1 e que, posteriormente, seria substituída pela Constituição de 1967), além dos pleitos eleitorais diretos para determinados cargos políticos. Desse arranjo político resultou um regime ditatorial que buscou conciliar elementos autoritários e liberais, cujas concessões a esse último foram efetuadas desde que não atrapalhassem as iniciativas repressivas. Além disso, o tipo de liberalismo defendido pelos apoiadores da ditadura era compatível com o autoritarismo, pois acreditavam que a garantia de legitimidade “democrática” se encontrava respaldada pela

³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Eduff, 2020. p. 66-67.

³⁸ TEMÍSTOCLES Cavalcânti diz que objetivo da revolução é estabelecer a legalidade. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 86, 12 e 13 abr. 1964. p. 15.

³⁹ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Edel, 2013. p. 70-71.

manutenção das eleições parlamentares por sufrágio e eleições indiretas para o poder executivo.⁴⁰

Parto do entendimento de que é justamente entre os anos de 1964 e 1965 que se consolida esse “ideal revolucionário”, pautado em uma suposta democracia a ser preservada contra o “comunismo”, a “subversão” e a “corrupção”. Nesse contexto, o imaginário nacionalista e autoritário produzido pela ditadura incorporou o argumento de “salvação” da democracia apenas em termos de contraposição ao chamado “perigo vermelho”, utilizando-o como subterfúgio para justificar as ações autoritárias do governo ditatorial, como no caso da outorga dos Atos Institucionais.

Reitero o argumento de que o discurso de “salvação” da democracia constituiu um dos pilares do imaginário “revolucionário” construído pela ditadura em torno do golpe de Estado. A partir do momento em que os grupos golpistas e apoiadores do regime defendiam que a ação insurrecional promovida em 1964 tinha como objetivo garantir a manutenção do sistema democrático no país, blindavam em nível discursivo o evento, de modo a evitar a alcunha de golpe de Estado, que além de contrariar o discurso de legalidade que a ditadura queria imprimir, era temida por seu caráter pejorativo. A produção de imaginários pressupõe a construção de uma “ideia-imagem”, um deslocamento de sentido em torno de algum evento, gerando assim novas formas de interação com aquela realidade. Nesse caso, a ditadura investiu na produção de um imaginário que deslocava o sentido golpista do evento associado ao 31 de março, que passou a ser compreendido como uma “Revolução” que havia sido feita em nome da “democracia” brasileira. Esses postulados sustentavam, simbólica e discursivamente, a manutenção de um regime autoritário comandado pelos militares.

Por sua vez, os aniversários do golpe passaram a ser momentos oportunos para o reforço desse imaginário, atuando enquanto verdadeiras conjunturas de ativação de memórias. Em nível prático, as festividades alusivas à data auxiliaram na divulgação e reatualização dos discursos e ritualísticas, e o apoio dos mecanismos de repressão e censura foram fundamentais para a consolidação do imaginário da “Revolução”.

A consolidação do “ideal revolucionário” e os festejos do 1º aniversário

Um ano mais tarde, em meio às comemorações do 1º aniversário do golpe, um editorial d’*O Estado de S. Paulo* continuou a sustentar a tese de que o golpe de 1964 havia “salvado” a democracia brasileira, afirmando que no período que antecedeu a insurreição em 1964, o país

⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 99-110.

se encontrava “às portas da subversão total da ordem democrática e da iminência de vermos a Nação reduzida às condições em que se debate ainda a Cuba de Fidel Castro”.⁴¹ Naquela ocasião, os pronunciamentos comemorativos de autoridades políticas também foram representativos da incorporação do ideal de “salvação” da democracia como argumento principal para legitimar o golpe e o governo dito “revolucionário”. Na Ordem do Dia baixada⁴² pelo Ministro da Guerra, o general Costa e Silva, afirmou-se que o povo brasileiro “soube fazer a opção entre comunismo e democracia, insurgindo-se pelo direito de assegurar a sobrevivência cultural dos padrões que lhe são marcas”, destacando as tradições democráticas e cristãs da nação.⁴³ Paralelamente, a imprensa relatou de forma otimista a recuperação de “velhas tradições” brasileiras, caracterizadas pela “ação inequivocamente favorável ao entendimento cada vez maior com as áreas onde impere a Democracia liberal”⁴⁴, em referência ao alinhamento político com o bloco de países capitalistas.

Acompanhando as preocupações em revestir a ditadura de caráter legal e democrático, o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco falou ao Congresso Nacional⁴⁵ que, mesmo em 1964, “num momento de triunfo, e quando nada lhe poderia contrariar as determinações, [a “Revolução”] jamais vacilou no empenho de preservar os órgãos representativos da democracia e da legalidade”.⁴⁶ O marechal participou de uma sessão solene da casa parlamentar, destinada a homenagear o “movimento” de 31 de março e comemorar seu 1º aniversário, e que consistiu em “fato inédito”, pois foi a primeira vez, em 19 anos, que um Presidente da República compareceu e discursou em uma sessão no Legislativo que não fosse a “solenidade da tomada de seu compromisso constitucional”.⁴⁷ Durante o evento, definido pelo jornal *O Estado de S.*

⁴¹ O 1º ANO DA Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 3.

⁴² Nos anos subsequentes ao 1º aniversário do golpe, as Ordens do Dia baixadas pelos ministros das Forças Armadas tornaram-se uma constante.

⁴³ BRASÍLIA PROMOVE desfile no Eixo Rodoviário amanhã. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 72, 30 mar. 1965. p. 3.

⁴⁴ O 1º ANO DA Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 3.

⁴⁵ Também se tornou de praxe que o Presidente da República fizesse um discurso à Nação por ocasião dos aniversários do golpe, a ser transmitido por cadeia nacional de rádio e televisão, além de transcrito por todos os meios de comunicação da grande imprensa. Somente em alguns anos pontuais esse discurso não foi realizado.

⁴⁶ CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Perante o Congresso Nacional, por ocasião da sessão solene comemorativa do 1º aniversário da Revolução*. Brasília, 1965b. p. 9.

⁴⁷ CONGRESSO QUEBRA tradição para ouvir a obra da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 74, 31 mar. 1965. p. 3. A imprensa relatou que tal acontecimento foi tão “inédito” que gerou dúvidas quanto à sua própria legitimidade. Os representantes do Senado e da Câmara dos Deputados deliberaram sobre a decisão e aprovaram a solenidade. Contudo, a bancada do PTB decidiu não participar do evento e emitiu uma nota crítica sobre sua objeção. No texto, os políticos afirmaram que o posicionamento resultava “do aspecto antirregimental e inconstitucional da reunião, pois só se compreende a presença do Presidente no Congresso Nacional quando do ato de sua posse, nos expressos termos da Constituição da República. Constitui o acontecimento uma violação do princípio da independência dos poderes”. SESSÃO SOLENE no Congresso. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 7.

Paulo como “o ponto mais importante do programa de comemorações”⁴⁸, Castello Branco fez um discurso repleto de promessas acerca de um futuro nacional glorioso, reafirmando os “ideais revolucionários”, o compromisso com a implementação “pacífica” das reformas e com o “desenvolvimento com estabilidade”.⁴⁹

Entretanto, cumpre esclarecer que a manutenção de certas instituições políticas não pode ser lida como uma faceta “democrática” do regime, que foi essencialmente ditatorial. Inclusive, essas mesmas instituições foram constantemente descaracterizadas e desmanteladas pelo regime autoritário, com o intuito de garantir a perpetuação da ditadura e barrar qualquer possibilidade de ação concreta dos setores políticos de oposição. Em muitos momentos, os governos militares utilizaram a retórica sobre a democracia para justificar as próprias medidas autoritárias, defendendo um “paradoxo crítico” semelhante ao ideal da “democracia forte” norte-americana: restringir a democracia para salvá-la.

Especialmente no 1º aniversário do golpe, os discursos das autoridades militares se preocuparam em legitimar suas ações. Essa narrativa pode ser observada com bastante clareza nas Ordens do Dia baixadas em referência ao 31 de março de 1964. O Ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Eduardo Gomes, exprimiu sua confiança nos destinos da nação, a partir da “firmeza com que o povo e as corporações militares selaram a sua aliança em defesa da democracia”, convocando também as futuras gerações para que “cooperem esperançosamente na consolidação de uma nova ordem institucional”.⁵⁰

Outra fala bastante sintomática a esse respeito foi feita pelo Ministro da Guerra, o general Costa e Silva, durante solenidade realizada pelo oficialato do Exército em sua homenagem, por conta de seu envolvimento com o golpe. Os meios de comunicação relataram que, em um discurso de improviso e visivelmente emocionado, o militar afirmou que “o Exército, hoje, é o Partido forte que o Governo conta para que jamais voltem a frutificar no solo pátrio a subversão e a corrupção”. Segundo sua concepção, seriam necessários pelo menos dez anos de “regime revolucionário” para erradicar os problemas nacionais. Em um tom claramente autoritário, Costa e Silva também acrescentou uma promessa: “posso afirmar aos senhores que com o Governo Castello Branco ou sem ele o Exército não deixará que o País mergulhe

⁴⁸ CASTELO HOJE na Câmara. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 1.

⁴⁹ No plano econômico, o presidente militar assegurou a implementação de iniciativas visando o combate sistemático da inflação, o estímulo à produtividade e estabilização dos preços, o favorecimento do capital estrangeiro e do acesso das empresas nacionais ao mercado financeiro. Cf.: CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Perante o Congresso Nacional, por ocasião da sessão solene comemorativa do 1º aniversário da Revolução*. Brasília, 1965b. p. 12-17.

⁵⁰ ORDEM DO DIA DO brigadeiro. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 9.

novamente na desordem, na falência total de seus princípios sadios e democráticos”.⁵¹ A imprensa carioca favorável ao regime recebeu de maneira extremamente positiva o discurso do ministro, enfatizando seu compromisso com o “ideal revolucionário” e elogiando a clareza de suas palavras, que “não deixam margem para as tentativas de interpretá-las de outra forma que não seja a lição democrática”⁵². Essa afirmação, além de demonstrar o alinhamento dos jornais com a ditadura, fazia referência à recepção negativa da fala de Costa e Silva em alguns círculos políticos oposicionistas.

Em meio ao ambiente comemorativo, o discurso da imprensa também conferiu destaque as tradições pertencentes às Forças Armadas, “herdeiras do Poder Moderador do imperador, para assegurar a defesa das instituições quando os desgarros do eleitorado venham a resultar em ameaça à integridade da Nação”.⁵³ Os militares aparecem aqui, enquanto “guardiões” da “democracia” brasileira, reforçando a tradição do intervencionismo controlador propagado por setores castrenses vinculados à ditadura. Portanto, fica evidente que o discurso de “salvação” da democracia, aliada à exaltação da suposta superioridade militar (característica da utopia autoritária), compunham elementos centrais do imaginário “revolucionário” construído pela ditadura. Na continuidade desse trabalho, buscarei demonstrar que nos anos posteriores essa retórica salvacionista permaneceu sendo constantemente evocada pelos discursos comemorativos, forjando um sentido de “democracia” atrelado ao regime autoritário. Em diversos momentos, mediante a impossibilidade de mascarar a perseguição política e tolhimento das liberdades civis, as autoridades militares investiram na propagação do conceito de “democracia revolucionária” para explicar o sistema de governo.⁵⁴

Os meios de comunicação, além de divulgarem ostensivamente os discursos comemorativos e as programações festivas, mantiveram uma posição extremamente favorável à ditadura, expressa em editoriais jornalísticos e colunas de opinião, mas também em outras reportagens. Esse foi o caso de pesquisa de opinião publicada por *O Globo* na edição do dia 31 de março de 1965, definida como “depoimento popular que representa o pensamento de quantos foram beneficiados pelo movimento”. O jornal entrevistou 14 pessoas, sendo 10 homens e 4

⁵¹ COSTA E SILVA: Exército é o partido forte contra a corrupção. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.074, 02 abr. 1965. p. 6.

⁵² RETROCESSO impraticável. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 77, 03 abr. 1965. p. 6.

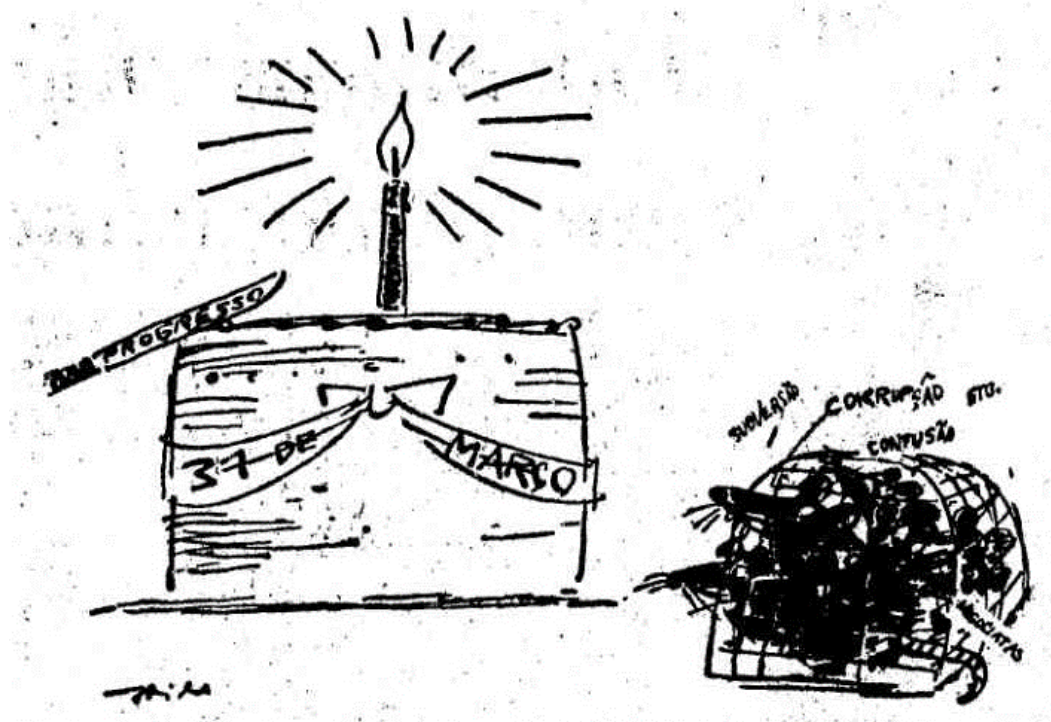
⁵³ GUDIN, Eugênio. Reflexões de aniversário. *O Globo*, ano XL, n. 11.930, 31 mar. 1965. p. 2.

⁵⁴ Em 1970, por exemplo, o governador de São Paulo, Abreu Sodré, publicou na *Folha de S. Paulo* o primeiro capítulo de seu livro *Revolução + Administração=Povo Livre*, que buscava compreender “o ‘dever ser’ da democracia brasileira, imperativamente situada no contexto da Revolução de 31 de março”. SODRÉ, Abreu. Democracia e Revolução: de Castelo a Médici. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano XLIX, n. 14. 896, 29 mar. 1970. Caderno Especial: Os caminhos da Revolução, p. 2. Importante destacar que as utilizações do conceito de democracia também variaram muito em razão das diferentes fases da ditadura militar.

mulheres, profissionais autônomos e trabalhadores assalariados, além de líderes sindicais. A pergunta que direcionou os depoimentos era “Valeu a pena a Revolução?”. As respostas foram unânimes ao destacar positivamente a insurreição de 31 de março e o governo ditatorial de Castello Branco, elogiando o reestabelecimento da ordem e o fim da “agitação política”, o clima de tranquilidade e as iniciativas visando retomar o progresso nacional.⁵⁵

A alusão a esses mesmos pressupostos também pode ser observada em caricatura publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (Figura 2), em que um bolo de aniversário com uma vela e ornado com fita comemorativa ao 31 de março de 1964 encontra-se prestes a ser cortado com uma faca que simbolizava o progresso. Ao lado, aparecem ratos pretos presos em uma gaiola, com os dizeres “subversão”, “corrupção”, “confusão” e “negociatas”, para representar a suposta extinção da corrupção e o estabelecimento da tranquilidade.⁵⁶

Figura 2. Caricatura sobre o 1º aniversário do golpe



Fonte: Caricatura de HILDE. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 4.

⁵⁵ OPINA O POVO sobre a Revolução. *O Globo*, ano XL, n. 11.930, 31 mar. 1965. p. 11.

⁵⁶ Após o estabelecimento da ditadura, o jornal *O Estado de S. Paulo* contribuiu para difundir a ideia de que a corrupção política constituía o segundo inimigo da “Revolução”, para além dos comunistas e “subversivos”. Em suas representações visuais utilizou amplamente do arquétipo do rato preto para aludir à necessidade de “limpeza” da corrupção. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. p. 70.

Como vimos, a passagem do 31 de março em 1965 ensejou discursos que ajudaram a consolidar os valores e o imaginário construído em torno da chamada “Revolução”. Mas não somente de discursos foi feito o 1º aniversário do golpe. Além de uma profusão intensa de pronunciamentos comemorativos de autoridades políticas civis e militares, os festejos contaram com significativo investimento governamental na promoção de programações festivas e eventos de caráter solene, que passo a analisar agora.

As comemorações foram fixadas entre os dias 25 e 31 de março e os preparativos se iniciaram desde o início daquele mês, quando o presidente Castello Branco determinou a criação de uma Comissão Festiva, chefiada pelo Ministro Interino da Educação, Raimundo Muniz de Aragão.⁵⁷ Em alguns dos estados e municípios brasileiros, também circularam normativas específicas das Secretarias de Educação, determinando “providências no sentido de ser condignamente comemorado [...] o primeiro aniversário do movimento cívico-militar que restabeleceu o regime democrático no país”.⁵⁸

Na agenda presidencial de Castello Branco constava a participação em diversos eventos, realizados entre os dias 30 de março e 01 de abril. Um dos destaques conferidos pela imprensa foi a aprovação da Lei do Estatuto da Terra, que daria início ao processo de reforma agrária no território nacional, assim como, a abertura da I Conferência Nacional de Educação. O presidente também realizou uma entrevista, no Palácio das Laranjeiras, com representantes da imprensa nacional e estrangeira, respondendo a um roteiro de perguntas previamente estabelecido. A maior parte dos questionamentos girou em torno da ação governamental para recuperação econômica, combate à inflação, estabilização de preços e a política externa conduzida pela “Revolução”.⁵⁹ O marechal também participou das comemorações cívicas realizadas em Brasília pela manhã, seguindo rumo a Minas Gerais para acompanhar os festejos organizados pelo governador Magalhães Pinto, “numa homenagem aos mineiros que deram início ao movimento pela preservação das instituições democráticas”.⁶⁰ O ponto alto das comemorações se deu, justamente, no Distrito Federal e em Minas Gerais, estados onde houve grandes concentração de pessoas, com desfiles civis e militares.

⁵⁷ ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO SERÁ comemorado em todo o país. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 55, 09 mar. 1965. p. 3.

⁵⁸ EDUCAÇÃO: aniversário da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.069, 28 mar. 1965. Caderno Classificados, p. 11.

⁵⁹ A ENTREVISTA do presidente Castelo Branco. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 6.

⁶⁰ FESTEJOS EM todo o Brasil pelo aniversário da Revolução. *O Globo*, ano XL, n. 11.930, 31 mar. 1965. p. 17.

As programações festivas estenderam-se de Norte a Sul, em todas as regiões do Brasil, com destaque para Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Guanabara, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, principalmente nas capitais estaduais, mas também em cidades do interior. As solenidades foram compostas por eventos bastante diversificados, com inúmeras missas em ação de graças, palestras escolares e cívico-militares, inaugurações de obras públicas, jantares e bailes de gala, lançamento de livros, formatura de tropas e instalações no Círculo Militar, desfiles, alvoradas festivas, performances aéreas, retretas e partidas de jogos esportivos. É interessante observar que as ritualísticas estabelecidas em 1965 foram constantemente repetidas e reatualizadas nas comemorações seguintes, embora em menor intensidade se comparadas ao 1º aniversário.

No âmbito das Forças Armadas, os ministros do Exército, Marinha e da Aeronáutica também publicaram orientações determinando a realização de comemorações e solenidades em todas as unidades das corporações. Em São Paulo, o II Exército preparou uma extensa programação, com palestras, alvorada festiva, culto religioso em ação de graças, desfile militar e abertura dos quartéis à visitação pública para fortalecer os laços com a população civil, além de uma “confraternização dos militares e de correntes de opinião favoráveis ao 31 de março”.⁶¹ Foi notável também o engajamento das cidades do interior paulista, como no caso de Santos, Lorena, Campinas, Guarulhos e Jundiaí, que realizaram diversas missas em ação de graças, pronunciamentos e desfiles.⁶² O governador do Estado, Adhemar de Barros, limitou-se a fazer um pronunciamento comemorativo televisionado, seguido de cerimonial no Palácio dos Campos Elísios à noite.

Embora a imprensa paulista tenha buscado imprimir bastante visibilidade para os festejos realizados na capital, um relatório produzido pela embaixada norte-americana mostrou um contraste significativo com o noticiário dos jornais. O documento em questão relatou que o 1º aniversário da “Revolução” teria passado quase despercebido pela população, “a cidade de São Paulo estava especialmente quieta; não houve desfiles militares ou manifestações cívicas de qualquer tipo. As ocorrências do dia limitavam-se a sóbrios encontros privados que não tocavam o público em geral”.⁶³ Esse descompasso entre as informações divulgadas pela

⁶¹ O II EXÉRCITO ORGANIZA programa de festas para o 31 de março. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.069, 28 mar. 1965. p. 9.

⁶² SÃO PAULO FESTEJA hoje o heroísmo do 31 de março. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 8.

⁶³ Tradução da autora: “The city of São Paulo was especially quiet; there were no military parades or civic manifestations of any kind. Observances of the day were limited to sober private gatherings which did not touch the general public”. Cf.: NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP em diante). Belo Horizonte. *Weekly Summary* n° 14, 1965. RG n° 59, caixa 1928, pasta 4.

imprensa de grande circulação e os documentos do governo estadunidense indicam contradições sobre a efetivação ou não das programações festivas. Seria difícil atestar com exatidão qual das narrativas é mais confiável do ponto de vista informativo. Todavia, é possível supor que um relatório produzido por outro país, cuja circulação encontrava-se restringida aos setores de vigilância dos EUA, teria menos motivações para exagerar a presença civil do que matérias de jornais, cujo posicionamento político encontrava-se bastante alinhado ao governo ditatorial, pelo menos naquele momento.⁶⁴

As comemorações na Guanabara contaram com missa em ação de graças, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), entidade cívica feminina de caráter conservador, e que esteve associada ao movimento golpista de 1964. O Departamento de Educação Primária do Estado estabeleceu normas determinando a realização de solenidades e palestras informativas em todas as unidades escolares, assim como a promoção de passeios marítimos a bordo de navios de guerra da Marinha, visita às unidades da Força Aérea Brasileira (FAB) e ato cívico diante do Monumento da Força Expedicionária (FEB).⁶⁵ Dos desfiles militares da capital do Estado participaram cerca de quatro mil soldados, exibindo cães adestrados pela Polícia Militar (PM). O *Jornal do Brasil* destacou a simbologia atrelada ao local de passagem realizado pelos militares no desfile, as “ruas em que no ano passado tomaram posição as tropas de defesa do Palácio Guanabara”⁶⁶, em alusão ao golpe de 31 de março de 1964. O governador Carlos Lacerda também participou dos festejos, inaugurando obras públicas e por meio de discursos comemorativos.

O desfile cívico-militar sediado em Brasília ocorreu pela manhã, no Eixo Rodoviário, dispondo de um montante de quatro mil soldados provenientes do Exército, Marinha e da Aeronáutica, “com participação do Batalhão da Guarda Presidencial, da 1ª Companhia de Canhões Independentes Antiaéreos, do Corpo de Fuzileiros Navais, do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado e do Corpo de Bombeiros”⁶⁷, além de estudantes do nível básico de ensino da capital. Participaram do evento o presidente Castello Branco, seus ministros de Estado, representantes do Gabinete Militar, o prefeito de Brasília, Plínio Castanhede, deputados e senadores. No cinejornal informativo, produzido pela Agência Nacional⁶⁸ visando projetar

⁶⁴ O jornal *Correio da Manhã* constituiu uma exceção dentre os veículos jornalísticos que exaltaram a adesão popular aos festejos, como será comentado adiante.

⁶⁵ FÉ no futuro marca o 1º ano da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 9.

⁶⁶ SOLDADOS DESFILARÃO pelas ruas em que defenderam a Guanabara a 1 de abril. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 70, 27 mar. 1965. p. 4.

⁶⁷ TODO O PAÍS COMEMOROU ontem o 1º aniversário da revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.073, 01 abr. 1965. p. 7.

⁶⁸ A Agência Nacional, órgão de propaganda governamental criado em 1945, para substituir o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas, atuou na produção de obras filmicas que funcionaram como

maior alcance aos festejos, é possível observar a presença do presidente em um palanque de autoridades, enquanto soldados desfilam marchando com armas e em posição de sentido. Também desfilaram diversos caminhões e tanques de guerra, além da Banda Marcial do Exército.⁶⁹ Após o término da cerimônia, Castello Branco seguiu com os representantes do Legislativo para a já mencionada sessão solene do Congresso Nacional e que gerou protestos da oposição.

No entanto, coube a Belo Horizonte oferecer o cenário para a apoteose comemorativa. Os preparativos organizados pelo governador Magalhães Pinto começaram cedo no mês de março, e o empenho era tão grande que previa-se a apresentação de quinhentos músicos provenientes de oito bandas militares pelas ruas da cidade, três dias antes dos desfiles, “para fazer a preparação psicológica destinada a levar o povo belo-horizontino a participar, com entusiasmo, dos festejos do primeiro aniversário da revolução de 31 de março”.⁷⁰ A presença do presidente Castello Branco recebeu muita atenção da imprensa, que noticiou sua chegada no aeroporto da Pampulha à tarde, acompanhado de comitiva com ministros de Estado e sua esposa, Antonieta Castello Branco, seguindo até a Avenida Afonso Pena em carro aberto. O discurso oficial do governo relatou com entusiasmo as “calorosas manifestações de carinho do povo mineiro, que saiu às ruas para aplaudi-lo”.⁷¹

A programação festiva em Belo Horizonte contou com realização de missa em ação de graças pela manhã, culminando em um desfile militar de doze mil homens das Forças Armadas, além de estudantes primários e secundaristas, que marcharam em posição de sentido “sob uma chuva de papel picado, atirados do alto dos edifícios”⁷² pela população. Por meio das gravações realizadas pela Agência Nacional, é possível observar soldados desfilando em carros militares e exibindo farto armamento, filmados sob diversos ângulos, cercados por grande concentração de pessoas assistindo à parada. No encerramento do take de filmagem, aparece um soldado

veículos de informação e de construção de uma imagem pública oficial. Esses pequenos filmes, também chamados de Cinejornais, geralmente eram divulgados antes das sessões de cinema do país. Tratava-se de uma espécie de noticiário, que veiculava os mais variados temas, desde obras e melhorias efetuadas pelos governos, até o cenário cotidiano, cultural e artístico do país. Os Cinejornais eram compostos por imagens e gravações, acompanhadas de uma narração em voz *over*, além de produções musicais de fundo. Durante a ditadura militar brasileira eles foram amplamente utilizados como mecanismos propagandísticos, tendo papel importante na indústria audiovisual até o final dos anos 1970. Os principais temas explorados consistiam em ideias-força como modernização, nacionalismo, integração nacional e desenvolvimento, com o propósito de construir uma imagem pública positiva do regime autoritário. MAIA, Tatyana de Amaral. A imagem pública da ditadura civil-militar nas lentes dos cinejornais da Agência Nacional. In: MAIA, Tatyana de Amaral (org.). *Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979)*: tópicos de pesquisa. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 23-40.

⁶⁹ BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n. 2*. 1965. Nº de registro 23.087.

⁷⁰ DOBRADOS convidam povo mineiro a apoiar festa. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 56, 10 mar. 1965. p. 3.

⁷¹ BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n. 2*. 1965. Nº de registro 23.087.

⁷² CEM MIL pessoas aplaudem o presidente no desfile. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 75, 01 abr. 1965. p. 4.

empunhando a bandeira nacional e, logo atrás dele, uma criança com uniforme militar, em uma simbologia cívica que buscava unir as diferentes gerações em torno da “Revolução” (Figura 3).

Figura 3. Desfile militar em Belo Horizonte



Fonte: BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n. 2*. 1965. N° de registro 23.087. Frame em 07:12min.

Os jornais de grande circulação relataram a presença de cerca de cem mil pessoas no evento, informação que foi contestada pelo *Correio da Manhã*, o qual afirmou que o montante de presentes era composto majoritariamente por “funcionários públicos liberados para participar e que a multidão teria recebido Castelo Branco com frieza”.⁷³ Em seu discurso comemorativo, realizado no Palácio da Liberdade, o marechal prestou homenagens a Minas Gerais e sua tradição de defesa da “liberdade”, recorrendo ao passado histórico da Inconfidência e da Independência do Brasil. O presidente também aproveitou a ocasião para reforçar o fato de que “a 31 de março não assistimos a um golpe militar, e sim à comungação[sic] de todas as forças da nacionalidade, irmanadas na aspiração de salvar o Brasil da subversão”.⁷⁴ Essa

⁷³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O nacionalismo autoritário ritualizado: o 31 de março e o 7 de setembro nas comemorações cívicas da ditadura militar. In: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Telmo (org.). *Independência: memória e historiografia*. São Paulo: Edições SESC, 2022. p. 43.

⁷⁴ CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *No Palácio da Liberdade, sobre o 1º aniversário da Revolução*. Belo Horizonte, 1965a. p. 23.

afirmação é representativa dos esforços ditatoriais em conferir um sentido “revolucionário” à insurreição de 1964, de modo a ocultar seu caráter golpista.

De forma paralela aos festejos governamentais, algumas práticas comemorativas fugiram do padrão de institucionalização propagado pela ditadura. Esse foi o caso de uma solenidade realizada em Juiz de Fora, no dia 30 de março, para enaltecer os denominados “revolucionários de primeira hora”, em referência ao levante de soldados sob comando do general Mourão Filho no ano anterior. A programação festiva, de caráter extragovernamental, foi referenciada pela imprensa como pertencente à “linha dura”⁷⁵, sendo organizada pelo general José Lopes Bragança e contando com a presença de Mourão Filho como convidado de honra. Segundo o idealizador do cerimonial, aquela comemoração constituía homenagem aos “autênticos revolucionários de 31 de março e não dos aproveitadores de 1 de abril”.⁷⁶ A proposição dessa solenidade demonstra ter havido disputas internas entre as próprias forças golpistas a respeito de como o 31 de março deveria ser comemorado.

Outros elementos chamaram bastante a atenção da imprensa, como o intenso policiamento nos locais de realização das solenidades, com a forte mobilização de agentes do Serviço Secreto do Exército e do DOPS, que efetuaram algumas prisões em Brasília e na Guanabara.⁷⁷ Essas evidências remetem à necessidade de refletir sobre as tensões e disputas que permearam as comemorações do golpe durante a ditadura, sendo alvo de diferentes

⁷⁵ O termo “linha dura” surgiu nos primeiros meses após o golpe de 1964, para referir-se à atuação de um grupo de militares provenientes da jovem oficialidade, que muito precocemente conseguiram a adesão das forças militares “dissidentes” (grupo de generais com formação semelhante aos “herdeiros civis” do golpe) e entre os setores da alta hierarquia militar. Esse grupo, de caráter inicialmente heterogêneo, composição variável e ideologia difusa, teve como um de seus principais líderes o general Costa e Silva. Dentre suas principais características, constava as reivindicações de maior rigor nas ações de cassação e expurgos políticos, além da expectativa de influenciar diretamente no processo de tomada das decisões do governo militar. Durante o mandato de Castello Branco, as forças militares pertencentes à linha dura teceram várias críticas à sua condução política, como no caso da manutenção das eleições diretas para governadores em 1965, e em relação ao nível de “tolerância” empregado pelo presidente nas ações de cassação e nos Inquéritos Policiais Militares (IPM’s). Em seu estudo sobre a dinâmica militar da ditadura, o historiador João Roberto Martins Filho afirmou que os anos iniciais do regime autoritário estiveram marcados pelo conflito político de duas correntes presentes nas Forças Armadas: a linha dura e o grupo “castelista” também chamado de “grupo da Sorbonne”. Esse último núcleo era formado por oficiais originários da Escola Superior de Guerra (ESG), assessorado por uma “elite” de parlamentares e tecnocratas. Seu principal objetivo consistia na “institucionalização da Revolução”, seguindo uma linha mais “moderada”, para evitar desgastar politicamente o regime militar. O governo de Castello Branco foi marcado pelas negociações entre o presidente e as reivindicações da linha dura, que ora eram aceitas e ora acomodadas nas posições do marechal. Vale ressaltar que essas disputas entre as correntes militares se davam no âmbito das casernas, sendo constante a união das Forças Armadas quando relacionada à possibilidade de interferências de civis no governo. MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 81-91.

⁷⁶ LINHA DURA tem festa própria em Minas. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 69, 26 mar. 1965. p. 3.

⁷⁷ O PRESIDENTE da República terá dispositivo de segurança na sua visita a Belo Horizonte hoje. *O Globo*, ano XL, n. 11.930, 31 mar. 1965. Caderno Ilustrada, p. 10.

apropriações por grupos políticos e sociais, e que também podem ser exemplificadas a partir das manifestações de crítica e oposição que reverberaram no ambiente comemorativo.⁷⁸

Os indícios apresentados permitem questionar os limites do impacto político causado pelas comemorações do 1º aniversário, pois, embora tenha se registrado uma significativa profusão de discursos comemorativos e uma recepção popular relativamente positiva aos festejos em cidades como Belo Horizonte, outras capitais registraram públicos escassos nas cerimônias e comentários em tom crítico por parte da imprensa e de autoridades políticas. Situações dessa natureza ocorreram em Salvador, por meio de nota emitida pelo *Jornal da Bahia*, e pelo silêncio sintomático de algumas autoridades políticas, dentre elas os governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda.⁷⁹ Contudo, cumpre ressaltar que essas críticas se direcionavam especificamente à condução administrativa de Castello Branco, e não aos chamados “ideais revolucionários”, ou seja, os princípios políticos que orientaram a ação de deposição do governo constitucional em 1964 ainda eram corroborados por segmentos sociais expressivos.

Essa breve exposição sobre as comemorações do 1º aniversário demonstra que, em pleno ano de 1965, o 31 de março e a chamada “Revolução” continuavam em um território de intensas disputas. Por parte dos grupos golpistas e apoiadores do regime, outras estratégias foram empreendidas visando consolidar a data na memória social e coletiva, para além da construção de uma simbologia associada às comemorações do evento. Uma delas, foi a tentativa de sua implementação no calendário cívico nacional, questão que será debatida na continuidade desse trabalho.

1.2 – O 31 de março de 1964 nos calendários comemorativos

Toda sociedade constrói em torno de si mecanismos para a contagem do tempo na experiência humana, conduzindo a implementação de um calendário que consolida cronologias e efetua uma periodização da história coletiva, de forma a distinguir os dias de “normalidade”, ligados ao cotidiano, dos dias festivos, os de “excepcionalidade”.⁸⁰ Com a instituição dos

⁷⁸ Por hora, cabe ressaltar que as críticas ao regime realizadas nos aniversários do golpe foram uma constante. Essa temática será explorada com maior ênfase no quarto capítulo da dissertação.

⁷⁹ Os representantes da embaixada norte-americana no Brasil consideraram a omissão dos governadores como a “evidência mais contundente de oposição” ao governo de Castello Branco. Tradução da autora: “The most striking evidence of opposition, however, came not from the PTB, which skulked away in silence, but from the supposedly “revolutionary” governors (Magalhães Pinto, Adhemar de Barros and Carlos Lacerda), who were uniformly cool and reserved”. Cf.: (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weeka n° 14*, 1965. RG n° 59, caixa 1931, pasta 1; (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Unclassified*, 1965. RG n° 59, caixa 1943, pasta 2.

⁸⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

Estados-Nação modernos e diante da necessidade em constituir uma história pátria, os acontecimentos históricos considerados representativos para a nacionalidade passaram a compor as chamadas datas cívicas. No caso da História do Brasil, a organização de um Calendário Cívico Nacional remonta ao período imperial, quando o Estado monárquico se encarregou de fixar comemorações em torno de datas importantes do ponto de vista político e religioso.⁸¹

Quando novos regimes políticos são estabelecidos, é comum que os detentores do poder invistam na propagação de um calendário comemorativo que inclua referência ao início de um suposto “novo” tempo.⁸² É particularmente interessante observar a maneira como os governos autoritários buscam construir simbologias em torno de certos marcos temporais, muitas vezes, associados diretamente às datas de golpes de Estado. A exemplo disso, cabe demarcar os usos do passado efetuados pela ditadura do Estado Novo com relação à chamada “Revolução de 1930”, ou a forma como a ditadura de Pinochet transformou o 11 de setembro em feriado nacional no Chile.⁸³ Em um processo semelhante, a ditadura militar brasileira também ensaiou modificações nos calendários comemorativos para incluir o 31 de março de 1964.

Imediatamente após o golpe começaram a surgir diversos discursos que frisavam a importância histórica da chamada “Revolução” para a história do Brasil. O Departamento de Pesquisa do *Jornal do Brasil* apostava que os impactos políticos proporcionados pelo acontecimento eram tão profundos que o AI-1 assinalava a instauração da VI República.⁸⁴ Um ano depois, durante as comemorações do 1º aniversário, a Ordem do Dia baixada pelo Ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Eduardo Gomes, também reforçou que o 31 de março incorporava-se ao calendário cívico de forma tão significativa que “poucas datas terão contribuído tanto para que a República prossiga no caminho da honra, do progresso e da paz”.⁸⁵ Seguindo essa lógica,

⁸¹ KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 52-61, mai. 2010.

⁸² Um dos projetos mais ambiciosos nesse sentido foi a instituição do calendário revolucionário pelos franceses no contexto pós-Revolução, que previa a modificação na contagem do tempo e na nomenclatura dos meses, semanas e dias. A ausência de estabilidade desse novo calendário, somado ao natural processo dificultoso em abandonar tradições já muito arraigadas pela população, resultou na rejeição dos franceses a esse calendário, que durou apenas treze anos. OZOUF, Mona. Calendário. In: FURET, François; OZOUF, Mona (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989b.

⁸³ Ver, respectivamente: GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145; JOIGNANT, Alfredo. *Un día distinto: memorias festivas y batallas conmemorativas em torno al 11 de septiembre en Chile (1974-2006)*. Santiago: Editorial Universitaria; Departamento de Ciencia Política Universidad de Chile, 2007.

⁸⁴ A VI República. *Jornal do Brasil*, ano LXXIII, n. 84, 10 abr. 1964. p. 4.

⁸⁵ ORDEM DO DIA DO brigadeiro. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 9.

um acontecimento com tamanha relevância precisava, necessariamente, estar incluído no panteão de datas cívicas importantes para a memória histórica nacional.

Em razão disso, a imprensa muito especulou sobre a possibilidade de o governo federal tornar o 31 de março feriado, a partir de supostas informações provenientes de pessoas ligadas ao ministro da Educação.⁸⁶ Como sabemos, essa hipótese não foi concretizada e a data do golpe jamais se tornou um feriado nacional. Contudo, cabe destacar que isso não impossibilitou o empreendimento de comemorações alusivas ao acontecimento durante a ditadura. Outrossim, o que mais chama atenção é o fato de que parece ter havido uma decisão por parte do próprio regime autoritário em não transformar o 31 de março em feriado.

Efetivamente, alguns episódios ocorridos em 1965 confirmam essa hipótese analítica. Em primeiro lugar, o governo não determinou nenhuma normativa a nível federal no sentido de liberar funcionários públicos para participação dos festejos e nem decretos tornando-o ponto facultativo. Iniciativas nesse sentido apenas ocorreram em nível estadual, especificamente, em Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro. A propósito, foi o estado fluminense que protagonizou uma das situações mais interessantes e que corrobora com a argumentação acima explicitada. Em março daquele ano, o governador Paulo Tôrres encaminhou, em “regime máximo de urgência”, um Anteprojeto de Lei para tornar o 31 de março um feriado estadual alusivo ao “Dia Cívico da Integração Nacional”. Essa iniciativa visava homenagear as Forças Armadas e o dito “movimento redentor que restaurou a ordem democrática no Brasil e o livrou do perigo iminente do comunismo internacional”.⁸⁷ Cerca de três dias depois, a imprensa noticiou com surpresa a retirada da pauta na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, pois o governador teria recebido “determinação da Presidência da República para comemorar, de maneira mais simples, o 1º aniversário da Revolução”.⁸⁸ Para acatar a ordem expedida pelo presidente Castello Branco, o Dia da Integração Nacional tornou-se apenas ponto facultativo nas repartições públicas estaduais e municipais, com funcionamento normal do comércio, indústria e bancos.⁸⁹

O caso ocorrido no Rio de Janeiro expressa com clareza a falta de disposição do governo de Castello Branco em tornar o 31 de março um feriado, priorizando comemorações mais discretas para a ocasião. Quanto a isso, cabe pontuar alguns elementos que certamente

⁸⁶ REÚNE-SE hoje comissão encarregada de comemorar aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 56, 10 mar. 1965. p. 11.

⁸⁷ DIA CÍVICO de Integração será feriado fluminense. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 66, 23 mar. 1965. p. 14.

⁸⁸ ESTADO DO RIO não mais fará feriado. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 69, 26 mar. 1965. p. 3.

⁸⁹ Embora o 31 de março não tenha se tornado um feriado no Rio de Janeiro, nos anos subsequentes a 1965 as comemorações estaduais sempre faziam alusão ao denominado Dia da Integração Nacional, o que demonstra o investimento simbólico atribuído à data para homenagear o regime autoritário.

contribuíram para essa decisão, que impactou diretamente a forma como os festejos dos anos seguintes seriam conduzidos. A recém instaurada ditadura lutava para equilibrar-se politicamente e garantir sua legitimidade frente à opinião pública, tarefa nada fácil, já que ela buscava, por um lado, sustentar o discurso de garantia da legalidade e “salvação” da democracia e, por outro, perseguir os opositores e consolidar todo sistema de vigilância e repressão. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível supor que, em pleno ano de 1965 os militares acreditavam que tornar o 31 de março um feriado de proporções nacionais seria atrair atenção desnecessária, abrindo margem para a apropriação crítica da oposição. Adicionalmente, tornar a “Revolução” um feriado poderia deixar o governo ditatorial em situação constrangedora, caso a nova data cívica não conquistasse adesão popular. Ademais, certa falta de disposição de Castello Branco em investir em propaganda política mais aberta, com receio de possíveis denúncias de fascistização ou comparação com o governo Vargas, fizeram com que a ditadura considerasse mais prudente conquistar o apoio social mediante ações práticas, sobretudo voltadas à recuperação econômica do país.⁹⁰

Nos anos posteriores e seguindo esse mesmo caminho, os grupos apoiadores do regime ditatorial utilizaram a retórica desenvolvimentista para justificar as razões que determinaram que a data do golpe de Estado fosse considerada de “normalidade” dentro do calendário cívico nacional. Segundo editorial publicado pela *Folha de S. Paulo* em 1971, o presidente Castello Branco teria sido o responsável por enfrentar um problema já antigo na administração federal, “o excesso de feriados, que se transformava em verdadeiro obstáculo ao crescimento do País. No calendário brasileiro, com efeito, havia um número incrivelmente alto de dias inúteis, em que o trabalho era proibido – um luxo, em suma, a que, sensatamente, não podíamos dar”.⁹¹ Nessa chave de interpretação, a decisão de Castello Branco em não permitir que o 31 de março se tornasse um feriado constituía uma prova máxima do comprometimento dos governos “revolucionários” em valorizar o trabalho árduo dos brasileiros, em prol do desenvolvimento econômico nacional.

Como já mencionado anteriormente, apesar da data não ser feriado os discursos comemorativos jamais deixaram de registrar sua importância “histórica”, enfatizando a necessidade de festejá-la condignamente para homenagear seu legado. Havia aqueles que

⁹⁰ Apesar disso, nos anos iniciais da ditadura, a política econômica de Castello Branco gerou impopularidade ao governo, o que demandou que os discursos comemorativos do ano seguinte frisassem a necessidade de a população suportar certos “sacrifícios” em prol do desenvolvimento nacional, assim como fomentou uma maior aproximação do presidente com a classe trabalhadora nas programações festivas. Esse tema será abordado de forma mais minuciosa no próximo capítulo da dissertação.

⁹¹ COMEMORAÇÃO COM trabalho. *Folha de S. Paulo*, ano LI, n. 15.264, 01 abr. 1971, p. 6.

arriscavam analogias transnacionais, situando a “Revolução de 1964” no mesmo patamar das “grandes revoluções que abalaram o mundo, a Francesa, a Americana, a Russa, a Chinesa, a Industrial”.⁹² Segundo essa concepção, a relevância política do 31 de março de 1964 encontrava-se diretamente atrelada ao combate ao comunismo internacional, constituindo “uma data importante na história das Américas” e lembrada “no calendário mundial como um dia nefasto na agenda do Kremlin”.⁹³

No âmbito da História Pátria, alguns destacavam que o significado simbólico do 31 de março deveria ser o mesmo “do 7 de setembro e do 15 de novembro. O início de uma etapa, a reformulação de estruturas obsoletas e a renovação de nosso amor e dedicação a esta imensa pátria debruçada sobre o Atlântico”.⁹⁴ Para outros, o aniversário do golpe de 1964 possuía tamanha relevância que assumia “entre os marcos históricos posição inigualável, por constituir a um só tempo ato e processo”.⁹⁵ Os discursos mais exaltados consideravam o 31 de março “data-símbolo da redenção Nacional”, um suposto marco histórico representativo da reintegração aos caminhos da “gloriosa fidelidade aos princípios democráticos, o repúdio à traficância política e à corrupção”.⁹⁶ Ao comparar o golpe de Estado não somente aos eventos da Independência do Brasil e da Proclamação da República, mas também colocando-o em um patamar de superioridade, fica evidente o desejo expresso pelas autoridades políticas em incluir o 31 de março no panteão de datas cívicas nacionais. Essa espécie de equiparação “histórica” legitimava positivamente o acontecimento, reforçando a necessidade de inclui-lo nos calendários comemorativos, para respaldar a promoção de festividades e ritos solenes.

A proposição de inserção do 31 de março no calendário cívico estava ligada aos intentos de valorização da ação golpista, para expressar “gratidão” à chamada “Revolução” e ao regime autoritário.⁹⁷ As forças políticas ditatoriais acreditavam ser indispensável difundir essa data entre os “brasileiros verdadeiramente patriotas” e os mais jovens, para que soubessem “reconhecer na tradução dos fatos que o tempo não apagará a importância deste marco”.⁹⁸ Esse trabalho de recordação deveria ocorrer por meio da “conscientização histórica”, pois “cada episódio marcante da História dos povos encerra ensinamentos valiosos, que devem ser

⁹² PASSARINHO DEFENDE Estado forte. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 6.

⁹³ CINCO ANOS fecundos para o Brasil. *O Globo*, ano XLIV, n. 13.158, 01 abr. 1969. p. 1.

⁹⁴ A META da marinha é a valorização do homem. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.898, 31 mar. 1970. p. 6.

⁹⁵ REVOLUÇÃO É ATO e processo. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, n. 15.994, 02 abr. 1973. p. 5; A COMEMORAÇÃO EM todos os Estados. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.529, 01 abr. 1977. p. 9.

⁹⁶ EDUARDO Gomes: esta é a data símbolo da redenção nacional. *O Globo*, ano XLI, n. 12.236, 31 mar. 1966. p. 19.

⁹⁷ ORDEM DO DIA da Aeronáutica. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 3; COSTA E SILVA FALA hoje no 5º aniversário da Revolução. *O Globo*, ano XLIV, n. 13.157, 31 mar. 1969. p. 6.

⁹⁸ ASSEMBLEIA PRESTA a sua homenagem. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.186, 01 abr. 1976. p. 6.

transmitidos através das gerações, num processo irreversível de caminhar para frente, sem a repetição dos erros do passado”.⁹⁹

Cumprе evidenciar a importância assumida pelo ambiente escolar nesse processo, já que os estudantes de níveis básico de ensino eram um dos principais grupos privilegiados pelo governo na participação dos festejos alusivos ao 31 de março. Sobretudo a partir de 1969, com a implementação da Educação Moral e Cívica (EMC)¹⁰⁰, começaram a surgir diversas publicações didáticas que investiram na sistematização das datas cívicas nacionais que deveriam ser comemoradas pelas escolas. Essa preocupação pode ser observada na publicação de um *Calendário Cívico Brasileiro*, em 1970, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em meio às comemorações da Semana da Pátria e distribuído em todo o país na ocasião da efeméride. Segundo prefácio do livreto, escrito pelo então Ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, sua produção foi realizada com o intuito de apresentar as datas cívicas e heróis nacionais aos estudantes, configurando “tentativa honesta e admirável de mostrar aos jovens brasileiros o que eles devem aos homens de ontem”.¹⁰¹

Tratando especificamente do 31 de março, foi possível constatar que não existia um consenso em torno de sua inserção nos calendários comemorativos. Uma consulta a cinco volumes didáticos produzidos entre as décadas de 1970 e 1980 nos levou a esse diagnóstico.¹⁰² Enquanto três publicações faziam referência direta ao golpe civil-militar de 1964, duas não tinham qualquer registro.¹⁰³ As inconsistências relacionadas a esse processo também podem ser encontradas nos calendários culturais publicados anualmente pelo Conselho Federal de Cultura

⁹⁹ AERONÁUTICA. *O Globo*, ano LII, n. 15.877, 31 mar. 1977. p. 12. É notável a influência de uma perspectiva da História como “mestra da vida”, imbuída ainda, do discurso da modernidade, isto é, voltado ao futuro e ao progresso.

¹⁰⁰ A disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) tornou-se obrigatória em todas as instituições educacionais públicas e privadas do país por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. No âmbito do ensino médio, estudava-se a Organização Política e Social do Brasil (OSPB), e no ensino superior a Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB). Cf.: FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹⁰¹ PASSARINHO lança “Calendário Cívico”. *Jornal do Brasil*, ano LXXX, n. 129, 04 set. 1970. p. 4. Não foi possível localizar uma edição do *Calendário Cívico Brasileiro* (1970), para que se possa verificar se o 31 de março aparecia como data cívica. Ainda assim, essa notícia é relevante pois demonstra o empenho do governo federal em estruturar um calendário festivo a ser seguido nas escolas e repartições públicas.

¹⁰² Os livros consultados foram: FERRARINI, Sebastião et al. *Calendário Cívico-Religioso: nacional, estadual e municipal*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1982; FONTOURA, Afro. *Educação Cívica e Calendário Cívico Brasileiro*: 1º semestre. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970; GOMES, Alfredo. *Calendário Cívico Escolar*. Rio de Janeiro: Ed. do Brasil, 1976; KELLY, Celso. *Introdução à Educação Moral e Cívica*. Rio de Janeiro. Reper; Renes, 1970; SANTALUCIA, Amalia; JORGE, Fernando. *Calendário cívico: o livro das datas comemorativas (de acordo com o currículo escolar)*. São Paulo: MM, 1975.

¹⁰³ O 31 de março é mencionado como data cívica pelos livros *Calendário Cívico-Religioso* (1982); *Calendário Cívico Escolar* (1976) e *Introdução à Educação Moral e Cívica* (1970). Os demais não trazem referência ao acontecimento.

(CFC) e que não incluíam a data.¹⁰⁴ Em minha compreensão, essa problemática inserção do 31 de março nos calendários comemorativos pode ser encarada como fruto das ambiguidades presentes na própria ditadura. A decisão de Castello Branco por não institucionalizar o aniversário da “Revolução” enquanto feriado nacional reforçou esse panorama, pois não deixava claro se era necessário ou não comemorar a data, pelo menos nas escolas e repartições públicas. Com isso, abriu margem para que as instituições culturais, escolares e até mesmo os livros didáticos tomassem a liberdade de incluir ou não a data no panteão cívico.

Ademais, a escolha do presidente militar por manter o 31 de março como dia de “normalidade” conectava-se às nuances conjunturais do regime, marcado por uma tendência à negociação entre princípios liberais e autoritários. Para acomodar os interesses dos grupos autoritários e liberais, a estratégia política utilizada pela ditadura foi a de atrelar a data do golpe à valorização da dimensão econômica e da retórica desenvolvimentista, conclamando o apoio e o sacrifício coletivo em prol da “salvação” do país. Esse comportamento pode ser enquadrado na categoria dos “jogos de acomodação”, proposta pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, ao discutir a multiplicidade de atitudes estabelecidas entre ditadura e sociedade. O conceito implica reconhecer que alguns elementos pertencentes à cultura política brasileira em longa duração refletiram-se no período, notadamente, os arranjos de acomodação e conciliação entre classes dirigentes e a elite política, expressos por meio de uma “tendência à flexibilidade, a disposição ao compromisso, à negociação, ao arranjo”.¹⁰⁵

Acredito que esse conjunto de fatores: as inconsistências em torno da inserção da data nos calendários, os impactos das ordens governamentais de Castello Branco e os “jogos de acomodação” presentes na ditadura, foram fundamentais para reforçar as incertezas e disputas de memória que vigoraram nos anos seguintes. Essas características específicas corroboraram para que o processo de implementação do 31 de março nos calendários comemorativos fosse bastante ambíguo, pois fruto de negociações envolvendo diferentes agentes políticos e sociais. Se no 1º aniversário os discursos políticos tenderam à acomodação entre valores autoritários e liberais, nos anos subsequentes os pronunciamentos comemorativos governamentais basearam-se em justificar a decisão de Castello Branco por não tornar o aniversário do golpe feriado, investindo na valorização do trabalho árduo e na retórica desenvolvimentista.

¹⁰⁴ Cf.: MAIA, Tatyana de Amaral. Entre a memória histórica e a prática cívica: os calendários culturais do MEC (1969-1974). *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, a. 16, n. 23, p. 111-122, jul./dez. 2010.

¹⁰⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 291.

A partir de 1965 tornou-se muito clara a consolidação e distinção de duas narrativas com pretensão de construir memórias hegemônicas a respeito dos eventos do golpe: a do 31 de março e da “Revolução de 1964”, defendida pelos grupos golpistas e apoiadores da ditadura; e a do 1º de abril, data do golpe de Estado, nomenclatura defendida pelos opositores do regime autoritário desde o seu estabelecimento. Entre a passagem das décadas de 1970 e 1980, foram recorrentes os textos de caráter opinativo publicados na imprensa e que ironizavam a ambivalência estabelecida entre o 31 de março e o 01 de abril.¹⁰⁶ Por exemplo, em 1983 o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos publicou um artigo na *Folha de S. Paulo*, dedicado a constituir um necrológio de 1964, apostando no fim iminente do regime ditatorial. Segundo o autor, a controvérsia em torno da data do golpe seria solucionada apenas por historiadores na posteridade, “uns estabelecerão 31 de março como o início da revolução redentora dos valores pátrios; outros, assinalarão o 1º de abril como a data que inaugurou o sistema autoritário que nos administra desde então”.¹⁰⁷

A partir dessas evidências, fica nítido que o processo de inserção do 31 de março nos calendários comemorativos foi permeado por ambiguidades, as quais abriram espaço para intensas disputas de memória envolvendo os agentes que eram contrários ou favoráveis ao regime. Por outro lado, é também necessário reconhecer que, apesar da ditadura ter escolhido não tornar o 31 de março um feriado, em nível institucional isso não foi impeditivo de que a data fosse comemorada por setores do governo e pelos grupos apoiadores do regime (em alguns momentos com maior impacto público), que constantemente aludiam à sua importância. A partir dessa percepção e motivados pela conjuntura comemorativa, civis e militares também se empenharam em narrar os acontecimentos que culminaram no episódio golpista, com o propósito de tornar dominante a sua versão da “história” e com isso criar uma memória a ser legada aos pósteros.

1.3 – As narrativas golpistas sobre 1964

¹⁰⁶ Para exemplos, ver: OLIVEIRA, José Carlos. Durante. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 308, 03 abr. 1968. p. 3; DINES, Alberto. 1964 é o mito do paraíso perdido. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.624, 30 mar. 1980. p. 6; “Que venham muitos comícios pró-diretas”. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.083, 28 mar. 1984. p. 4; FREITAS, Janio de. Os 20 anos da Revogação de 64: os cinco (ou seis) golpes. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.086, 31 mar. 1984. p. 5; CASTRO, Tarso. E haja 1º de abril. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.088, 02 abr. 1984. p. 22.

¹⁰⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. ? de 1964 – 15 de março de 1983: aqui jaz. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.720, 31 mar. 1983. p. 3.

Dentre as funções exercidas pelas festas e comemorações públicas, uma das mais representativas consiste na elaboração de explicações para o passado, de modo a reproduzir uma memória histórica possível, pautada na sacralização do acontecimento e na supressão de conflitos e tensões existentes. Por esse motivo, durante a ditadura militar brasileira os aniversários do golpe de 1964 constituíram momentos bastante propícios para a produção e difusão de escritos dedicados a narrar a história da chamada “Revolução”.¹⁰⁸ Diversos grupos e instituições dedicaram-se a essa tarefa, motivados por razões distintas e, justamente por isso, produziram versões divergentes sobre aquele passado recente.

Em face ao interesse especial na compreensão de alguns dos elementos que sustentaram a construção de um imaginário da “Revolução Democrática de 1964”, a ênfase recaía nos discursos produzidos pela imprensa de grande circulação nacional e pelos grupos golpistas e apoiadores do regime. A respeito desses últimos, cabe destacar que houve um empenho especial por parte de políticos e, mais ainda, de membros das Forças Armadas em traçar retrospectivas dos fatos históricos que culminaram no golpe, imbuídos da suposta “missão” de perpetuar o legado “revolucionário” perante a sociedade. Essa espécie de obsessão da ditadura em historicizar o golpe de Estado ganhou destaque até mesmo nos textos e colunas críticas ao regime, sob a alegação de que os militares se referiam de forma incansável e genérica ao passado “porque nada tem a dizer do hoje e coisa alguma podem esperar do futuro”.¹⁰⁹ Ao longo da ditadura, essas narrativas também se dedicaram a explicar as diferentes fases do governo militar, todavia, nosso foco será nas formas de narrar o golpe em si, ou seja, os eventos de 1964. A proposição encontra-se fundamentada pelo interesse em compreender a importância “histórica” desse acontecimento para os apoiadores do regime autoritário e para a composição discursiva do imaginário político constituído em torno da chamada “Revolução”.

A produção de livros contendo narrativas sobre o golpe ocorreu desde o estabelecimento da ditadura e permanece ativa na contemporaneidade. Em 1965, o *Jornal do Brasil* destacou que, a partir de abril do ano anterior, cerca de 20 livros sobre o tema teriam sido publicados, inaugurando um novo filão editorial, a chamada “literatura revolucionária”, que foi classificada

¹⁰⁸ Nos aniversários do golpe durante e após a ditadura, diversas instituições ligadas às Forças Armadas empenharam-se em publicar livros, coletâneas de entrevistas e folhetos comemorativos. CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011. p. 126.

¹⁰⁹ N.R. Donos da festa. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.356, 01 abr. 1982. p. 2. Para mais exemplos, ver: C.C. Ênfase do movimento de 64 ainda é negativa, voltada para o passado. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 3; OS DESVIOS de uma aliança de forças bem heterogêneas. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.259, 31 mar. 1979. p. 4; VERSIANI, Marçal. Aniversário, feito abertura. *O Estado de S. Paulo*, ano CI, n. 32.223, 01 abr. 1980. p. 2.

nas seguintes tipologias: depoimento, análise, discurso e humor.¹¹⁰ Anos mais tarde (1977), a *Folha de S. Paulo* também executou um balanço bibliográfico, destacando a profusão de novos títulos sobre o 31 de março e um “quadro de contrastes” com as ondas de censura e proibição impostas. A matéria em questão distinguiu três fases de escrita literária e acadêmica sobre o golpe e a ditadura, sendo elas: fase de contestação aberta ao regime, com a predominância de textos memorialísticos críticos (1964-1967); fase de produção dos pesquisadores brasilianistas e o “recesso” forçado dos acadêmicos brasileiros diante da repressão às universidades (1968-1974); fase de novos trabalhos, acompanhando a conjuntura da distensão política (1974-1977). A conclusão realizada pelo jornal era a de que, “embora mais de uma década de permanência revolucionária não tenha ainda animado qualquer esforço interpretativo de maior profundidade, a bibliografia do período mostra a mudança de uma atitude essencialmente crítica para uma tentativa de compreensão”, destacando ainda a publicação de livros dedicados a justificar a permanência dos militares no poder.¹¹¹ Parte dos títulos que compõem essa última modalidade de escritos foram lançados por ocasião dos aniversários do 31 de março, alguns financiados por editoras comerciais e outros tantos por instituições ligadas às Forças Armadas.

Esse foi o caso de *A Revolução de 31 de Março*, livro editado pela Biblioteca do Exército em meio às comemorações de 1966, e que reuniu em suas 300 páginas diversos “artigos, editoriais e comentários, jornalísticos e militares, sobre o movimento”.¹¹² Seu lançamento ocorreu no Salão Nobre do Ministério do Exército, contando com a presença do ministro da Guerra, Costa e Silva, dos ministros da Justiça, Educação e Indústria, além de representantes militares de alta patente. Na solenidade, o general Lira Tavares afirmou que a obra se tratava de “uma espécie de retrato da Revolução e permitirá conclusões em torno de um movimento que contou com a relevante colaboração das Forças Armadas”.¹¹³

Outro livro desse gênero foi *Revolução e Evolução*, produzido pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) em 1970, que contava com onze artigos de políticos civis e militares, considerados “testemunhos de personalidades de grande relevo nos campos da cultura e da vida nacionais a respeito da Revolução”.¹¹⁴ É interessante notar que a maioria desses textos possuía circularidade em diferentes espaços, uma vez que

¹¹⁰ O levantamento produzido pelo jornal revelou que a maioria dos títulos era contrário ao movimento de 1964. Segundo sua opinião, a circulação desses livros em tom crítico era uma das provas do teor “democrático” do novo regime. OS LIVRES livros da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 71, 28 mar. 1965. Caderno Especial, p. 4.

¹¹¹ A LITERATURA sobre a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 16.

¹¹² COMEMORAÇÕES DA REVOLUÇÃO no exército. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, n. 13.435, 29 mar. 1966. p. 11.

¹¹³ LIVRO conta 31 de março em editorial e notícia. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 73, 30 mar. 1966. p. 4.

¹¹⁴ Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP). *Revolução e evolução*. 1970.

eram publicados em formato de livros, lidos em palestras e veiculados pela própria imprensa de grande circulação.¹¹⁵

Os aniversários do 31 de março impulsionaram não somente a divulgação de livros, mas também motivaram os meios de comunicação a produzirem narrativas que se pretendiam de teor “histórico”, no formato de matérias, cadernos e sessões especiais. Uma das mais significativas foi a série de reportagens comemorativas publicadas pelo *Jornal do Brasil* em 1965, intitulada “Os idos de Março”. Os textos circularam entre os dias 13 e 31 de março, abordando os acontecimentos políticos brasileiros desde o Comício de João Goulart na Central do Brasil até a eclosão do golpe em Minas Gerais.¹¹⁶ A intenção de retratar os eventos dia por dia estabeleceu uma conexão simbólica, propositalmente ou não, entre a data do comício das reformas (13 de março de 1964) e a data da “Revolução”. Adicionalmente, o periódico publicou um Caderno Especial com mais seis artigos comemorativos.¹¹⁷ Nos anos seguintes, o *Jornal do Brasil* seguiu se destacando pela organização de cadernos especiais, divulgados em 1966, 1969, 1972, 1974 e 1984.¹¹⁸

A *Folha de S. Paulo* publicou um Caderno Especial somente em 1970, intitulado “Caminhos da Revolução”, e que reuniu dezoito artigos comemorativos.¹¹⁹ O veículo jornalístico geralmente preferia incluir as matérias comemorativas no Primeiro Caderno, acompanhando os assuntos de política nacional. Contudo, não deixou de registrar retrospectivas

¹¹⁵ Outras publicações memorialísticas publicadas nos aniversários do golpe foram: *Imperativos da Revolução de Março* (1965), de Miguel Reale; *O processo revolucionário brasileiro* (1969), da Presidência da República; *História do Exército Brasileiro: perfil de um povo* (1973), do Estado-Maior do Exército; *A verdadeira história da Revolução de Março* (1974), de Albérico Barroso Alves; *1964: golpe ou contragolpe?*, de Helio Silva (1975); *Março: Geisel e a Revolução brasileira* (1976), de Adirson de Barros.

¹¹⁶ JB conta a história da revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 59, 13 mar. 1965. p. 1.

¹¹⁷ Os textos foram: “Revolução reforma pela base” (Depto. de pesquisa do JB); “Março a caminho das urnas” (Wilson Figueiredo); “Uma visão de fora” (sem autoria); “Os livres livros da Revolução” (sem autoria); “Revolução e o ritmo inflacionário” (Depto. Econômico do JB); “A Revolução precisa ouvir e fazer” (Carlos Lacerda). Cf.: *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 71, 28 mar. 1965. Caderno Especial, p. 1-6.

¹¹⁸ A REVOLUÇÃO DOIS anos depois. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 77, 03 abr. 1966. Caderno Especial, p. 1-6; 5 ANOS de Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 300, 30 e 31 mar. 1969. Caderno Especial, p. 1-8; MATTOS, Carlos de Meira. A Revolução: desenvolvimento, democracia e poder. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 305, 02 e 03 abr. 1972. Caderno Especial, p. 5; 10 ANOS da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIII, n. 353, 31 mar. 1974. Caderno Especial, p. 1-3; 64/84 AUTORITARISMO e mudança. *Jornal do Brasil*, ano XCIII, n. 355, 01 abr. 1984. Caderno Especial, p. 1-6.

¹¹⁹ Os textos foram: “De Castello a Médici” (Abreu Sodré); “Carta ao Trabalhador” (Julio Barata); “Brasil busca seu grande destino” (Paulo Maluf); “A atuação do Exército após a Revolução” (sem autoria); “A filosofia da Revolução” (Jarbas Passarinho); “O Estado Maior das Forças Armadas após 64” (sem autoria); “Marinha de Guerra do Brasil: balanço de seis anos de Revolução” (sem autoria); “A Doutrina Política de Potência” (Meira Mattos); “Legitimidade revolucionária” (Miguel Reale); “Recuperação financeira começa com 31 de março” (Edmar de Souza); “O Ministério da Aeronáutica seis anos depois” (sem autoria); “Onde começou e onde acabará a Revolução de Março” (Emil Farhat); “Castelo Branco e a Revolução de 64” (Luís Vianna Filho); “Para a indústria, a Revolução dos métodos” (sem autoria); “Para o comércio, a Revolução dos hábitos” (sem autoria); “A fórmula mágica dos incentivos fiscais” (sem autoria); “A grande corrida para os mercados do mundo” (sem autoria); “A poupança melhor aplicada: a moradia” (sem autoria). Cf.: OS CAMINHOS da revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.896, 29 mar. 1970. Caderno Especial, p. 34-39.

sobre a deposição do governo Jango e o “movimento” de 1964.¹²⁰ *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* também adotaram o mesmo padrão de publicações, privilegiando a inserção de sessões comemorativas entremeadas às páginas de política. O periódico carioca publicou uma infinidade de textos e editoriais que centravam suas reflexões no 31 de março e no governo ditatorial, mas registrou sessões especiais com esses propósitos apenas em 1983 e 1984.¹²¹ Acompanhando essa mesma tendência, *O Estado de S. Paulo* dedicou espaço a um Suplemento Especial exclusivamente em 1979, por ocasião dos 15 anos do golpe.¹²²

É curioso observar que grande parte das fontes consultadas pelos meios de comunicação para a elaboração dos cadernos especiais e sessões “históricas” eram provenientes de seus próprios departamentos arquivísticos. Em sua maioria, os registros consultados eram compostos pelas manchetes veiculadas por esses mesmos periódicos em 1964, no “calor” dos acontecimentos que culminaram no golpe. Portanto, ao retratar os acontecimentos históricos, os jornais da grande imprensa não somente efetuavam uma seleção específica do passado, como também uma espécie de auto referenciação, reatualizando a narrativa jornalística no ato rememorativo. Particularmente o jornal *O Estado de S. Paulo* se destacou nesse sentido, pois uma parte considerável de suas matérias históricas incluíam uma ênfase na contribuição do periódico no processo de articulação golpista, considerada decisiva para a vitória da insurreição.¹²³ Essa “importância” atribuída pelos meios de comunicação à sua própria atuação também era utilizada pelos mesmos para justificar a relevância de seu posicionamento político durante a ditadura, quando pretendiam ser porta-vozes da chamada “opinião pública”.

Adicionalmente aos textos produzidos pela imprensa, o espaço jornalístico também conferiu uma grande visibilidade aos discursos e pronunciamentos de diversas autoridades políticas civis e militares. Como mencionado anteriormente, durante toda a ditadura essas figuras empenharam-se em historicizar a “Revolução” nos festejos dos aniversários do golpe. A temática é bastante ampla e em razão de nossa limitação de tempo, optei por selecionar algumas das tônicas discursivas que predominaram de forma constante durante os quase vinte anos de comemorações institucionais. O argumento defendido aqui é que essas estruturas

¹²⁰ UMA AUTÊNTICA revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, n. 15.992, 31 mar. 1973. p. 3; CONTRA um quadro caótico, veio a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LV, n. 16.819, 30 mar. 1975. p. 4-5 e 8; LAGOA, Ana. A visão crítica, 15 anos depois. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.259, 31 mar. 1979. p. 4; OS 20 anos do Movimento de 64. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.084, 29 mar. 1984, p. 1.

¹²¹ 31 DE MARÇO: A EXPANSÃO, a crise e a saída. 19 anos de modernização veloz do capitalismo. *O Globo*, ano LVIII, n. 18.044, 31 mar. 1983. p. 8-9; NEGOCIAÇÃO e força, e fechamento e abertura: o ritmo da Revolução. *O Globo*, ano LIX, n. 18.407, 01 abr. 1984. p. 8-9.

¹²² HÁ 15 ANOS, a Revolução pela democracia. *O Estado de S. Paulo*, ano C, n. 31.915, 31 mar. 1979. Suplemento Especial, p. 1-6.

¹²³ “O ESTADO” e o 31 de março de 64. *O Estado de S. Paulo*, ano XC, n. 28.826, 30 mar. 1969. p. 4; UNIÃO civil militar em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, ano XC, n. 28.826, 30 mar. 1969. p. 5.

narrativas, importantes para a composição de um discurso que legitimava o golpe e o regime autoritário, orbitaram em torno dos dois pilares centrais do imaginário da “Revolução”: o “ideal revolucionário” e a crença na superioridade militar. Parto da convicção de que essas tônicas narrativas atuaram conjunta e dialeticamente para compor uma espécie de matriz discursiva associada ao imaginário político construído pela ditadura em torno do episódio golpista.

A definição das tônicas tomou como ponto de partida a noção de “constelações mitológicas”, termo empregado pelo historiador Raoul Girardet, em diálogo com Gilbert Durand, para denominar “conjuntos de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema, reunidas em torno de um núcleo central” e que são fundamentais para a consolidação de imaginários políticos e sociais.¹²⁴ O autor dedicou extenso trabalho para discutir quatro conjuntos mitológicos presentes na história política francesa e, aqui, proponho um exercício analítico semelhante, com o propósito de identificar as bases discursivas que foram difundidas pelos grupos golpistas e apoiadores da ditadura durante os aniversários do golpe, motivados pelos seus propósitos de fixar e comemorar o 31 de março de 1964.

A história em sua “verdadeira” dimensão

Em primeiro lugar, é curioso observar a pretensão de credibilidade que essas narrativas buscavam imprimir, do ponto de vista disciplinar, da escrita de uma história comprometida com os “fatos”. Por ocasião do 6º aniversário, o ministro do Exército, general Orlando Geisel, depositou expectativas de que a história registrasse “em sua verdadeira dimensão, na perspectiva do amanhã”¹²⁵, o que o governo militar instaurado após 1964 teria feito pelo Brasil. Em 1984, no contexto de declínio do regime autoritário, a revista *O Verde Oliva*, periódico vinculado ao Exército Brasileiro, expressou preocupação com a possibilidade de esquecimentos e da desmoralização do “ideal revolucionário”, já que 20 anos era um período longo para a memória dos indivíduos, mas, “em contrapartida, não é tempo suficiente para que esses acontecimentos adquiram sua verdadeira dimensão histórica, única perspectiva capaz de situá-los em sua devida proporção e contexto”.¹²⁶

A insistência em apresentar os fatos em sua “verdadeira” dimensão vinha acompanhada da ideia de que apenas a “História”, na posteridade, poderia avaliar de forma segura e imparcial o legado de 1964, já que naqueles anos o povo brasileiro não estava “ainda em condições de

¹²⁴ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 19-20.

¹²⁵ GEISEL exalta a democracia no aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 302, 31 mar. 1970. p. 5.

¹²⁶ A Revolução Democrática de 31 de março. *O Verde Oliva*, Brasília, ano XI, n. 96, p. 8-10, mar. 1984. p. 8.

fazer um julgamento integral de tudo o que tem ocorrido no País”.¹²⁷ Por outro lado, as Forças Armadas investiram na publicação de livros, tal como os mencionados anteriormente, com a intenção de que esses documentos facilitassem “o julgamento da Revolução pelas gerações futuras”.¹²⁸ Nessas ocasiões, os relatos históricos mais valorizados eram as notícias veiculadas pela imprensa, muitas vezes utilizadas pelos militares como evidências “históricas” para demonstrar o apoio social ao golpe. De maneira semelhante, as memórias e depoimentos orais dos personagens envolvidos na articulação golpista eram considerados os testemunhos mais legítimos, “instrumento de equilíbrio, no julgamento dos jovens que não viveram naqueles dias, e uma reordenação necessária para os comprometidos com o passado”.¹²⁹

O apelo a uma suposta “verdade” histórica vinculava-se ao desejo de blindar a ditadura das críticas que reverberavam no contexto comemorativo e para além dele. A propósito disso, é significativa a iniciativa do Centro de Relações Públicas do Exército, em reeditar em 1978 o texto “A nação que salvou a si mesma”, que foi originalmente publicado em 1964, pela revista *Seleções do Reader's Digest*. O livro, com capa em verde e amarelo, foi lançado sob o título *A Nação que salvou a si mesma – 31 de março de 1964 – 1978*. Segundo informantes da imprensa e ligados ao Gabinete do Ministério do Exército, era “preciso manter viva a chama revolucionária de 1964”, promovendo uma campanha de propaganda para “contrabalancear a atual campanha antirrevolucionária [...] desde que se começaram a reivindicar anistia ampla, constituinte, volta do estado de direito, eleições e a volta dos civis ao Poder”.¹³⁰ Significativamente, os momentos em que mais se falou sobre a “verdadeira” dimensão dos fatos foram marcados pela instabilidade política, como no caso das comemorações de 1966 (que como veremos na continuidade, foi um ano de intensos protestos), assim como, no final dos anos 1970 e durante a década de 1980.¹³¹

Educar sobre o “tempo do caos”

A pretensão em historicizar a “Revolução” era acompanhada de uma intenção pedagógica, pois considerava-se “justo que as duras lições aprendidas sejam recordadas, para

¹²⁷ ALEIXO acha que revolução não pode ser julgada agora. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 76, 02 abr. 1966. p. 3.

¹²⁸ LIVRO conta 31 de março em editorial e notícia. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 73, 30 mar. 1966. p. 4.

¹²⁹ PAÍS ERA inviável antes de 64, diz brigadeiro Délio. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.623, 29 mar. 1980. p. 5.

¹³⁰ EXÉRCITO REEDITA livro que defende a Revolução de 64. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 352, 30 mar. 1978. p. 17.

¹³¹ Em 1984, no vigésimo aniversário, a Ordem do Dia do Ministro do Exército, general Walter Pires, alertou com preocupação o surgimento de “tentativas de diminuir o significado histórico do movimento democrático de 1964”. POSIÇÃO dos críticos é cômoda. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.355, 31 mar. 1982. p. 6.

benefício maior da nação e esclarecimento dos jovens que não conheceram a angústia e o desestímulo daqueles idos funestos”.¹³² Segundo essa concepção, a melhor metodologia para narrar a história do acontecimento baseava-se em “comparar a situação atual com a que existia em princípios de 1960 e mensurar, adequadamente, a extraordinária distância percorrida”.¹³³ O exercício comparativo era julgado fundamental “para que os mais velhos não esqueçam e os mais novos sejam alertados” sobre o clima que alegadamente pairava no Brasil em 1964, quando “o destino da Nação oscilava entre o caos e o comunismo”.¹³⁴

Imbuídos do lema “recordar para não repetir”, as narrativas comemorativas tenderam a realizar, de forma incansável, analogias entre o “antes” e o “depois” do Brasil, para demonstrar as supostas melhorias proporcionadas pelos governos militares. Em 1971, a *Folha de S. Paulo* dedicou espaço especial em editorial para efetuar uma série de comparações, cuja conclusão remetia para o fato de que “antes, enfim, o País parecia caminhar rapidamente para o caos; hoje, a Nação vê diante de si risonhas perspectivas”.¹³⁵ Os textos que realizavam comparações entre o governo Goulart e o período posterior ao golpe de 1964 partiam do pressuposto de que “qualquer brasileiro que compare esse quadro” chegaria à conclusão dos resultados positivos da “Revolução”, não podendo “deixar de bendizê-la e de repelir a pecha de ‘Golpe de Estado’ a que a querem reduzir seus adversários”.¹³⁶

Nesses textos se evitava ao máximo mencionar diretamente a figura de João Goulart¹³⁷, preferindo referir-se como governo “demagógico”, “subversivo” e “inimigo da democracia”. A retórica anticomunista esteve muito presente, sobretudo o discurso de suposta infiltração da esquerda no governo federal, da ameaça à ordem pública, da insegurança social generalizada, da corrupção e da crise financeira que assolava o Brasil. A crise moral também era abordada, mas em menor proporção.¹³⁸ Os anos entre 1961 e 1963 eram retratados como um “sinistro período”, cujo estado geral de “desassossego e exacerbação, artificial e criminosamente montado por uma minoria interessada em se aproveitar do caos e da anarquia”¹³⁹, havia gerado

¹³² MARINHA. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIX, n. 354, 31 mar. 1980. p. 2.

¹³³ GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento pela televisão pelo décimo aniversário da Revolução*. Brasília, 1974. p. 72. Os discursos comemorativos de Ernesto Geisel foram as falas presidenciais que mais enfatizaram a necessidade de uma comparação entre o estado de coisas de 1964 e as “conquistas” obtidas durante o governo ditatorial. Ver também: GEISEL, Ernesto. *Improviso durante almoço na Vila Militar, no Rio de Janeiro, ao ensejo do 12º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro: 1976; GEISEL, Ernesto. *Discurso no Clube da Aeronáutica, em Brasília, por ocasião do almoço comemorativo do 14º aniversário da Revolução*. Brasília, 1978.

¹³⁴ PAÍS COMEMORA hoje a Revolução de 1964. *Folha de S. Paulo*, ano LV, n. 16.820, 31 mar. 1975. p. 4.

¹³⁵ BRASIL, ano 7. *Folha de S. Paulo*, ano LI, n. 15.263, 31 mar. 1971. p. 1.

¹³⁶ GUDIN, Eugênio. O quarto aniversário da Revolução. *O Globo*, ano XLIII, n. 12.851, 01 abr. 1968. p. 2.

¹³⁷ Somente no final da década de 1970 é que o ex-presidente começou a ser mencionado com mais frequência pela imprensa de grande circulação.

¹³⁸ A Revolução Democrática de 31 de março. *O Verde Oliva*, Brasília, ano XI, n. 96, p. 8-10, mar. 1984. p. 8-9.

¹³⁹ MARINHA. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIX, n. 354, 31 mar. 1980. p. 2.

a “absoluta inviabilidade do País [...] vivíamos a realidade de um caos econômico, político e social”.¹⁴⁰ O cenário apresentado era de “caos” completo. Aliás, esse adjetivo foi utilizado inúmeras vezes, em diversos pronunciamentos, para categorizar o governo de Jango. A tese que vigorava entre os grupos golpistas e apoiadores da ditadura era a de que os “adeptos da ideologia marxista-leninista” haviam provocado, de forma deliberada e consciente, um estado caótico para enfraquecer as estruturas “democráticas” da sociedade brasileira, “visando à efetiva tomada do poder, através da implantação de uma república sindicalista, passo decisivo para a imposição do regime comunista ao nosso bom e generoso povo”.¹⁴¹ O retrato de uma nação caótica em virtude da iminência do “perigo vermelho” é que ditava o início da história do golpe.

A mulher conservadora como ícone da “Revolução”

Por sua vez, a nação brasileira, sofrendo com os impactos da crise, teria supostamente expressado seu descontentamento através de “vários setores dos mais importantes de sua vida”, mobilizando-se “numa generalizada demonstração da decisão de que estava possuída”¹⁴²: salvar a democracia brasileira do “comunismo”. Os discursos buscaram evocar constantemente a imagem da mulher conservadora como um sinônimo do apoio popular obtido pelas Forças Armadas na deposição de Goulart. A retórica de legitimação passava pelo argumento de que, o Brasil se encontrava em tão profundo “caos”, que “nem a própria dona de casa” tinha mais segurança, “porque o descalabro era tremendo, o país caminhava a grandes passos para a desgraça, para o caos, para a miséria”¹⁴³, obrigando essas mulheres a abandonarem suas funções domésticas para ocupar as ruas e protestar contra Goulart. Teria sido justamente a mulher conservadora brasileira, mãe, esposa e dona de casa que, “com aguda perspicácia, presentiu os rumos errados que o País ia tomando e soube alertar o homem contra o perigo iminente”.¹⁴⁴

Para as narrativas favoráveis ao golpe, as chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade teriam constituído o primeiro sinal da “resistência ostensiva antissubversiva”¹⁴⁵ da

¹⁴⁰ PAÍS ERA inviável antes de 64, diz brigadeiro Délio. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.623, 29 mar. 1980. p. 5.

¹⁴¹ WALTER Pires: Brasil seguirá no destino de Nação livre. *O Globo*, ano LIV, n. 16.599, 31 mar. 1979. p. 8.

¹⁴² CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *No Palácio da Liberdade, sobre o 1º aniversário da Revolução*. Belo Horizonte, 1965a. p. 22.

¹⁴³ COSTA EM improviso, relata os momentos que precederam a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.534, 01 abr. 1969. p. 3.

¹⁴⁴ FERRAZ acha que os civis devem participar. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIV, n. 30.063, 01 abr. 1973. p. 4. É evidente o teor machista e patriarcal dos discursos que abordavam a participação das mulheres conservadoras na articulação que culminou no golpe de 1964. As próprias mulheres conservadoras reivindicavam essa posição. Infelizmente não teremos espaço e nem fôlego para discutir essa questão de forma minuciosa, mas deixo registrada a pretensão de aprofundá-la em trabalhos futuros.

¹⁴⁵ CORDEIRO de Farias afirma que não se deve minimizar a importância do terror. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.899, 01 abr. 1970. p. 4-5.

população, “realizada em todas as capitais do País pela mulher brasileira, que deixou o seu lar e foi protestar, dizendo que não queria para os seus filhos um Brasil comunista”.¹⁴⁶ Esses eventos, organizados majoritariamente por entidades cívicas femininas de caráter conservador¹⁴⁷, foram consagrados como as mais representativas demonstrações do apoio à intervenção militar. A tônica que predominou nas passeatas buscava demarcar uma espécie de pedido às Forças Armadas por uma intervenção salvadora das instituições “democráticas” e contra o “comunismo”. Justamente por isso, durante a ditadura militar, a imagem das Marchas foi constantemente evocada pelos discursos comemorativos, consideradas “uma das demonstrações mais insofismáveis de repulsa de nossa gente pelo ardil que se desenvolvia [...]”. Foi um comovente apelo e, ao mesmo tempo, uma corajosa tomada de posição contra tudo aquilo que estavam querendo impor ao povo brasileiro”.¹⁴⁸ Nessas narrativas, a mulher brasileira ocupava até mesmo certo protagonismo, pois era creditado que sua atuação “é que levou as Forças Armadas a tomar aquela iniciativa no histórico 31 de março”.¹⁴⁹ Paradoxalmente, ao mesmo tempo que os discursos comemorativos recorriam à contribuição “histórica” dessas mulheres para a “Revolução”, a presença feminina nos festejos alusivos à data foi bastante diminuta, sendo evidente a predominância de homens (sobretudo, militares) e de crianças nas solenidades.¹⁵⁰

Uma “Revolução” do povo

Para além das intenções em destacar o papel exercido pelas mulheres conservadoras na articulação golpista, constava o propósito principal de exaltar a dimensão popular da insurreição

¹⁴⁶ MILTON elogia a abertura. *O Estado de S. Paulo*, ano CI, n. 32.223, 01 abr. 1980. p. 4.

¹⁴⁷ Nesse universo, convém destacar a atuação da União Cívica Feminina (UCF) – São Paulo, Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) – Rio de Janeiro, Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE) – Minas Gerais, Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) – Rio Grande do Sul, e a Cruzada Democrática Feminina (CFD) – Pernambuco. No contexto de articulação golpista, as entidades cívicas femininas passaram a empreender diversas iniciativas de cunho pedagógico e moralizante, imbuídas de preceitos de caráter moral, religioso e fortemente anticomunista. Suas práticas de identificação foram fundamentadas pela internalização do modelo patriarcal de organização social, o qual associava a mulher e a experiência feminina à dimensão do privado, da vida familiar, na condição de mãe, esposa e dona-de-casa. Mediante o acirramento das disputas políticas em voga e a radicalização dos setores conservadores, essas mulheres investiram na ocupação de espaços públicos para reivindicação de suas pautas políticas e ideológicas. Seu discurso fundamentava-se na atribuição de seu papel como mães, esposas e donas-de-casa brasileiras, reunidas em prol da defesa da família, da religião e de uma suposta “democracia fortalecida”, compreendida em oposição ao comunismo. Para um histórico mais aprofundado sobre a criação e atuação dessas entidades Cf.: SIMÕES, Solange de D. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985; CORDEIRO, Janaína Martins. *“A Nação que se salvou a si mesma”*: entre a memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

¹⁴⁸ Revolução Democrática. *O Verde Oliva*, Brasília, ano X, n. 84, mar. 1983. p. 7.

¹⁴⁹ GENERAL atribui pressões do exterior ao progresso do país após 31 de março. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 351, 30 mar. 1977. p. 16.

¹⁵⁰ Essa temática será abordada de forma mais detalhada no terceiro capítulo da dissertação.

de 1964. Segundo os depoimentos, “antes mesmo que se efetivasse a ação militar, os segmentos mais expressivos da população já haviam desencadeado um irreversível movimento em defesa das instituições”.¹⁵¹ Naquele momento, “o povo, através de suas mais autênticas expressões – a igreja de Cristo, a imprensa responsável, autênticas lideranças políticas, associações de classe e associações de cultura”, uniram-se na “cruzada da redenção” contra o comunismo.¹⁵² Para isso, contaram com o apoio das Forças Armadas, que “totalmente identificadas com os ideais expressos nas grandes marchas e concentrações populares, saíram dos quartéis para derrubar um regime desmoralizado, corrupto e antibrasileiro”.¹⁵³

Os discursos comemorativos consideravam imprescindível a “recordação desses dias de confraternização” e seu “significado histórico e a autenticidade cívica” residiam na magnitude da mobilização social composta por “diversos segmentos da sociedade, sob o desígnio comum de salvaguardar o País da imposição de um regime totalitário, à feição comunista. A consciência nacional apercebeu-se, a tempo, da ameaça à ordem democrática e aos próprios valores da nacionalidade”.¹⁵⁴ Portanto, a “Revolução” havia sido teoricamente feita pelo povo e a serviço do próprio povo. Em verdade, a dimensão popular do movimento é que servia de argumento para distingui-lo das quarteladas e da alcunha mais temida, a de golpe de Estado, pois “nenhuma revolução outra da História nossa teve o respaldo de maioria maior [sic]”, sinal “de sua solidariedade, de sua firmeza, de sua unidade, de sua inteireza, de sua identidade, de sua solidez”.¹⁵⁵ Os discursos buscavam fazer um retrato de ação conjunta, de atitude “cívica e patriótica”, em que “militares e civis se irmanaram em torno do ideal comum de salvar o país do caos que se avizinhava”.¹⁵⁶

Uma “Revolução” autêntica e pacífica

Diante das intenções em omitir e mascarar o caráter golpista da insurreição civil e militar, os discursos comemorativos insistiram na ideia de autenticidade da “Revolução”. Essa concepção estava respaldada no suposto caráter popular do movimento, mas também em outra narrativa bastante peculiar: a tese de excepcionalidade da “Revolução brasileira”. Segundo essa concepção, as tradições nacionais de “harmonia” e “pacifismo” teriam contribuído de forma

¹⁵¹ REVOLUÇÃO CONCLUI sua obra. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.355, 31 mar. 1982. p. 6.

¹⁵² GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento pela televisão pelo décimo aniversário da Revolução*. Brasília, 1974. p. 70-71.

¹⁵³ DEZ ANOS de Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 3.

¹⁵⁴ MINISTROS MILITARES lembram o 20º aniversário da Revolução. *O Globo*, ano LIX, n. 18.406, 31 mar. 1984. p. 6.

¹⁵⁵ COSTA, Octavio. A hora zero da mudança. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.530, 28 mar. 1969. p. 4.

¹⁵⁶ ARARIPE diz que Forças Armadas não se limitam a ver Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 301, 29 mar. 1972. p. 7.

decisiva para que o episódio de 31 de março se diferenciase “de todas as revoluções que trazem sempre a fisionomia da violência e da opressão”.¹⁵⁷ Em virtude disso, o golpe de 1964 não teria sido “uma Revolução comum; foi uma Revolução brasileira, sem derramamento de sangue, que restabeleceu a confiança no amor fraterno e manteve viva a chama do amor”.¹⁵⁸

A tônica da “Revolução” pacífica foi utilizada pelos grupos apoiadores da ditadura para reforçar o caráter salvacionista do golpe militar, encarado como alternativa essencial para “evitar no mais curto prazo, pela ação militar fulminante, a possibilidade do derramamento de sangue dos brasileiros”.¹⁵⁹ Novamente o exercício comparativo aparece como estratégia de diferenciação entre as “revoluções sangrentas”, associadas aos levantes comunistas no século XX, e as demais revoluções, que compunham “a quebra do andamento antiquado de qualquer sistema, para que haja uma substituição digna e condizente com as necessidades de todas as camadas”.¹⁶⁰ A denominada “Revolução brasileira” era enquadrada na segunda categoria, e sua particularidade e valorização residiam justamente na suposta ausência de conflitos bélicos, pois “de tão legítima, para derrubar um Governo constitucionalmente estabelecido não precisou derramar uma só gota de sangue ou disparar um tiro”.¹⁶¹ Vale destacar que esses argumentos desconsideravam e buscavam encobrir toda a violência e perseguição política que se seguiu ao golpe de 1964, sobretudo quando relacionada aos grupos de esquerda nos meios civil e militar. Contudo, o objetivo principal consistia em blindar o golpe de 1964 de críticas direcionadas ao seu caráter inconstitucional, sob a prerrogativa de que se tratava de uma autêntica “Revolução” e, acima de tudo, uma “Revolução” pacífica.

As Forças Armadas como “sentinelas” da Pátria

Concomitantemente a valorização do caráter supostamente popular e pacífico do golpe de 1964, as narrativas comemorativas destacavam a diligência das Forças Armadas em salvar o Brasil do “comunismo”. A instituição militar era encarada como representante legítima do poder soberano do povo, em realidade, “o Exército, Marinha e Aeronáutica neste país sempre foram povo, e por ser povo é que aceitamos o anseio, a angústia do povo brasileiro”.¹⁶² Assim, a “Revolução” era considerada fruto de uma longa tradição “da unidade de pensamento e de

¹⁵⁷ TODO O PAÍS COMEMOROU a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LI, n. 15.264, 01 abr. 1971. p. 6.

¹⁵⁸ REVOLUÇÃO, ANO 8. *O Globo*, ano XLVI, n. 13.774, 01 abr. 1971. p. 12.

¹⁵⁹ LACERDA: soou a hora do voto. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.591, 01 abr. 1965. p. 16.

¹⁶⁰ D. GRACE lembra Marchas com Deus pela Liberdade. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 300, 30 e 31 mar. 1969. p. 3.

¹⁶¹ PRESIDENTE VAI hoje à missa pela Revolução. *O Globo*, ano LIV, n. 16.599, 31 mar. 1979. p. 8.

¹⁶² GENERAL atribui pressões do exterior ao progresso do país após 31 de março. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 351, 30 mar. 1977. p. 16.

ação de nossas Forças Armadas e de sua íntima comunhão com o povo, do qual é parcela das mais representativas”.¹⁶³ Entretanto, a suposta equivalência entre o povo e as Forças Armadas escondia uma pretensa ideia de superioridade, já que “os militares, naturalmente muito mais alertas e sensíveis – por vocação e dever de ofício”, precisaram “aguardar, em tensa expectativa, manifestações inconfundíveis da vontade popular”.¹⁶⁴

É preciso recordar que essa concepção vigorava com bastante força dentro dos círculos militares, configurando a já discutida “utopia autoritária”. Durante a ditadura militar, a crença em uma superioridade castrense e na necessidade de expurgo dos divergentes constituiu amálgama para unificar as diferentes correntes ideológicas existentes dentro das Forças Armadas. Essa questão se manifestava por meio de duas dimensões principais: uma política, cristalizada no discurso de suposto combate à corrupção, extinção do “comunismo” e “salvação” da democracia; e a outra pedagógica, fundamentada pela ideia de que os militares precisavam educar o povo brasileiro.¹⁶⁵ Durante as comemorações alusivas aos aniversários do golpe de 1964, uma das formas em que o aspecto pedagógico manifestou-se foi justamente por meio do apelo à necessidade de historicizar e esclarecer a “Revolução”, sobretudo entre os mais jovens.

A dimensão política estava diretamente atrelada ao desejo de reforçar o ideal salvacionista, o que significava também conferir destaque ao papel cumprido pelas Forças Armadas, que atuariam “como restauradoras do equilíbrio rompido” em situações de crise.¹⁶⁶ É a partir do interesse em sacralizar a atuação dos militares que surgiu outra das tônicas predominantes no discurso “histórico” golpista: a imagem das Forças Armadas como “sentinelas” da pátria.¹⁶⁷ Essa espécie de palavra de ordem esteve presente em várias falas de militares, que se consideravam os verdadeiros “guardiães da Revolução de março”.¹⁶⁸ A permanência dos governos ditatoriais era justificada mediante a necessidade de assegurar a perpetuação do “ideal revolucionário”, já que em 1964, “eram tão profundos os descaminhos da vontade popular, que a Revolução precisou ser desdobrada, porque se impunha dar ao Governo, que dela emergiu para servir o povo, instrumentos e poderes capazes de realizar as

¹⁶³ 31 Mar. 64 – Marco Inicial de Uma Revolução. *O Verde Oliva*, Brasília, n. 60, mar. 1981. p. 1.

¹⁶⁴ GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento pela televisão pelo décimo aniversário da Revolução*. Brasília, 1974. p. 71.

¹⁶⁵ FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas na ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 273-274.

¹⁶⁶ SODRÉ: “São Paulo manterá o compromisso revolucionário”. *Estado de S. Paulo*, ano LXXXVIII, n. 28.208, 01 abr. 1967. p. 1.

¹⁶⁷ Cf.: AERONÁUTICA: somos todos sentinelas da Revolução e do Progresso. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.534, 01 abr. 1969. p. 3; “VOLTA aos quartéis” é só simbólica, diz Ari Pires. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.720, 31 mar. 1983. p. 6.

¹⁶⁸ DO EXÉRCITO. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 353, 31 mar. 1978. p. 18.

necessárias modificações de nossas instituições”.¹⁶⁹ Também por isso derivava a constante necessidade de frisar a narrativa do “tempo do caos”, na medida em que ela respaldava a manutenção de uma postura vigilante contra os “subversivos” e a permanência dos militares nos postos de comando estratégicos do governo federal.

A “Revolução” como continuidade histórica

Mediante o desejo de conferir determinada coerência e continuidade ao golpe de Estado e a ditadura que o seguiu, os militares também se esforçaram para demarcar supostos vínculos “históricos” entre o evento de 1964 e outros tradicionais episódios da História do Brasil, em que os militares foram protagonistas importantes. Grande parte dos discursos comemorativos abordou as raízes que originaram o movimento golpista. Os mais ousados traçaram grandes paralelos situados em uma longa duração, estabelecendo ligações entre a “Revolução” e a Independência do Brasil, a Guerra do Paraguai e a Segunda Guerra Mundial, considerados os momentos históricos mais importantes da nação.¹⁷⁰ Todavia, a maior parte das narrativas históricas esquadrinhou uma linha evolutiva situada no período republicano brasileiro.

Para esses escritos, tudo havia começado em 05 de julho de 1922, “a arrancada que ficou conhecida como os 18 do Forte Copacabana”.¹⁷¹ Essa insurreição, que ocorreu durante a Primeira República, foi composta por um levante de tenentes do Exército insatisfeitos com a vitória presidencial de Artur Bernardes, após um pleito eleitoral bastante polarizado, e ficou conhecida como a primeira de uma série de ações promovidas pelo Movimento Tenentista. O Tenentismo colocava-se contrário à hegemonia oligárquica que vigorava naquele período, denunciando a corrupção e o clientelismo, e propondo reformas no sistema político republicano.

Segundo as narrativas comemorativas, a “Revolução de 1964” representava a consagração “de ideias e princípios que remontam aos movimentos de 22, 24 e 26, simbolizados nas figuras de Juarez Távora, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e tantos outros”.¹⁷² Em 1980, no 16º aniversário do golpe, o discurso comemorativo do presidente João Baptista Figueiredo, afirmou que o caminho trilhado pelos governos militares inaugurados a partir de 1964 era “o mesmo dos revolucionários de 1922, 1924, 1930 e 1945”.¹⁷³ Nesse sentido, o 31 de março

¹⁶⁹ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Tempo de construir*. Brasília, 1971. p. 75.

¹⁷⁰ “É HORA de meditar, de refletir”. *Jornal do Brasil*, ano XCIII, n. 354, 31 mar. 1984. p. 4.

¹⁷¹ FARHAT, Emil. Onde começou e onde acabará a revolução de março. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14. 896, 29 mar. 1970. Caderno Especial, p. 6.

¹⁷² LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A Revolução de Março de 1964. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 13.

¹⁷³ FIGUEIREDO garante que Revolução prossegue com abertura. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIX, n. 355, 01 abr. 1980. p. 4.

representava uma continuidade, a consagração de ideais patrióticos gestados em um longo processo histórico, que englobava as insurreições Tenentistas, a “Revolução de 1930” e a Segunda Guerra Mundial. Justamente por isso, pregava-se que o sentimento “revolucionário” não se restringia ao episódio de 1964, sendo necessário cultivá-lo na sociedade brasileira.¹⁷⁴ Deste modo, a narrativa “histórica” produzida pela ditadura militar brasileira buscava entrelaçar a “Revolução” com o passado, o presente e o futuro, encarando-a como processo evolutivo constante e objetivo permanente a ser alcançado.

Vale ressaltar que essa narrativa excluía outros dois episódios da História do Brasil que se conectavam aos levantes tenentistas, a saber, a Revolução Constitucionalista (1932) e a “Intentona” Comunista (1935). A ausência de menção a esses acontecimentos, em especial a omissão do presidente da República acerca da insurreição paulista, foi bastante criticada em colunas opinativas e editoriais da imprensa. Esses textos apontavam que a “sintomática omissão” de Figueiredo constituía uma estratégia do governo para “afirmar a presença do poder militar” e afastar os civis das decisões políticas.¹⁷⁵ Para além disso, uma das razões pelas quais os fatos protagonizados em 1932 e 1935 foram excluídos da narrativa oficial era porque ambos destoavam do discurso de continuidade que a ditadura buscava imprimir. Enquanto a Revolução Constitucionalista era considerada uma revolta regionalista e, portanto, difícil de ser inserida no panteão de movimentos “nacionais”, o episódio de 1935 trazia à tona uma insurreição comunista, o que também não cabia na lógica patriótica empregada pelos militares.

Embora os textos produzidos em torno do 31 de março de 1964 se pretendessem relatos históricos comprometidos com a “verdade” dos fatos, fica claro que se tratava essencialmente de narrativas memorialísticas, desprovidas de qualquer instrumentalização crítica do ponto de vista historiográfico e tampouco empenhadas em cruzar diferentes versões do passado. Dentre as estratégias utilizadas, constava uma intenção pedagógica mascarada pela ideia de que apenas a “História”, em sua posteridade, poderia “julgar” as ações produzidas pelas forças golpistas. Adicionalmente, os discursos valorizavam desproporcionalmente os testemunhos de indivíduos associados ao golpe de Estado e questionavam constantemente a validade de qualquer depoimento ligado ao governo Goulart. Por sua vez, a imagem do ex-presidente foi submetida a um processo de apagamento, que começou a ser revertido somente no final da década de 1970.

¹⁷⁴ COMANDANTE da 2ª DI: Revolução não pode e não deve limitar-se no tempo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.532, 30 mar. 1969. p. 3.

¹⁷⁵ Não por acaso os jornais da grande imprensa de São Paulo é que publicaram esses textos. O DISCURSO do presidente. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.627, 02 abr. 1980. p. 2; C.C. E 1932? *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.627, 02 abr. 1980. p. 2; C.C. ABERTURA DEMOCRÁTICA agora é condicionada. *O Estado de S. Paulo*, ano CI, n. 32.223, 01 abr. 1980. p. 3.

Ao retratar o golpe propriamente, as narrativas valorizavam a dimensão popular da insurreição, consubstancializada pelos movimentos sociais que reivindicavam a intervenção militar, com destaque para a imagem da mulher conservadora e das Marchas da Família. O cerne desses discursos buscava reafirmar a noção de “Revolução”, rejeitando a nomenclatura de golpe de Estado, mediante o caráter supostamente popular e pacífico do movimento. De forma semelhante, buscava-se reforçar a concepção das Forças Armadas como “sentinelas da pátria” e da “democracia”, tomando como prerrogativa a pretensa superioridade castrense e situada em uma espécie de longa duração no período republicano brasileiro.

A produção desses escritos estava ligada à necessidade constante de rememorar o episódio do golpe e reatualizar seu significado por ocasião dos festejos de seu aniversário, de modo a forjar uma plataforma de legitimação do regime autoritário e garantir sua permanência no poder. Deste modo, é possível concluir que o processo de escrita de uma versão do passado golpista pelos apoiadores da ditadura foi alimentado pela manipulação de elementos históricos, por intermédio de um “enquadramento da memória”¹⁷⁶, com vistas a omitir determinados aspectos, como o caráter inconstitucional e violento da ação em 1964, e exaltar outros, a exemplo de seu teor supostamente popular e de reação à ameaça “comunista”.

Os indícios apontados possibilitaram destacar alguns dos elementos em que o imaginário nacionalista e autoritário da chamada “Revolução de 1964” se manifestou por ocasião dos aniversários do golpe. A base discursiva propagada pelo regime se sustentava em torno da difusão do “ideal revolucionário”, ou seja, do discurso de suposta “salvação” da democracia, e na crença da superioridade castrense. Esse imaginário nutriu-se igualmente de narrativas produzidas pelos agentes ligados à ditadura militar, cujo conteúdo se pretendia de caráter “histórico” e se empenhava em associar o acontecimento de 31 de março com tradições políticas militaristas de maior duração na História do Brasil. Tanto os pilares centrais do imaginário da “Revolução”, quanto as demais tônicas discursivas estabelecidas pelas formas de narrar o golpe e apresentadas aqui, funcionaram como elementos de reforço à concepção do intervencionismo controlador, das Forças Armadas enquanto “guardiãs” da “democracia” e da legalidade constitucional.

A inserção do 31 de março nos calendários comemorativos foi permeada por ambiguidades que refletem características intrínsecas ao regime autoritário. Os acontecimentos

¹⁷⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 11.

situados entre os anos de 1964 e 1965 impactaram a condução dos festejos nos anos seguintes, com destaque para a recusa em tornar a “Revolução” um feriado nacional. Apesar disso, o reconhecimento da data por determinadas publicações de calendários comemorativos, assim como a profusão de discursos voltados à sua exaltação, expressou o desejo em demarcar sua representatividade simbólica. Por conseguinte, o calendário e as festas propriamente constituíram espaços de ativação de memórias sociais e coletivas em torno do golpe de 1964. Todos esses processos: a definição de um ideal catalizador, a produção de uma versão “oficial” da “história”, a produção de lugares de memória (como o calendário e a festa), corroboraram para a consolidação de um imaginário político da “Revolução de 1964”, e que foi constantemente evocado nos festejos alusivos ao seu aniversário.

Os investimentos no campo simbólico e discursivo voltaram-se para firmar o 31 de março de 1964 como data da “Revolução”, atrelando o evento à suposta “salvação” da democracia e promovendo um enquadramento do passado golpista, de forma a exaltar a atuação das Forças Armadas na “proteção” do Brasil contra o comunismo. O processo de seleção desse passado comportava uma cuidadosa escolha de elementos para forjar um sentido democrático e revolucionário à insurreição golpista, omitindo seu caráter inconstitucional e violento.

O “ideal revolucionário”, a crença na superioridade militar e as tônicas discursivas (a História em sua “verdadeira” dimensão; o “tempo do caos”; a mulher conservadora como ícone da “Revolução”; a “Revolução” do povo; a “Revolução” pacífica; as Forças Armadas como “sentinelas” da pátria e a “Revolução” como continuidade histórica) compunham um conjunto de “constelações mitológicas” em torno do 31 de março. Essas concepções foram difundidas durante todo o período ditatorial e formaram a principal matriz discursiva do imaginário “revolucionário” construído pela ditadura em torno do golpe de 1964. Seus propósitos residiam na intenção de sacralizar o acontecimento golpista e legitimar a manutenção do regime autoritário, atuando por meio da manipulação dos eventos históricos, para conferir um sentido positivo ao golpe e à ditadura.

CAPÍTULO 2

As comemorações do 31 de março e seu impacto público

Nos anos que sucederam as comemorações oficiais promovidas no 1º aniversário do golpe, as programações festivas institucionais, realizadas entre os anos de 1966 e 1984, estiveram sujeitas a significativas flutuações. Essas oscilações encontram-se intimamente conectadas às dinâmicas e transformações do próprio regime ditatorial brasileiro, que não pode ser concebido como bloco monolítico, mas enquanto um Estado autoritário que se modificou ao longo de seus 21 anos de existência, em razão de fatores condicionados ao inter-relacionamento com os demais atores políticos e sociais. Diante disso e levando em consideração o interesse em compreender as diferentes formas de lembrar o 31 de março, torna-se pertinente formular um estudo mais detalhado das práticas comemorativas efetuadas pelo governo ditatorial, buscando formular hipóteses analíticas para explicar essas oscilações.

Ao propor uma metodologia para o estudo dos ritos e liturgias políticas, Claude Rivière chamou atenção para o fato de que esses fenômenos só podem ser compreendidos em suas finalidades abstratas quando acompanhados de uma descrição minuciosa de suas práticas concretas, situando-as espaço-temporalmente. O autor defendeu o que chamou de “análise tridimensional”, pautada nos fundamentos 1) semântico/exegético; 2) operacional/prático; e 3) posicional/simbólico, para compreender “os níveis de realidade investidos de um valor estratégico (traços mais importantes e acontecimentos mais significativos) com a finalidade de apreender o modelo, ou seja, o sistema simbólico de representações, articulando as propriedades aos principais aspectos da realidade considerada”.¹ Em outros termos, isso significa dizer que a descrição detalhada das comemorações, situadas em determinado contexto histórico, permite questionar os fundamentos discursivos e ritualísticos das festas, assim como apontar suas características gerais (modelos) e acentuar as possíveis mudanças no curso do tempo.

Levando em conta essas reflexões, o objetivo principal desse capítulo consiste em analisar de forma minuciosa os aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura, com o intuito de compreender a historicidade das práticas comemorativas, percebendo possíveis rupturas e continuidades. A perspectiva de descrição das comemorações ano a ano possibilitará gerar dados mais precisos sobre as nuances que permearam os festejos do 31 de março, percebendo as divergências na própria forma como a imprensa de grande circulação se referiu a esses eventos.

¹ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 155-156.

Como em qualquer estrutura dinâmica, as festividades cívicas e ritos políticos estão sujeitos a momentos de maior exaltação, declínio e renovação, cujas mudanças articulam-se diretamente com a temporalidade. A intenção é tentar compreender as variantes que contribuíram para os momentos de maior ou menor sucesso das comemorações do golpe, assim como discutir quais as principais tônicas discursivas mobilizadas pelos grupos golpistas e apoiadores do regime autoritário, conectando-as ainda com a construção do imaginário “revolucionário”. Adicionalmente, existe um interesse especial em analisar o impacto público mobilizado pelos festejos e a participação popular nas comemorações. O objetivo é descrever as iniciativas comemorativas refletindo sobre as intenções da ditadura e alguns dos resultados conquistados. A hipótese a ser demonstrada é que as programações festivas, embora não variassem muito em termos de ritualísticas, oscilaram significativamente em razão do próprio contexto histórico vivenciado.

A ideia foi pensar as comemorações do 31 de março em termos de estrutura temporal, o que não significa que defendo uma divisão rígida entre os anos estudados. As programações festivas foram agrupadas em três blocos cronológicos para fins de sistematização e organização do capítulo. A opção pela metodologia descritiva do ano a ano foi efetuada com o propósito de oferecer uma análise mais minuciosa, de modo a perceber mais claramente as clivagens e possíveis flutuações. Considerei que o detalhamento é importante para efeitos de comparação e porque se trata do primeiro trabalho a abordar as comemorações promovidas pela ditadura em sua totalidade. As fontes históricas foram lidas e em seguida classificadas de acordo com os temas de maior relevância/recorrência, relacionados tanto às programações festivas, quanto aos tópicos centrais abordados pelos discursos comemorativos (uma forma de explorar a vastidão de pronunciamentos realizados nos festejos). Com isso, pretendo efetuar uma análise geral do conjunto das comemorações oficiais da ditadura, focando nos discursos que compunham o imaginário “revolucionário”, atentando para as transformações das programações festivas e para a forma como o contexto histórico afetou essas comemorações.

2.1 – 1966-1971: grandes oscilações comemorativas e algumas festividades memoráveis

Em 1966, no 2º aniversário do golpe, as programações festivas realizadas pelo governo ditatorial foram menores se comparadas às de 1965, mas, ainda assim, estenderam-se por diversas regiões do país e atraíram certa atenção da imprensa. Os discursos comemorativos enfatizaram o suposto clima de ordem e tranquilidade estabelecido após a posse de Castello

Branco, além do caráter “definitivo e irreversível da Revolução”.² Foram exaltados elementos como a “salvação” do país do comunismo, o combate à inflação, a revalorização do trabalho duro e a coesão nacional. Várias autoridades civis e militares ocuparam o espaço público para homenagear o 31 de março, principalmente os ministros de Estado e governadores, além de entidades cívicas e comerciais, como a CAMDE e a Confederação Nacional do Comércio.

A tônica que predominou foi uma espécie de “prestação de contas” ao povo brasileiro, com o propósito de destacar aspectos positivos das iniciativas governamentais.³ O “tempo do caos”, em referência ao governo Goulart, também foi constantemente evocado para justificar certas medidas impopulares, assim como respaldar a ideia de que sacrifícios eram necessários para a conquista plena do desenvolvimento.⁴ A insistência em destacar as benfeitorias do governo e conclamar a colaboração da população pode ser lida como reflexo das tensões políticas que vigoravam em 1966. O projeto econômico liberal-internacionalista de Castello Branco, embora tenha viabilizado uma queda nos índices brutos de inflação, provocou uma série de medidas recessivas na política salarial e que impactaram negativamente a sociedade brasileira, com a redução do valor de compra dos salários e a queda de atividades do setor industrial. Por essa razão, pairava uma atmosfera de descontentamento, “não apenas entre os derrotados, mas também em setores expressivos da grande frente que apoiara o golpe”.⁵

As comemorações do 31 de março foram reveladoras de algumas das frustrações de determinadas personalidades que possuíam vínculos diretos com a insurreição golpista de 1964. A esse exemplo, cabe demarcar o manifesto divulgado pelo almirante Silvio Heck, que criticou a orientação administrativa e econômica do governo pelo empobrecimento nacional e a estagnação do progresso. De acordo com suas palavras, o 2º aniversário deveria “ser considerado como uma data de grande luto”.⁶ Em solenidade ocorrida em Juiz de Fora, o general Olimpio Mourão Filho denunciou o processo de alijamento que o governo estava causando aos líderes originais do “movimento revolucionário”, decretando também “o fracasso total da Revolução que ele próprio iniciara”.⁷ Semelhantemente ao que ocorreu com as comemorações “alternativas” realizadas na mesma cidade mineira em 30 de março de 1965, as

² COSTA E SILVA: CUMPRE ao Exército continuar obra da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, n. 13.436, 30 mar. 1966. p. 3.

³ JUAREZ Távora: a Revolução veio para engrandecer o Brasil. *O Globo*, ano XLI, n. 12.236, 31 mar. 1966. p. 19.

⁴ PAULO EGÍDIO: a Revolução há de construir uma nação nova. *O Globo*, ano XLI, n. 12.236, 31 mar. 1966. p. 19.

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 58.

⁶ MANIFESTO de Heck critica a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, n. 13.437, 31 mar. 1966. p. 5.

⁷ A MISSÃO de Costa e Silva. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 4.

declarações de Heck e Mourão Filho em 1966 indicam a permanência de tensões e disputas de memória entre os próprios setores golpistas. Ambas as críticas foram proferidas por dois militares associados à chamada “linha-dura”, segmento cuja insatisfação tinha a ver com a percepção de que Castello Branco, considerado naquele contexto um “moderado”, não era suficientemente “revolucionário”, ou seja, duro com os inimigos “subversivos”. Esse é um tipo de dissensão que envolvia disputas por poder na própria estrutura ditatorial, e que deve ser distinguido das manifestações de oposição democrática ou de esquerda.

Críticas mais agudas partiram de intelectuais e, sobretudo, de estudantes universitários. Como veremos com mais profundidade no quarto capítulo da dissertação, o aniversário do golpe em 1966 foi marcado de forma intensa por manifestações de oposição, o que acarretou o reforço do policiamento nos locais de realização das solenidades comemorativas.⁸

As programações festivas, organizadas em torno do slogan “Brasil 66: Paz e Prosperidade”, foram objeto de grande interesse na imprensa de grande circulação. As Forças Armadas estabeleceram diretrizes específicas para realização de comemorações “com brilho”, em todas as unidades de tropas, que deveriam dar apoio irrestrito aos festejos no meio civil.⁹ Assim como em 1965, a maior parada militar aconteceu em Belo Horizonte, mas as notícias divergiram quanto ao número de presentes na solenidade, contabilizando entre 2500 e 5000 pessoas.¹⁰ Em Juiz de Fora, foi inaugurada no Museu Mariano Procópio a sala “31 de Março”, destinada a homenagear a “Revolução” e seus líderes. O general Mourão Filho fez questão de doar para exibição “suas condecorações, cachimbo e farda usadas durante o movimento revolucionário”.¹¹ Chama atenção como esse general buscou aparecer no cenário das comemorações em seus anos iniciais (1965-1966), tal como o próprio Costa e Silva, o que também envolvia as disputas políticas em torno da ocupação de postos de comando e de influência política.¹²

⁸ BOMBAS levam terror à festa da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 75, 01 abr. 1966. p. 1.

⁹ DEMOCRACIA PARA o Exército começou no 31. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 70, 26 mar. 1966. p. 3.

¹⁰ O número estimado pelo *Estado de S. Paulo* foi de 5000 pessoas, o *Jornal do Brasil* contabilizou 4000 presentes e *O Globo* 2500.

¹¹ MOURÃO FILHO fala sobre eleições diretas e rememora a Revolução de 64. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 5. Em verdade, muito imediatamente a sala passou a chamar-se “Olimpio Mourão Filho”, para homenagear o protagonismo do general no golpe de 1964. O acervo contava com os materiais citados pela notícia, além de fotografias e documentos textuais. Por ocasião do 6º aniversário do 31 de março, em 1970, foram doadas outras condecorações, medalhas e a espada de ouro de Mourão Filho. Cumpre também destacar que o museu Mariano Procópio realizou em alguns anos esparsos exposições comemorativas à “Revolução”. Em 1980, após uma reorganização na estrutura museológica, a sala “Olimpio Mourão Filho” foi extinta e seu acervo armazenado na reserva técnica da instituição. BARROS, Maicon Vinícius Ferreira. *A musealização da memória do general Olympio Mourão Filho e do golpe civil-militar de 1964 no museu Mariano Procópio*. 2017. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

¹² Nos anos posteriores, as aparições e pronunciamentos de Mourão Filho nos festejos do golpe foram praticamente inexistentes.

As comemorações realizadas no estado de São Paulo receberam centralidade nas notícias, sobretudo, em razão da presença do presidente Castello Branco em grande parte das solenidades. O maior evento foi a inauguração da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em Santos, cujos mínimos detalhes foram pensados, até mesmo a posição em que permaneceria o presidente da República “no momento de proferir o discurso, de modo a permitir que o sol não atrapalhe os fotógrafos ou a leitura do discurso”.¹³ Os meios de comunicação destacaram que Castello Branco foi muito ovacionado pelos trabalhadores, que enalteceram sua postura amigável quando o mesmo acenou para os presentes e permitiu ser fotografado junto às autoridades locais.

Ao visitar as dependências da usina siderúrgica, o presidente conversou com operários e indagou sobre as condições de trabalho e funcionamento das máquinas. Por sua vez, os trabalhadores aproveitaram-se da ocasião festiva para pedir por melhores garantias de estabilidade nos empregos, o que não deixava de ser uma contestação ao governo, que estava em vias de extingui-la para a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O jornal *O Globo* relatou uma situação que exemplifica muito bem a capacidade do ambiente festivo em flexibilizar determinadas hierarquias sociais impostas, quando “um operário da seção de laminação esqueceu-se de que falava com o Presidente da República, e colocou a mão sobre o seu ombro, demorando-se naquela posição”. O periódico elogiou Castello Branco pelo bom humor na situação, que “esboçou um sorriso que neutralizou a ação da segurança, que já se preparava para agir”.¹⁴

Após um almoço festivo com mais de mil pessoas, o presidente da República dirigiu-se para a cidade de São Bernardo do Campo, para lançamento da pedra fundamental de uma vila operária. A descrição do trajeto executado também foi motivo de discordâncias entre os relatos da imprensa. Enquanto os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* destacaram a presença de milhares de pessoas, dentre elas escolares acenando com bandeirinhas verde-amarelas pelas ruas em que passou o automóvel, a *Folha de S. Paulo* reclamou da recepção fria com que o presidente foi recebido.¹⁵ Ademais, a própria presença de estudantes pode ser problematizada, tendo em vista o caráter compulsório imposto pelas diretrizes escolares.

¹³ PRESIDENTE VEM hoje para ficar 12 horas. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.898, 31 mar. 1966. p. 17.

¹⁴ INAUGURADA pelo presidente a Usina da COSIPA. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 6.

¹⁵ INAUGURADO o conjunto. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 14; INAUGURADA pelo presidente a Usina da COSIPA. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 6; MARECHAL em São Paulo não viu manifestações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano XLVI, n. 13.438, 01 abr. 1966. p. 9.

No mundo da política, a data de instalação dos novos partidos nacionais coincidiu com as comemorações do 31 de março, ocorrendo de forma paralela aos festejos, o que estimulou comparações entre os dois acontecimentos. A fundação das agremiações partidárias encontrava-se em conformidade com a outorga do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que representou uma reforma constitucional imposta pelo governo ditatorial com o propósito de consolidar seu sistema autoritário.¹⁶ Dentre as determinações, constava a extinção dos partidos políticos em vigência desde 1945 e a criação de novos, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965). Essa legislação impunha restrições para a fundação de novos partidos políticos, com relação ao quórum mínimo de senadores e deputados, limitando em termos práticos a possibilidade de coexistência de mais de duas siglas partidárias.

Em 30 de março de 1966 ocorreu a cerimônia de criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida ao regime. O presidente do partido aproveitou a ocasião para fazer críticas ao governo “revolucionário” pela passagem do 2º aniversário.¹⁷ No dia seguinte, em 31 de março, aconteceu a instalação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido de situação, que contou com a presença de diversas autoridades políticas favoráveis ao governo, como o Ministro da Guerra, o general Costa e Silva. A questão do bipartidarismo tomou muita atenção dos meios de comunicação, muitas vezes se sobrepondo às próprias comemorações do golpe. A exemplo disso, cabe destacar uma caricatura publicada por *O Estado de S. Paulo* no dia 31 de março (Figura 4), em que um bolo de aniversário aludindo ao 2º aniversário é repartido por uma enorme faca, segurada por dois homens, que representavam respectivamente os partidos políticos instalados naquela mesma semana.

Outro elemento que sobrepujou os festejos em 1966 foram as articulações visando à sucessão presidencial. A participação de Costa e Silva na cerimônia de instalação da Arena foi particularmente importante nesse sentido, em razão da sua provável candidatura às eleições para presidência da República.¹⁸ O general obteve certo protagonismo dentro das comemorações, realizando diversos pronunciamentos e cedendo uma entrevista aos meios de

¹⁶ A introdução do AI-2 dispunha sobre o caráter irrevogável da “Revolução” e ressaltava que, embora ela impusesse limites a si própria, era ilimitada em sua essência. O ato determinou, dentre outras coisas, modificações no sistema judiciário, principalmente no sentido de ampliar a competência da Justiça Militar para punir crimes relacionados à segurança nacional, suspendeu garantias constitucionais e direitos políticos, permitiu ao presidente decretar o Estado de Sítio por até 180 dias, fechar o Congresso Nacional e outros canais de decisão política. Cf.: NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 78-79.

¹⁷ MDB NASCE com oposição violenta. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 74, 31 mar. 1966. p. 1.

¹⁸ Cabe destacar também uma situação curiosa que ocorreu na cerimônia de inauguração das instalações militares em Brasília, no dia 30 de março. O prefeito da cidade, Plínio Castanhede, em discurso de improviso, cometeu um ato falho, referindo-se ao general Costa e Silva como presidente, o que provocou comentários dos presentes na solenidade. FESTEJOS REAFIRMAM fé na Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 8.

comunicação. Em seus discursos defendeu o sistema bipartidário e assegurou que a sucessão presidencial se faria de “maneira a deixar perplexos os estudiosos da nossa vida política. O Governo vai ser mudado sem que o próximo deixe de continuar o programa do seu antecessor”¹⁹, em uma clara estratégia visando justificar as eleições indiretas e a continuidade dos militares no poder.

Figura 4. Caricatura sobre 2º aniversário do golpe e bipartidarismo



Fonte: Caricatura de HILDE. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.898, 31 mar. 1966. p. 4.

Os indícios relacionados às comemorações do 2º aniversário do golpe demonstram que o ambiente festivo permaneceu cercado por tensões e disputas políticas. A perda de apoio social ao regime refletia-se diante de alguns elementos principais. Dentre eles, cabe destacar a insistência dos discursos comemorativos em exaltar e justificar as ações governamentais, sobretudo no campo econômico. Além disso, foi significativa a quantidade de pronunciamentos críticos e manifestações de oposição. No tocante às programações festivas, é evidente a diminuição no número de participantes dos desfiles, a exemplo de Belo Horizonte, que em 1965 congregou cerca de doze mil soldados e, em 1966, no máximo cinco mil. Ademais, o fato de Castello Branco ter desenvolvido uma agenda de comemorações junto aos operários de São

¹⁹ GENERAL COSTA E SILVA: não há crise política no governo. *O Globo*, ano XLI, n. 12.236, 31 mar. 1966. p. 19.

Paulo indica uma preocupação governamental em melhorar sua popularidade, sobretudo entre as camadas de trabalhadores.

A respeito da recepção popular aos festejos em 1966, os relatórios da embaixada norte-americana também enfatizaram que “o segundo aniversário da revolução de 31 de março dificilmente foi um dia festivo no Brasil”, tendo em vista que os esforços comemorativos do governo “foram recebidos de forma passiva e sem entusiasmo pelo público”.²⁰ Ainda utilizando o exemplo da capital mineira, os observadores estadunidenses notaram que o desfile não havia despertado interesse da população, que aparentemente teria utilizado da situação “para expressar seu descontentamento e objeção às políticas do Governo Federal”.²¹ Deste modo, é possível perceber que o entusiasmo comemorativo de 1965 havia sido substituído por uma atmosfera de descontentamento.

Por sinal, os anos de 1966 a 1968 são representativos de um progressivo encolhimento das programações festivas patrocinadas pelo poder governamental. Em 1967 as comemorações esfriaram bastante e foi constatada certa ausência de adesão popular em várias regiões do país. Esse foi o caso de São Paulo, em que a data passou quase despercebida, ou em Belo Horizonte, onde o desfile militar não foi capaz de congregiar uma presença significativa de público.²² A diminuição da magnitude dos festejos também pode ser sentida em decorrência da redução de notícias nos jornais, em um momento em que relembrar o “tempo do caos” parecia não ser mais o suficiente para justificar as medidas autoritárias. Embora alguns veículos jornalísticos e o próprio discurso institucional da ditadura tentassem hiper dimensionar o entusiasmo popular com os festejos, ao que tudo indica, o impacto público das solenidades do 3º aniversário foi pequeno. O *Cinejornal Informativo* n. 60, por exemplo, afirmou que o desfile militar realizado em Brasília contou com a presença de diversas autoridades políticas “além de grande massa popular”. Todavia, ao assistir as gravações produzidas é perceptível a adesão popular relativamente pequena, composta em sua maioria por homens uniformizados.²³

A maior parte das programações festivas centrou-se no meio militar, cujas diretrizes estabelecidas pela Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército determinaram um extenso programa de atividades comemorativas, a serem realizadas por todas as unidades de tropas do país. Também ficou à cargo das Forças Armadas “dar irrestrito apoio às

²⁰ (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Amembassy, Rio de Janeiro*, 1966. RG n° 59, Caixa 1931, pasta 1.

²¹ (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Biweekly Summary* n° 6, 1966. RG n° 59, Belo Horizonte.

²² Tradução da autora: “The Third Anniversary of the 1964 Revolution passed almost unnoticed in São Paulo”. (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weekly Summary* n° 14, 1967. RG n° 59, Caixa 1901, pasta 1; PRESIDENTE ASSISTIU aos festejos no DF. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVIII, n. 28.208, 01 abr. 1967. p. 7.

²³ BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo* n. 60. 1967. [Sem número de registro].

comemorações, por parte das associações de classe, visando à sua maior repercussão, principalmente no meio civil”.²⁴ Essas normativas, embora expressassem a preocupação governamental em envolver os setores civis nas programações festivas, indicam a predominância e centralidade do elemento militar nas comemorações.

As maiores festividades ocorreram em Brasília, tendo como ponto alto missa campal e desfile militar, com a presença do recém-empossado presidente da República, Costa e Silva. O chefe do Executivo também decretou indulto aos presos sentenciados primariamente e que haviam cumprido pelos menos um terço de suas penas de “forma exemplar”.²⁵ A primeira coletiva de imprensa do presidente coincidiu simbolicamente com o 31 de março, contando com a presença de cerca de quarenta jornalistas da imprensa nacional e internacional. Mais de cem perguntas foram entregues antecipadamente à presidência, sendo vinte e quatro delas selecionadas para serem respondidas. Com o crivo da assessoria de Costa e Silva, temas como “a anistia aos cassados e a revisão da lei de segurança” ficaram de fora.²⁶ Seu discurso inicial exaltou o “Movimento de 31 de março” e a liberdade de imprensa, prometendo diálogo franco com os meios de comunicação e colocando o desenvolvimento como palavra de ordem do novo governo.²⁷ A imprensa recebeu a coletiva de forma extremamente benéfica, depositando expectativas promissoras no governo Costa e Silva e caracterizando o presidente por sua simplicidade, bom-humor, espontaneidade e humanidade.²⁸

A imagem positiva de Costa e Silva parece ter sido construída de forma a contrastar com uma outra personagem política que se encontrava em processo de ostracização: o ex-presidente Castello Branco. Em verdade, parte da historiografia tem chamado atenção para o fato de que, “o governo Costa e Silva, inicialmente, foi visto com otimismo em contraposição ao ‘ditador’ Castello Branco, pois o novo presidente prometia um governo baseado no ‘humanismo social’”.²⁹

²⁴ FESTAS visam a mostrar que Revolução continua. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 74, 31 mar. 1967. p. 7.

²⁵ COMEMORADO O 3º aniversário da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVII, n. 13.803, 01 abr. 1967. p. 1.

²⁶ GOVERNO PROMETE benefícios. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVIII, n. 28.208, 01 abr. 1967. p. 1.

²⁷ O presidente Costa e Silva também abordou os seguintes tópicos: redução da cobrança do imposto de renda; erradicação do analfabetismo; problemas no ensino superior e crise de excedentes; diálogo com a classe trabalhadora e estudantil; união nacional em torno dos problemas nacionais; combate à miséria; incentivo ao reaparelhamento da navegação nacional; governabilidade e partidos políticos. COSTA E SILVA, Artur da. *Primeira entrevista coletiva à imprensa*. Brasília, 1967.

²⁸ DEVE haver união nacional em torno dos problemas máximos. *O Globo*, ano XLII, n. 12.545, 01 abr. 1967. p. 1.

²⁹ FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 8-57, jan./jun. 2021. p. 49. Ver também: NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017.

Embora em alguns momentos Castello Branco tenha sido exaltado por suas virtudes como estadista, a imprensa de grande circulação teceu críticas agudas a determinadas iniciativas governamentais, como no caso da Lei de Imprensa, da Constituição de 1967 e da Lei de Segurança Nacional, todas sancionadas no final de seu mandato. Segundo os editoriais comemorativos, “no quadro relativamente tolerante do primeiro Governo revolucionário ficou o borrão dessas últimas leis antidemocráticas”, sendo necessária sua revogação imediata para reconquistar a confiança da opinião pública.³⁰ As maiores críticas à postura de Castello Branco voltaram-se à sua administração governamental, sendo condenado por seu “poder discricionário” e “ideologia militarista”. O isolamento político de Castello Branco também pode ser observado na forma como o ex-presidente se comportou durante as comemorações do 3º aniversário, abstendo-se de fazer qualquer tipo de pronunciamento e mantendo-se na privacidade de sua residência durante todo o dia 31 de março.³¹

Em 1968, as comemorações do golpe foram fortemente ofuscadas pelo contexto de radicalização política. Com o recém assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto pela polícia da Guanabara, ocorrido em 28 de março, as páginas da imprensa deram pouquíssima atenção às programações festivas, conferindo destaque aos inúmeros protestos que eclodiram entre os dias 29 de março de 01 de abril nas mais diversas regiões do país. Alguns dos editoriais jornalísticos publicados pela imprensa apontaram para a necessidade emergente do governo em enfrentar o chamado “dilema da juventude”, em muito causado pela “incompreensão que a Revolução desde o seu início, há precisamente quatro anos, revelou em relação aos moços, bem como a inabilidade de sua política educacional”.³²

A morte de Edson Luís gerou expressiva comoção nacional e incentivou os representantes estudantis a emitirem diversas notas de caráter crítico, muitas vezes chamando abertamente o regime de ditadura.³³ Algumas das manifestações foram realizadas nos mesmos locais onde seriam feitas as comemorações do 4º aniversário, gerando clima de apreensão e obrigando o reforço do policiamento. As entidades estudantis fizeram questão de afirmar que se tratava de passeatas promovidas pelo povo, que “manifestou seu protesto no quarto aniversário da ditadura mesmo ameaçado por fuzis e baionetas, provando que a repressão não pode enfrentá-lo definitivamente, por mais violenta que seja”.³⁴ Em 1968 ocorreram as maiores

³⁰ TRÊS ANOS. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 74, 31 mar. 1967. p. 6.

³¹ CASTELO MANTEVE silêncio. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVIII, n. 28.208, 01 abr. 1967. p. 7.

³² HORA DE MUDAR. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, n. 14.168, 31 mar. 1968. p. 4.

³³ MINAS CONVOCA povo até no futebol. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 306, 31 mar. e 01 abr. 1968. p. 28.

³⁴ DIRETÓRIOS pedem punição de PMs. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 308, 03 abr. 1968. p. 5.

ondas de protestos contra o regime autoritário na ocasião das festividades do golpe, sobretudo, motivadas pela crise estudantil e a perda de prestígio político encarada pela ditadura.

Nem mesmo o fato de o 31 de março cair no domingo fez com que as programações festivas congregassem amplos setores populares. Embora as solenidades tenham sido mantidas em diversas localidades, a ausência de público foi observada por várias notícias, que ressaltaram que a tensão no meio estudantil havia “empanado” e “encabulado” as comemorações. Os maiores desfiles ocorreram em Belo Horizonte e em Brasília, com número de civis presentes muitíssimo reduzido, “transformando-as em cerimônias quase exclusivamente militares”, “sem participação do povo e com muito barulho de sirenas pelas ruas”³⁵, em razão do forte esquema policial montado para salvaguardar as autoridades presentes. Pela primeira vez em 1968, o presidente da República se absteve de um pronunciamento oficial, limitando-se a discursar de improviso no coquetel comemorativo realizado pelo Clube das Forças Armadas, na capital federal. A fala de Costa e Silva frisou a postura “pacífica” do governo frente aos “agitadores”, a normalidade “democrática” instaurada no país e a coesão das Forças Armadas. O marechal também apostou na tese de suposta infiltração comunista dentro do movimento estudantil, em que os “subversivos” estariam se aproveitando da ingenuidade e idealismo dos jovens brasileiros para desacreditar a “Revolução”.³⁶

A propósito, grande parte dos discursos pró-governamentais investiram na ideia de infiltração subversiva para justificar a magnitude das manifestações de oposição estudantil à ditadura. Nesse contexto foram emitidas circulares do Ministério da Justiça e do Ministério da Aeronáutica, solicitando providências de acordo com a proporção dos protestos e comunicando sobre o “conhecimento inequívoco da existência de plano subversivo, de orientação comunista, buscando perturbar a ordem, escudado na exaltação ardorosa da classe estudantil, cujo sacrifício não hesitam explorar”.³⁷ Ademais, o discurso sobre a “subversão” é que irá respaldar a proposição de medidas autoritárias visando intensificar a repressão no final de 1968.

A imprensa liberal também enxergou com muita preocupação o cenário de “desordem nas ruas” causada por “agitadores” descompromissados com a democracia, cujo impacto político poderia atrapalhar o “percurso animador no caminho de retorno à normalidade” e “atrasar o cronograma de nossas possibilidades”.³⁸ É especialmente interessante observar a

³⁵ COSTA: “a paz será assegurada”. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXIX, n. 28.520, 02 abr. 1968. p. 5; ALMIRANTE RADEMAKER afirma que as Forças Armadas estão e continuarão unidas. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 307, 02 abr. 1968. p. 18.

³⁶ COSTA E SILVA: “os agitadores querem sangue”. *O Globo*, ano XLIII, n. 12.851, 01 abr. 1968. p. 10.

³⁷ COSTA E SILVA: “os agitadores querem sangue”. *O Globo*, ano XLIII, n. 12.851, 01 abr. 1968. p. 10.

³⁸ REVOLUÇÃO E COMUNICAÇÃO. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 308, 03 abr. 1968. p. 6.

forma como os jornais de grande circulação se comportaram em relação às manifestações estudantis. As pautas dos estudantes foram respaldadas pelos meios de comunicação apenas quando se referiam a questões específicas do meio estudantil, como a reivindicação por melhores condições de ensino e ampliação no número de vagas nas universidades. Na medida em que essas pautas foram se mesclando com questões políticas mais gerais, como por exemplo, a luta contra a ditadura, os jornais passaram a questionar sua credibilidade e denunciar sua suposta radicalização.³⁹

O clima tenso também se refletiu nos pronunciamentos comemorativos, que foram em menor número em comparação aos anos anteriores. É sintomático a esse respeito que a Arena tenha se absterido de comentar o 4º aniversário na Câmara dos Deputados, deixando um prato cheio para que o MDB tecesse críticas contundentes ao regime.⁴⁰ Os meios de comunicação também foram sensíveis ao isolamento do governo frente à população, aproveitando a ocasião para criticar, ainda que de forma tímida, a condução da administração pública. Todavia, fica evidente que os jornais da grande imprensa ainda possuíam fortes vínculos com o regime ditatorial, pois mesmo em 1968, no auge da crise de legitimidade, evidenciavam que os acertos da “Revolução” se sobrepujavam aos possíveis erros cometidos.⁴¹ Mesmo com o apoio da grande mídia e de parte significativa da classe política, as comemorações de 1968 foram indicativas de um declínio considerável das festividades alusivas ao 31 de março. Os indícios apresentados permitem presumir que o esvaziamento do ambiente comemorativo em 1968, somado à intensificação do sistema de vigilância, que possibilitou exercer um maior controle das manifestações críticas nas solenidades, motivaram o regime a organizar programações festivas mais significativas nos anos posteriores.

Alguns elementos fazem crer na tentativa em reascender as festividades do 31 de março em 1969, pois o governo ditatorial se encontrava mais forte e unido, exercendo um maior controle político devido ao Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴² e preocupado também em melhorar

³⁹ CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 89-90.

⁴⁰ MDB LEMBRA aniversário criticando a Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 307, 02 abr. 1968. p. 18.

⁴¹ ANIVERSÁRIO. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, n. 14.168, 31 mar. 1968. p. 4.

⁴² Predomina na historiografia a concepção de que o AI-5 representou o ápice da escalada autoritária ensaiada pela ditadura, sendo comumente referenciado como o início dos chamados “anos de chumbo”. O Ato Institucional foi baixado em virtude do contexto de perda de apoio social ao regime, somada a atuação dos grupos de esquerda vinculados à luta armada, que iniciaram suas atividades em meados de 1967. Essa legislação autoritária previa, entre outras coisas, a extinção do *habeas corpus* a crimes políticos e relacionados à “segurança nacional”, a suspensão de direitos políticos, promoção de novas cassações e aposentadorias compulsórias, permitiu intervenções federais em estados e municípios e concedeu poderes discricionários ao presidente da República. Na prática, representou a redução drástica da “margem de manobra da oposição e deu-se um salto de qualidade na repressão política, abrindo caminho para a efetiva constituição de um importante aparato repressivo”. JOFFILY,

a sua popularidade. Foi perceptível a insistência do regime em divulgar amplamente as programações festivas através dos meios de comunicação. Por sua vez, os jornais da grande imprensa relataram com entusiasmo a presença de “milhares de pessoas” nas solenidades realizadas em várias regiões do país, e que teriam constituído eventos de “proporções excepcionais” tanto nas capitais quanto no interior.⁴³ Em 1969 a pressão governamental sobre a imprensa era forte, que sofreu atos de censura depois do Ato Institucional, o que influenciou uma maior cooperação da mídia naquele ano, se comparado aos eventos de 1968. O cinejornal produzido pela Agência Nacional também exaltou de forma significativa as comemorações oficiais em Brasília, afirmando que a cidade celebrou “com grande júbilo” os “soldados da pátria, que comemorando o histórico movimento de março/abril de 64, davam eloquente demonstração de fé no futuro do Brasil”.⁴⁴

Também chama muita atenção a criação de entidades cívico-culturais destinadas a contribuir para a preservação dos chamados “ideais revolucionários”. Isso reforça a argumentação em torno de uma espécie de insegurança por parte dos apoiadores do regime com relação à legitimidade do governo autoritário, motivando-os a empreender iniciativas para consolidação do imaginário atrelado ao golpe de 1964. Tais instituições passaram a se envolver diretamente nas comemorações do 31 de março, como foi o caso da Vanguarda Revolucionária, que organizou uma sessão comemorativa ao 5º aniversário, para “esclarecer aos jovens e proclamar a unidade de civis e militares em torno do governo”.⁴⁵ Adicionalmente, é certo supor que a conjuntura celebrativa da primeira data “redonda”, ou seja, os primeiros cinco anos de regime, tenha contribuído nesse sentido, sendo claro o esforço governamental em reavivar as comemorações e evidenciar a participação popular.

A imprensa conferiu destaque à programação festiva realizada na capital federal, que contou com a presença do presidente da República, o marechal Costa e Silva. Uma das novidades ritualísticas que passou a vigorar a partir de 1969 foi a promoção de almoços/jantares comemorativos, nesse caso, um almoço oferecido pelo presidente aos ministros de Estado e governadores. O evento reuniu os governadores estaduais em sua quase totalidade, com exceção do governador de Roraima, e foi descrito pelos jornais em seus mínimos detalhes, constando

Mariana. Pra Frente Brasil: a utopia autoritária em ação. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (org.). *Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. (v. 1). p. 572.

⁴³ DESFILE militar e inauguração de praça. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.534, 01 abr. 1969. p. 3; “O ESTADO” e 31 de março de 64. *O Estado de S. Paulo*, ano XC, n. 28.826, 30 mar. 1969. p. 4.

⁴⁴ BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n° 135*. 1969. [sem número de registro].

⁴⁵ Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Vanguarda Revolucionária foi criada em São Paulo, em julho de 1968, “para lutar pela defesa e desdobramento da Revolução de 31 de Março”. VANGUARDA revolucionária. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.532, 30 mar. 1969. Caderno Vida Social, p. 42.

até mesmo o cardápio a ser servido. O clima relatado foi de extremo “bom-humor” e exaltação de Costa e Silva, que foi presenteado com vários itens raros pelos governadores.⁴⁶ Na mesma ocasião foi inaugurada a Praça “31 de Março”⁴⁷, localizada no trecho do Eixo Monumental entre a torre de televisão e a plataforma da Estação Rodoviária de Brasília, e definida pela imprensa como “o recanto mais bonito e alegre desta capital”.⁴⁸ É curioso notar que o convite para a solenidade de inauguração (Figura 5) foi ostensivamente divulgado pelos jornais nos dias que antecederam o aniversário, o que indica o desejo governamental em atrair público.

Figura 5. Convite para inauguração da Praça 31 de Março em Brasília



Fonte: *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 300, 30 e 31 mar. 1969. p. 36; *O Estado de S. Paulo*, ano XC, n. 28.826, 30 mar. 1969. p. 29.

Entretanto, o ponto alto das comemorações se produziu em torno de uma entrevista concedida por Costa e Silva aos meios de comunicação, que foi gravada em “vídeo-tape” e

⁴⁶ COMPROMISSO é assinado. *O Estado de S. Paulo*, ano XC, n. 28.827, 01 abr. 1969. p. 5.

⁴⁷ Atualmente o local corresponde ao complexo paisagístico do Jardim Burle Marx, que foi recém-inaugurado pelo governo do Distrito Federal, em setembro de 2023. JARDIM BURLE Marx. In: *Wikimapia*. Disponível em: <https://wikimapia.org/30878793/pt/Jardim-Burle-Marx>. Acesso em: 04 nov. 2023.

⁴⁸ EIXO monumental será a Praça 31 de Março em homenagem à Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 297, 27 mar. 1969. p. 4.

transmitida por todos os canais de televisão no dia 31 de março de 1969. A entrevista esteve a cargo da Agência Nacional e foi organizada por meio de perguntas selecionadas previamente.⁴⁹

É justamente por meio dos discursos comemorativos, tanto do presidente quanto de outras autoridades políticas, que se pode observar como o ambiente pretensiosamente “amigável” do 5º aniversário do golpe, em verdade, fazia ecos à intensificação do autoritarismo e ao recrudescimento da ditadura. De forma muito tímida, os jornais noticiaram a total ausência de representantes parlamentares no almoço oferecido por Costa e Silva, processado “na forma de festa exclusiva do Poder Executivo”.⁵⁰ O fato do convite presidencial não ter se estendido aos membros do Congresso Nacional encontrava-se diretamente conectado ao fechamento daquela casa parlamentar, mediante a recém outorga AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

É particularmente interessante observar a forma como os discursos comemorativos esforçaram-se em justificar a importância do Ato Institucional para a continuidade da chamada “obra revolucionária”. Assim como em 1968, o principal argumento mobilizado foi o da suposta infiltração “subversiva”, que estaria se aproveitando da benevolência do governo, pois “o espírito brasileiro de tolerância e boa vontade deu a impressão aos oportunistas, corruptos e subversivos de existirem possibilidades de retorno à desordem”.⁵¹ Por consequência, teriam se alastrado diversos “atos públicos de selvageria e terrorismo”, visando a destruição da “democracia” e da “Revolução”, o que permitiu “à nação ganhar consciência das sérias ameaças que pesavam, e ainda pesam, sobre as suas liberdades e o seu direito de viver e de trabalhar em paz”.⁵² O clima de insegurança instalado pela atuação dos chamados “inimigos da Revolução” e, conseqüentemente, dos “inimigos da democracia brasileira”, teria obrigado o poder governamental a tomar medidas excepcionais, pois não era possível conferir a esses grupos “direitos e liberdades, e meios, e força para nos destruir. Isso, não, nunca mais. Oposição ao governo, sim, destruição do regime, não. Nem da Pátria. Nem de nossa concepção de vida”.⁵³ Diante desse cenário, uma suposta “decisão heroica e extrema”⁵⁴ de Costa e Silva, visando salvar o país da “subversão”, foi outorgar o AI-5. O próprio presidente, na entrevista mencionada anteriormente, afirmou que embora a Constituição de 1967 tivesse por finalidade

⁴⁹ COSTA E SILVA FALA hoje no 5º aniversário da Revolução. *O Globo*, ano XLIV, n. 13.157, 31 mar. 1969. p. 6.

⁵⁰ GOVERNO SE EMPENHA agora em reaver ordem constitucional. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 305, 05 abr. 1969. p. 4.

⁵¹ CONSCIÊNCIA das ameaças. *O Estado de S. Paulo*, ano XC, n. 28.827, 01 abr. 1969. p. 4.

⁵² PROSSEGUEM em S. Paulo as comemorações da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.533, 31 mar. 1969. p. 3.

⁵³ SÁTIRO diz que regime de exceção há de passar. *O Globo*, ano XLIV, n. 13.157, 31 mar. 1969. p. 8.

⁵⁴ PROSSEGUEM em S. Paulo as comemorações da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.533, 31 mar. 1969. p. 3.

institucionalizar e preservar a “Revolução”, ela havia sido insuficiente para garantir a segurança nacional, “daí a necessidade imperiosa em que se viu o presidente da República, no interesse da Nação, do povo e da revolução, em editar o Ato Institucional nº 5”.⁵⁵

Não por acaso, no 5º aniversário do golpe o discurso sobre a existência de uma suposta “democracia” durante a ditadura foi assinalado com bastante intensidade. Nas narrativas comemorativas predominou a visão de que o regime não visaria a redemocratização do país, mas “sim à criação de uma nova democracia porque o que tínhamos antes de 1964 era uma farsa”.⁵⁶ Conforme mencionado no primeiro capítulo da dissertação, o regime autoritário se apropriou da retórica de “salvação” da democracia para legitimar suas ações e justificar o tolhimento das liberdades. A partir de 1969, foi possível identificar indícios de um maior apelo a esse tipo de discurso, sobretudo vinculado à ideia de uma democracia de “verdade”, que constituiria a chamada “democracia revolucionária”.

Os esforços para consolidação desses princípios também se conectavam ao discurso sobre a pretensa legalidade constitucional do regime, a partir da prerrogativa do apoio popular à insurreição golpista.⁵⁷ Nessa perspectiva contraditória, a atuação de Costa e Silva ao determinar o AI-5 não era encarada como de viés autoritário ou ditatorial. Muito contrariamente a isso, a imprensa fez questão de demarcar o caráter “legalista” do presidente, assim como, a transitoriedade do Ato Institucional. Na própria entrevista concedida aos meios de comunicação, o presidente reafirmou o “compromisso democrático” assumido pela “Revolução”. Ao ser indagado sobre a manutenção de eleições diretas para governador em 1970, previstas pela Constituição de 1967, Costa e Silva tentou desconversar afirmando que “todo o processo político está condicionado, evidentemente, as reformas que estamos empreendendo, mas não quanto à data referida e que aluda a um dos traços essenciais do regime a transitoriedade dos mandatos”.⁵⁸

⁵⁵ PRESIDENTE ESTÁ otimista em relação à economia este ano. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 302, 02 abr. 1969. p. 3.

⁵⁶ SODRÉ DIZ que a Revolução visa dar uma nova democracia ao País. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.530, 28 mar. 1969. p. 3.

⁵⁷ “A Revolução Democrática é juridicamente fundamentada, porque partiu do povo, com o apoio das Forças Armadas, povo este que é, em última análise, o poder constituinte”. COMEMORAÇÕES EM S. PAULO: realçada a luta à corrupção. *O Globo*, ano XLIV, n. 13.157, 31 mar. 1969. p. 8.

⁵⁸ A pergunta foi realizada pelo *Jornal do Brasil* e dizia o seguinte: “As datas previstas para as eleições de 1970 serão mantidas ou ainda dependerá do exame, e também estão condicionadas à reforma política?”. COSTA CONFIRMA eleições em 70 e diz que sistema político será reformado. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.536, 03 abr. 1969. p. 5. Enquanto a *Folha de S. Paulo* relatou a afirmação do presidente Costa e Silva de maneira mais otimista, o *Jornal do Brasil* parece ter ficado com um pé atrás. Em texto reflexivo publicado dias depois da entrevista, o periódico afirmou que “as respostas do Presidente sobre temas políticos são importantes na medida em que firmam um compromisso quanto à diretriz geral, porém são curtas e revelam que o Governo não tem pressa, temeroso de pôr em risco as reformas programadas nesse terreno”. GOVERNO SE empenha agora em reaver ordem constitucional. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 305, 05 abr. 1969. p. 4.

Paralelamente ao clima festivo animado pelo suposto comprometimento presidencial com a “democracia” e o pleito eleitoral direto, foi possível identificar outro elemento que caracterizou o recrudescimento do regime: a completa ausência de notícias sobre manifestações de oposição que aconteceram em meio ao 5º aniversário do golpe. É crível supor a existência de uma redução natural desses eventos, em razão da escalada autoritária do regime. Todavia, os arquivos repressivos possibilitam questionar a ausência de registros na imprensa. Na pesquisa realizada no acervo online do Arquivo Nacional a documentação foi bastante escassa, mas as historiadoras Alessandra Carvalho e Ludmila Catela apontaram a existência de informes policiais, produzidos pelo DOPS-RJ entre os anos de 1969 e 1971, que revelam a organização de manifestações de oposição estudantil. Uma delas foi efetuada pela Escola de Engenharia da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro). O manifesto convocou estudantes para protestarem contra o assassinato de Edson Luís, em 28 de março e, adicionalmente, no dia 01 de abril, repudiar a “ditadura” e o “golpe militar”.⁵⁹

A partir desses indícios, é possível observar que as comemorações de 1969 refletiram de alguma maneira o delineamento da dinâmica entre os chamados “anos de chumbo” e os “anos de ouro”.⁶⁰ Se por um lado, a ditadura investiu em propagar os festejos na imprensa e exaltar o clima de congratulação, por outro, é evidente a ascensão do autoritarismo, visível por meio do fechamento do Congresso, imposição do AI-5, silenciamento acerca das manifestações de oposição e pela radicalização dos setores conservadores e ultranacionalistas. É possível, ainda, questionar a adesão popular aos festejos, uma vez que os meios de comunicação, embora

⁵⁹ “Hoje os estudantes da Guanabara veem a Ditadura nos Diretórios invadidos e depredados, os companheiros expulsos (208 na Universidade Gama Filho, 80 na Universidade do Estado da Guanabara), as prisões e mortes, a Universidade fechada, a privatização e cobrança de anuidades, a ausência de mercado de trabalho, enfim, a ação sistemática contra seus interesses. Os estudantes da UEG iniciam a Semana de Protestos contra a Ditadura. No dia 28 faremos uma homenagem à memória de Edson Luís de Lima Souto, no dia 1 de abril repudiaremos o Golpe Militar”. Tradução da autora. CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elisabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*. Madri: Siglo XXI Editores, 2002. p. 204; 206.

⁶⁰ A ideia dos “anos de ouro” está ligada à grande euforia nacionalista que tomou conta do país em meio ao “milagre econômico”. Por sua vez, os “anos de chumbo” referem-se ao adensamento da repressão e perseguição política contra os opositores do regime autoritário. Durante o processo de transição política predominou a elaboração de uma memória histórica que enxergou a dinâmica dos “anos de ouro” versus “anos de chumbo” de forma antagônica, como se fosse possível dissociar dois “Brasis”: um otimista e outro violento. Contudo, as reflexões historiográficas atuais demonstram que não é possível apartar a retórica desenvolvimentista do recurso à violência como prática institucionalizada contra os chamados “inimigos da pátria” pela ditadura militar. Em suma, “trata-se de pensar estes regimes como instituidores de uma dinâmica social específica, a qual, por sua vez, supõe processos complexos de aceitação da ordem e obediência e de assimilação da violência, a qual, por sua vez, é parte do pacto social e não como um elemento que deve ser escamoteado ou acontecer à revelia da sociedade”. CORDEIRO, Janaina Martins. Milagre, ordem e progresso: a naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaina Martins; SOUZA, César Martins de (org.). *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Primas, 2018. p. 141-142.

relatassem programações em diversas regiões do país, se isentaram de publicar estimativas de público. Até mesmo a narrativa do cinejornal é contraditória nesse aspecto, tendo em vista que os civis presentes foram filmados somente em um momento da produção, enquanto mostra-se maior protagonismo dos militares.

Em 1970, no auge do milagre econômico, a ditadura investiu maciçamente na organização de comemorações grandiosas, destinadas a exaltar suas realizações com ufanismo. As programações festivas se estenderam por todas as regiões do país, mesmo em cidades interioranas, e os discursos comemorativos se multiplicaram nas páginas da imprensa. As maiores solenidades foram registradas nas capitais do estado de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A apoteose festiva aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, que preparou um “grande espetáculo” no Maracanã, organizado pela prefeitura municipal em parceria com AERP. O evento contou com desfile de escolas de samba, *show* musical com diversos artistas, dentre eles Elizeth Cardoso e Jair Rodrigues, exibição de coral e bandas, e jogo amistoso entre as equipes A e B da seleção brasileira.⁶¹ Os meios de comunicação contabilizaram a presença de cerca de 30 mil pessoas, número considerável, e que se tornou um dos maiores públicos registrados nas comemorações do golpe durante a ditadura.

A exaltação desenvolvimentista foi atrelada às perspectivas otimistas com relação à Copa de 1970, cujo simbolismo esteve marcado pelo “hasteamento da Bandeira Nacional, feito por Pelé”⁶², já reconhecido naquela época como um dos maiores jogadores de futebol do mundo e ídolo nacional. Obviamente é possível questionar as razões que motivaram a participação popular nos festejos do Maracanã e supor que nem todos os presentes encontravam-se lá para exprimir seu apoio ao governo. Contudo, sua dimensão é representativa por demonstrar os esforços da ditadura para a elaboração de atrações de grande notoriedade, buscando atrair público para as comemorações do 31 de março. Igualmente, o regime autoritário se aproveitou da ampla adesão popular para fazer crer em sua legitimidade. Cumpre registrar que, embora o evento tenha sido amplamente ovacionado, algumas coisas desagradaram. O jornal *O Globo* registrou queixas com relação à distância entre o público e as atrações, assim como, ao fato de que “os fotógrafos, inicialmente, não tiveram acesso ao local onde se realizava o ‘show’, daí advindo reclamações”.⁶³

⁶¹ FESTA da Revolução começa hoje em todo o País. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.897, 30 mar. 1970. p. 4.

⁶² MARACANÃ VIU festa antes do treino. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 302, 31 mar. 1970. p. 32.

⁶³ MARACANÃ TEVE “show” popular. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 11.

Em São Paulo, o prefeito Paulo Maluf instituiu a “Semana da Revolução”, entre os dias 31 de março e 08 de abril, com o propósito de demarcar significativamente o 6º aniversário da data, com solenidades diárias em todas as unidades municipais.⁶⁴ Para homenagear o golpe, foi exposta na Avenida Presidente Vargas “a maior bandeira brasileira já confeccionada no País”.⁶⁵ Foram notáveis os desfiles realizados em São Paulo e Belo Horizonte, mobilizando um grande número de estudantes dos níveis básicos de ensino. A esse respeito, a partir do ano de 1970 ficou mais evidente a preocupação da ditadura em envolver os jovens nos festejos, mediante a ampla participação das escolas nas solenidades.⁶⁶

Na capital federal, as comemorações contaram com a presença do presidente Emilio Garrastazu Médici, que assistiu a um desfile militar, missa em ação de graças e depois participou de um almoço comemorativo oferecido pelo Comando Militar. Na ocasião, foi realizada uma “churrascada”, para homenagear as raízes gaúchas do general, com apresentação de músicos de trova e da banda do Exército.⁶⁷ Embora alguns dos jornais tenham relatado presença significativa de público, *O Estado de S. Paulo* afirmou que poucas pessoas haviam assistido ao desfile, sobretudo porque não foi decretado ponto facultativo e o local de sua realização era afastado da região central.⁶⁸

Como parte das comemorações de 1970, Médici também realizou um pronunciamento televisivo à nação. Em seu discurso exaltou o que, na sua perspectiva, consistiriam nos dois principais saldos positivos do governo “revolucionário”: o desenvolvimento nacional e a luta contra a “subversão”. Em meio à intensificação da repressão política, a fala presidencial era um alerta aos chamados “agentes da traição nacional”, cuja atuação estaria tentando condicionar o regime a adotar medidas restritivas da liberdade “que atingissem, não apenas a eles, os criminosos, mas, indiscriminadamente, à generalidade dos cidadãos, que, dessa forma, se tornariam duplamente vítimas de tais crimes”. Segundo Médici, “haverá repressão, sim. E dura, e implacável. Mas apenas contra o crime, e só contra os criminosos. [...] Não puniremos

⁶⁴ SÃO PAULO DÁ início hoje às festas da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.133, 31 mar. 1970. p. 6.

⁶⁵ BANDEIRA gigante homenageia Revolução. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 11.

⁶⁶ TODO O PAÍS COMEMOROU o 6º aniversário da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.899, 01 abr. 1970. p. 5. Como já mencionado anteriormente, a dimensão escolar dos festejos será explorada de forma mais minuciosa no próximo capítulo da dissertação.

⁶⁷ MÉDICI É aplaudido na festa de aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 303, 01 abr. 1970. p. 7. Não foi possível identificar a letra do chamado “Hino à Revolução”.

⁶⁸ TODO O PAÍS COMEMORA o aniversário da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 mar. 1970. p. 5.

inocentes por culpados. Não adotaremos sua prática celerada de buscar reféns para açoitar a impotência e a impunidade”.⁶⁹

Os meios de comunicação receberam de forma positiva o discurso de Médici, sobretudo, diante da preocupação latente de que a repressão não se alastrasse à “generalidade dos cidadãos” e tomasse conta da vida política do país.⁷⁰ A atuação dos chamados “grupos terroristas” – termo pejorativo utilizado pelo regime para referir-se aos agentes da luta armada – foi minimizada, em contraposição à postura ponderada e firme do presidente, que ao “recusar-se a embarcar na aventura de uma escala de repressão [...] impede que as correntes liberais se afastem da Revolução”.⁷¹ As opiniões esboçadas pelos jornais evidenciam o receio dos setores liberais de que o aparelho repressor atingisse (mais ainda) as liberdades individuais dos cidadãos, não limitando-se apenas à atuação dos grupos de oposição e da luta armada.

Em sua maioria, os discursos comemorativos se dedicaram a abordar o problema da “subversão”, buscando refletir sobre formas de solucioná-lo. A concepção que vigorou nos meios militares foi a de um enfrentamento frontal e enérgico, buscando isolar esses grupos o “quanto possível, do apoio, simpatia ou mesmo desinteresse das outras classes da comunidade”.⁷² A estratégia de marginalização dos grupos da luta armada se dava em razão da necessidade de evitar que a população simpatizasse com os mesmos, pois “a guerrilha só consegue êxito onde conta com o apoio da população e isso jamais sucederá no Brasil”.⁷³ Era visto como imprescindível alertar os cidadãos sobre o perigo “subversivo”, a fim de estabelecer um clima de paz e tranquilidade, “formando uma vontade coletiva na direção do desenvolvimento com segurança”, sob “um clima imunizado contra as tentativas de desordem e as arrancadas da subversão, tão perigosa quanto a corrupção e a inflação”.⁷⁴

Os discursos comemorativos em 1970 também exaltaram sobremaneira o crescimento econômico nacional, sob o lema “ordem e desenvolvimento”. Foram inúmeras as peças publicitárias congratulatórias, sobretudo, por parte de entidades comerciais e empresariais. Nesses textos, ressaltava-se a recuperação econômico-financeira do país e a criação de uma suposta “nova mentalidade” na população, compreendida enquanto “atitude moral elevada, que

⁶⁹ MÉDICI: a luta contra a subversão ainda não terminou. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.899, 01 abr. 1970, p. 3.

⁷⁰ NOVOS conceitos trazem receios. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 mar. 1970. p. 3.

⁷¹ PONDERAÇÃO e firmeza. *O Globo*, ano XLV, n. 13.465, 01 abr. 1970. p. 1.

⁷² CORDEIRO de Farias afirma que não se deve minimizar a importância do terror. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.899, 01 abr. 1970. p. 4-5.

⁷³ SUPERIOR tribunal militar. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.898, 31 mar. 1970. p. 5.

⁷⁴ CIDADE celebrou a data de ontem. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 mar. 1970. p. 4.

substitui a mentalidade contemplativa e passiva dos outros tempos, pela participação efetiva de todos na construção de um Brasil cada vez maior e mais autêntico”.⁷⁵

Foi nesse clima de valorização da “nova mentalidade” que se organizaram as comemorações de 1971, sob o slogan “Março, tempo de construir”. Contrariando possíveis expectativas, em razão das comemorações grandiosas em 1970 e do auge do milagre econômico, as festividades do 7º aniversário foram bastante pequenas. O motivo principal para isso partiu de uma recomendação do próprio presidente Médici, de que os festejos fossem realizados “discretamente em todo o território nacional [...] para quem a data deve ser lembrada, principalmente pelos militares, através de obras em favor da comunidade”.⁷⁶ As programações festivas limitaram-se a solenidades organizadas pelos governadores de Estado, em sua maioria com inaugurações de obras públicas e das chamadas “ações cívico-sociais”.⁷⁷ O evento oficial mais significativo foi a instalação do Estado-Maior do Exército em Brasília, transplantado de sua antiga sede no Rio de Janeiro para a capital no Distrito Federal, somado a um discurso comemorativo de Médici, que foi transmitido por uma cadeia de rádio e televisão no dia 31 de março. Nesse sentido, o ano de 1971 representou um ponto de inflexão nas comemorações, marcando a extinção dos desfiles cívico-patrióticos de grande porte pelo governo ditatorial.

A imprensa relatou de forma positiva o fato de que “nem o governo federal, nem o estadual, nem os municipais determinaram a suspensão do expediente em suas repartições. Foi a demonstração de que a melhor e a mais expressiva comemoração do 31 de março era a que se fizesse trabalhando”.⁷⁸ Predominaram falas elogiosas ao regime, assim como a profusão de diversas peças publicitárias e congratulatórias ao 31 de março. Embora o clima fosse de muito otimismo, é possível perceber alguns dissensos entre os meios de comunicação, sobretudo *O Estado de S. Paulo*, que conferiu pouquíssima visibilidade às notícias sobre o 7º aniversário, contrastando com os demais jornais da grande imprensa.

Dentre os discursos comemorativos, a concepção que vigorava era a de que uma das maiores obras da “Revolução” havia sido revalorização do trabalho duro, retórica alinhada ao desenvolvimentismo e que dava tom à modernização autoritária e conservadora em curso naquele período. Em decorrência desse processo supostamente “revolucionário”, teria se instaurado no Brasil um “milagre do espírito de março. Milagre só possível porque o povo

⁷⁵ NAS RUAS, salões e igrejas houve ontem festa nacional. *O Globo*, ano XLV, n. 13.465, 01 abr. 1970. p. 5.

⁷⁶ REVOLUÇÃO É COMEMORADA com discrição. *Jornal do Brasil*, ano LXXX, n. 303, 31 mar. 1971. p. 1.

⁷⁷ Essas atividades foram realizadas majoritariamente por soldados do Exército, compostas por reparos e manutenção de prédios públicos (como no caso da pintura de escolas), doação de sangue, vacinação da população e palestras informativas. Cf.: PALESTRAS e atos cívicos nos Estados. *O Globo*, ano XLVI, n. 13.773, 31 mar. 1971. p. 3.

⁷⁸ COMEMORAÇÃO com trabalho. *Folha de S. Paulo*, ano LI, n. 15.264, 01 abr. 1971. p. 6.

brasileiro se reencontrou e se descobriu, reencontrando e descobrindo ao mesmo tempo seus próprios caminhos”.⁷⁹ É clara a referência que os discursos comemorativos faziam ao milagre econômico⁸⁰, utilizado como elemento de centralidade para demonstrar as benesses proporcionadas pelo regime autoritário. No 7º aniversário do golpe, o país encontrava-se no auge da euforia desenvolvimentista, marcada por investimentos governamentais em produzir propaganda positiva como fundamento para sua legitimidade política. O próprio slogan comemorativo, “Março: tempo de construir”, exprime com clareza os intentos ditatoriais em utilizar-se da recuperação econômico-financeira como elemento de sustentação para o apoio social ao regime autoritário.

É significativo a esse respeito uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e publicizada pelo jornal *O Globo* no transcorrer das comemorações. Os índices recolhidos na grande São Paulo, entre os anos de 1970 e 1971, indicavam uma crescente constante no tocante à aprovação do governo Médici pela população, sobretudo entre as classes mais privilegiadas (A e B). Segundo os dados numéricos, em abril de 1970, 58% dos entrevistados optaram pela resposta “muito satisfeito” com o governo. Já em fevereiro de 1971, esse montante aumentou para 85% dos entrevistados.⁸¹ Deste modo, é possível supor que os festejos “discretos” preconizados pela ditadura naquele ano ligavam-se à ideia de que o desenvolvimento econômico era um elemento forte o suficiente para garantir apoio e legitimidade ao governo. Por outro lado, o apelo à retórica desenvolvimentista e a suposta valorização do trabalho como a melhor forma de comemorar o

⁷⁹ NATEL: Brasil reencontrou-se consigo. *Folha de S. Paulo*, ano LI, n. 15.263, 31 mar. 1971. p. 6.

⁸⁰ O crescimento bruto da economia brasileira nesse período é um fato inegável, contudo, torna-se necessário também contextualizá-lo historicamente. Em termos de desenvolvimento nacional, o denominado “milagre” encontrava-se articulado ao ciclo de industrialização que antecedeu a própria ditadura militar, cujas heranças encontram-se no modelo nacional-estatista de Vargas, combinando o intervencionismo estatal e o incentivo ao capital privado. Somado a isso, as políticas econômicas gestadas pelo presidente Castello Branco, que previam uma ação “dura de ajuste fiscal e monetário”, possibilitaram reformas institucionais que fomentaram a criação de um novo modelo de crescimento que frutificou nos governos sucessores. Cumpre ressaltar ainda que, entre as décadas de 1960 e 1970, o cenário internacional encontrava-se bastante favorável à captação de empréstimos e importações, fator que estimulou o crescimento econômico do país, de modo a considerar que “o milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras”. PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 234.

⁸¹ DE MODO geral, está muito, pouco ou nada satisfeito com o Governo do Presidente Médici? *O Globo*, ano XLVI, n. 13.773, 31 mar. 1971. p. 3. Interessante também é perceber a posição em que esses dados foram divulgados no periódico, pois encontravam-se justamente nas mesmas páginas que as notícias sobre as programações festivas alusivas ao 31 de março.

aniversário do golpe podem ter sido utilizados como “uma desculpa para a falta de interesse popular pela data, de maneira a poupar os líderes da ditadura de constrangimentos”.⁸²

De todo modo, uma reflexão sobre a brusca mudança na clivagem comemorativa, se comparados os festejos do golpe entre 1970 e 1971, indica que no ano anterior a ditadura preocupou-se mais em demarcar o apoio social através das comemorações do 31 de março, por certo, com vistas a congregar setores sociais mais amplos nos festejos. Uma das razões possíveis desse movimento era a necessidade de reaproximar determinados grupos que haviam se afastado um pouco do regime por conta do recrudescimento da repressão, notadamente, as correntes liberais. Já em 1971, o desenvolvimento e o chamado “milagre econômico” eram elementos cuja centralidade dispensava a organização de programações festivas de grande envergadura (correndo o risco de serem um fracasso), porque os ganhos econômicos brutos já falavam por si sobre a suposta operosidade do governo ditatorial.

2.2 – Festejos modestos e novas práticas rememorativas (1972-1978)

As comemorações de 1972 seguiram a lógica desenvolvimentista inaugurada no ano anterior, organizando-se em torno do slogan “Você constrói o Brasil” e sob a orientação de que os festejos “fossem feitos com muito trabalho e nenhum espírito paternalista”.⁸³ Assim, vigoraram as ações cívico-sociais e solenidades restritas aos círculos políticos e militares, com registros quase inexistentes de desfiles. Em um ano cuja agenda governamental estava repleta de comemorações cívicas arregimentadas em torno do Sesquicentenário da Independência, era de se esperar que os festejos do 31 de março acompanhassem essa tendência, o que não ocorreu em termos práticos.

O 8º aniversário do golpe foi excepcionalmente comemorado no dia 30, devido a coincidência entre o 31 de março e o feriado cristão da Paixão de Cristo (Sexta-Feira Santa). A efeméride religiosa também pode ter contribuído para o esvaziamento das programações festivas. Em Brasília, somente o ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Araripe Macedo, participou de eventos restritos à sua pasta.⁸⁴ As solenidades que se destacaram foram inaugurações de obras públicas em vários estados do país, além do lançamento de um selo em homenagem ao Exército brasileiro e ao governo ditatorial, produzido pelo Ministério das

⁸² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O nacionalismo autoritário ritualizado: o 31 de março e o 7 de setembro nas comemorações cívicas da ditadura militar. In: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Telmo (org.). *Independência: memória e historiografia*. São Paulo: Edições SESC, 2022. p. 46.

⁸³ FAB LEMBRA Veloso em Aragarças. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 302, 30 mar. 1972. p. 7.

⁸⁴ ARARIPE Macedo comparecerá aos festejos no DF. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.626, 28 mar. 1972. p. 3.

Comunicações.⁸⁵ Somente em Porto Alegre constava um evento cívico-militar de maior amplitude, cujo convite à população foi publicado pelos meios de comunicação, mas que parece não ter atraído muita atenção.⁸⁶

A agenda presidencial seguiu o tom discreto, limitando-se apenas a um pronunciamento comemorativo. A transmissão da mensagem de Médici causou certo alvoroço na imprensa e gerou versões conflitantes, uma vez que ocorreu na mesma data em que foi veiculada a primeira programação televisiva em cores no Brasil. Enquanto a *Folha de S. Paulo* divulgou que seria possível ver o terno azul do presidente pela primeira vez, o *Jornal do Brasil* e *O Globo* a desmentiram, afirmando que a fala seria transmitida em preto e branco, por escolha própria do poder Executivo.⁸⁷ De todo modo, a transmissão de parte da programação televisiva em cores no dia 31 de março esteve alinhada aos intentos comemorativos, fortalecendo “no plano imagético, o nacionalismo ufanista e a imagem do Brasil do futuro”.⁸⁸

O discurso de Médici centrou-se em exaltar os ganhos econômico-financeiros dos governos pós-1964, prometendo um combate sistemático à inflação e conclamando a população a colaborar nesse processo. No campo político, o general afirmou que o “vasto programa governamental” de promoção do desenvolvimento nacional teria “a sua realização fundamentalmente perturbada se vier a quebrar-se o clima de tranquilidade em que vive o País”. Essa afirmação fazia alusão aos acalorados debates políticos sobre a questão sucessória, que ganhavam notória importância nos meios de comunicação. Segundo Médici, para “preservar a sociedade brasileira da agitação” era necessário postergar essa discussão para o ano seguinte, em período mais próximo do pleito eleitoral.⁸⁹

Enquanto *O Estado de S. Paulo* definiu a mensagem como uma advertência “imediatamente ressentida pela classe política”⁹⁰, o *Jornal do Brasil* ressaltou que “a fidelidade aos princípios revolucionários ficou bem expressa no discurso do Presidente da República”. Segundo o jornal carioca, a estratégia de Médici em colocar panos quentes na questão

⁸⁵ S. PAULO COMEMORA a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.628, 30 mar. 1972. p. 3. No terceiro capítulo da dissertação será explorada a dimensão imagética e simbólica do selo comemorativo.

⁸⁶ DOM Vicente oficia missa em P. Alegre. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 301, 29 mar. 1972. p. 7; D. VICENTE diz que Igreja não interfere. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 302, 30 mar. 1972. p. 7.

⁸⁷ O PRESIDENTE FALA à Nação depois de amanhã. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.627, 29 mar. 1972. p. 1; MÉDICI FALARÁ à toda a nação as 20h30m de hoje. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 303, 31 mar. 1972; CORSETTI: TV a[sic] cores é vitória de nossa técnica. *O Globo*, ano XLVII, n. 14.084, 01 abr. 1972. p. 12.

⁸⁸ GARCIA, Emilla Grizende. “De ordem superior, fica proibido levar às telas”: as telenovelas de Dias Gomes na Rede Globo (1969-1979), espaços de negociação com a Divisão de Censura de Diversões Públicas. 2022. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. p. 95.

⁸⁹ MÉDICI, Emilio Garrastazu. *A irredutível fidelidade*. Brasília, 1972. p. 33.

⁹⁰ MÉDICI SUSTENTA debate e faz advertências. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIII, n. 29.754, 02 abr. 1972. p. 1.

sucessória estava vinculada estritamente ao desejo de assegurar a tranquilidade no país, para “evitar a possibilidade de retrocessos que poderiam influir desastrosamente nas conquistas nacionais e prolongar até mesmo um esquema de normalização que se busca atingir por espontaneidade”.⁹¹ Nos editoriais jornalísticos predominou o elogio ao governo e ao presidente, cujo prestígio social seria “a prova incontestável da união povo-governo, na grande obra de afirmação nacional que está sendo realizada”.⁹² Outro ponto extremamente exaltado foi a conquista de prestígio na opinião pública internacional, assim como as inúmeras referências ao chamado “milagre brasileiro”.

No ano seguinte, em 1973, os discursos comemorativos retomaram o tema do milagre econômico para justificar a adoção de medidas autoritárias. Essas narrativas se centravam no argumento de que “seria praticamente impossível o ‘milagre brasileiro’, fora das condições adotadas pelo Sistema para dirigir a Nação”, enfatizando a manutenção da ordem e tranquilidade como as prerrogativas que teriam permitido o desenvolvimento econômico.⁹³ Diante da suposta necessidade de assegurar os interesses nacionais, a adoção de “instrumentos excepcionais” era vista de forma positiva, uma vez que eles “não se esgotam em si mesmos”, mas estariam ligados aos “compromissos cívicos e humanistas” do governo. Os discursos prosseguiram esclarecendo que “noutras palavras: é dos frutos humanistas de sua própria seara que a Revolução retira a matéria-prima da autoridade com que se impõe à confiança pública e neutraliza toda ameaça de dano à ordem estabelecida”.⁹⁴ Assim, os dispositivos autoritários em voga naquele momento eram justificados pela alegada garantia de perpetuação dos benefícios econômicos e da “tranquilidade” proporcionada à sociedade brasileira.

Os discursos eram tão contraditórios a ponto de tentar conciliar os impulsos ditatoriais ao sistema democrático, afirmando que “politicamente, a revolução brasileira, malgrado a fase de acentuado autoritarismo por que tem passado nos últimos anos, mantém-se, na teoria, fiel à democracia representativa”.⁹⁵ Tal como efetuado em anos anteriores, recorria-se ao campo jurídico para fundamentar a legalidade política do regime. Em palestra comemorativa realizada no Quartel General (QG) do II Exército, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador Tacito Morbach de Goes Nobre, evocou sua condição como magistrado para respaldar a “configuração democrática” da “Revolução”. Conforme seu entendimento,

⁹¹ OBJETIVOS DEFINIDOS. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 306, 04 abr. 1972. p. 6.

⁹² REVOLUÇÃO, ANO 8. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.627, 29 mar. 1972. p. 6.

⁹³ VON BAUMGARTEN, Alexandre. Ontem, Hoje e Amanhã. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, n. 15.990, 29 mar. 1973. p. 3.

⁹⁴ COMPROMISSO de progresso social. *O Globo*, ano XLVIII, n. 14.431, 01 abr. 1973. p. 1.

⁹⁵ CASTELLO BRANCO, Carlos. Do nono ao décimo aniversário. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 341, 01 abr. 1973. p. 4.

“mantidas as linhas essenciais do que constitui a democracia, observada em sua estrutura a linha de filosofia espiritualista cristã [...] nada impede o acolhimento de mecanismos necessários ao desenvolvimento do País, à procura do bem geral e preservação do regime”.⁹⁶

O pronunciamento televisivo de Médici em comemoração ao 9º aniversário, já considerado de praxe nas programações festivas, também abordou o fato de que o sistema democrático e “as instituições, pelo seu conteúdo variável”, deveriam “ajustar-se às exigências da sociedade e às características da época”. Outro ponto muito explorado pelo presidente e elogiado pela imprensa foi o tópico da justiça social e da distribuição de renda, partindo da ideia de que “a democracia econômica é pressuposto da democracia social e de que esta, por sua vez, consolida a paz indispensável para que se estabeleça a democracia política”.⁹⁷

Além do pronunciamento comemorativo citado, a Presidência da República ofereceu jantar comemorativo no dia 31 de março aos ministros de Estado, membros do SNI e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). No dia seguinte, o presidente Médici participou da abertura das Olimpíadas do Exército, realizada em Recife (PE). O evento contou com diversas atividades e competições esportivas, com destaque para a realização de jogo amistoso entre as equipes A e B da seleção nacional. O *Jornal do Brasil* estimava a presença de 80 mil pessoas nas arquibancadas, informação que não foi confirmada nas edições posteriores do periódico e tampouco em outras fontes de notícias.⁹⁸

Embora o governo recomendasse a organização de festejos simples, algumas solenidades de destaque foram organizadas em 1973. Os casos de maior impacto público foram a abertura das Olimpíadas do Exército, mencionada acima, e a exposição “Brasil de Hoje”, realizada na cidade do Rio de Janeiro. A mostra foi produzida pelo comando do I Exército, com vistas a atender grande público de civis, congregando 63 *stands* com exibição de realizações do governo militar nas mais diversas áreas de administração. No dia 31 de março, como auge da programação, foram organizadas apresentações musicais com Wilson Simonal e desfile da escola de samba Império Serrano.⁹⁹

É curioso notar que nem todas as iniciativas comemorativas de maior amplitude conseguiram atingir seus objetivos. A exemplo disso, cabe demarcar a frustração generalizada causada pelo cancelamento de uma performance aérea agendada para inaugurar a 1ª Ala de Defesa Aérea de Anápolis (GO). Após a aquisição de aviões caças supersônicos franceses

⁹⁶ PARA Freire erros devem ser esquecidos. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIV, n. 30.062, 31 mar. 1973. p. 5.

⁹⁷ MÉDICI, Emilio Garrastazu. *Os vínculos da fraternidade*. Brasília, 1973. p. 66.

⁹⁸ COMEMORAÇÕES EM RECIFE começa com Olimpíadas. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 341, 01 abr. 1973. p. 32.

⁹⁹ A MINIATURA na exposição. *O Globo*, ano XLVIII, n. 14.430, 31 mar. 1973. p. 8.

(*Mirage*), o Ministério da Aeronáutica organizou solenidades grandiosas para marcar o 31 de março. O que se pretendia era executar um voo performático que sairia da base aérea goiana em direção ao Planalto Central, onde o presidente da República estaria aguardando para prestigiar o evento. As expectativas eram gigantescas, com notícias sobre a preparação dos setores gastronômico e hoteleiro de Anápolis, que aumentaram seus estoques para bem servir o público.¹⁰⁰ Contudo, fortes chuvas e condições climáticas desfavoráveis provocaram o cancelamento abrupto da programação. Para não frustrar os fotógrafos, o comandante da ala permitiu que apenas um dos *Mirage* sobrevoasse a base, em baixa altitude, para permitir fotografar-se.

Em 1974, ano que marcou os primeiros 10 anos de governo autoritário, a ditadura ainda gozava de certo prestígio social, sobretudo, em razão dos ganhos econômicos possibilitados pelo milagre. As problemáticas geradas a partir da crise internacional do petróleo, ocorrida no ano anterior, somente impactariam a opinião pública de forma significativa posteriormente.¹⁰¹ Portanto, o clima favorável ao governo levaria a crer que os festejos alusivos ao 10º aniversário estimulassem o empreendimento de comemorações grandiosas. O próprio calendário anual favorecia essa linha de raciocínio, uma vez que o 31 de março caiu justamente em um domingo.

Os maiores entusiastas das comemorações eram os dirigentes da Arena, sobretudo o presidente do partido, Petrônio Portela, que enviou mensagem aos seus correligionários sugerindo a criação de uma programação que se estenderia por todo o ano de 1974, tendo como ponto alto “uma grande festa”, a ser realizada no dia 21 de abril, feriado de Tiradentes.¹⁰² A iniciativa dos arenistas reforça o argumento sobre a fragilidade simbólica que a data do golpe possuía perante a sociedade civil, pois, em sua perspectiva, era mais conveniente associar as comemorações do 10º aniversário com uma outra data histórica, essa já bastante consolidada na cultura cívico-patriótica brasileira.

Embora diversos elementos confluíssem para a proposição de festejos de grande impacto público, o governo federal prosseguiu com a tendência de discrição, limitando-se a organizar, por meio da Secretaria de Imprensa e da AERP, uma série especial de entrevistas com os ministros de Estado civis e militares. Os depoimentos foram transmitidos por cadeia de rádio e televisão entre os dias 24 e 30 de março, culminando em um desfecho especial no dia

¹⁰⁰ MIRAGE experimentam itinerário. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 339, 30 mar. 1973. p. 4.

¹⁰¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 248.

¹⁰² ARENA QUER um ano de comemorações. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.356, 31 mar. 1974. p. 7; GEISEL FALA sobre o que a Revolução fez em dez anos. *O Globo*, ano XLIX, n. 14.793, 31 mar. 1974. p. 5. Ao que tudo indica, os planos dos arenistas foram frustrados, pois nenhuma solenidade alusiva aos 10 anos do regime ditatorial marcou os festejos do 21 de abril de 1974.

31, quando o recém-empossado presidente da República, o general Ernesto Geisel, ocupou os meios de comunicação para discursar em homenagem à “Revolução”.¹⁰³ O discurso centrou-se em historicizar o chamado “tempo do caos” aos jovens brasileiros, assim como, destacar o caráter positivo dos resultados alcançados pelo governo ditatorial, sobretudo, no âmbito econômico.¹⁰⁴

A efeméride dos 10 anos do golpe de 1964 atraiu atenção internacional para a ditadura militar brasileira, vinda especialmente de uma de suas congêneres no Cone Sul. Na ocasião o ditador chileno Augusto Pinochet enviou um telegrama de congratulação a Geisel, exprimindo “cordial felicitação, admiração e afeto” ao governo brasileiro, pelas “significativas e valiosas contribuições que este movimento tem trazido ao Brasil, ao seu povo e à comunidade latino-americana”.¹⁰⁵ No contexto nacional, os discursos comemorativos exaltaram o reestabelecimento da ordem como principal legado do governo. O Congresso Nacional realizou uma sessão solene repleta de simbolismos e o discurso do orador principal, o senador Pedro Calmon, abordou a meta de “institucionalização do sistema revolucionário”, em alusão ao processo de “descompressão” política, uma das medidas propostas pelo governo Geisel.¹⁰⁶

A conjuntura comemorativa dos 10 anos de regime também impulsionou uma profusão significativa de notícias, artigos, editoriais e cadernos especiais na grande imprensa. A edição de 31 de março d’*O Estado de S. Paulo* se destacou nesse sentido, pois foi notável o número de matérias publicadas para reflexão em torno das ações governamentais nos campos da economia, saúde, educação, transportes e energia. A quantidade de notícias veiculadas pelo jornal também chamou atenção, pois representou uma mudança brusca com relação à forma que ele vinha retratando os aniversários do golpe anteriormente, dando pouquíssima atenção aos festejos.

¹⁰³ GEISEL FALARÁ ao país pela televisão dia 31. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIII, n. 344, 22 mar 1974. p. 3.

¹⁰⁴ GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento pela televisão pelo décimo aniversário da Revolução*. Brasília, 1974.

¹⁰⁵ PINOCHET CONGRATULA-SE com Geisel. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.358, 02 abr. 1974. p. 4; PINOCHET SAÚDA. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.372, 02 abr. 1974. p. 4.

¹⁰⁶ CONGRESSO COMEMORA com discursos os 10 anos da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIII, n. 352, 30 mar. 1974. p. 3. O projeto de distensão/descompressão ou liberalização política começou a ser debatido nos círculos militares desde o governo ditatorial de Médici, e previa uma transição política tutelada pelas Forças Armadas, combinada à institucionalização de um “regime pós-autoritário com restrições democráticas”, em que “os militares deveriam continuar a exercer sua influência sobre as questões em discussão pelos atores do sistema político e da sociedade civil”. Paralelamente, esse projeto estava ligado à necessidade de um maior controle governamental sobre as ações da comunidade de informação e do sistema repressivo, para que não se tornassem forças autônomas e causassem a fragmentação das Forças Armadas. O contexto de euforia do milagre econômico propiciava um ambiente favorável ao projeto de liberalização do regime, que teve como principal estratégia política a distensão gradualista. Como veremos mais a frente, o projeto de distensão animou as forças de oposição à ditadura e despertou preocupações na chamada “linha dura”, o que alterou significativamente a dinâmica política do regime, sobretudo, após as eleições parlamentares de 1974. CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, 2005. p. 138-139.

Foi esse mesmo veículo de comunicação que protagonizou as situações mais interessantes para compreensão das complexidades envolvendo o regime ditatorial e a grande imprensa. Esse tema será aprofundado de forma mais minuciosa no último subcapítulo da dissertação, mas vale a pena o registro para fins de compreensão sobre o impacto político do 10º aniversário do golpe. Vários artigos e editoriais teceram críticas ao governo Médici, afirmando categoricamente seu descompromisso com os meios democráticos e o abandono dos princípios liberais que teriam orientado os “ideais revolucionários”.¹⁰⁷ Por outro lado, nesses mesmos textos a figura de Geisel foi exaltada como uma promessa democrática. Segundo Marcos Napolitano, esse movimento da imprensa é representativo de uma espécie de “consciência fraturada dos liberais” que se delineia nesse período, criando um horizonte de expectativa em torno da institucionalização de um novo modelo político a partir do governo de um militar considerado “moderado”.¹⁰⁸

Os jornais também noticiaram algumas das solenidades cívicas realizadas no 10º aniversário que, em verdade, foram muito diminutas, organizadas majoritariamente pelos governadores e prefeitos. Acontecimentos que merecem ser registrados foram o lançamento do selo comemorativo “Março – Dez Anos Construindo o Brasil” e uma performance realizada por paraquedistas do Exército, que saltaram no Maracanã no dia 31 de março, conduzindo as bolas de futebol para realização do jogo amistoso entre as seleções brasileira e mexicana, em meio aos preparativos para a Copa do Mundo.¹⁰⁹

As maiores comemorações foram registradas no interior paulista¹¹⁰ e na cidade do Rio de Janeiro, onde o I Exército e o governo da Guanabara, em parceria com as organizações Globo, realizaram um concerto musical na Quinta da Boa Vista. No evento apresentaram-se a banda sinfônica do I Exército, o coral da Universidade Gama Filho e a bateria da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel. O jornal *O Globo* contabilizou a presença de cem mil pessoas e destacou o entusiasmo com que os presentes aplaudiram as atrações.¹¹¹ Em sua análise, Rodrigo Patto Sá Motta considerou tal número “muito exagerado”¹¹², argumento

¹⁰⁷ DEZ anos de Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 3; GALVÃO, Flavio. A contribuição de São Paulo foi decisiva. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 23.

¹⁰⁸ NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017. p. 356.

¹⁰⁹ AGENDA – Várias. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIII, n. 353, 31 mar. 1974. Caderno Classificados, p. 3.

¹¹⁰ INTERIOR comemorará Revolução de Março. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.354, 29 mar. 1974. Terceiro Caderno, p. 2.

¹¹¹ 100 MIL pessoas no Concerto do 10º aniversário da Revolução. *O Globo*, ano XLIX, n. 14.794, 01 abr. 1974. p. 8.

¹¹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O nacionalismo autoritário ritualizado: o 31 de março e o 7 de setembro nas comemorações cívicas da ditadura militar. In: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Telmo (org.). *Independência: memória e historiografia*. São Paulo: Edições SESC, 2022. p. 46.

que reitereo nesse texto. Os principais elementos que fazem crer nessa percepção estão ligados aos interesses do periódico carioca em superdimensionar o impacto de um evento o qual esteve diretamente associado. Inclusive, na matéria citada acima, *O Globo* relatou com certo orgulho o fato de que havia divulgado extensivamente a programação para atrair o público. De forma semelhante, é no mínimo curioso o fato de que nenhum outro jornal da grande imprensa tenha registrado quantificações em torno dos presentes no concerto.

Em 1975, no 11º aniversário do golpe, as programações festivas foram menores ainda. A imprensa registrou solenidades nas capitais do país, mas essas limitaram-se a missas em ação de graças, eventos restritos a políticos e militares, além de discursos comemorativos dos governadores de Estado. A maior atração foi uma performance aérea dos aviões supersônicos *Mirage*, em Goiás, os mesmos que não puderam se apresentar em 1973 e que causaram frustrações no público.¹¹³ O ponto alto das comemorações se deu no âmbito político, com a organização de uma sessão solene realizada pelo Diretório Nacional da Arena. Na mesma ocasião, seria apresentado o projeto de programa do partido que, até aquele ano, não havia sido elaborado.¹¹⁴ Vale lembrar que no ano anterior, os arenistas já haviam expressado entusiasmo em torno da celebração do 31 de março, o que prosseguiu em 1975.

Um dos fatos mais destacados foi a participação do presidente Ernesto Geisel na solenidade da Arena, na condição de presidente de honra do partido. Os círculos políticos arenistas ficaram extremamente satisfeitos com a presença de Geisel, interpretada como “uma demonstração do fortalecimento da classe política” e do “projeto de distensão política do País”.¹¹⁵ O evento contou com a presença de quase todos os ministros de Estado (com exceção dos ministros das Forças Armadas e das Minas e Energia), deputados e senadores do partido. Discursaram o presidente arenista, Petrônio Portela, os senadores Magalhães Pinto e Luís Vianna Filho, além de Geisel, que fez uma fala curta, de improviso.¹¹⁶ Seu discurso expressou votos de sucesso ao novo programa da Arena, que deveria se inspirar na “ideologia da Revolução” e representar o braço político do movimento, para “assegurar a continuidade dessa ação governamental que se realiza desde 1964”.¹¹⁷

¹¹³ SOLENIDADES EM todo o Brasil comemoram o dia da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 3.

¹¹⁴ GEISEL PODE falar aos arenistas. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.677, 30 mar. 1975. p. 4.

¹¹⁵ PARA ARENISTAS, presença de Geisel fortalece o partido e os políticos. *O Globo*, ano L, n. 15.155, 01 abr. 1975. p. 6.

¹¹⁶ GEISEL: ESTAMOS construindo glorioso futuro. *Folha de S. Paulo*, ano LV, n. 16.821, 01 abr. 1975. p. 3.

¹¹⁷ GEISEL, Ernesto. *Improviso durante o lançamento do projeto de programa partidário da Arena*. Brasília: 1975. p. 53.

O MDB também se manifestou politicamente por ocasião do 11º aniversário, mas sua postura foi um tanto ambígua, representativa de disputas e cisões dentro do partido.¹¹⁸ Alguns dos políticos emedebistas elogiaram o governo Geisel, sobretudo, diante da condução da proposta de distensão. Esse foi o caso do secretário-geral do partido, Thales Ramalho, que emitiu nota comemorativa ao 31 de março, considerada pela imprensa “uma implícita afirmação de que também o MDB se considera um partido originário da Revolução, solidário com seus propósitos de normalização do país”.¹¹⁹ Entretanto, outros membros do partido fizeram falas críticas em torno dos desvios do governo no campo social e econômico, e protestaram contra a manutenção dos instrumentos de exceção na condução da transição política.¹²⁰

O lançamento de duas produções audiovisuais de maior duração também marcou os 11 anos do golpe. A primeira delas, intitulada *Brasil, Ontem, Hoje e Amanhã*, foi produzida pela Agência Nacional e se pretendia um “depoimento-verdade” dedicado a historicizar o “Brasil de Ontem”, associado ao governo Goulart, em comparação com o “Brasil de Hoje e de Amanhã”. A estratégia utilizada foi semelhante à das narrativas sobre o golpe, efetuando comparações entre o chamado “tempo do caos” e o governo ditatorial, esse último sempre marcado por uma perspectiva positiva e associada à retórica desenvolvimentista. O objetivo da produção fílmica era orientar os jovens e a opinião pública a se recordarem dos “tumultuados idos de março de 1964”, para ver o quanto o Brasil havia supostamente progredido após a “Revolução”. Nesse sentido, é sintomática a insistência do filme para a recordação dos acontecimentos, simbolizada pela repetição, diversas vezes, de uma espécie de palavra de ordem: “Você se lembra?”.¹²¹

A outra produção fílmica se trata de um programa televisivo comemorativo, produzido pela Arena em parceria com a AERP, e intitulado *Brasil Hoje*, que foi veiculado em cadeia nacional no dia 31 de março, às 21h.¹²² A apresentação do programa ficou à cargo de Blota

¹¹⁸ Um episódio que evidencia essas disputas foi a renúncia dos deputados emedebistas Mário Saladini e Silbert Sobrinho, que haviam sido nomeados presidente e vice-presidente da subcomissão de Finanças e Sistemas Tributários pertencente à Comissão da Assembleia Constituinte. No ato de renúncia, os parlamentares fizeram duras críticas aos líderes do MDB, alegando ainda o esvaziamento da subcomissão, que se encontrava sobrepujada por outras subcomissões. SALADINI e Silbert fazem críticas aos líderes do MDB na hora da renúncia. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 357, 04 abr. 1975. p. 4.

¹¹⁹ C.C. MDB define posição em favor de Geisel. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.677, 30 mar. 1975. p. 3. Ver também: SOLENIDADES EM todo o Brasil comemoram o dia da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 3; MDB APOIA ação do governo. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.677, 30 mar. 1975. p. 7.

¹²⁰ SENADO TERÁ debate com Petrônio respondendo a Brossard na terça-feira. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 353, 31 mar. 1975. p. 2; DEPUTADO pede o empenho dos políticos. *O Globo*, ano L, n. 15.155, 01 abr. 1975. p. 7.

¹²¹ BRASIL. Agência Nacional. *Brasil, ontem, hoje e amanhã*. Direção: Olívio Tavares. 1975. 50min, 14s. Não foram encontrados registros desse programa na cadeia de televisão. Contudo, é sabido que foi veiculado na solenidade realizada pelo II Exército, em São Paulo, no auditório do QG do Ibirapuera. D’ÁVILA RESSALTA coesão em torno de Geisel. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.678, 01 abr. 1975. p. 7.

¹²² O PAÍS lembra os 11 anos da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LV, n. 16.819, 30 mar. 1975. p. 1.

Júnior, apresentador de televisão e deputado arenista. A atração alternou apresentações artísticas do Coral Rádio MEC, Orquestra Sinfônica Brasileira e dos cantores Antonio Carlos e Jocafi, Clara Nunes e Roberto Carlos, com depoimentos de deputados da Arena, que exaltaram as benfeitorias do governo nos campos social, do trabalho, educação e economia. As falas dos deputados sempre terminavam com a seguinte sentença: “E tudo isso é possível graças a tranquilidade em que vive esse país”¹²³, para demarcar o suposto fim dos conflitos sociais no Brasil, que teriam sido o fator de atraso econômico anterior a 1964. Como pontos comuns a essas produções fílmicas, cabe destacar a atenção especial conferida à juventude, tida como principal público-alvo, e a exaltação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).¹²⁴

A ideia que prevaleceu tanto nos filmes, quanto nos próprios discursos comemorativos, era a do Brasil como uma “ilha de tranquilidade”, em contraposição a um cenário internacional “conturbado”. Em alguns dos editoriais publicados, a imprensa de grande circulação também teceu elogios ao fato de que, “no quadro de dificuldades que aflige nesses dias a maior parte das nações, incluindo as mais prósperas, o Brasil é um dos poucos que não teve, até aqui, de recorrer a medidas heroicas”.¹²⁵ Segundo sua concepção, o governo brasileiro estava comportando-se com “inegável equilíbrio” diante da difícil conjuntura econômica nacional e internacional, refletindo “a austera imagem do presidente da República [...] não lhe faltando a dignidade e uma serena firmeza”.¹²⁶ Nesse momento, predominaram elogios ao general Geisel, pela condução da política econômica e pelo projeto de distensão política em curso.

Vigorava também a percepção de que a liberalização do regime não deveria acarretar um retorno à estrutura política que antecedeu 1964, pois isso sujeitaria o Brasil “aos imensos riscos de um retrocesso se a falta de medidas sociais capazes de identificarem o povo cada vez mais com a Revolução a transformasse na porta aberta para a subversão”.¹²⁷ Assim, a normalidade prevista pelo regime baseava-se na chamada “democracia com responsabilidade”, uma vez que a descompressão política não deveria “servir de pretexto para contestações, revanches ou inadmissíveis retornos a um deprimente passado que nos arrastava ao opróbio das nações civilizadas”.¹²⁸ Os discursos comemorativos dos representantes militares corroboravam com essa concepção, evidenciando a necessidade de manutenção da postura de vigilância contra

¹²³ BRASIL. Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). *Brasil hoje*. 1975. 48min, 5s.

¹²⁴ Esse projeto governamental previa a aceleração do crescimento econômico nacional dando continuidade às políticas herdadas do mandato presidencial de Médici e é categorizado pela historiografia como estratégia “ousada”, em virtude do contexto da crise mundial do petróleo. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 95.

¹²⁵ PENSAMENTO comum. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 356, 03 abr. 1975. p. 6.

¹²⁶ UMA REALIDADE. *Folha de S. Paulo*, ano LV, n. 16.819, 30 mar. 1975. p. 3.

¹²⁷ LUÍS VIANNA enaltece poder de recuperação. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 2.

¹²⁸ UMA REALIDADE. *Folha de S. Paulo*, ano LV, n. 16.819, 30 mar. 1975. p. 3.

os inimigos da “Revolução”. Foram efetuados diversos alertas para o suposto perigo da infiltração comunista, pois é “exatamente nos períodos de normalidade da vida democrática que o comunismo se refaz, modifica sua tática em função da conjuntura, infiltra-se em órgãos de classe e até mesmo nas mais herméticas instituições do país; seu trabalho é dissimulado, subliminar”.¹²⁹ Partindo dessa lógica, afirmava-se que os comunistas teriam supostamente realocado suas forças para infiltração nas estruturas do governo, visando promover “campanha sistemática contra a Revolução, procurando atingir principalmente as forças de segurança. Então, fala-se em torturas, fala-se em sequestros, tudo para que essas forças deixem de agir. Mas nós continuaremos a trabalhar pela segurança e pela tranquilidade desta Nação”.¹³⁰

As declarações dos militares refletem a própria reorganização da comunidade de informações após o bem-sucedido massacre contra os focos de guerrilha urbana e rural. A partir de 1974 a máquina repressiva voltou-se para a perseguição e combate aos partidos comunistas, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), “motivados essencialmente por duas razões: encontrar um novo inimigo que justificasse sua relevância e o temor provocado pelo sucesso do MDB nas urnas, partido que o setor repressivo julgava ‘infiltrado’ pelos comunistas”.¹³¹ As críticas à “campanha sistemática” dos comunistas também estavam ligadas às denúncias internacionais de violação dos direitos humanos que eclodiram nesse mesmo contexto, revelando a dimensão autoritária e violenta do regime.

Em 1976 a tese da suposta infiltração comunista nas estruturas políticas prevaleceu como temática central dos discursos comemorativos alusivos ao 12º aniversário do golpe. Todavia, os elementos de sustentação dessa retórica passaram por uma espécie de aperfeiçoamento. A estratégia empregada foi a desqualificação das denúncias de violação dos direitos humanos e das próprias críticas ao regime ditatorial, categorizadas enquanto atitudes “pessimistas”, “fanáticas” e “impatrióticas”, de “maus brasileiros” que agiriam “no sentido de intrigar, de indispor e criar entrechoques do povo com a Revolução”.¹³² Os apoiadores da ditadura também estavam atentos para o conteúdo das manifestações de oposição e a leitura histórica efetuada pelos grupos contrários ao regime com relação ao processo golpista de 1964. Alegavam surpresa diante da existência de “quem constantemente desmoralize e tente

¹²⁹ AERONÁUTICA ALERTA sobre a necessidade de manter a vigilância. *O Globo*, ano L, n. 15.155, 01 abr. 1975. p. 6.

¹³⁰ D’AVILA ressalta coesão em torno de Geisel. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.678, 01 abr. 1975. p. 7.

¹³¹ JOFFILY, Mariana. Pra Frente Brasil: a utopia autoritária em ação. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (org.). *Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. (v. 1). p. 582.

¹³² LÍDER DA Arena gaúcha fala sem apartes. *O Globo*, ano LI, n. 15.517, 01 abr. 1976. p. 6.

desmoralizar a Revolução brasileira, dizendo que nos servimos de uma suposta ameaça comunista para sairmos dos quartéis e ocupar a Nação militarmente”.¹³³

Portanto, demarcar a necessidade de manutenção da vigilância contra os “inimigos vermelhos” situava-se em um eixo de duplo interesse: por um lado, justificar a atuação dos mecanismos autoritários e, por outro, descredibilizar a narrativa de grupos de oposição ou das vítimas do regime ditatorial. Vale registrar que não somente os discursos militares centraram-se no combate ao comunismo, sendo reiterado por diversas falas de civis, sobretudo, quando relacionadas à forma como os cidadãos deveriam colaborar nessa empreitada. O Diretor Geral do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, por exemplo, alertou para o caráter “absolutamente necessário que estejamos atentos e não nos deixemos seduzir pela propaganda cuja finalidade consiste em estabelecer a cizânia entre nós”.¹³⁴

A suposta ameaça comunista e o risco de “radicalizações” também foram utilizadas pelos discursos comemorativos para justificar a manutenção dos instrumentos de exceção no processo de distensão política, que “deveria ser lento e gradual, a fim de que não sofra abalos e sobressaltos”. Existiam aqueles que arriscavam dizer que o próprio AI-5 era considerado perfeitamente compatível com a institucionalização do regime, pois “se adapta à realidade nacional e a índole do nosso povo, sendo a exceção a garantia da normalidade democrática”.¹³⁵ A ideia da exceção como garantia da ordem também respaldava o argumento do caráter permanente do “processo revolucionário”, que era considerado irreversível e dinâmico, porque adaptável à conjuntura da transição política.¹³⁶

Se para os discursos comemorativos a “Revolução” era onipresente, o mesmo entusiasmo não pode ser observado nas programações festivas empreendidas em 1976. O 12º aniversário foi comemorado de forma pontual pelos estados brasileiros, com missas e sessões cívico-militares. As maiores solenidades ocorreram em Recife, onde o poder governamental promoveu desfile de estudantes e jogos de futebol gratuitos ao público e o comércio colaborou encerrando seu expediente mais cedo, para que as pessoas pudessem participar dos festejos.¹³⁷ O I Exército e a prefeitura do Rio de Janeiro também organizaram um evento ambicioso no

¹³³ PASSARINHO FALA em nome da liderança. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.186, 01 abr. 1976. p. 6.

¹³⁴ DIRETOR-GERAL do Colégio Pedro II enaltece a Revolução de 31 de Março de 1964. *O Globo*, ano LI, n. 15.516, 31 mar. 1976. p. 3.

¹³⁵ ARENA COMEMORA e Goldman aparteia. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 4.

¹³⁶ Vários discursos comemorativos abordaram o caráter permanente e dinâmico da “Revolução”. Destacam-se nesse universo o pronunciamento do comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, do senador arenista Jarbas Passarinho e do editorial comemorativo d’*O Globo*. DILERMANDO realça ação revolucionária. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 5; PASSARINHO FALA em nome da liderança. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.186, 01 abr. 1976. p. 6; REVOLUÇÃO, ANO 12. *O Globo*, ano LI, n. 15.516, 31 mar. 1976. p. 1.

¹³⁷ GEISEL PODE falar no Rio. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.987, 31 mar. 1976. p. 7.

Leme, com apresentações escolares, desfile de escolas de samba, números musicais e saltos de paraquedistas, cuja expectativa de público variava entre quinze e vinte mil pessoas. Contudo, foram contabilizados apenas cerca de cinco mil presentes, a maioria deles estudantes da rede de ensino municipal, que tinham chegado ao local em ônibus fretados pelo comando militar.¹³⁸ Os números extremamente discrepantes indicam que o impacto público mobilizado pelas comemorações do 31 de março em 1976 esteve muito abaixo do que planejavam os organizadores da festa carioca.

Também na capital do recém-refundado Estado do Rio de Janeiro (que aglutinou, a partir de 1975, o Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro), ocorreu um almoço comemorativo na Vila Militar, tendo como principal convidado de honra o general Ernesto Geisel. Estiveram presentes várias autoridades militares, dentre elas, os ministros das Forças Armadas e o chefe do SNI, João Baptista Figueiredo. A Agência Nacional registrou o evento em cores, mostrando a recepção de Geisel pelas autoridades militares, que também discursaram em homenagem à “Revolução”. O narrador do cinejornal retoma trechos dos pronunciamentos e reafirma o protagonismo das Forças Armadas que, “em perfeita união [...] vem assegurando tempos de paz e de labor fecundo, responsáveis pelo extraordinário e inegável progresso social e econômico do país”.¹³⁹ De fato, a solenidade constituiu uma espécie de ode aos militares por sua participação no golpe. O próprio discurso comemorativo de Geisel reforçava esse sentido, quando afirmou não existir “ambiente mais apropriado para comemorar a nossa Revolução de 64 do que na área de um quartel de nosso Exército”.¹⁴⁰ Assim, a principal comemoração do 12º aniversário esteve marcada por um caráter essencialmente militar, sem a presença ou integração de civis aos eventos realizados na caserna.

O presidente também falou sobre os rumos que a transição política tomaria nos próximos anos de governo, reafirmando seu compromisso com uma “evolução sem dúvida gradual, no sentido de aperfeiçoamento de nossas instituições sociais e políticas, com base no desenvolvimento econômico que, apesar da grave crise mundial, estamos continuando”.¹⁴¹ A recepção do pronunciamento de Geisel nos círculos políticos transitou entre o olhar otimista dos arenistas, que o enxergavam como “indício de que a distensão global – política, econômica

¹³⁸ COESÃO das Forças Armadas garante a obra revolucionária. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.987, 31 mar. 1976. p. 1.

¹³⁹ BRASIL. Agência Nacional. *Brasil Hoje*, n. 143. 1976. [sem número de registro].

¹⁴⁰ GEISEL, Ernesto. *Improviso durante almoço na Vila Militar, no Rio de Janeiro, ao ensejo do 12º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro: 1976. p. 47.

¹⁴¹ GEISEL, Ernesto. *Improviso durante almoço na Vila Militar, no Rio de Janeiro, ao ensejo do 12º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro: 1976. p. 48.

e social – terá andamento normal”, e o sentimento de desalento despertado nos emedebistas, que não viam “qualquer referência objetiva à meta do aperfeiçoamento democrático”.¹⁴²

As posições e preocupações dos partidos políticos estavam ligadas ao contexto de crise criado pelo governo ao cassar os deputados federais Amaury Muller e Nadyr Rossetti (MDB-RS), decisão tomada por Geisel com base no AI-5, dias antes do 31 de março de 1976. O episódio que serviu de pretexto foi um comício realizado na cidade gaúcha de Palmeira das Missões, em que os dois parlamentares supostamente teriam proferido “ofensas” contra o regime. A cassação dos mandatos provocou uma reação contundente vinda dos diretórios emedebistas, que boicotaram sessões solenes ao 12º aniversário em diversas regiões do Brasil. A atitude provocou respostas inflamadas dos arenistas, sobretudo de José Bonifácio, que alegou que a oposição “deseja o retorno à situação anterior [...] e acrescentou: e ainda tem gente do MDB que fala que o partido é tão revolucionário quanto o nosso. Pura balela”.¹⁴³ Os xingamentos sobreram até para a imprensa, que segundo o deputado “divulga tudo do MDB e quando fala da Arena é para ridicularizar”.¹⁴⁴

A crise política nesse cenário tirou o protagonismo dos festejos na imprensa, que se encontrava mais preocupada em discutir a condução da política de distensão pelo governo e a volta do chamado “Estado de Direito”. Contudo, os episódios das cassações dos mandatos e a proibição de um programa comemorativo dos 200 anos do Balé Bolshoi, por este pertencer à URSS, parecem ter sido um balde de água fria nas expectativas dos liberais e dos emedebistas acerca da transição. As críticas mais significativas foram publicadas em colunas de opinião, questionando a manutenção de poderes discricionários, que possivelmente iriam interferir nos resultados eleitorais vindouros.¹⁴⁵ Todavia, as discordâncias dos jornalistas não estavam relacionadas ao governo de Geisel propriamente, mas a seus comandos subordinados, como no caso do Ministro da Justiça, Armando Falcão, e o Departamento de censura. Por sua vez, Geisel sempre era retratado como uma figura admirável por conduzir a distensão política. Mesmo nas ocasiões de extremo autoritarismo, como no episódio das cassações dos deputados gaúchos, a imprensa tentava “humanizar” as ações do presidente, afirmando que tal atitude não havia sido tarefa fácil, mas necessária diante das possibilidades de radicalização política. O jornal *O Globo*

¹⁴² POLÍTICOS ANALISAM a fala de Geisel. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.186, 01 abr. 1976. p. 4.

¹⁴³ BONIFÁCIO vê contestação nos gestos dos emedebistas. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 4.

¹⁴⁴ ABI-ACKEL acha fraca a ajuda dos políticos. *O Globo*, ano LI, n. 15.517, 01 abr. 1976. p. 6.

¹⁴⁵ CHAGAS, Carlos. Doze anos depois. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 8; CASTELLO BRANCO, Carlos. Em marcha a distensão. *Jornal do Brasil*, ano LXXXV, n. 352, 29 mar. 1976. p. 2.

chegou a apelar para a coincidência entre as cassações e a data de falecimento do filho de Geisel, para sensibilizar seu público-leitor.¹⁴⁶

A imagem de líder benevolente atribuída à Geisel pela imprensa em 1976 é contrastante se verificarmos os acontecimentos políticos que viriam a ocorrer no ano seguinte, desencadeados pela crise institucional diante da recusa do MDB em aprovar uma reforma no sistema Judiciário, proposta pelo governo ditatorial em 1977 e apoiada pela Arena. A implementação da emenda constitucional estava condicionada à sua aprovação pelo Senado federal e como a Arena não possuía os dois terços de votos necessários para tanto, a decisão dependia da adesão de parcela dos políticos emedebistas. Todavia, o partido rejeitou o projeto no dia 30 de março de 1977, provocando reação violenta por parte do poder Executivo.

Em notável investida autoritária, Geisel utilizou as prerrogativas dispostas no AI-5 para fechar o Congresso Nacional em 1º de abril e impor, alguns dias depois, a aprovação de um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como Pacote de Abril.¹⁴⁷ Na prática, a recusa do MDB ao projeto de reforma do Judiciário serviu de justificativa para o estabelecimento de medidas discricionárias que o governo já planejava, com o objetivo de evitar novas vitórias políticas da oposição, e que poderiam acarretar sua maioria no Congresso, o que garantiria o direito de escolha do próximo presidente da República. A imposição do pacote de medidas causou reação extremamente negativa na opinião pública e afetou a imagem de Geisel, representando um ponto de inflexão na história da ditadura.¹⁴⁸ Assim, episódios críticos ocorreram no transcorrer das comemorações do golpe em 1977, especialmente a recusa do MDB ao projeto governamental no dia 30/03 e o fechamento do Congresso por Geisel no dia 01/04. Como veremos na sequência, para além da crise institucional ofuscar as programações festivas, o ambiente comemorativo do 13º aniversário se entrelaçou aos debates políticos de forma particular.

¹⁴⁶ “Sabe-se, por exemplo, que o último domingo passado, como de hábito, na Granja do Riacho Fundo, em Brasília, foi dos mais dolorosos para o presidente. Nesse dia, ele teve que tomar uma decisão drástica: a de cassar os mandatos dos deputados Nadyr Rosseti e Amauri Muller, do MDB, ao mesmo tempo que se recobrava das emoções suscitadas pela lembrança da morte de seu filho, ocorrida há anos no dia 26 de março”. PEREIRA FILHO, Merval. Objetivos definidos. *O Globo*, ano LI, n. 15.517, 01 abr. 1976. p. 3.

¹⁴⁷ Esse pacote previa a alteração da legislação em torno de duas emendas constitucionais principais, determinando reformas no sistema judiciário e político. Sua outorga provocou mudanças profundas, como o estabelecimento de eleições indiretas para um terço dos senadores (apelidados de “biônicos”), com vistas a manter controle sob os cargos do executivo, o prolongamento do mandato presidencial, reestabelecimento de sublegendas, entre outros. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 112.

¹⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 262-263.

Na imprensa, a maior parte dos editoriais jornalísticos e opinativos dedicou-se a discutir os embates envolvendo a emenda constitucional. Alguns deles traçaram paralelos entre o aniversário da “Revolução” e a possibilidade de o presidente realizar “atos revolucionários” diante da rejeição do MDB ao projeto de reformas, indo contra a “tendência normalizadora” associada ao processo de distensão política. Inclusive, enxergava-se com certo receio a coincidência entre a crise política e as comemorações do 31 de março, que poderia favorecer “nova radicalização revolucionária” por parte do governo militar.¹⁴⁹

Naquele ano, uma das solenidades festivas foi extremamente aguardada pela imprensa: o almoço na Vila Militar do Rio de Janeiro, que semelhante a 1976, contaria com a participação do presidente Geisel. Na ocasião, esperava-se que o general se manifestasse em relação às medidas que o governo tomaria diante da rejeição da reforma do Judiciário, fator de preocupação entre a classe política. Portanto, são evidentes as conexões estabelecidas entre o 13º aniversário do golpe e a conjuntura política vivenciada naquele momento, manifestada pelas expectativas em torno do pronunciamento comemorativo presidencial.

Vale registrar que outras programações festivas foram realizadas em vários estados da federação, com destaque para a solenidade organizada pelo Diretório Nacional da Arena e eventos restritos a autoridades políticas e militares nas capitais, sem a promoção de solenidades capazes de congregiar amplo contingente de público. Os indícios levam a crer que o ano de 1977 ficou marcado por um maior distanciamento entre as programações civis (majoritariamente organizadas por governadores e prefeitos) e as programações realizadas pelas Forças Armadas. Os próprios discursos comemorativos corroboram com essa percepção, na medida em que passaram a enfatizar que os espaços militares eram os mais apropriados para a realização das comemorações do 31 de março, pois as unidades das Forças Armadas seriam “escolas de civismo, onde jovens e velhos retemperam na bigorna do tempo os sentimentos de amor à pátria, de respeito às leis, de disciplina e hierarquia”.¹⁵⁰

Sem dúvidas, o ponto alto das comemorações de 1977 se deu em torno do pronunciamento de Geisel na Vila Militar. A esse respeito, é interessante notar que alguns trechos da fala presidencial se conectam às tônicas presentes nos demais discursos comemorativos. A primeira delas diz respeito ao caráter irreversível do chamado “processo revolucionário” que, como vimos anteriormente, não foi exclusividade do 13º aniversário. Naquele ano, a preocupação com a preservação do chamado “ideal revolucionário” se expressou nos discursos comemorativos por meio da suposta necessidade de defender o regime

¹⁴⁹ OS LIMITES do episódio. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 2.

¹⁵⁰ A SAUDAÇÃO do Ministro. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 353, 01 de abr. 1977. p. 4.

dos “caluniadores”¹⁵¹ e através da criação de entidades cívico-militares como o Movimento Popular de Defesa da Revolução (SP) e da Associação dos Revolucionários do Movimento de 31 de março de 1964 (RJ).¹⁵²

Em seu discurso, Geisel também defendeu a existência de um regime “autenticamente” democrático no Brasil, que significaria uma democracia adaptada à realidade nacional, espécie de democracia “à brasileira”, que “não pode ser uma mera cópia, um papel-carbono do que se faz em outros países”. Segundo o presidente militar,

só não há liberdade para aqueles que querem utilizá-la para destruir a nossa Nação [...] mas aqueles que trabalham, aqueles que idealizam um futuro melhor, que pensam no País, que pensam na Pátria, que tem espírito nacional, que vivem com a comunidade, vivem numa liberdade que creio que será difícil encontrar em outros países do nosso planeta.¹⁵³

A ideia da liberdade com “responsabilidade” foi tema central em número significativo de pronunciamentos comemorativos. Segundo a concepção em voga, a “Revolução” garantiria aos cidadãos uma “liberdade plena, mas responsável, não admitindo que a liberdade tenha oportunidades de acabar com ela própria”.¹⁵⁴ Para tanto, teria implementado o que os militares denominaram como “‘Regra do Jogo’ para o uso construtivo das liberdades democráticas, impedindo que estas sejam transformadas em instrumentos de agitação subversiva e de perturbação da tranquilidade e segurança pública”.¹⁵⁵ Nessa chave interpretativa, os mecanismos de cerceamento das liberdades eram considerados benéficos para o enfrentamento

¹⁵¹ GEISEL GARANTE que vai concretizar a Reforma. *O Globo*, ano LII, n. 15.878, 01 abr. 1977. p. 6; REVOLUÇÕES NÃO podem ser detidas. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.298, 01 abr. 1977. p. 1. As críticas também se estendiam para a imprensa e demais meios de comunicação, que estariam sofrendo uma “infiltração” comunista.

¹⁵² Na ocasião das comemorações do 13º aniversário o Movimento Popular de Defesa da Revolução distribuiu um documento contendo o decálogo das principais proposições da entidade. Dentre elas constava: 1) “União sagrada dos revolucionários” para a escolha do sucessor de Geisel; 2) aplicação “enérgica” do AI-5 e “contenção dos preços e fiscalização para baixar o custo de vida de forma revolucionária”; 3) distribuição de renda, para evitar a disparidade de salários, “principal fonte da luta de classes e da fermentação subversiva”; 4) proteção de Geisel contra “forças malignas e contrarrevolucionárias”; 5) substituição de ministros que “prejudicam” o governo, atingindo indiretamente a “Revolução”; 6) luta pela revisão do voto que condenou o sionismo e pela retirada do reconhecimento de Angola como país livre; 7) defesa da “imediata expulsão” de todos os “revanchistas” infiltrados no governo e “Ato-5 para impedir no Congresso, Assembleias, Câmaras de Vereadores, agentes desordeiros da contestação ao 31 de março”; 8) denúncia do processo de estatização; 9) enfrentamento da “ação totalitária nas faixas da juventude estudiosa, meios de comunicação social e orla marítima”; 10) auxílio na “vigilância permanente” contra o comunismo e colaboração para neutralização da guerrilha urbana. Ao que tudo indica, o almirante Silvio Heck esteve envolvido na criação das duas entidades mencionadas, que podem ter sido iniciativas da antiga “linha dura”, o que novamente remonta às tensões e disputas internas da ditadura. REVOLUCIONÁRIOS formam movimento. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 353, 01 abr. 1977. p. 16. Não foi possível identificar mais registros sobre a atuação do Movimento Popular de Defesa da Revolução e da Associação dos Revolucionários do Movimento de 31 de março de 1964.

¹⁵³ GEISEL, Ernesto. *Improviso na Vila Militar, no Rio de Janeiro, por ocasião do almoço comemorativo do 13º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro, 1977. p. 69-70.

¹⁵⁴ NOBRE FILHO, Fernando. A razão e a certeza. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 14.

¹⁵⁵ AERONÁUTICA. *O Globo*, ano LII, n. 15.877, 31 mar. 1977. p. 12.

da “ameaça” comunista, já que “a História Contemporânea está plena de exemplos de modelos democráticos em sua plenitude que levaram precisamente ao suicídio da democracia, por falta de adequação à realidade”.¹⁵⁶ Por extensão, as referências ao chamado “perigo vermelho” foram perpetuadas por diversas falas civis e militares, sendo também perceptíveis os ecos do “paradoxo crítico” que envolvia o conceito de “democracia forte” durante a Guerra Fria.¹⁵⁷

A respeito da reforma constitucional, o tema mais esperado pela imprensa e pela classe política, o discurso de Geisel categorizou como “lamentável” a recusa do MDB ao projeto, feita “em função da atuação de uma minoria que praticamente dentro do Congresso se transformou numa ditadura, minoria que se prevalece da circunstância”. Segundo o presidente, o maior prejudicado com aquela decisão era o povo brasileiro e, em tom de advertência, afirmou que a “nova Justiça” seria efetivada, como de fato, aconteceu.¹⁵⁸

A grande imprensa, diversa em seus posicionamentos, frisou que apesar do clima de festa na Vila Militar, “os coronéis comandantes de unidades que se reuniram com Geisel [...] antes do almoço comemorativo da Revolução, saíram da sala visivelmente preocupados”¹⁵⁹, evidenciando o clima de tensão que pairava nos debates políticos naquele momento. Os principais textos de crítica às decisões governamentais foram veiculados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, sobretudo, diante da manutenção do AI-5 e de uma espécie de “traição” aos ideais primeiros da “Revolução”, marcada pelo abandono dos princípios liberais e pelo uso dos instrumentos de exceção como estratégia de governo.¹⁶⁰ Grande parte desses artigos opinativos centrou-se em questionar o caráter permanente do “processo revolucionário” que, segundo sua concepção, deveria ser encerrado, dando lugar à fase de institucionalização do regime e a normalização democrática, pois “não há democracias quando há exceções. Daí talvez a persistência das lideranças políticas, desde 1964, na busca de um modelo político original, brasileiro, o qual teria o mérito de realizar o matrimônio institucional revolucionário-democrático”.¹⁶¹

Adicionalmente ao contexto de crise institucional desencadeada pelo Pacote de Abril, outros indícios revelam o clima de instabilidade que envolvia a ditadura em 1977. Eles referem-

¹⁵⁶ TODOS EM clima de festa. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.298, 01 abr. 1977. p. 7.

¹⁵⁷ MILLER, Jennifer M. *Cold War Democracy: The United States and Japan*. Cambridge: Harvard University Press, 2019. p. 1-15.

¹⁵⁸ GEISEL, Ernesto. *Improviso na Vila Militar, no Rio de Janeiro, por ocasião do almoço comemorativo do 13º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro, 1977. p. 73.

¹⁵⁹ PRESIDENTE DENUNCIA a “ditadura” da minoria. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.298, 01 abr. 1977. p. 6.

¹⁶⁰ CHAGAS, Carlos. Treze anos depois. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.297, 31 mar. 1977. p. 12.

¹⁶¹ BAHIA, Luiz Alberto. Mudou o sistema, menos a consciência deste. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 13.

se, respectivamente, aos protestos estudantis que eclodiram na capital de São Paulo, relacionados a cobrança de taxas abusivas pelas universidades, e a reação do governador do Estado, Paulo Egídio, que proibiu a concentração de manifestantes na região central da cidade, determinando também a prisão de cerca de 13 estudantes, efetuadas pelo DOPS.¹⁶²

Outro fato que impactou sobremaneira as comemorações do 13º aniversário do golpe foi o desgaste da diplomacia entre o Brasil e os EUA, marcada, essencialmente, por conta do acordo nuclear assinado pelo Brasil com a Alemanha Ocidental, em 1975, e pela questão da violação dos direitos humanos, tema caro a política internacional de Jimmy Carter.¹⁶³ Os discursos comemorativos refletiram uma preocupação latente, manifestada por um lado, pelo destaque a suposta imagem positiva que o Brasil havia conquistado no exterior, sobretudo, diante do crescimento econômico. E, por outro, pela crítica (algumas veladas e outras mais abertas), a respeito da incompreensão que a “Revolução” estaria sofrendo, advinda de “doutrinas alienígenas”, que desconheciam a realidade nacional. As críticas eram acompanhadas da reafirmação da soberania nacional, pois “não necessitamos de fiscais, vindos de outras terras, para avaliação de nossa conduta, de nosso modo de agir, de nossa forma de solucionar problemas”¹⁶⁴, e tampouco “vamos nos deixar intimidar por pressões de qualquer natureza, partam de onde partirem”.¹⁶⁵ Embora esses alertas tenham sido efetuados por comandantes militares, o discurso presidencial de Geisel colocou panos quentes na situação, ao ressaltar a união com os EUA, embora “em divergência de pontos de vista com relação ao campo nuclear e mesmo na consideração daquilo que deve ser apreciado como direito humano”.¹⁶⁶

A partir do exposto, fica evidente que as comemorações do 13º aniversário do golpe permaneceram em uma posição secundária em 1977, em razão do cenário político crítico no qual o regime se encontrava. Como veremos na continuidade, o avanço das medidas visando a transição política, assim como a atuação dos movimentos sociais em pressionar o governo pela redemocratização, impactaram significativamente os festejos nos anos seguintes.

Em 1978, no 14º aniversário, foram realizadas programações festivas em diversas regiões do país, com destaque para solenidades nas Assembleias Legislativas, atos públicos em

¹⁶² GRANDE parte da cidade parou a manhã inteira. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 24. Para mais detalhes sobre o caso, consultar o item 4.1.

¹⁶³ NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 253.

¹⁶⁴ GENERAL DILERMANDO diz que Brasil não precisa de fiscais. *O Globo*, ano LII, n. 15.878, 01 abr. 1977. p. 2.

¹⁶⁵ GENERAL ATRIBUI pressões do exterior ao progresso do país após o 31 de Março. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 351, 30 mar. 1977. p. 16.

¹⁶⁶ GEISEL, Ernesto. *Improviso na Vila Militar, no Rio de Janeiro, por ocasião do almoço comemorativo do 13º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro, 1977. p. 72.

praças, palestras, missas e inaugurações de obras. Os maiores eventos foram registrados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com concentração de estudantes em homenagens dedicadas a enaltecer a “Revolução” e seus “heróis”.¹⁶⁷ Na Câmara dos Deputados, chamou atenção da imprensa a ausência significativa de parlamentares no plenário. O mesmo ocorreu em missa em ação de graças promovida pela Liga de Defesa Nacional (LDN), em Brasília, que embora contasse com a presença ilustre de Geisel e sua esposa, não atraiu número significativo de civis.¹⁶⁸ Ademais, a visita do presidente estadunidense, Jimmy Carter, ao Brasil e os debates envolvendo a sucessão presidencial parecem ter contribuído para novamente ofuscar os festejos do 31 de março. A respeito desse último assunto, Figueiredo apareceu como figura de destaque nas comemorações do golpe. Ficou bastante nítido o fato de que já se era sabido que o chefe do SNI se tornaria o próximo presidente da República. Alguns elementos contribuem para essa percepção, como no caso de Figueiredo ter sido passado para o 1º lugar na lista de promoções do Exército (ultrapassando oficiais mais antigos) para o posto culminante da carreira militar, General de Exército, o que era considerado uma pré-condição para chegar à presidência. Em meio ao 14º aniversário do golpe, o candidato pela Arena afirmou que, embora fosse difícil abandonar sua farda, seria “o mais civil possível” em seu futuro mandato.¹⁶⁹

Aliás, o tema da união entre civis e militares foi uma das tônicas predominantes nos discursos comemorativos daquele ano. Diferentemente de 1977, quando foi notável a exaltação da dimensão militar, as programações festivas de 1978 foram organizadas de forma a privilegiar um clima amistoso entre líderes políticos civis e a caserna. O evento que melhor representou essa modificação na clivagem comemorativa foi o almoço festivo oferecido pelos setores militares ao presidente da República que, naquele ano, teve seu convite estendido a autoridades políticas civis, como os ministros de Estado e dirigentes da Arena. Adicionalmente, a solenidade foi transferida de sua antiga sede, a Vila Militar do Rio de Janeiro, para o Clube da Aeronáutica, em Brasília. O porta-voz da Presidência da República afirmou que o governo havia considerado “este tipo de comemoração mais adequado. A Revolução não é uma revolução só militar e deve ser comemorada mais amplamente”.¹⁷⁰ Ao que tudo indica, a perda de apoio social diante da outorga de medidas autoritárias em 1977, tal como o Pacote de Abril, impactou sobremaneira as programações festivas do 14º aniversário, na tentativa de

¹⁶⁷ MILITARES RESSALTAM A LUTA contra o comunismo. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.895, 01 abr. 1978. p. 7; RIO LEMBRA 64 diante de Castelo. *O Globo*, ano LIII, n. 15.239, 01 abr. 1978. p. 2.

¹⁶⁸ GEISEL FALA DA Revolução à Cúpula militar e civil. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 354, 01 mar. 1978. p. 9; NA MISSA, ELOGIO à autoridade. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 4.

¹⁶⁹ O MAIS CIVIL o possível. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.895, 01 abr. 1978. p. 4.

¹⁷⁰ PELA PRIMEIRA vez, fora da Vila Militar. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.891, 28 mar. 1978. p. 6.

reaproximar os grupos civis ao governo militar, considerada ação indispensável no contexto da transição política.

O almoço no Clube da Aeronáutica foi o ponto alto das festividades em 1978, juntamente com o sempre aguardado pronunciamento comemorativo do presidente. O discurso de Geisel iniciou referenciando a “companhia amiga e solidária” de civis e militares, e alertando para a necessidade de as gerações mais novas conhecerem a história da “Revolução”. Dentre os principais aspectos do texto, que também foi veiculado pelo programa *Voz do Brasil*, constava a afirmação de que a contenção das forças “subversivas” permitia às Forças Armadas, naquele momento, “concentrar-se em seus múltiplos afazeres profissionais, mantendo-se vigilantes e unidas para qualquer emergência mais séria, mas sem o desgaste continuado de um permanente engajamento em operações de segurança nos mais diversos quadrantes do território nacional”.¹⁷¹

Além disso, assinalou que um “importante passo à frente em nosso desenvolvimento” estava por vir, embora sua fala não indicasse concretamente qual seria esse passo. O presidente apenas se limitou a afirmar que o governo cogitava o fim das leis de exceção, “substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais que permitam garantir a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem”. Todavia, o chamado processo de “liberalização” não condizia, segundo sua concepção, aos ideais propagados pelos “utopistas da ‘democracia plena’ e de um liberalismo já ultrapassado”, tampouco, deveria despertar radicalismos à esquerda ou à direita. De forma semelhante ao seu discurso em 1977, defendeu instituições democráticas “autenticamente brasileiras”, “condizentes com nossa realidade, e não artificiosas cópias colhidas alhures, para que, ao invés de apenas aparentes e falsas como sempre foram as que tivemos ao longo de nossa história, sejam vorazes e atuantes”.¹⁷²

De maneira geral, o discurso de Geisel foi recebido de forma positiva pela imprensa de grande circulação. A fala presidencial foi considerada um sinal do fortalecimento de um projeto reformista pelo governo militar, com vistas a atingir a chamada “normalização democrática”, embora “sem cair em excessos de otimismo”.¹⁷³ Os textos críticos centraram-se em questionar as afirmações do militar com relação ao que considerava como regime democrático, apontando para o fato de que “quando se começa a procurar adjetivos para agregar à palavra democracia,

¹⁷¹ GEISEL, Ernesto. *Discurso no Clube da Aeronáutica, em Brasília, por ocasião do almoço comemorativo do 14º aniversário da Revolução*. Brasília, 1978. p. 199.

¹⁷² GEISEL, Ernesto. *Discurso no Clube da Aeronáutica, em Brasília, por ocasião do almoço comemorativo do 14º aniversário da Revolução*. Brasília, 1978. p. 201-202.

¹⁷³ Destaque para os editoriais: AS FORÇAS ARMADAS e sua missão. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 3; POSIÇÃO DE GEISEL está fortalecida, dizem militares. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.895, 01 abr. 1978. p. 4; COMPROMISSO reiterado. *O Globo*, ano LIII, n. 15.239, 01 abr. 1978. p. 1.

os horizontes ficam nublados”.¹⁷⁴ Também exprimiram preocupação com o abismo entre a fala presidencial e “a suspeição crescente pelo recrudescimento das atividades da comunidade de segurança e do aparelho de censura”, enfatizando os ataques perpetrados pela extrema-direita naquele contexto.¹⁷⁵

As manifestações partidárias transitaram entre as homenagens prestadas por dirigentes arenistas e comentários críticos de emedebistas, que não enxergavam expectativas promissoras no discurso de Geisel. Um ponto que chamou atenção foi o fato de que não somente políticos vinculados ao MDB reivindicaram a anistia ampla e irrestrita, como foi o caso de dois deputados paulistas da Arena, que em seu pronunciamento pediram a revisão de punições e o restabelecimento da plenitude democrática.¹⁷⁶ A possibilidade de concessão de anistia aos presos políticos foi um tema central para as comemorações do 14º aniversário do golpe, entrelaçando essa pauta às disputas de memória que ocorreram em 1978. Apoiadores e críticos do regime ditatorial ocuparam o espaço público para demonstrações de repúdio ou apelo a legislações que previssessem a revisão de punições “revolucionárias”, processo que se desenvolveu em meio a intensos embates entre esses grupos.

A esse exemplo, cumpre ressaltar uma das particularidades que envolveu as comemorações do 31 de março em 1978, que foi a promoção de missas em homenagem às vítimas da “subversão” e do “terrorismo”. A iniciativa partiu de uma recomendação do Ministro do Exército, general Fernando Bethlem, e ocorreu nas capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, contando com solenidade religiosa e chamada nominal dos agentes militares que haviam “tombado” (expressão militar usada na época) em conflitos armados “desencadeados por forças subversivas”.¹⁷⁷ Como veremos à frente, as missas em homenagem às vítimas do “terrorismo” se tornaram uma constante nos aniversários do golpe a partir de 1978, demonstrando a resistência de determinados setores militares ao processo de

¹⁷⁴ R.L. Promessas e conselhos. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.895, 01 abr. 1978. p. 2.

¹⁷⁵ V.B.C. Governo surpreendido com os excessos da repressão. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 3.

¹⁷⁶ NO PAÍS, advertências e pedidos de anistia. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 5. Conforme apontado pela historiadora Carla Simone Rodeghero, menções sobre a necessidade de anistia aos opositores do regime foram realizadas desde 1964. Contudo, diante do recrudescimento da ditadura e da outorga do AI-5, fecharam-se todos os canais institucionais que possibilitassem a concessão de anistia aos presos e exilados políticos. A partir de 1974, a vitória parlamentar do MDB e o projeto de distensão política favoreceram a criação de movimentos pró-anistia, com destaque para o Movimento Feminino pela Anistia, que a partir de 1975 deu início às campanhas, que se estenderiam até 1978. Nesse ano especificamente, algumas autoridades políticas já mencionavam a possibilidade de uma anistia parcial e recíproca, pauta que seria implementada apenas pelo governo Figueiredo. RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 175-180.

¹⁷⁷ I EXÉRCITO LEMBRA HOJE vítimas do terrorismo e da subversão. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 349, 27 mar. 1978. p. 4.

abertura e, mais diretamente, à proposição de anistia aos presos políticos. Muitos discursos comemorativos enfatizaram a necessidade de exaltar os militares mortos em operações repressivas, pois

quando assistimos o desencadear de campanhas de descrédito da Revolução, através de slogans envolvendo anistia e direitos humanos, quando se procura explorar a bondade e sensibilidade do povo brasileiro em torno dos exilados e banidos, é de justiça que reverenciemos a todos aqueles que morreram pelos ideais revolucionários, sacrificados covardemente pelos profissionais do terror, que hoje se apresentam como vítimas da Revolução.¹⁷⁸

Segundo a Ordem do Dia do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Araripe Macedo, “enganam-se os que julgam que estamos vivendo uma fase de revisionismo, à semelhança dos Estados totalitários, onde o herói de ontem é o inimigo público de hoje”.¹⁷⁹ Portanto, fazia-se necessário homenagear esses ditos “heróis” em atos solenes, como eram concebidas essas missas. Adicionalmente, os textos comemorativos exprimiam preocupação com a concessão de anistia aos chamados “inimigos da Revolução”, pois eles poderiam se aproveitar da “boa-fé” do governo militar para destruir o regime, através de nova campanha “subversiva” na sociedade brasileira.¹⁸⁰ Nessas narrativas predominava a concepção de que um excesso de liberdades (o oposto da já mencionada “democracia com responsabilidade”) provocaria o retorno ao estado de coisas anterior ao golpe de 1964. Deste modo, fica bastante evidente que a promoção das missas em homenagem às vítimas da “subversão” se tratava de uma reação direta ao contexto de distensão política. Ademais, esses eventos também almejavam constituir resposta às manifestações realizadas por grupos opositores do regime e que se apropriaram do ambiente de comemorações do 31 de março.

O ano de 1978 marcou uma nova onda de protestos estudantis por ocasião do 14º aniversário do golpe. Nessa ocasião, vários diretórios acadêmicos realizaram manifestações de crítica ao regime, de forma semelhante ao experienciado nos anos iniciais da ditadura. Chama atenção, especificamente, a cerimônia realizada por estudantes em Recife, para homenagear os 10 anos de falecimento de Edson Luís de Lima Souto. Outras vítimas da repressão foram homenageadas, como o também estudante Alexandre Vanucci Leme (assassinado por forças policiais em São Paulo, no ano de 1973), e o padre pernambucano Henrique Pereira Neto. O

¹⁷⁸ ANISTIA É campanha contra a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.896, 02 abr. 1978. p. 11. Textos dessa natureza também podem ser encontrados em: NO PAÍS, advertências e pedidos de anistia. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 5; PARANÁ recorda os mortos pelo terror. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 5; EXÉRCITO REEDITA livro que defende a Revolução de 64. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 352, 30 mar. 1978. p. 17.

¹⁷⁹ ARARIPE: ESTA NÃO é a fase de revisionismo. *O Globo*, ano LIII, n. 15.238, 31 mar. 1978. p. 8.

¹⁸⁰ Em sessão comemorativa ao 14º aniversário, o jornal *O Globo* fez críticas contundentes a possibilidade de anistia aos presos políticos. 31 DE MARÇO: UM IDEAL que não deve fenecer. *O Globo*, ano LIII, n. 15.238, 31 mar. 1978. p. 6-7.

convite para participação do evento ressaltava que “o agravamento das contradições da sociedade” e do regime havia influenciado o retorno do movimento estudantil já em 1977, que “rompendo as barreiras da repressão reclama por melhores condições de ensino, de vida e de trabalho para toda a população e liberdades democráticas”.¹⁸¹

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também aproveitou o 31 de março para lançar uma edição atualizada da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo as autoridades eclesiásticas, a escolha da data coincidir com o aniversário da “Revolução” era uma “coincidência intencional”.¹⁸² Propositamente ou não, a publicação da Declaração dos Direitos Humanos se conectava aos debates sobre as condições a qual estavam sujeitos os presos políticos e a problemática dos desaparecidos, temáticas que ganhavam cada vez mais notoriedade no espaço público.

O aniversário do golpe em 1978 é representativo para demonstrar os sinais de fragilidade no apoio social conferido à ditadura em suas comemorações públicas no final dos anos 1970, na medida em que, a partir desse ano, as disputas de memória acerca do 31 de março foram aumentando exponencialmente. Novamente é perceptível a intrínseca relação entre o contexto político e o ambiente comemorativo, emaranhados por uma complexa relação na qual as narrativas sobre o passado do golpe e da ditadura se entrelaçavam ao presente experienciado por aqueles sujeitos.

2.3 – O fim das comemorações públicas (1979-1984)

A partir de 1979, com o estabelecimento do último governo ditatorial, as comemorações passaram por transformações significativas, que são representativas do declínio definitivo das festividades alusivas ao 31 de março. O general João Baptista Figueiredo foi o presidente que menos se envolveu nas programações festivas. No 15º aniversário do golpe, a imprensa relatou com grande surpresa o caráter modesto das solenidades organizadas nos estados brasileiros, além da espécie de “quebra de tradição” do poder Executivo, pois pela primeira vez em anos, o presidente militar não iria participar de almoço comemorativo da data. O Ministro da Comunicação Social justificou o ocorrido afirmando que “não se pode transformar um programa de comemorações numa camisa-de-força, de tal rigidez que não se possa fazer

¹⁸¹ ESTUDANTES DE RECIFE lembram colegas mortos. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 349, 27 mar. 1978. p. 4.

¹⁸² CNBB LANÇA edição da Declaração dos Direitos. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.895, 01 abr. 1978. p. 5.

mudança de um ano para o outro”.¹⁸³ Nas solenidades comemorativas, predominaram atos religiosos e militares, com várias referências às vítimas da “subversão” e do “terrorismo”. Os jornais destacaram em algumas ocasiões a ausência de civis nas comemorações, com exceção das celebrações realizadas no Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Florianópolis, cujo maior público não passou de mil pessoas.¹⁸⁴ No Congresso Nacional, os discursos limitaram-se a registrar homenagens à data de modo mais discreto possível, com plenários praticamente vazios.¹⁸⁵

Em um ano de comemorações muito comedidas, o ponto alto dos festejos ocorreu em missa em ação de graças, realizada na Catedral de Brasília, organizada pela LDN. O evento religioso contou com a participação de Figueiredo e seus ministros de Estado, contabilizando a presença de quinhentas pessoas, em sua maioria, militares. Após o sermão do arcebispo Dom José Newton, o presidente tomou o microfone para fazer uma prece pelo Brasil, onde pediu “sabedoria para ouvir as críticas e coragem para admitir os erros”.¹⁸⁶ O porta-voz da Presidência destacou, por inúmeras vezes, que a oração proferida por Figueiredo seria ausente de conteúdo político.¹⁸⁷ A própria homilia de Dom José Newton se propôs a discutir o caráter apolítico da Igreja¹⁸⁸, muito contraditoriamente, uma vez que a missa em questão havia sido realizada em homenagem a um evento político – o 31 de março – com a presença de várias autoridades políticas civis e militares.

Por sinal, a maioria dos discursos reafirmou o pretenso caráter apolítico das comemorações.¹⁸⁹ A recomendação para evitar assuntos dessa natureza foi feita pelo Ministro do Exército, o general Walter Pires, visando demarcar o início de um “novo ciclo revolucionário”, inaugurado pelo governo Figueiredo. Ao que tudo indica, os militares também se esquivaram de discutir questões políticas diante da recente greve dos metalúrgicos no ABC paulista, acompanhando a crescente atuação dos movimentos sociais naquele contexto.

¹⁸³ MINISTROS advertem os jovens. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.259, 31 mar. 1979. p. 1.

¹⁸⁴ SIMPLICIDADE, a tônica em quase todos os Estados. *O Estado de S. Paulo*, ano C, n. 31.916, 01 abr. 1979. p. 10.

¹⁸⁵ CÂMARA E SENADO registram a data com discrição. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.259, 31 mar. 1979. p. 7.

¹⁸⁶ FIGUEIREDO QUER que Deus lhe dê forças para ouvir críticas. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVIII, n. 354, 01 abr. 1979. p. 4.

¹⁸⁷ MILITARES DEFENDEM a abertura, sem radicais. *O Estado de S. Paulo*, ano C, n. 31.915, 31 mar. 1979. p. 1; O PRESIDENTE PEDE CORAGEM e bravura. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.260, 01 abr. 1979. p. 5.

¹⁸⁸ FIGUEIREDO PEDE A DEUS que o ilumine no trabalho pela liberdade do homem. *O Globo*, ano LIV, n. 16.600, 01 abr. 1979. p. 5.

¹⁸⁹ ORDEM DO DIA NÃO fala de política dia 31. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.257, 29 mar. 1979. p. 6; OS NOVOS generais e a 3ª fase da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.260, 01 abr. 1979. p. 5.

Em 1979 predominou a visão de encerramento de uma etapa da “Revolução”, marcada pela conciliação de setores nacionais em prol da “plenitude democrática”, vista como “algo mais do que o simples ordenamento jurídico-institucional do regime pois pretende a realização dos valores democráticos no plano social e humanístico”.¹⁹⁰ Todavia, a afirmação da nova etapa do governo vinha acompanhada do alerta de que os chamados “ideais revolucionários” se perpetuariam e não admitiriam “desvios” e “radicalizações”. Nesse sentido, era necessário a coesão nacional em torno de Figueiredo, para evitar que “fatos novos, como intrigas, infâmias, calúnias, reivindicações inconciliáveis, provocações e revanchismos”¹⁹¹ afetassem o processo de abertura.

Paralelamente às comemorações institucionais, os setores sociais contrários à ditadura permaneceram se mobilizando. Novamente grupos estudantis realizaram solenidades em homenagem à Edson Luís, em uma espécie de “contra comemoração” ao 31 de março. As colunas e textos de caráter crítico também cresceram exponencialmente na grande imprensa, denunciando o autoritarismo ainda vigente, o aumento da inflação e do custo de vida e reivindicando a anistia aos presos e exilados políticos.¹⁹²

Uma característica que distinguiu o 15º aniversário foi a visibilidade conferida pela imprensa aos depoimentos de personagens políticas que se encontravam em postos de comando no governo Goulart, na ocasião do golpe de Estado em 1964, representativa do movimento de “reabilitação” da figura do ex-presidente deposto. A *Folha de S. Paulo* publicou, durante três dias seguidos, uma sessão especial com depoimentos de personagens políticas civis e militares, contrárias e a favor do regime, no intuito de realizar um “balanço crítico”. Chama atenção, especialmente, o testemunho de Abelardo Jurema, ex-ministro da Justiça no governo Jango. A pedido do jornal, o político descreveu os momentos entre o dia 31 de março e 1º de abril de 1964, em que relatou um cenário desesperador e a posição “pacifista” do presidente, ao evitar uma guerra civil.¹⁹³ No cenário internacional, o jornal *Le Monde* dedicou espaço em suas páginas para publicação de artigos de Celso Furtado, Luciano Martins, Miguel Arraes e Felipe Alencastro, intelectuais e políticos brasileiros que se encontravam exilados na França naquele

¹⁹⁰ AFINIDADE e compromissos. *O Globo*, ano LIV, n. 16.599, 31 mar. 1979. p. 2.

¹⁹¹ SAMUEL: povo apoiará o governo. *O Estado de S. Paulo*, ano C, n. 31.915, 31 mar. 1979. p. 6.

¹⁹² Ver, por exemplo: A.D. Os 15 anos, uma avaliação. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.258, 30 mar. 1979. p. 2; CHAGAS, Carlos. Quinze anos, e quase nada mudou. *O Estado de S. Paulo*, ano C, n. 31.916, 01 abr. 1979. p. 11.

¹⁹³ “PRESIDENTE NÃO TINHA um comando”. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.260, 01 abr. 1979. p. 4.

momento. O objetivo da matéria também foi realizar uma análise crítica do governo militar, categorizado de forma unânime pelos autores dos artigos como negativo.¹⁹⁴

Os 15 anos da ditadura foram marcados por solenidades mais tímidas e a ascensão de narrativas críticas em relação às escritas pelos militares apoiadores do regime autoritário. O desmonte de parte do aparato autoritário em 1978/79 (principalmente o fim do AI-5) parece ter refletido de algum modo em uma abertura maior às disputas de memória sobre o golpe em 1979. Ademais, como veremos à frente, a própria postura do poder governamental nas solenidades festivas e o pouco envolvimento de Figueiredo nas programações contribuíram para a extinção progressiva das comemorações alusivas à data.

Em 1980 as solenidades realizadas foram bastante pequenas e predominantemente militares. A maior parte dos estados investiu na promoção de missas e atos cívicos de curta duração, sem a presença de populares.¹⁹⁵ O diferencial daquele ano foi o envolvimento da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) nos festejos, divulgando pesquisas estatísticas das realizações dos governos “revolucionários”, produzidas pelo IPES.¹⁹⁶ O Senado e o Congresso também não registraram sessões solenes em homenagem à data, o primeiro por falta de quórum e o segundo em virtude do feriado de Páscoa. Os eventos comemorativos tiveram pouca atenção da imprensa se comparados aos anos anteriores. Os meios de comunicação encontravam-se mais preocupados naquele momento em relatar as questões envolvendo a terceira greve dos metalúrgicos no ABC paulista, assim como os protestos de agricultores contra o confisco da soja no Rio Grande do Sul.

O acontecimento que obteve maior repercussão foi o pronunciamento comemorativo do presidente Figueiredo, transmitido por cadeia de rádio e televisão na noite de 31 de março. Contrastando com sua oração supostamente “apolítica” no ano anterior, em 1980 o general apostou em um discurso bastante anticomunista, destacando o protagonismo das Forças Armadas na “Revolução” e citando nominalmente seus antecessores militares que ocuparam o posto da presidência. Figueiredo aproveitou a ocasião para criticar “os que fazem oposição só por fazê-la”, afirmando que “o Brasil cresceu mais, nestes 16 anos, do que nos 75 anos anteriores, desde a Proclamação da República”. Segundo sua concepção, a crise econômica que afetava o país naquele momento, envolvendo grandes taxas de inflação e encarecimento do custo de vida, era derivada da conjuntura internacional desfavorável, exigindo sacrifícios

¹⁹⁴ CHABROL, Arlette. Exilados falam a jornais da França com pessimismo. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVIII, n. 354, 01 abr. 1979. p. 4.

¹⁹⁵ ESTADOS LEMBRAM Revolução com desfiles e missas. *O Globo*, ano LV, n. 16.961, 31 mar. 1980. p. 2.

¹⁹⁶ PAÍS COMEMORARÁ Revolução amanhã. *O Estado de S. Paulo*, ano CI, n. 32.222, 30 mar. 1980. p. 2.

mútuos dos brasileiros. O encerramento do pronunciamento abordou o processo de abertura democrática, ressaltando que “o processo da Revolução não se encerra [...] agora, é natural, os métodos revolucionários estarão menos presentes”.¹⁹⁷

De maneira geral, a recepção do discurso presidencial foi negativa. Muitos editoriais de cunho opinativo criticaram as afirmações de Figueiredo, categorizando-as como autoritárias e militaristas. A esse respeito, é curioso notar que, a partir de 1980, as manifestações e textos de crítica ao regime começaram a se sobressair com relação às notícias sobre as comemorações do golpe, essas últimas ocupando cada vez menos espaço nas páginas da imprensa.¹⁹⁸ Essa mudança no espaço jornalístico está relacionada às transformações na própria dinâmica do regime ditatorial naquele contexto, pressionado pela ascensão dos movimentos sociais e, no plano institucional, pela revogação de parte do aparato autoritário, promulgação da Lei de Anistia¹⁹⁹ e a promoção da reforma que estabelecia o pluripartidarismo.

Diante desse cenário relativamente desfavorável ao governo militar, os discursos comemorativos de autoridades (sobretudo, militares), empenharam-se em defender a “Revolução” e responder aos seus críticos. É visível a preocupação dos chefes das Forças Armadas em historicizar os antecedentes do golpe, sobretudo entre as camadas mais jovens da população, para que o chamado “tempo do caos” não fosse esquecido. As principais críticas se voltavam para o que os discursos nomeavam como interpretações “maniqueístas”, “inversões hipócritas”, “ou seja, dizer que os que fizeram a revolução são maus e os que foram punidos são bons”.²⁰⁰ A intenção dos supostos “revanchistas” e “maus brasileiros” seria desmoralizar o governo, transformando em “heróis e mártires os agitadores, os terroristas, os assaltantes e os assassinos, numa afronta infame à memória dos bravos compatriotas que sacrificaram suas

¹⁹⁷ FIGUEIREDO, João Baptista. *Discurso à nação pela passagem do 16º aniversário da Revolução*. Brasília, 1980. p. 40-43.

¹⁹⁸ O jornal *Folha de S. Paulo* se destacou nesse contexto, publicando diversos editoriais e textos opinativos, que refletiram criticamente sobre o pronunciamento do presidente militar. Somente no jornal *O Globo* predominou textos de apoio. Ver, por exemplo: O DISCURSO do presidente. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.627, 02 abr. 1980. p. 2; C.C. Abertura democrática agora é condicionada. *O Estado de S. Paulo*, ano CI, n. 32.223, 01 abr. 1980. p. 3.

¹⁹⁹ A Lei de Anistia foi promulgada em 28 de agosto de 1979, concedendo anistia aos crimes políticos e “conexos” que ocorreram entre os anos de 1961 e 1979. A legislação foi elaborada sob intensa disputa entre as forças políticas ditatoriais, que almejavam blindar os agentes repressivos de possíveis culpabilizações, e os grupos de defesa dos direitos humanos e familiares de presos políticos, que reconheciam o caráter criminoso das ações perpetradas pelos agentes estatais e reivindicavam investigações nesse sentido. Desde esse período, as entidades pró-anistia denunciaram a utilização da expressão “crimes conexos” efetuada pela ditadura, que se apropriou da mesma para escamotear o componente de reciprocidade da anistia, espécie de autoanistia, e que garantiu a impunidade aos torturadores. Na atualidade, a Lei de Anistia ainda representa um entrave para a justiça de transição, dificultando sobremaneira a abertura de processos judiciais contra os civis e militares que atuaram na repressão e perseguição dos opositores da ditadura. RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 172-185.

²⁰⁰ PASSARINHO NÃO admite maniqueísmo. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.626, 01 abr. 1980. p. 5.

vidas no cumprimento sagrado do dever”, para favorecer a infiltração “comunista” no país e restabelecer o estado de coisas semelhante ao vivenciado no contexto anterior ao golpe de 1964.²⁰¹ Portanto, fica nítido que em 1980 os discursos comemorativos estavam mais preocupados em responder às críticas e denúncias sobre o autoritarismo e as violações de direitos humanos praticadas pela ditadura. Sua ação reativa demonstra a insatisfação de determinados setores militares com o processo de abertura política, mas também, a gradual perda de prestígio dos governos autoritários perante a opinião pública.

Outro fator contribuiu para o desgaste político do governo no transcorrer das comemorações do 16º aniversário e nos seguintes: os atentados promovidos pela extrema-direita.²⁰² Dias antes do 31 de março, bombas foram lançadas na sede da Convergência Socialista e no jornal *Hora do Povo*, no Rio de Janeiro, causando grande apreensão. Contudo, o evento de maior impacto foi protagonizado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. As bancadas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) rejeitaram requerimento do Partido Democrático Social (PDS) para homenagem ao 31 de março e, concomitantemente, aprovaram transformar o expediente em momento de homenagem às vítimas da violência implantada no pós-1964. A sessão solene, realizada em 1º de abril, foi alvo de um ataque a bombas de pó tóxico, muito provavelmente gás mostarda.²⁰³ O suspeito de lançar os projéteis foi um estudante da Escola de Polícia, ex-soldado da Aeronáutica e filho de um sargento aposentado. O jovem foi inicialmente detido e depois liberado pela Secretaria de Segurança Pública, que impossibilitou efetuar a prisão em flagrante por suposta ausência de provas que o incriminassem, o que causou muita indignação entre os parlamentares da oposição e estranheza nos meios de comunicação.²⁰⁴ Paralelamente, agentes militares ligados ao governo ironizaram o caráter dos recentes atentados, afirmando que não sabiam se eram de direita, centro ou esquerda, e que tampouco perturbariam o processo de abertura democrática.²⁰⁵

²⁰¹ EXÉRCITO. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIX, n. 354, 31 mar. 1980. p. 2.

²⁰² Essas ações terroristas começaram a ocorrer em meados de 1970, como reação contrária ao projeto de distensão política, intensificando-se durante o início da década de 1980. Os grupos extremistas possuíam diversas interseções com membros do aparato repressivo, uma vez que muitos de seus integrantes eram agentes dos órgãos de informação e segurança. Dentre as motivações para a deflagração dos ataques, constavam interesses de natureza corporativa, como o medo da possível culpabilização dos agentes envolvidos nas ações repressivas e a perda de privilégios, assim como, razões ideológicas de teor anticomunista, ligadas ao pressuposto de que a condução do processo de abertura facilitaria a “infiltração subversiva” no Brasil. FARIAS, José Airton de. A extrema-direita explosiva: anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 28, n. 2, p. 351-375, 2022.

²⁰³ GÁS tumultua sessão da assembleia gaúcha. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.627, 02 abr. 1980. p. 5.

²⁰⁴ POLÍCIA GAÚCHA solta o suspeito de atentado e impede flagrante. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIX, n. 357, 03 abr. 1980. p. 4. Não foi possível localizar o desfecho das denúncias contra o estudante.

²⁰⁵ MAIS DE MIL pessoas assistem a missa na Candelária. *O Globo*, ano LV, n. 16.962, 01 abr. 1980. p. 6.

Entre 1980 e 1981 os ataques se intensificaram mais ainda. Em março de 1981, a explosão de bombas na sede da *Tribuna da Imprensa*, que causou a destruição quase que completa do local, estimulou os meios de comunicação a refletirem sobre a possibilidade de as ações de terrorismo retardarem o processo de abertura política. Novamente as autoridades militares tentaram amenizar o impacto das ações promovidas pela extrema-direita, afirmando que “apenas os radicais fazem essa indagação repetitiva. Todos estamos vendo que a abertura política e seu ritmo independem dos atentados”.²⁰⁶ Ao ser indagado sobre a repercussão do ataque ao jornal carioca, o comandante do I Exército, general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, ironizou respondendo que “o governo está determinado a implantar uma democracia ideal e não vai desistir por causa de simples bombinhas que estourem aqui ou ali”.²⁰⁷ O clima de apreensão impactou o cotidiano da Assembleia Legislativa gaúcha, que mesmo sem sessão especial comemorativa ao 17º aniversário do golpe, foi colocada sob policiamento intenso em sua área interna e externa, no intuito de evitar ataques como o experienciado no ano anterior.²⁰⁸

A esse respeito, é bastante sintomático que os militares buscassem, por um lado, atenuar os ataques perpetrados por grupos que apoiavam o regime ditatorial e, por outro, investir amplamente em homenagens às chamadas vítimas da “subversão”. Por extensão, em 1981 os pronunciamentos comemorativos fizeram alusão ao suposto “gesto magnânimo” do presidente Figueiredo em “perdoar os inimigos de ontem – muitos dos quais seriam incapazes de incluir o próprio perdão em seus ideários”²⁰⁹, em clara referência ao retorno de exilados e presos políticos por meio da Lei de Anistia. A tônica dos discursos demarcava uma espécie de advertência aos anistiados, demonstrando certo ressentimento sobre o fato de que os beneficiados pela legislação não demonstravam sinais de arrependimento, muito contrariamente, estariam envolvidos em “campanha de descrédito” à “Revolução”. Além disso, para essas autoridades a Lei de Anistia representaria um perdão visando a conciliação nacional, o que não acarretava o esquecimento dos “males que causaram e os crimes que cometeram contra pessoas, instituições e a própria Pátria”.²¹⁰

Um caso curioso e que gerou bastante controvérsia envolveu a Ordem do Dia baixada pelo Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos. Na parte final do documento, o brigadeiro fez uma citação de trecho da música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, que se tornou uma das canções-símbolo da oposição contra a ditadura na

²⁰⁶ ABERTURA INDEPENDENTE de atentados, diz Délio. *Folha de S. Paulo*, ano LXI, n. 18.992, 02 abr. 1981. p. 5.

²⁰⁷ AS COMEMORAÇÕES nos Estados. *O Globo*, ano LVI, n. 17.323, 01 abr. 1981. p. 4.

²⁰⁸ NO RIO, missa e desfile de tropas. *O Estado de S. Paulo*, ano CII, n. 32.530, 31 mar. 1981. p. 5.

²⁰⁹ MARINHA. *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 353, 31 mar. 1981. p. 4.

²¹⁰ AS COMEMORAÇÕES nos Estados. *O Globo*, ano LVI, n. 17.323, 01 abr. 1981. p. 4.

década de 1960.²¹¹ Segundo fontes ligadas ao ministro, a menção foi realizada visando expressar o caráter “inquestionável” do regime, por meio de metáfora que utilizava as “armas dos adversários”.²¹² A referência musical do brigadeiro em sua Ordem do Dia resultou na publicação de diversos textos críticos, que consideravam tal apropriação uma espécie de afronta ao processo de redemocratização.²¹³

De maneira geral, em 1981 as comemorações alusivas ao 31 de março foram bastante discretas e os registros na imprensa ficaram mais escassos. As maiores solenidades foram de cunho religioso, com destaque para a missa realizada na Igreja da Candelária, que contou com a presença de mil e quinhentas pessoas, e a missa em ação de graças na Catedral de Brasília, com participação de Figueiredo e outras autoridades políticas civis e militares. Embora a LDN e o governo do Distrito Federal tenham expedido convite para a população comparecer à cerimônia, os planos parecem ter sido frustrados, pois a imprensa destacou a predominância de militares no evento.²¹⁴ O presidente limitou sua participação ao comparecimento à missa e não realizou pronunciamento comemorativo. Essa questão chamou atenção de alguns colunistas na imprensa, que associaram a pouca expressividade das festividades com o clima de “inquietações” que permeava o governo militar.²¹⁵

Essas inquietações estavam diretamente associadas ao contexto de crise econômica e política instalada no país, ocasionando o crescimento progressivo de uma atmosfera de descontentamento entre diversos setores sociais, notadamente a imprensa e o empresariado, influenciados pela ascensão de uma agenda neoliberal.²¹⁶ A marca histórica nas taxas de inflação, o aumento do custo de vida, do desemprego e da dívida externa foram temas amplamente abordados pelos textos de crítica ao regime. As principais acusações giravam em torno do fracasso do governo em solucionar as problemáticas nacionais, fazendo em muitas ocasiões paralelos entre 1964 e 1981, para demonstrar que o contexto de ambos os anos era

²¹¹ O trecho afirma o seguinte: “Nesta ordem do dia, alusiva ao 17º Aniversário da Revolução de 31 de março, possam os companheiros, diante deste quadro histórico, valorar, ainda mais, a unidade e coerência dos militares brasileiros, ‘pois, quem sabe faz a hora, não espera acontecer’”. AERONÁUTICA. *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 353, 31 mar. 1981. p. 4.

²¹² ABERTURA INDEPENDENTE de atentados. *Folha de S. Paulo*, ano LXI, n. 18.992, 02 abr. 1981. p. 5.

²¹³ Ver, por exemplo: FREITAS, Jânio. Ordem do dia. *Folha de S. Paulo*, ano LXI, n. 18.991, 01 abr. 1981. p. 2; PARANAGUÁ, Evandro. Tempos de esfinges. *O Estado de S. Paulo*, ano CII, n. 32.531, 01 abr. 1981. p. 2.

²¹⁴ LANCE-LIVRE. *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 349, 27 de mar. 1981. p. 6; PIRES: Revolução busca a democracia. *O Estado de S. Paulo*, ano CII, n. 32.530, 31 mar. 1981. p. 5.

²¹⁵ STUMPF, André Gustavo. Discrição deverá assinalar os festejos governamentais. *Folha de S. Paulo*, ano LXI, n. 18.990, 31 mar. 1981. p. 5.

²¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 282.

semelhante.²¹⁷ A partir desse ano, as charges de caráter crítico também se tornaram predominantes nas páginas da imprensa.

Em 1982, nas comemorações do 18º aniversário, o cenário desfavorável à ditadura também impactou as programações festivas do 31 de março, que se tornavam cada vez menores e mais restritas às Forças Armadas. A atrofia das solenidades gerou até mesmo o reconhecimento, por parte das próprias autoridades militares, do caráter “simples e austero” das cerimônias.²¹⁸ Novamente, os maiores eventos foram as missas em ação de graças e em homenagem às vítimas da “subversão” que, embora se estendessem à população, foram marcadas pela presença de soldados em sua quase totalidade.²¹⁹

O envolvimento de civis nas comemorações foi significativamente reduzido e o impacto público quase negativo. Muitos políticos da oposição aproveitaram o caráter diminuto das solenidades para criticar o governo, como foi o caso do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, que afirmou que os representantes do governo “não estão querendo comemorar. Eles estão querendo esquecer, mas o povo não esquece o que fizeram contra ele”.²²⁰ Mais curioso ainda é observar as manifestações de descontentamento que foram enviadas por leitores aos jornais da grande imprensa. Esses sujeitos aproveitaram-se da ocasião festiva para exprimir posicionamentos críticos ao governo, sobretudo, relacionados ao tolhimento de certas liberdades e ao custo de vida, que estava “se tornando insustentável sem que surjam providências saneadoras do comando supremo”.²²¹ Um comentário mais contundente sugeriu transformar o 31 de março em “Dia da Decepção” ao invés de data comemorativa, pois “esperávamos que fosse um dia resplandecente de esperanças e realizações, porém até hoje só temos provado amargas decepções”.²²²

Diante desse cenário desfavorável politicamente, os discursos comemorativos alusivos ao 18º aniversário podem ser caracterizados mais como de natureza reativa do que propositiva. A maior parte dos pronunciamentos, incluindo a mensagem do presidente Figueiredo,

²¹⁷ PARA EMEDEBISTA, país vive a situação de 1964. *O Estado de S. Paulo*, ano CII, n. 32.530, 31 mar. 1981. p. 5; PRESIDENTE E 17 ministros assistem à missa da Revolução. *O Globo*, ano LVI, n. 17.323, 01 abr. 1981. p. 4.

²¹⁸ EXÉRCITO: PROCESSO democrático não será retardado. *O Globo*, ano LVII, n. 17.683, 31 mar. 1982. p. 6.

²¹⁹ EM BRASÍLIA, missa e discursos no Congresso. *O Estado de S. Paulo*, ano CIII, n. 32.839, 01 abr. 1982. p. 6.

²²⁰ AS ORDENS DO DIA contêm advertências a políticos. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.355, mar. 1982. p. 6. O líder do Partido dos Trabalhadores (PT) também fez críticas bastante contundentes ao regime, afirmando que as comemorações do 31 de março deveriam ser encaradas como “os enterros das pessoas a quem não queremos, porque essa Revolução não nasceu. Ela foi um aborto do processo brasileiro e, como aborto, deverá ser repudiada por nós”. Cf.: LÍDER do PT critica as Forças Armadas. *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 354, 01 abr. 1982. p. 4.

²²¹ PEREIRA, Ismar de M. Realismo. *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 357, 04 abr. 1982. p. 10.

²²² AMARAL, Alice de Souza. Dia da decepção. *O Estado de S. Paulo*, ano CIII, n. 32.838, 31 mar. 1982. p. 2.

realizaram ataques abertos aos setores oposicionistas, sob o pretexto de que esses estariam tentando deformar os fatos históricos relacionados a 1964, para difamar a imagem da “Revolução”, implantando “a dúvida, o pessimismo, o descontentamento, a perspectiva do caos”.²²³ Os meios de comunicação foram unânimes na afirmação de que as mensagens congratulatórias se tratavam de advertências, concepção que foi corroborada por determinadas autoridades militares, que alertaram em entrevistas que “as Forças Armadas são em si, uma advertência”.²²⁴

O ideal de “salvaguarda” da democracia também foi amplamente abordado pelas falas de autoridades políticas civis e militares. Muitas vezes, os pronunciamentos buscavam conciliar retóricas antagônicas, ora afirmando que o país já se encontrava em um pleno regime democrático, ora afirmando que o objetivo final da “Revolução” era implantar a democracia no Brasil. Em seu discurso comemorativo, que foi transmitido por cadeia nacional de rádio e televisão, Figueiredo reiterou seu compromisso com a democracia “autenticamente brasileira”, diferente da “democracia de certos dirigentes oposicionistas”, que não seria “a democracia do diálogo, da moderação e da tolerância. É, pelo contrário, a democracia da agressão e da incontinência”, pautada no que definiu como “aspereza verbal, na deformação dos fatos, na omissão do respeito devido, por todos os títulos, ao Chefe de Estado.”²²⁵ Interessante observar que as críticas realizadas pelo presidente tinham certo caráter pessoal, na medida em que não se direcionavam somente à atuação dos grupos de oposição, mas também ao que considerava desrespeito a si próprio, na condição de presidente da República.

Na imprensa predominaram editoriais e textos opinativos dedicados a formular balanços críticos do governo, destacando pontos positivos da administração “revolucionária”, mas também reconhecendo a necessidade de um ponto final. A esse respeito, é curioso observar que muitas dessas narrativas recuperaram uma fala de Milton Campos, ex-Ministro da Justiça no governo de Castello Branco. Em sua carta de demissão, oficializada em 1965, o político afirmou ser necessário “distinguir entre a Revolução e seu processo. A Revolução há de ser permanente como ideia e inspiração [...] O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social”.²²⁶ Outro texto que impactou de maneira significativa a opinião pública foi o depoimento

²²³ EXÉRCITO: PROCESSO democrático não será retardado. *O Globo*, ano LVII, n. 17.683, 31 mar. 1982. p. 6.

²²⁴ COMANDANTE VÊ subversão contida. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.356, 01 abr. 1982. p. 7.

²²⁵ FIGUEIREDO, João Baptista. *Discurso à nação brasileira por ocasião do 18º aniversário da Revolução*. Brasília, 1982. p. 92.

²²⁶ A REVOLUÇÃO E A DEMOCRACIA. *O Estado de S. Paulo*, ano CIII, n. 32.839, 01 abr. 1982. p. 3. Menções ao mesmo trecho foram feitas em: R.L. As duas faces. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.357, 02 abr. 1982. p. 2.

concedido por Darcy Ribeiro ao jornal *Folha de S. Paulo*. O testemunho do ex-Ministro Chefe da Casa Civil de João Goulart, a respeito do golpe de 1964, denunciou a atuação das direitas na conspiração que depôs o presidente em exercício e falou abertamente em golpe militar.²²⁷ Como veremos a seguir, aos poucos as referências à chamada “Revolução” passaram a ser substituídas pelo termo “Movimento de 1964” e, no limite, pela expressão “golpe” propriamente.

O ano de 1983 foi significativo para compreender o processo de extinção das comemorações públicas do golpe de 1964 durante a ditadura. A imprensa divulgou amplamente a recomendação do comando das Forças Armadas de que as solenidades alusivas ao 19º aniversário fossem restritas ao meio militar.²²⁸ As programações festivas realizadas naquele ano representaram o distanciamento com o meio civil, na medida em que sequer os governadores de Estado foram convidados para integrar as cerimônias. O caso de maior repercussão nesse sentido foi a ausência do governador de São Paulo, Franco Montoro (PMDB), nas solenidades organizadas pelo II Exército. O comandante da área, general Sérgio de Ary Pires, justificou o acontecimento alegando que “personalidades e políticos que não reconhecem ou não reconheceram em suas campanhas eleitorais a validade da Revolução não poderiam ter sido convidados para as comemorações [...] por uma questão de lógica e coerência”.²²⁹ O general utilizou o caráter supostamente “apartidário” das Forças Armadas para justificar a ausência de autoridades políticas da oposição na solenidade, embora seja curioso observar que essa mesma questão não foi impeditiva nos anos anteriores, em que membros da extinta Arena e do PDS (ambos partidos favoráveis ao governo militar) foram convidados a comparecer nos festejos.²³⁰

Em Brasília não foram realizadas programações festivas e o presidente Figueiredo não compareceu a nenhuma cerimônia e tampouco realizou pronunciamento comemorativo, permanecendo recluso em uma de suas propriedades no Rio de Janeiro, para passar o feriado da Sexta-Feira Santa – que caiu, justamente, no 31 de março – junto aos familiares. Os ministros militares também não participaram de eventos, o que demonstra o significativo esvaziamento de festividades organizadas pelo governo federal.²³¹

²²⁷ RIBEIRO, Darcy. 1964: um testemunho. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.354, 30 mar. 1982. p. 3.

²²⁸ A FESTA SIMPLES do 31 de março. *O Globo*, ano LVIII, n. 18.044, 31 mar. 1983. p. 1; COMEMORAÇÃO DE 64 fica circunscrita aos quartéis. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.720, 31 mar. 1983. p. 6.

²²⁹ SÉRGIO não convida adversários de 1964. *O Estado de S. Paulo*, ano CIV, n. 33.148, 31 mar. 1983. p. 5.

²³⁰ Dois casos constituíram exceções: “em Porto Alegre, onde o comandante do III Exército, general Henrique Beckmann Filho, não apenas convidou, mas foi buscar pessoalmente no Palácio Piratini o governador Jair Soares; e em Santa Catarina, onde a solenidade militar foi assistida pelo governador Esperidião Amin”. NOS FESTEJOS DE 64, dois governadores. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.720, 31 mar. 1983. p. 1.

²³¹ NÃO FALARÁ. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.719, 30 mar. 1983. p. 3; WALTER Pires reafirma o compromisso com a democracia. *Jornal do Brasil*, ano XCII, n. 352, 30 mar. 1983. p. 4.

A partir desses indícios, defendo que 1983 marcou o fim das comemorações em um sentido amplo. A partir desse ano, as solenidades de caráter estritamente militar estiveram circunscritas a rituais de rememoração, marcados por um tempo de duração curto e cujos vínculos de memória e sociabilidade associavam-se às incumbências profissionais da carreira castrense. O envolvimento praticamente inexistente de civis nas cerimônias demonstra que, no 19º aniversário do golpe, o impacto público das comemorações era muito pequeno e não representava benefícios ao governo ditatorial. Alguns elementos contribuíram sobremaneira para o enfraquecimento das solenidades em 1983, desde questões mais simples, como a coincidência entre o 31 de março e um feriado religioso, até problemáticas de maior amplitude, a saber: a gradual perda de apoio social ao regime, em razão do contexto de crise econômica e a pressão popular em torno do retorno à democracia; e as eleições parlamentares de 1982, com a vitória de políticos da oposição em estados estratégicos.

Os próprios discursos comemorativos, cientes da situação desfavorável ao governo, davam claros indícios de reconhecimento do fim das comemorações públicas. A tônica dos pronunciamentos foi o retorno dos militares aos quartéis.²³² O desgaste político da corporação é bastante evidente, como pode ser demonstrado em entrevista concedida pelo Ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, que defendia o retorno de civis ao poder, pois os militares estariam cansados de serem “considerados culpados por tudo que de ruim acontece no País”.²³³ Predominaram falas semelhantes às de 1982, com ênfase para o ideal de “salvaguarda” da democracia e do papel de vigilância desempenhado pelas Forças Armadas.

Em razão do feriado, o Congresso e o Senado se abstiveram sequer de mencionar a passagem do 19º aniversário. Nas Assembleias Legislativas de Goiás e do Rio de Janeiro, os pronunciamentos comemorativos do PDS foram ofuscados por testemunhos de parlamentares que haviam sido vítimas do regime autoritário, com ênfase para a primeira denúncia de tortura em primeira pessoa, realizada pelo deputado Aldo Arantes (PMDB).²³⁴ As disputas de memória se adensavam e a balança se mostrava favorável aos opositores do regime, sendo mais nítida em 1983 a narrativa que contrapunha governo ditatorial e sociedade civil, e que modelou o que posteriormente a historiografia chamaria de mito da “sociedade resistente”.²³⁵

²³² GENERAL SÉRGIO Pires diz que Forças Armadas estão vigilantes. *O Globo*, ano LVIII, n. 18.044, 31 mar. 1983. p. 4; A ORDEM do dia do Exército. *Jornal do Brasil*, ano XCII, n. 352, 30 mar. 1983. p. 4. Na mesma página, ver as Ordens do Dia da Marinha e da Aeronáutica.

²³³ ESTÁ na hora. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.719, 30 mar. 1983. p. 3.

²³⁴ DEPUTADO DIZ que foi torturado e pede fim da LSN. *Jornal do Brasil*, ano XCII, n. 348, 26 mar. 1983. p. 2.

²³⁵ O mito da “sociedade resistente” está atrelado ao processo de consolidação de uma memória hegemônica sobre a ditadura militar brasileira, baseada em uma visão liberal-conservadora e que se apropriou de determinadas retóricas da esquerda. Sobre tudo a partir de 1979 os setores liberais da sociedade brasileira, que passaram a criticar de forma mais contundente o autoritarismo vigente na ditadura, aderiram à utilização da categoria de resistência

Nos discursos da imprensa, é evidente que o 31 de março deixou de ser considerado uma data cívica comemorativa.²³⁶ A maior parte dos textos opinativos, editoriais e até mesmo cartas de leitores²³⁷ revelam o clima de descontentamento generalizado, marcados por um posicionamento crítico à manutenção do regime militar. Em 1983 também se registrou um maior questionamento acerca do emprego do termo “Revolução” para referir-se ao fenômeno de deposição do presidente João Goulart.²³⁸ Embora em alguns artigos de jornais ainda constasse a nomenclatura, é perceptível que os meios de comunicação passaram a utilizá-la com maior parcimônia, preferindo o termo “Movimento de 1964”.

Em 1984 o clima festivo foi praticamente inexistente e as solenidades em homenagem ao 31 de março minguaram e permaneceram restritas aos círculos militares. Alguns textos publicados na grande imprensa ironizaram esse fato, afirmando que as comemorações dos 20 anos do regime assemelhavam-se mais a um funeral do que um aniversário. A decretação da morte da “Revolução” foi uma das tônicas que embalou as rememorações.²³⁹

Os indícios presentes nos jornais demonstram um clima bastante desfavorável aos militares e o desgaste sofrido pelo regime ditatorial. Na ocasião do 20º aniversário foi notável o número de cartas de leitores publicizadas em tom de reprovação ao governo, enfatizando os legados autoritários do período, descrito como o “mais nefasto de nossa vida político

para aglutinar as identidades políticas múltiplas que se encontravam na arena pública reivindicando o reestabelecimento da democracia. Essas apropriações permitiram que os liberais, além de ocultarem sua participação ativa no golpe de 1964 e manutenção do regime autoritário, se colocassem no patamar de uma “resistência democrática” à ditadura. Nesse contexto, o mito da sociedade resistente foi interpretado como símbolo de antítese ao autoritarismo em voga, consagrando a visão de uma “sociedade vítima, mas resistente e digna”, concepção que passou a ser compartilhada tanto por liberais quanto por setores da esquerda, especialmente vinculados ao PCB. Juntamente a esse processo, constava a supervalorização da resistência civil em contraposição às ações promovidas pela luta armada, lidas como “delírios” de uma juventude idealizadora. Com isso, consagrou-se a concepção da resistência civil como o “verdadeiro caminho” que possibilitou o fim da ditadura. NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, nov. 2015.

²³⁶ A esse respeito, vale registrar uma sátira publicada pela *Folha de S. Paulo*, envolvendo uma dúvida do presidente da Caixa Econômica de São Paulo, em torno da necessidade ou não de hastear as bandeiras nacional e estadual no dia 31 de março. Além disso, *O Globo* também publicou comentário do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT-RJ), sobre a data. O político afirmou não notar nenhuma diferença entre o 31 de março e os outros dias do ano e que “todas as datas muito comemoradas numa época se vão esmaecendo com o tempo, a não ser aquelas como a da Independência e da Proclamação da República, que se incorporaram definitivamente aos nossos valores”. DÚVIDA cívica. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.722, 02 mar. 1983. p. 3; 31 DE MARÇO, um dia igual a todos. *O Globo*, ano LVIII, n. 18.045, 01 abr. 1983. p. 3.

²³⁷ Chama atenção o conjunto de três cartas de leitores publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, todas em tom crítico ao regime. 19 ANOS depois... *O Estado de S. Paulo*, ano CIV, n. 33.148, 31 mar. 1983. p. 2.

²³⁸ Ver, por exemplo: FIGUEIREDO, Wilson. Réquiem em tom menor. *Jornal do Brasil*, ano XCII, n. 356, 03 abr. 1983. p. 11. Até mesmo políticos ligados à direita mudaram a forma como nomeavam o 31 de março de 1964. Jarbas Passarinho, coronel aposentado que ocupou cargos muito importantes da administração pública na ditadura e político pela Arena, passou a optar pelo termo “contrarrevolução”. 31 DE MARÇO: A EXPANSÃO, a crise e a saída. 19 anos de modernização veloz e capitalismo. *O Globo*, ano LVIII, n. 18.044, 31 mar. 1983. p. 8.

²³⁹ LOPES, Ruy. Só fantasias e lendas mantêm vivo o movimento. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.080, 25 mar. 1984. p. 4; LISBOA, Luiz Carlos. Vinte anos depois, uma sensação de desperdício. *O Estado de S. Paulo*, ano CV, n. 33.459, 31 mar. 1984. p. 2.

administrativa”.²⁴⁰ Adicionalmente, o que mais chamou atenção foi a publicação de uma pesquisa de opinião produzida pela *Folha de S. Paulo* (Figura 6) em algumas capitais nacionais, dedicada a investigar os níveis de popularidade do governo militar, passados 20 anos de seu estabelecimento.

Figura 6. Pesquisa Folha de opinião

Há 20 anos, no dia 31 de março de 1964, os militares alcançaram o poder no Brasil. Na sua opinião, isto, para o país foi: (Resultados nas 6 Capitais)							
categorias	São Paulo %	Rio de Janeiro %	Salvador %	Belo Horizonte %	Curitiba %	Porto Alegre %	Média Ponderada
(De maneira geral) BOM	10,4	11,0	23,0	11,2	7,7	4,0	10,8
(De maneira geral) RUIM	35,9	41,0	16,3	32,2	36,8	48,0	36,8
Bom no início e depois foi desvirtuado	24,4	27,8	26,7	26,8	30,8	39,3	26,9
Ruim no começo e depois melhorou	3,0	5,5	6,7	5,0	4,7	0,7	4,1
Não sabe	26,3	14,7	27,3	24,8	20,0	8,0	21,4
Número de entrevistas	(999)	(600)	(300)	(400)	(400)	(300)	100,0 (2.999)
A maioria dos entrevistados (36,8%) acha que os 20 anos de ciclo político-militar foi ruim para o País							
Na sua opinião, este evento político desencadeado em 1964: (Resultados nas 6 capitais)							
categorias	São Paulo %	Rio de Janeiro %	Salvador %	Belo Horizonte %	Curitiba %	Porto Alegre %	Média Ponderada
Já terminou seu ciclo	13,1	18,8	7,0	11,2	27,8	11,7	15,2
Permanece com a mesma força do início	13,4	19,0	26,7	12,8	14,2	7,0	15,4
Está em fase de extinção	45,5	45,8	29,0	43,0	38,3	70,7	45,3
Não Sabe	28,0	16,4	37,3	33,0	19,7	10,6	24,1
Número de Entrevistas	(999)	(600)	(300)	(400)	(400)	(300)	100,0 (2.999)
Apenas 15,1% acreditam que o Movimento continua com a mesma força do início, mas 24,1% não souberam opinar							

Fonte: 20 anos ruins que agora chegam ao fim, revela Pesquisa Folha. *Folha de S. Paulo*. ano LXIV, n. 20.087, 01 abr. 1984. p. 8.

Os resultados indicaram níveis maiores de desaprovação, pois mais de um terço dos entrevistados (36,8%) consideravam que o saldo do governo “revolucionário” era “de maneira geral, ruim”, ou no limite, que “no início era bom, mas depois foi desvirtuado” (26,9%). Somente 10,8% das pessoas ouvidas classificaram o período como “de maneira geral, positivo”. Paralelamente, cerca de 45,3% dos entrevistados acreditavam que o regime estava em fase de

²⁴⁰ SILVA, Jairo Muniz da. 20 anos depois. *O Estado de S. Paulo*, ano CV, n. 33.459, 31 mar. 1984. p. 2. No jornal *Folha de S. Paulo* também foram publicadas diversas cartas de leitores entre os dias 25 de março e 04 de abril de 1984.

esgotamento. Contudo, cabe frisar também que uma média considerável de pessoas não soube opinar sobre as questões apresentadas.

Acompanhando uma tendência já ensaiada em 1983, as comemorações do 20º aniversário foram marcadas pelo maior questionamento à utilização do termo “Revolução” e ao próprio ideal de “salvaguarda” da democracia, empregado ostensivamente pelos militares desde 1964. Para além dos textos marcadamente críticos ao regime, que utilizavam os termos “golpe” e “ditadura” para referir-se ao mesmo, editoriais jornalísticos publicados pelo *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo* se dedicaram a discutir quais os conceitos seriam mais adequados para definir 1964. Enquanto o periódico carioca sugeriu a utilização do termo “contrarrevolução”, o diário paulistano foi mais audacioso, ao afirmar que “em verdade, apesar do batismo oficial de Revolução, o movimento não realizou uma obra digna desse conceito”, destacando ainda o desvirtuamento dos ideais democráticos do 31 de março.²⁴¹ De maneira geral, foi possível perceber que entre 1983 e 1984 a imprensa passou a aderir de forma mais contundente ao termo “Movimento de 1964”, sobretudo a *Folha de S. Paulo*. Contudo, ainda não existia unanimidade quanto a utilização dessa nomenclatura, que coexistia com outras – “Revolução”, “Golpe” e “Ditadura” – dentro do espaço jornalístico. Portanto, caberia a realização de um estudo mais aprofundado e incluindo os anos posteriores ao final da ditadura para responder qual foi o exato momento em que os meios de comunicação passaram a utilizar a terminologia “golpe” para referir-se ao episódio de 1964. Segundo Mariana Joffily, a expressão teria se popularizado somente nos anos 2000, impulsionada pela publicação do trabalho do jornalista Élio Gaspari.²⁴²

Ainda a respeito desse debate, foi sintomático o fato de que o próprio Figueiredo, em seu discurso comemorativo, utilizou a expressão “Movimento de Março de 1964”. Foi a primeira vez, desde o estabelecimento da ditadura, que um presidente da República não falava em “Revolução”. O pronunciamento foi o único ato presidencial dentro das programações festivas, gravado no Palácio do Planalto e transmitido por cadeia nacional de rádio e televisão. O cerne da mensagem de Figueiredo consistia na defesa do ideal de “salvaguarda” da democracia e das liberdades pelo regime ditatorial, somada a uma advertência sobre a eleição presidencial, que estava com data prevista para ocorrer no final de 1984. O presidente militar

²⁴¹ CONFLITO a compor. *Jornal do Brasil*, ano XCIII, n. 355, 01 abr. 1984. p. 10; VINTE anos depois. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.086, 31 mar. 1984. p. 2.

²⁴² A autora afirma que a consolidação do termo ocorreu na conjuntura dos 40 anos do golpe de 1964 e que a publicação dos livros de Gaspari, entre os anos de 2002 e 2004, teria sido responsável por visibilizar a discussão na opinião pública, popularizando ainda a adoção do termo “ditadura” para substituir “regime militar”. JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 204-251, jan./mar. 2018. p. 229-231. Se confirmada tal hipótese, é interessante observar que a grande imprensa tenha passado a utilizar essas nomenclaturas (“golpe” e “ditadura”) após a divulgação de um extenso trabalho com autoria de um jornalista.

considerava que a eleição direta era “inoportuna no momento, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro”. Para ele, as eleições presidenciais deveriam ocorrer indiretamente, via Colégio Eleitoral, com a promessa de eleições diretas em um futuro indefinido, para eleger o sucessor de seu sucessor. Figueiredo encerrou seu pronunciamento afirmando que aquele não era o momento de difundir “argumentos ilusórios e oportunistas”, mas sim respeitar os processos políticos previstos na Constituição de 1967, a qual prometia revisão sem data prevista.²⁴³

O discurso presidencial conectava-se ao contexto histórico vivenciado naquele momento e pode ser lido como uma reação à campanha das Diretas Já²⁴⁴, cujas movimentações populares ocorreram desde o início de 1984, algumas delas registradas no próprio 31 de março.²⁴⁵ Em realidade, a maior parte dos discursos comemorativos alusivos aos 20 anos do golpe direcionaram suas principais mensagens para promover uma espécie de anti-campanha às eleições diretas. As autoridades militares criticaram o movimento de forma ostensiva, afirmando que a “agitação política” de 1984 assemelhava-se ao contexto de 1964, com a renovação de “clichês políticos” que vendiam “a imagem ilusória de que a promulgação imediata e passional de uma lei resolverá, num ápice, todos os problemas estruturais que a Nação luta para solucionar há várias gerações”.²⁴⁶ Esses pronunciamentos defendiam a ideia de mudanças gradualistas como tendência natural da “índole” do povo brasileiro, evitando radicalizações, pois “a democracia é uma tarefa sem fim, que é feita passo a passo, não com passos bruscos que traumatizam qualquer segmento da sociedade”.²⁴⁷ Portanto, pregavam a chamada “transição gradual” como fórmula ideal para conduzir o processo de sucessão presidencial.

As mensagens dos representantes das Forças Armadas e principalmente o discurso de Figueiredo tiveram uma recepção bastante negativa na opinião pública. Diversos parlamentares, ligados aos partidos de oposição reclamaram da postura do presidente em sentenciar que as eleições diretas não iriam acontecer naquele ano. Textos opinativos e editoriais caracterizaram

²⁴³ FIGUEIREDO, João Baptista. *Discurso à nação brasileira por ocasião do 20º aniversário da Revolução*. Brasília, 1984. p. 45-46.

²⁴⁴ A campanha das Diretas Já foi um movimento popular que angariou grandes contingentes em passeatas e atos públicos dedicados a reivindicar eleições diretas para presidência da República, pressionando a classe política em torno da aprovação da emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB). Conquistou apoio de diversos setores sociais, incluindo a imprensa e parlamentares da oposição, notadamente do Partido dos Trabalhadores (PT) e do próprio PMDB NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 307-308.

²⁴⁵ SEMANA das diretas. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.083, 28 mar. 1984. p. 5.

²⁴⁶ MINISTROS MILITARES LEMBRAM o 20º aniversário da Revolução. *O Globo*, ano LIX, n. 18.406, 31 mar. 1984. p. 6.

²⁴⁷ “HAVEREMOS de lutar a vida inteira”. *O Estado de S. Paulo*, ano CV, n. 33.460, 01 abr. 1984. p. 5.

o texto como autoritário e intervencionista, questionando também a vagueza de suas promessas.²⁴⁸ Também foi notável o número significativo de charges críticas que foram publicadas pelos jornais de grande circulação, satirizando tanto o discurso presidencial quanto a coincidência entre o 20º aniversário e a campanha em prol das eleições diretas. A esse exemplo, cabe destacar a caricatura de Angeli (Figura 7), em que três homens em traje de gala, representando o sentido estrito das comemorações do 31 de março em 1984, cantam “Parabéns para você” com um bolo de aniversário cujas velas simbolizavam os 20 anos do golpe. No terceiro quadrinho eles são surpreendidos por um grito com os dizeres “Diretas Já”. As velas se apagam e o bolo se desmonta. Ao final, um deles afirma: “vamos ter que começar tudo de novo”. A produção humorística ironizava a hipótese de uma possível radicalização dos setores militares com relação a campanha das diretas, que poderia acarretar retrocessos e o recrudescimento do regime.

Figura 7. Caricatura sobre o 20º aniversário do golpe e campanha Diretas Já



Fonte: Caricatura de ANGELI. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.087, 01 abr. 1984. p. 2.

²⁴⁸ Ver, por exemplo: RODRIGUES, Newton. Fala falsa. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.088, 02 abr. 1984. p. 2; REVISÃO da carta e diretas depois. E só. *O Estado de S. Paulo*, ano CV, n. 33.460, 01 abr. 1984. p. 1.

Especialmente em 1984 foi possível observar uma modificação no espaço jornalístico dedicado ao tema, pois se nos anos anteriores predominaram notícias relacionadas às programações festivas, o 20º aniversário foi marcado pela profusão de textos reflexivos em formato de cadernos e sessões especiais, folhetins, artigos e entrevistas. Os casos mais representativos foram o caderno especial “64/84: autoritarismo e mudança”, publicado pelo *Jornal do Brasil* em 1º de abril, e a série de reportagens da *Folha de S. Paulo* entre os dias 25 de março e 02 do mês seguinte. As historiadoras Alessandra Carvalho e Ludmila Catela também chamaram atenção para esse fenômeno, enfatizando os pedidos de eleições diretas nos textos veiculados pela imprensa.²⁴⁹

De maneira geral, prevaleceram balanços e avaliações críticas aos 20 anos de regime ditatorial, que apontavam principalmente a crise econômica aguda, o desemprego, endividamento externo e os casos de corrupção. A maior parte dos textos pontuou um saldo negativo, ressaltando os desvios que a chamada “Revolução” teve em relação ao “Movimento de 1964”. Todavia, embora muitos textos críticos tenham sido publicados pelos jornais da grande imprensa em 1984, parto da perspectiva de que estes não configuram uma quebra no pacto político firmado entre as classes dirigentes no contexto do golpe de 1964 e da ditadura. No último subcapítulo da dissertação irei aprofundar a análise nesse ponto específico, para defender que os jornais mantiveram uma relação de acomodação com a ditadura, oscilando entre momentos de apoio aberto e crítica moderada.

A descrição detalhada dos aniversários do golpe de 1964 demonstrou que as comemorações estiveram sujeitas a significativas oscilações, variando em razão dos diferentes contextos históricos. O caráter flutuante dos ritos e práticas remete à impossibilidade de traçar lógicas engessadas para um entendimento refinado sobre os festejos e sua recepção pública e política. Todavia, a análise das comemorações ano a ano ensejou a proposição de uma periodização dos aniversários do 31 de março durante a ditadura, definida a partir das principais características das comemorações e influenciadas pelas conjunturas temporais que elas acompanharam.

Retomando ainda algumas das discussões realizadas no primeiro capítulo da dissertação a respeito do 1º aniversário, identifiquei, entre os anos de 1965 e 1971, uma primeira fase de

²⁴⁹ CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elisabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madri: Siglo XXI Editores, 2002. p. 207.

festejos, em que foi notável a variação do impacto público. Se em ocasiões pontuais, como em 1965, 1969 e 1970 foram promovidas festas “memoráveis” e de grande envergadura, nos demais anos os eventos comemorativos foram marcados por uma baixa adesão popular. O início da década de 1970 representou o encerramento das solenidades de maior magnitude, com o encolhimento progressivo dos cerimoniais. Nesse contexto, a ditadura julgou desnecessário e até mesmo arriscado promover festas muito grandiosas, sobretudo porque considerava que os ganhos materiais e a euforia desenvolvimentista, possibilitados pelo milagre econômico, falavam por si só sobre a popularidade do governo.

A segunda fase dos festejos, entre 1972 e 1978, seguiu linhas mais discretas, evitando propor solenidades que chamassem muita atenção. Consequentemente, sem o patrocínio oficial do governo, as festas não atraíam público considerável. Em meados dos anos 1970, mediante condições internas e externas desfavoráveis, a ditadura militar precisou reinventar suas estratégias. Isso significou um maior investimento em práticas comemorativas diferentes, como no caso de performances militares, olimpíadas, exposições e programas televisivos. Nesse momento, a participação popular foi bastante limitada e as próprias programações festivas contribuíram para isso, pois os eventos organizados privilegiavam a presença de representantes das Forças Armadas, autoridades políticas e estudantes.

Finalmente, a terceira fase de comemorações (1979-1983) culminou na progressiva extinção das solenidades públicas. O contexto de distensão e abertura política afetou sobremaneira os aniversários do golpe, que em sua vigésima passagem já não constituía uma festa propriamente, apenas ritual rememorativo restrito ao ambiente da caserna. Especialmente em 1984 já não existia mais o que se comemorar e os textos de caráter crítico dominaram as páginas da imprensa. Em situações como essa, o impacto público foi quase que negativo e participação popular praticamente inexistente.

O direcionamento da perspectiva analítica para a recepção pública dos festejos do 31 de março deve levar em consideração o caráter complexo e multifacetado dos ritos e festas cívicas, apontando para a dificuldade em compreendê-los em sua totalidade, mediante a variedade de comportamentos possíveis e da dificuldade de “deciframento exato das reações pessoais e coletivas a curto e a longo prazo”.²⁵⁰ Como mencionado anteriormente, a participação dos indivíduos nas solenidades e festas memoráveis não significava, necessariamente, que os presentes nesses eventos encontravam-se lá para exprimir apoio aberto ao regime ditatorial. A

²⁵⁰ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 176; 206.

presença popular em *shows*, partidas de futebol e desfiles também estava condicionada a fatores de ordem individual, a qual não temos indícios suficientes para analisar nesse momento.

Outrossim, mesmo nos momentos em que o 31 de março foi pouco comemorado, os discursos possibilitaram identificar a permanência de alguns dos pilares do imaginário da “Revolução de 1964”. É evidente a centralidade ocupada pelo ideal de “salvação” da democracia e a crença na superioridade da corporação militar em relação aos líderes civis, que se manifestaram de forma particular em todos os anos de comemorações do golpe. A retórica anticomunista também foi constante nos discursos comemorativos, para respaldar a tese de suposta “infiltração” comunista no país e justificar a necessidade de vigilância constante. Além disso, os discursos apostavam na ideia de uma “democracia com responsabilidade”, que supostamente adaptava os postulados democráticos à realidade brasileira e considerava que a manutenção dos mecanismos repressivos era benéfica para preservação da ordem e da própria democracia.

CAPÍTULO 3

Rituais políticos, simbologias comemorativas e nacionalismo autoritário

Se no capítulo anterior o foco da análise residiu na descrição dos eventos e na dimensão discursiva das comemorações entre os anos de 1966 e 1984, esse capítulo está dedicado a debater os fundamentos ritualísticos dos festejos alusivos ao 31 de março, considerando a importância das práticas simbólicas como instrumentos de comunicação psicossocial e cultural no âmbito das liturgias, dos imaginários e das culturas políticas. Após abordarmos as transformações nos aniversários do golpe durante os quase 20 anos de comemorações institucionais, cabe agora questionar quais foram as principais simbologias mobilizadas pela ditadura nessas ocasiões. Isso não significa que defendo a possibilidade de uma divisão rígida entre componentes ideológicos e ritualísticos nas comemorações, o que incorreria o risco de produzir dicotomias, trata-se apenas de uma escolha metodológica e narrativa, com o intuito de destacar quais as principais práticas simbólicas que compunham o chamado imaginário da “Revolução de 1964”.

O domínio simbólico constitui um lugar estratégico para a formação e consolidação dos imaginários políticos, pois permite criar sistemas representacionais complexos, capazes de reforçar dispositivos visando “garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio”.¹ Essas estruturas de representação são formadas a partir da manipulação de determinados símbolos e ritos, que são articulados a aspectos da realidade para promover um deslocamento de sentido e unificar experiências individuais e coletivas. Na prática, as estruturas simbólicas permitem catalisar subjetividades e afetividades que o discurso por si só não é capaz, e nesse sentido constituem um importante elemento de mobilização no universo das festas cívicas e liturgias políticas.²

O interesse consiste em discutir a dimensão simbólica das programações festivas promovidas durante os aniversários do golpe de 1964 e apresentar alguns dos principais componentes que fizeram parte das iniciativas comemorativas ditatoriais. O capítulo inicia com a análise dos rituais perenes, ou seja, as práticas coletivas que se mantiveram presentes na integralidade das comemorações, a saber: as missas e inaugurações de obras públicas. Na sequência, buscarei explorar em detalhe as práticas cívico-patrióticas evocadas nas comemorações, com destaque para a criação de heróis e lugares de memória, a produção de

¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. (v. 5). p. 298-299; 312.

² RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 31.

artefatos visuais e a promoção de desfiles. O último subcapítulo está dedicado a discutir o apelo especial conferido pela ditadura à juventude nacionalista, mediante a utilização de simbologias geracionais e o papel exercido pelo ambiente escolar nas comemorações. A proposta foi pensar os aniversários do golpe em termos de estrutura ritualística e simbólica, visando compreender quais os principais ritos e símbolos utilizados nas programações festivas institucionais, atentando para a forma com a qual eles contribuíram para a monumentalização do 31 de março.

3.1 – Os rituais perenes: missas e inaugurações de obras públicas

No Brasil das décadas de 1960 a 1980, um país fortemente marcado por tradições religiosas, os rituais cristãos constituíam elementos muito importantes para a cultura histórica nacional. Por esse motivo, seria possível presumir que eventos como missas fossem amplamente mobilizadas nas comemorações do golpe de 1964, sendo uma constante durante todo o período da ditadura. Em verdade, as festas e liturgias políticas mantêm vínculos diretos com ritos religiosos, na medida em que ambas as práticas constituem manifestações sacralizantes do objeto ausente. Segundo Pierre Ansart, a religião é uma das modalidades possíveis de manifestação dos imaginários sociais e se distingue do mito político por marcar de forma mais acentuada uma diferenciação entre sagrado e profano, externalizada por meio de símbolos centralizados na imagem de Deus.³

No caso da ditadura militar brasileira, para além de práticas arraigadas em longa duração, a própria articulação golpista responsável pela deposição de João Goulart evocou diretamente as supostas “tradições cristãs” da sociedade brasileira para construir sua base de apoio e legitimação. O repertório simbólico e discursivo mobilizado pelos grupos de direita encontrava-se marcado pelo forte viés anticomunista de base cristã e católica, que se aliava à “construção de um argumento segundo o qual os objetivos da grande frente vitoriosa de 1964 transcendiam o espaço mundano e mesquinho da política”.⁴

Com efeito, o catolicismo constituiu uma das principais matrizes ideológicas do imaginário anticomunista no Brasil desde os anos 1930. A partir do início do século XX, a Igreja Católica investiu em campanha sistemática contra o comunismo, sob a justificativa de ameaça aos postulados religiosos e à unidade familiar tradicional. Nesse contexto, “estabeleceu-se uma percepção maniqueísta da realidade, segundo a qual o mundo estaria vivendo uma luta

³ ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 31; 44.

⁴ CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1-19, 2021. p. 10.

irreconciliável entre duas forças opostas, bem e mal, Cristo versus Anticristo, Roma versus Moscou”.⁵ Por extensão, durante a ditadura militar brasileira as referências religiosas, sobretudo católicas, foram amplamente utilizadas para sustentar simbolicamente o imaginário atrelado ao golpe de 1964.⁶

Como vimos anteriormente, as missas em homenagem ao 31 de março foram promovidas desde o 1º aniversário, estendendo-se até o período de declínio da ditadura, no início dos anos 1980. Embora também tenham sido realizados eventos evangélicos e até mesmo cultos ecumênicos, os rituais sacros eram em sua maioria de origem católica, o que levou a direcionar o olhar para essas práticas de forma específica. As principais características desses rituais religiosos permitiram distingui-los em duas tipologias: as missas em ação de graças, organizadas desde os anos iniciais do regime autoritário; e as missas em homenagem às vítimas da “subversão” e do “terrorismo”, realizadas a partir de 1978.

As missas em ação de graça ocorreram em maior proporção entre as décadas de 1960 e 1970. Esses rituais estiveram marcados pelo amplo envolvimento dos setores civis favoráveis à ditadura, como no caso das entidades cívicas femininas e da LDN. As comemorações de 1965, por exemplo, contaram com missas em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, organizadas respectivamente pela União Cívica Feminina (UCF), Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE) e pela CAMDE.⁷ A entidade cívica carioca divulgou na imprensa os convites para a cerimônia religiosa, que seria realizada na Igreja da Candelária.⁸ No dia 31 de março, as senhoras da CAMDE chegaram ao local com meia hora de antecedência, para auxiliar nos preparativos, aproveitando para relembrar junto ao oficiante do sermão, D. Jaime Câmara, os eventos que culminaram na Marcha da Família Com Deus pela Liberdade (Figura 8).⁹ A missa contou com a presença de cerca de duas mil pessoas, “principalmente militares – que

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Eduff, 2020. p. 44-45.

⁶ Vale destacar que a utilização de ritos religiosos compunha um vocabulário comum nas tradições políticas brasileiras e, portanto, não foi exclusividade dos setores golpistas e apoiadores da ditadura. Grupos sociais, a exemplo dos segmentos de esquerda e de oposição ao regime, efetuaram usos políticos de rituais religiosos, como na missa de sétimo dia à morte do estudante Edson Luís, realizada na Igreja da Candelária em 04 de abril de 1968, e outros cultos de grande envergadura ocorridos na década de 1970, destinados a homenagear a memória das vítimas da repressão ditatorial. Além disso, foi notável o engajamento da ala progressista da Igreja católica na defesa das liberdades democráticas.

⁷ MAGALHÃES organiza amplas festas para comemora o aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 64, 20 mar. 1965. p. 3.

⁸ “A CAMDE convida o povo e as autoridades civis, militares e religiosas da Guanabara para assistirem à Missa de Ação de Graças que será celebrada por S. Eminência D. Jaime de Barros Câmara, na Igreja da Candelária, às 11 horas do dia 31 de março próximo, em comemoração do 1º aniversário da Revolução”. CONVITE. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 72, 30 mar. 1965. p. 16.

⁹ QUASE duas mil pessoas foram assistir à missa em louvor da Revolução. *O Globo*, ano XL, n. 11.931, 01 abr. 1965. p. 3.

superlotaram o templo, obrigando os soldados a cederem lugares às senhoras presentes”.¹⁰ No ano seguinte, a congênere paranaense da UCF se uniu a essa tendência, promovendo uma missa em homenagem à “Revolução” na cidade de Curitiba.¹¹

Figura 8. Senhoras da CAMDE nos preparativos para a missa em ação de graças ao 1º aniversário do golpe



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP em diante). Acervo Jornal *Última Hora*. Negativo arquivado. Rio de Janeiro, 02 abr. 1965. ICO-UH-1061-136.¹²

Cabe destacar que as entidades cívicas femininas permaneceram mais engajadas nas promoções de missas nos anos iniciais do regime, sobretudo no contexto anterior a 1968. Como

¹⁰ MISSA da CAMDE reuniu milhares na Candelária. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 75, 01 abr. 1965. p. 5.

¹¹ FESTEJOS reafirmam fé na Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 8.

¹² A metodologia privilegiada para a análise das fotografias concebe esses registros pictóricos enquanto “testemunhas oculares” dos acontecimentos históricos, que não se pretendem desprovidas de intencionalidades, mas “permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida”. A problematização dessas evidências históricas leva em consideração os elementos externos à imagem, como seus diferentes propósitos de realização e o contexto político e social a qual está inserida; mas também internos, com destaque para sua organização espacial, isto é, a forma como foi capturada pelo produtor. As fotografias exprimem um ponto de vista específico e configuram uma representação do passado capaz de transmitir determinados códigos e mensagens a nível político e simbólico. Cf.: BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Ed. Unesp Digital, 2017. No caso específico das fotografias utilizadas nessa dissertação, a intencionalidade de sua produção esteve associada à duas condições principais a publicização desses registros pelos meios de comunicação, que foi efetivada ou não, na medida em que essas fotografias foram coletadas em formato de negativo em instituições arquivísticas. E a produção de imagens pelos órgãos de propaganda governamental, a exemplo da Agência Nacional.

mencionado no primeiro capítulo, o envolvimento dessas mulheres nas solenidades alusivas ao 31 de março ocorreu de forma restrita, limitando-se à emissão de textos congratulatórios e à organização de eventos de circulação restrita, como no caso da promoção de missas, jantares e bancos de doação de sapato.¹³ A própria tenacidade dessas manifestações comemorativas foi diminuindo de acordo com as nuances da ditadura. Em meados de 1970, por exemplo, os grupos remanescentes restringiram suas ações à publicação de manifestos e a organização de atividades filantrópicas.¹⁴ Com o passar dos anos, essas entidades cívicas femininas cederam lugar à LDN, que assumiu uma postura mais ativa nas solenidades religiosas, mantendo-se como presença constante até o começo da década de 1980.

Especialmente nos anos de 1967 e 1968 ocorreram cerimônias religiosas de grande envergadura, com destaque para as missas campais organizadas pelo poder governamental em Brasília, que contaram com a participação do presidente Costa e Silva e da primeira-dama, dona Iolanda.¹⁵ Embora as notícias não relatassem de forma minuciosa o padrão ritualístico adotado pelas missas em ação de graças, é perceptível a adesão de certas práticas inerentes ao universo eclesiástico, como a centralidade ocupada pelos sermões e homílias, assim como o ritual da eucaristia.¹⁶ Nesses eventos as autoridades políticas civis e militares de maior relevância acompanhavam as missas no altar-mor, enquanto os demais representantes eram posicionados nas primeiras fileiras dos bancos, obedecendo a uma classificação hierárquica, questão tão cara aos militares.¹⁷ Em algumas das missas os corais e bandas do Exército foram convidados para entoar cânticos religiosos e militares, além de executar o Hino Nacional.¹⁸ Também era comum a incorporação de ritualísticas provenientes do meio castrense, como na missa em ação de graças realizada em Belo Horizonte, em 1969, em que as autoridades presentes foram recebidas

¹³ Em 1966 a CAMDE fundou o “Banco de Sapato”, iniciativa de viés assistencialista, que visava doar sapatos para crianças carentes e alunos de escolas públicas no Rio de Janeiro. O projeto foi ampliado no início da década de 1970, com a criação da Fundação Educativa e de Promoção à Comunidade. Um dos objetivos da fundação era ampliar o banco de doação de sapatos, atuando ainda na difusão de preceitos de higiene e alfabetização de adultos. CORDEIRO, Janaina Martins. “*A Nação que se salvou a si mesma*”: entre a memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 65.

¹⁴ Sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades cívicas femininas na década de 1970, ver: SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 389-412, set./dez. 2018.

¹⁵ SÓ D. Iolanda recebeu comunhão em Brasília. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 75, 01 abr. 1967. p. 7; BRASÍLIA COMEMORA o 4º aniversário da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, n. 14.169, 01 abr. 1968. p. 3.

¹⁶ Na missa campal realizada em Brasília no 3º aniversário do golpe, somente a primeira-dama, D. Iolanda Costa e Silva, recebeu a eucaristia, o que causou certo espanto e estranheza na imprensa. SÓ D. Iolanda recebeu comunhão em Brasília. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 75, 01 abr. 1967. p. 7

¹⁷ QUASE duas mil pessoas foram assistir à missa em louvor da Revolução. *O Globo*, ano XL, n. 11.931, 01 abr. 1965. p. 3.

¹⁸ SÓ D. Iolanda recebeu comunhão em Brasília. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 75, 01 abr. 1967. p. 7; PRESIDENTE ASSISTE em Brasília à missa em ação de graças. *O Globo*, ano L, n. 15.155, 01 abr. 1975. p. 6.

por oficiais do Exército e da Polícia Militar, sendo “conduzidas aos bancos passando por um corredor formado de alunos do Colégio Militar, que trajavam farda de gala”.¹⁹ Ao término das cerimônias, a simbologia cristã era incrementada por salvas de tiros de canhão e performances aéreas.

A partir de 1978 as missas em ação de graças passaram a conviver com os rituais religiosos em homenagem às chamadas vítimas da “subversão” e do “terrorismo”, criados no contexto de abertura política e diante da possibilidade de retorno dos presos políticos e exilados ao território nacional. A principal característica dessas cerimônias foi a presença predominante de representantes das Forças Armadas, elemento bastante notado pelos registros da imprensa.²⁰ Esse aspecto se refletia na organização dos eventos religiosos, executados majoritariamente por instituições militares, e até mesmo na escolha da autoridade que realizaria os sermões e homílias, em sua maioria, capelães do Exército. Em termos ritualísticos, as missas em homenagem às vítimas da “subversão” diferiam das missas em ação de graças pela centralidade conferida aos agentes que haviam sido mortos em confrontos com grupos da luta armada. Esse protagonismo era perceptível no conteúdo dos sermões, mas também nas chamadas nominiais dos indivíduos que haviam “tombado” pela “Revolução”, incluindo ainda a divulgação de listas pelos jornais de grande circulação.²¹

Embora ainda existisse um envolvimento de instituições civis na promoção das missas, como no caso da LDN, elas foram marcadas fortemente pela presença militar. Em 1982, a mesma Igreja da Candelária em que as senhoras da CAMDE haviam organizado missa ao 1º aniversário, testemunhou um ato religioso composto maciçamente por homens uniformizados (Figura 9).²² Cumpre destacar também que, a partir de 1979, parece ter existido um maior apelo às missas como pontos altos das programações festivas, talvez em razão das comemorações terem ficado cada vez mais discretas em virtude da transição política.

O conteúdo dos sermões também variou de acordo com o contexto histórico. As principais mensagens eram transcritas nas páginas da imprensa, geralmente em notícias que abordavam as programações festivas. A análise que se segue focou nos discursos religiosos em tom de apoio à ditadura. Sobretudo a partir de 1975 alguns dos sermões optaram por discursos mais moderados, alertando contra possíveis radicalizações e defendendo o respeito aos direitos

¹⁹ ISRAEL AFIRMA que pacificar foi sua maior contribuição. *O Globo*, ano XLIV, n. 13.157, 31 mar. 1969. p. 6.

²⁰ Em 1978, *O Estado de S. Paulo* registrou que a missa realizada na Catedral de Brasília contou com público reduzido e a maioria dos presentes eram soldados. NA MISSA elogio à autoridade. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 4.

²¹ Ver, por exemplo: VÍTIMAS da subversão têm missa. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVIII, n. 349, 27 mar. 1969. p. 30.

²² MISSA REÚNE 1200 pessoas na Candelária. *O Globo*, ano LVII, n. 17.684, 01 abr. 1982. p. 6.

humanos.²³ Por meio da leitura dos trechos divulgados pelos jornais foi possível identificar algumas das tônicas discursivas alinhadas aos interesses do regime autoritário.

Figura 9. Missa em homenagem às vítimas da “subversão” no 18º aniversário do golpe



Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN em diante). Fundo Agência Nacional. Negativo arquivado. Rio de Janeiro, 31 mar. 1982. BR RJANRIO EH.0.FOT, EXE.996.

As mensagens religiosas tenderam a recuperar o evento das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, enfatizando os laços que a “Revolução” teria com as tradições religiosas brasileiras. Essa rememoração vinha acompanhada do agradecimento especial a Deus, a partir da convicção de que foi “ele quem gerou e nos permitiu [que] conservássemos em nossos corações a fé cristã que, em 64, acionou nossos espíritos”.²⁴ Os discursos mais radicalizados encontravam-se fortemente associados ao imaginário anticomunista, destacando que “a Nação brasileira, fiel à sua vocação histórica, afastou, com a proteção do Senhor, pela bravura, piedade

²³ No sermão realizado por D. Avelar Brandão Vilela, em 1976, na cidade de Salvador, o líder religioso afirmou que a passagem dos 12 anos da “Revolução” era momento oportuno para balanços reflexivos sobre os erros e acertos do governo. Defendeu que “a força não pode ser utilizada arbitrariamente” e colocou-se contrário aos regimes “totalitários” de esquerda e de direita. PRIMAZ pede respeito aos vencidos. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 5. Para outros exemplos, ver: ESTADOS comemoram aniversário com sessões cívico-militares. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 354, 01 mar. 1978. p. 8; GENERAL LEMBRA o “ato de grandeza”. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.356, 01 abr. 1982. p. 7.

²⁴ D’ÁVILA ressalta coesão em torno de Geisel. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.678, 01 abr. 1975. p. 7.

e fortaleza de seus filhos, a iminente trama comunista, que desejava atrelar a grande Nação cristã à dolorosa área do silêncio e da escravidão”.²⁵

Em muitas ocasiões os sermões constituíram uma espécie de alerta aos fiéis sobre a necessidade de vigilância constante, evocando o chamado “tempo do caos” para demarcar a presença do “comunismo ateu, que se agigantava, que ensaiava a tentativa, que ia lançando seus tentáculos em todas as direções e dimensões” do Brasil em 1964.²⁶ O discurso anticomunista católico era propagado também por meio de analogias entre o contexto histórico da ditadura militar e parábolas de cunho religioso. Em 1975, um ano com muitas cerimônias religiosas, o capelão do II Exército, major José Bavoso, afirmou que se “Deus suscitou em Moisés a coragem para enfrentar a pessoa e o poder do faraó. Assim também Deus fez com que a ideia de libertação se tornasse uma convicção no Marechal Castelo Branco e nos seus seguidores, que enfrentaram o poder e a fúria do comunismo”.²⁷

Os paralelos entre política e religião não se limitaram às narrativas provenientes da bíblia, mas estenderam-se a comparações entre datas importantes para o calendário cristão e para o processo histórico que culminou no golpe. Foram inúmeras as referências à ideia de ressurreição, motivadas pela passagem da Páscoa católica e os eventos políticos dos meses de março e abril de 1964. Ainda sobre os rituais religiosos de 1975, as autoridades religiosas de Porto Alegre e de Brasília evocaram os “resplendores da ressurreição” de cristo para celebrar “as aleluias de uma nova ressurreição econômica e social” no Brasil.²⁸

As simbologias religiosas não foram utilizadas somente nas missas em ação de graças, mas também apropriadas pela imprensa de grande circulação. Chama atenção um editorial comemorativo publicado pelo jornal *O Globo*, em 1972, que traçou paralelos entre a Sexta-feira Santa e o aniversário da “Revolução”, diante da coincidência entre o feriado religioso e o 8º ano de governo ditatorial. Segundo o texto, foi graças à “Revolução” que ainda existia no país a “liberdade” para crer em Deus, pois foi ela quem “salvou a Igreja do comunismo, ao livrar a liberdade religiosa dos perigos morais que o totalitarismo de esquerda traz com o ateísmo oficializado”.²⁹

²⁵ CARDEAL exalta amor e justiça. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.591, 01 abr. 1965. p. 17.

²⁶ AÇÃO de graças no II Exército. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.627, 29 mar. de 1972. p. 9.

²⁷ FROTA reafirma que o movimento de março de 64 é irreversível. *O Globo*, ano L, n. 15.155, 01 abr. 1975. p. 7.

²⁸ PRESIDENTE assiste em Brasília à missa em ação de graças. *O Globo*, ano L, n. 15.155, 01 abr. 1975. p. 6;

MISSAS marcam data em várias cidades. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 3.

²⁹ NO DIA da paixão. *O Globo*, ano XLVII, n. 14.082, 31 mar. 1972. p. 1.

O signo da ressurreição também foi invocado pelo presidente Médici em discurso comemorativo ao 6º aniversário do golpe, em 1970. O pronunciamento, repleto de referências religiosas, assinalou a

quaresma de 1964, para nós bem mais triste do que todas, porque então sacrificavam os valores democráticos e cristãos da alma brasileira, no cerco da desordem e da turbulência, da injustiça, da demagogia e da intimidação que haveria de fechar-se na tormentosa sexta-feira 13. [...] A força inspiradora da Revolução de março vem das luzes da Aleluia, na simbologia do ressuscitar, do renascer. Os revolucionários da primeira hora sentem essa força dentro de si mesmos, compreendendo que o clarão da Páscoa dilui a sombra do Calvário. O futuro do Brasil pede dos que depois aceitaram a Revolução, dos que afinal reconheceram os seus serviços, ou dos que somente a compreenderam ou a ela se inclinaram, a grandeza de tê-la como o começo de um novo tempo.³⁰

A utilização da terminologia cristã submetia os acontecimentos históricos que culminaram no golpe de 1964 a uma lógica simbólica marcada pela religiosidade, como no caso da vinculação entre o Comício das Reformas e a superstição das sextas-feiras 13, ou a associação entre a “Revolução” e a ressurreição de Jesus Cristo no domingo de aleluia. No plano simbólico, a utilização de dicotomias é bastante comum em festas e liturgias políticas, justamente uma das características que recupera elementos dos ritos religiosos, com ênfase na relação entre sagrado e profano. A mobilização de analogias entre “luz” e “trevas” – no caso do discurso de Médici, entre “o clarão” e “a sombra” – está ligada a ideia de purificação e potência, “a presença de um poder sagrado invisível e transcendente”.³¹ Ademais, no plano discursivo, a transformação dos símbolos religiosos em instrumentos de atuação política estava ligada à utilização de dicotomias provenientes do imaginário anticomunista católico, que sustentava interpretações baseadas em uma suposta luta entre democratas e comunistas, representando “o bem” versus “o mal”.³²

Ao revestir a ditadura de caráter pretensiosamente “apolítico”, as referências religiosas presentes nos discursos comemorativos buscavam corroborar com o processo de sacralização política do acontecimento de 31 de março de 1964. A sacralização da política é expressa por meio de mitos, ritos, heróis e símbolos que, criados ou apropriados em determinado contexto, são utilizados para reforçar ideais de integração e identidade, utilizando para isso a religiosidade, as liturgias políticas e outros mecanismos de sociabilidade. Grande parte dos Estados-Nação contemporâneos fazem ou fizeram uso dessa estratégia de legitimação, naturalmente com particularidades espaciais e temporais, mas comungando de semelhanças

³⁰ MÉDICI saúda o Legislativo no dia da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 303, 01 abr. 1970. p. 3.

³¹ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 231.

³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Eduff, 2020. p. 43.

evidentes. Alguns elementos característicos da sacralização da política envolvem a construção de uma narrativa (re)fundacional; a utilização de retórica político-religiosa; o culto aos mortos de guerra; a construção de lugares de memória; a emissão de símbolos; a execução de ritos e festas cívicas; a construção de um calendário e a constante reatualização dos mesmos.³³

Durante a ditadura militar brasileira, os intentos dos grupos golpistas e apoiadores do regime perpassavam pela consolidação da concepção de que a “Revolução” constituía um evento sagrado, uma missão cristã em prol da família, de Deus e da liberdade, e não somente um mero enfrentamento político e “mundano”.³⁴ Justamente por isso, os rituais religiosos realizados nos aniversários do golpe de 1964 recorriam ao argumento de que o 31 de março se situava em um patamar sagrado elevado. Todavia, contrariando a percepção dos discursos institucionais, busco sustentar que, por trás do manto de suposta ausência de conteúdo político, as missas realizadas nas comemorações do golpe estiveram repletas de referências explícitas que efetuavam usos políticos desses cerimoniais religiosos.

Alguns exemplos são bastante representativos, como no caso já mencionado da missa realizada em Brasília, em 1979, que contou com oração do presidente Figueiredo, e outras situações que são igualmente interessantes. Uma delas ocorreu em 1976, em missa oficializada por D. Vicente Scherer em Porto Alegre. Na ocasião o sacerdote criticou a ausência de representantes políticos emedebistas no ritual religioso, “pois, nas batalhas ganhas e nos louros conquistados que hoje a Deus agradecemos, também eles participaram como combatentes iluminados pelo mesmo ideal de amor ao Brasil”.³⁵ Anos depois, em 1979, em missa realizada em Salvador, D. Avelar Brandão pediu paciência ao povo e que colaborasse com o governo na fase de “descompressão” política vivenciada.³⁶ Conexões mais contundentes entre política e religião ocorreram em 1977, quando o ex-ministro da Marinha do governo Castello Branco, o almirante Silvio Heck, entregou panfletos do “Movimento Popular de Defesa da Revolução” na missa realizada na Igreja Santa Cruz dos Militares.³⁷ E entre os anos de 1980 e 1981, quando

³³ Dentre casos representativos, cabe mencionar os Estados Unidos pós-Revolução Americana, cuja sacralização da política esteve “imbuída de certo messianismo secular”. Ou os usos que o fascismo efetuou de símbolos e ritos para a sacralização política do Partido Nacional Fascista e seu líder, Benito Mussolini. Cf.: CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC; Museu do Ceará, 2015; GENTILE, Emilio. *El culto del Littorio: la sacralización de la política en la Italia fascista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

³⁴ CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011. p. 125; VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365-401, set./dez. 2019. p. 380-381.

³⁵ SCHERER critica a ausência dos oposicionistas. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 4.

³⁶ SUGERE paciência. *Folha de S. Paulo*, ano LVIII, n. 18.260, 01 abr. 1979. p. 3.

³⁷ REVOLUCIONÁRIOS formam movimento. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 353, 01 abr. 1977. p. 16.

o governador de São Paulo, Paulo Maluf, ocupou o altar para proferir discursos favoráveis ao governo ditatorial nas missas sediadas na capital paulista.³⁸ Desta forma, fica evidente que a dimensão política atravessava de forma direta as cerimônias religiosas, que diga-se de passagem já eram essencialmente politizadas, uma vez que sua organização estava condicionada justamente a uma homenagem aos governos militares e ao acontecimento golpista em si.

O fato das missas em ação de graças e em homenagem às vítimas da “subversão” compõem as programações festivas alusivas ao golpe de 1964 durante todos os anos do regime autoritário, somado à utilização de elementos do imaginário anticomunista católico nos discursos comemorativos e sermões, demonstra a ampla mobilização de símbolos religiosos pela ditadura nas comemorações do 31 de março. As ritualísticas promovidas se aproveitaram de tradições religiosas pré-existentes na cultura histórica nacional, incorporando à essas práticas cristãs narrativas extremamente conectadas à dimensão da política, de modo a compor uma refinada retórica político-religiosa que era divulgada nos festejos. Por sua vez, os símbolos religiosos foram integrados ao discurso oficial sobre o golpe e a ditadura, que utilizava dicotomias para respaldar a ideia da insurreição de 31 de março de 1964 como uma missão providencial.

Além dos cultos religiosos, as inaugurações de obras públicas foram constantes nos aniversários do golpe entre 1965 e 1984, quando a ditadura se aproveitou do ambiente comemorativo para mobilizar simbologias desenvolvimentistas, vinculadas à ideia de grandes obras de construção e modernização econômica e tecnológica. Esses cerimoniais estenderam-se desde às regiões metropolitanas até o interior do Brasil, financiados pelas esferas federal, estadual e municipal de governo. Em alguns dos anos a agenda de inaugurações teve maior destaque, como em 1966, 1971, 1972 e 1973. No contexto de transição e abertura política as ocorrências diminuíram um pouco, mas ainda assim se mantiveram como prática perene nos festejos alusivos ao 31 de março.

As construções inauguradas foram muito variadas, desde complexos industriais de maior magnitude, como no caso da usina da COSIPA em 1966, que teve a presença Castello Branco, mas também obras modestas, como sistemas de iluminação em bairros.³⁹ O governo investiu em infraestrutura, construindo usinas hidrelétricas, pontes e trechos de estradas e rodovias. Um exemplo significativo ocorreu em 1972, quando o governador de Santa Catarina

³⁸ RESTAURAÇÃO democrática é realidade, diz Tavares. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.626, 01 abr. 1980. p. 5; GEN. Milton preside as comemorações no QG do Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, ano LXI, n. 18.991, 01 abr. 1981. p. 4.

³⁹ VILA ISABEL ganha luz com carnaval. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 355, 02 mar. 1979. p. 25.

inaugurou parte de importante rodovia para o Estado, a BR-470.⁴⁰ Também existiu um grande interesse na promoção de obras no setor educacional, com destaque para a construção de escolas, ginásios e contratações de professores para o ensino básico, além da inauguração de instalações no ensino superior, como o Instituto de Pesquisa da Universidade Federal de Goiás.⁴¹ Igualmente, foram inauguradas obras vinculadas ao meio militar, como no caso do Hospital das Forças Armadas, em 1972, e do Centro de Educação Física da Marinha, no ano seguinte.⁴² O lazer ocupou espaço especial, notadamente em 1977, cuja programação festiva contou com a fundação do Centro de Atividades do Serviço Social do Comércio (SESC) no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, realizada pelo presidente Geisel.⁴³

A ditadura também investiu em inaugurações de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) durante os festejos do 31 de março. As moradias foram inauguradas em diversos anos, sobretudo nas capitais dos estados de São Paulo e da Guanabara/Rio de Janeiro.⁴⁴ Chamou atenção especialmente um conjunto habitacional, localizado na cidade do Rio, que foi batizado de “Soldado Elias dos Santos”, em homenagem a um militar que havia falecido em meio ao confronto entre forças policiais e membros da luta armada.⁴⁵ A referência ao soldado constituiu uma das primeiras homenagens aos mortos em decorrência de conflitos com grupos de guerrilha, cujo ápice pode ser observado na proposição das mencionadas missas em homenagem às vítimas da “subversão” nos anos subsequentes. Considerei pertinente demarcar esse exemplo para demonstrar que mesmo nas inaugurações de obras públicas os governos ditatoriais se aproveitaram do ambiente comemorativo para reproduzir discursos e práticas vinculadas ao imaginário anticomunista, combinando-o com a exaltação das chamadas “benfeitorias” da “Revolução”.

⁴⁰ S. PAULO passa a produzir 1460 mil kW com a usina de Ibatinga. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 300, 30 e 31 mar. 1969. p. 15; PONTE entre SP e Mato Grosso será entregue dia 31. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.069, 28 mar. 1965. Caderno Esporte e Turfe, p. 6; INAUGURADA RODOVIA de Itaperuna. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 18; ANDREAZZA abre estrada no Sul. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 301, 29 mar. 1972. p. 7.

⁴¹ PERNAMBUCO inaugura um ginásio. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 297, 27 mar. 1969. p. 7; CHAGAS inaugura quatro escolas nos subúrbios. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 341, 01 abr. 1973. p. 32; PREFEITURA encerra série de inaugurações de escolas para este início de aulas. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 354, 01 mar. 1978. p. 21; CASTELO COMEMORA o 31 de março mostrando a obra do governo. *O Globo*, ano XLI, n. 12.236, 31 mar. 1966. p. 20.

⁴² OS 8 ANOS da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.626, 28 mar. 1972. p. 3; MARINHA inaugura Centro com diversas competições. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 341, 01 abr. 1973. p. 48.

⁴³ DESCONTRAÍDO, o presidente inaugura o centro do SESC. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.529, 01 abr. 1977. p. 8.

⁴⁴ INAUGURADO o conjunto. *Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 14; GUANABARA: conjuntos do BNH para 856 famílias. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 11.

⁴⁵ TODO O PAÍS COMEMORA o aniversário da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 mar. 1970. p. 5.

Os ritos empregados nas inaugurações de obras públicas também variaram bastante. De maneira geral, as solenidades contavam a participação de autoridades políticas civis e militares, que discursavam para os demais presentes. Em sua maioria eram abertas ao público, sendo poucos os registros de cerimoniais restritos. Alguns eventos congregaram a presença de grande público, como no caso das inaugurações de usinas e, especialmente, a inauguração de um colégio estadual em Utinga (SP), em que o *Jornal do Brasil* contabilizou a presença de dez mil pessoas (Figura 10).⁴⁶

Figura 10. Inauguração do Colégio 31 de Março em Utinga (SP)



Fonte: APESP. Acervo *Jornal Diários Associados*. Pasta 27.1 (Política Nacional). Índice temático (Brasil – Revoluções – Levante de 31/3/1964 – Comemorações). Foto. São Paulo, 1 abr. 1970. ICO-DA-AMP-2863-008-0012.

As obras de maior relevância possuíam uma agenda mais extensa, que incluía as inaugurações propriamente, mas também a organização de almoços, coquetéis e jantares aos convidados ilustres. As inaugurações que contavam com a presença do presidente da República

⁴⁶ A meu ver, talvez esse número tenha sido exagerado como recurso para visibilizar os festejos, ainda mais porque o colégio recebeu o nome de “Colégio Estadual 31 de Março”. LANCE-LIVRE. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 304, 02 abr. 1970. p. 10. Para outros casos de inaugurações com grande público, ver: INAUGURADO o conjunto. *Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 14; SODRÉ INAUGURA Usina Hidrelétrica de Ibitinga. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.532, 30 mar. 1969. p. 14; DF festeja com vasto programa. *O Globo*, ano XLVI, n. 13.773, 31 mar. 1971. p. 3.

envolviam visitas às dependências dos locais, como a já mencionada visita de Castello Branco a usina da COSIPA, em 1966; ou em 1972, quando Médici visitou as instalações do Hospital das Forças Armadas e “assinou a ficha que o transformou simbolicamente, no primeiro paciente do novo hospital”.⁴⁷ Em 1974, na oportunidade em que Geisel inaugurou o SESC Tijuca, o general também visitou o local com sua comitiva e em clima “descontraído” assistiu às apresentações infantis de ginástica rítmica e natação.⁴⁸

As inaugurações de obras públicas possuíam rituais específicos, como a deposição de pedras-fundamentais, o descerramento de placas e cortes de laços, além da execução do Hino Nacional. Era comum que os políticos aproveitassem esses momentos para entregar bolsas de estudos a filhos de operários e certificados de conclusão do Mobral aos adultos.⁴⁹ Um exemplo significativo das ritualísticas diversificadas que integravam as inaugurações de obras ocorreu em 1966, quando Castello Branco depositou pedra-fundamental em um conjunto habitacional em São Bernardo do Campo. Inicialmente, foi escavado um buraco para abrigar uma urna contendo exemplares dos principais jornais paulistas publicados no dia 31 de março, “que simbolizavam a data e a presente situação do País”, que depois foi aterrado de cimento para fixação da pedra.⁵⁰ No 5º aniversário do golpe, em 1969, o governador de São Paulo, Abreu Sodré, inaugurou simbolicamente a Usina Hidrelétrica de Ibatinga acionando uma das três turbinas que compunham o complexo.⁵¹ Outras situações envolveram a utilização dos slogans comemorativos produzidos pelo governo federal, a incorporação de práticas e competições esportivas e desfiles carnavalescos.⁵²

Sobretudo nos anos iniciais da década de 1970, a experiência do milagre econômico constituiu um ponto de inflexão para os discursos comemorativos propagados nas inaugurações

⁴⁷ OS 8 ANOS da Revolução. Folha de S. Paulo, ano LII, n. 15.626, 28 mar. 1972. p. 3.

⁴⁸ DESCONTRAÍDO, o presidente inaugura o centro do SESC. Folha de S. Paulo, ano LVI, n. 17.529, 01 abr. 1977. p. 8; BRASIL. Agência Nacional. Brasil Hoje, n. 194. 1977. [sem número de registro].

⁴⁹ MALUF INAUGURA escola e unidade médica como parte da Semana da Revolução em São Paulo. Folha de S. Paulo, ano XLIX, n. 14.901, 03 abr. 1970. p. 4; ESTADO TERÁ inaugurações. O Estado de S. Paulo, ano XCII, n. 29.442, 31 mar. 1971. p. 19. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi uma das iniciativas educacionais da ditadura militar brasileira. Foi criado em 1970, com o objetivo de erradicar o analfabetismo das populações adultas, sendo extinto em 1985, com o fim do regime autoritário. Na prática, o Mobral serviu “mais como propaganda do governo do que como efetiva arma para alfabetizar os adultos, dada a metodologia tecnicista que o norteava”. NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 168.

⁵⁰ INAUGURADO o conjunto. Estado de S. Paulo, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 14.

⁵¹ SODRÉ INAUGURA Usina Hidrelétrica de Ibatinga. Folha de S. Paulo, ano XLIX, n. 14.532, 30 mar. 1969. p. 14.

⁵² Em 1974, na cidade de Moji (SP), a entrega de ruas asfaltadas pela prefeitura municipal foi incrementada pela Copa Arizona, com competição de corrida e entrega do troféu “Humberto de Alencar Castelo Branco”. INAUGURAÇÕES MARCAM a data da Revolução. Folha de S. Paulo, ano LIV, n. 16.359, 03 abr. 1974. p. 25. Em 1979, as inaugurações da urbanização e novo sistema de iluminação pública de Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro, foram encerradas com desfiles carnavalescos e práticas esportivas. VILA ISABEL ganha luz com carnaval. Jornal do Brasil, ano LXXXVII, n. 355, 02 mar. 1979. p. 25.

de obras públicas que, imbuídas de grande euforia desenvolvimentista, comparavam o Brasil a um “imenso canteiro de obras”.⁵³ Predominaram narrativas voltadas à suposta mudança de mentalidade da população brasileira, tônica que foi um dos pilares centrais dos festejos de 1970 e 1971, mas também a evocação de simbologias associadas à ideia de construção. As próprias notícias da imprensa e pronunciamentos de autoridades políticas frisavam o caráter simbólico exercido pelas inaugurações de obras públicas nos festejos do 31 de março, utilizadas para representar “o início de uma nova era [...]. Porque a Revolução não é só aquela feita pelas armas. Revolução é, antes de tudo, novos princípios, nova moral, novas obras, nova educação para nossos filhos”.⁵⁴

Em muitos momentos, os pronunciamentos buscaram respaldar a ideia de que a melhor forma de comemorar o 31 de março consistia na ampliação de serviços e de obras para a comunidade. Outras iniciativas governamentais se inseriam nesse universo, como no caso de uma exposição organizada pelo I Exército, em 1972, para mostrar “as realizações concretas da Revolução de 1964, particularmente as de recuperação econômica, financeira, social e moral”.⁵⁵ As diversas peças publicitárias congratulatórias presentes na imprensa também reforçavam a retórica desenvolvimentista, colocando a “Revolução” como acontecimento imprescindível para a modernização do país. A esse exemplo, cabe destacar uma mensagem de propaganda do Grupo Real, em homenagem ao 10º aniversário do golpe, em 1974 (Figura 11). Segundo o texto da peça publicitária, os feitos nacionais realizados no Brasil sob o governo dos militares se equiparavam aos avanços que “outras nações precisaram de séculos” para fazer.⁵⁶

Como vimos anteriormente, os discursos comemorativos consideravam o golpe de 1964 como um ponto de ruptura, o estabelecimento de uma “nova” ordem política, pautada no combate à “subversão” e na promoção do desenvolvimento nacional, concepção consubstanciada no binômio “segurança e desenvolvimento”. Destarte, os ganhos econômicos proporcionados pelo milagre, aliados ao processo de modernização autoritária-conservadora, consistiram em duas das tônicas privilegiadas pelos discursos comemorativos nos aniversários do golpe. Nesse contexto, o desenvolvimentismo não configurava apenas um princípio fomentador de políticas públicas voltadas à modernização e a integração nacional, mas também

⁵³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 81.

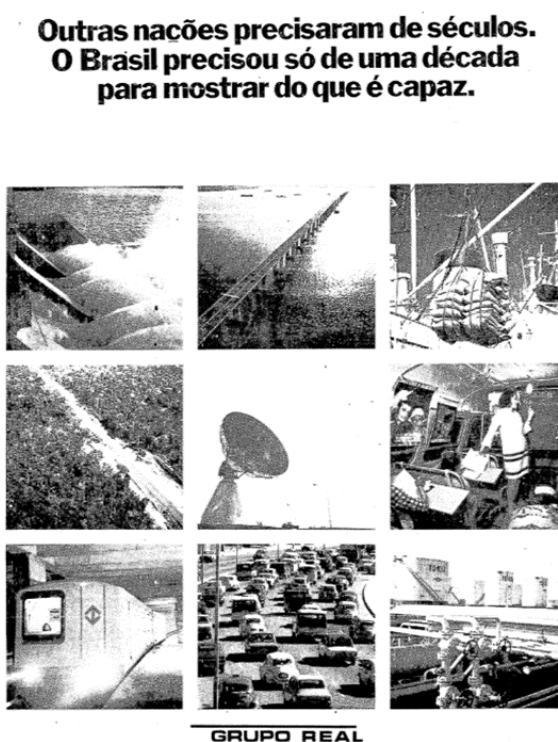
⁵⁴ MALUF inaugura escola e unidade médica como parte da Semana da Revolução em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.901, 03 abr. 1970. p. 4; NOVAS obras no 31 de março. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.631, 01 abr. 1972. Caderno Ilustrada, p. 21.

⁵⁵ EXÉRCITO mostra o que a Revolução faz. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.626, 28 mar. 1972. p. 3.

⁵⁶ PROPAGANDA Grupo Real. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.356, 31 mar. 1974. p. 33.

uma retórica preocupada com questões políticas.⁵⁷ Por conseguinte, as inaugurações de obras públicas eram amplamente utilizadas como publicidade para o governo ditatorial, pois compunham uma demonstração material da “construção” de um “novo” país, o Brasil Potência. Uma das estratégias empregadas pelas autoridades para demonstrar de maneira mais explícita a vinculação das obras com o governo militar era nomeá-las em homenagem a data do golpe, como o já citado Colégio Estadual 31 de Março, em Utinga (SP) e a Escola Municipal 31 de Março, no Rio de Janeiro.⁵⁸

Figura 11. Propaganda comemorativa do Grupo Real ao 10º aniversário do golpe



Fonte: PROPAGANDA Grupo Real. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.356, 31 mar. 1974. p. 33.

Para além da ampla utilização simbólica que a ditadura fez das inaugurações de obras públicas, com intuito de promover as iniciativas do governo militar, creio que essas cerimônias também foram apropriadas de forma conveniente pelas autoridades locais, sobretudo prefeitos

⁵⁷ SOARES, Filipe Menezes. Ordem e progresso: desenvolvimento e segurança nas políticas de integração nacional da ditadura civil-militar. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaina Martins; SOUZA, César Martins de (org.). *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Primas, 2018. p. 240-243.

⁵⁸ LANCE-LIVRE. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 304, 02 abr. 1970. p. 10; ESTADO do Rio: escolas e praças inauguradas. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 11.

e governadores dos Estados. Esses se aproveitavam da coincidência entre o 31 de março e a conclusão de obras públicas sem nenhuma vinculação aparente com a data da “Revolução”, para atribuir suas respectivas inaugurações às programações festivas e, dessa forma, associar-se de maneira mais direta ao regime autoritário.

O próprio caráter perene das programações festivas voltadas à promoção de missas e inaugurações de obras públicas demonstra a disposição da ditadura em investir em eventos dessa natureza, que eram considerados proveitosos na medida em que essas práticas já faziam parte do cotidiano da população brasileira. Não obstante, os governos autoritários aproveitaram-se dos símbolos religiosos e desenvolvimentistas para promover o 31 de março enquanto data comemorativa, associando-os ao imaginário anticomunista, para imprimir a noção de que o golpe havia sido algo “sagrado” e que os governos ditatoriais haviam transformado o “novo” Brasil.

3.2 – A monumentalização da “Revolução”: heróis, desfiles e artefatos visuais

Para além do investimento em simbologias religiosas e desenvolvimentistas, a ditadura também utilizou amplamente outros recursos simbólicos nas comemorações do golpe de 1964. Ainda no âmbito das inaugurações de obras públicas, chamou atenção as homenagens prestadas pelas autoridades a um dos ex-presidentes militares, Castello Branco, diante da nomeação de diversas instituições escolares em sua memória.⁵⁹ Esse culto à imagem do marechal contrasta com as representações a ele atribuídas nos festejos em 1967 que, como vimos no segundo capítulo, foram marcadas por seu isolamento político e por diversas críticas direcionadas ao seu caráter autoritário e militarista, em contraposição a uma visão positiva de Costa e Silva, apresentado naquele momento como promessa de um futuro democrático no país. Todavia, o falecimento abrupto de Castello Branco em um acidente aéreo, em julho daquele mesmo ano, constituiu um ponto de inflexão para as políticas de memória em torno de sua atuação na condição de primeiro presidente da “Revolução”. Somado a isso, os anos posteriores da ditadura, marcados pelo recrudescimento da repressão e censura política, contribuíram para moldar uma visão de Castello como líder austero e moderado.

⁵⁹ Para alguns exemplos, ver: JEREMIAS dá à escola nome de Castelo. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 305, 30 mar. 1968. p. 15; CIDADE goiana tem Instituto Castelo Branco. *O Globo*, ano XLIV, n. 13.158, 01 abr. 1969. p. 16; TODO o país comemora a Revolução de 31 de março. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.898, 31 mar. 1970. p. 8.

É curioso observar que as homenagens prestadas ao ex-presidente no transcorrer das comemorações do golpe não se limitaram às inaugurações de obras públicas, mas constituíram práticas inerentes a diversos espaços de sociabilidade festiva. Esse foi o caso de documento expedido pelo CFC por ocasião do 7º aniversário, em 1971, que prestou honras ao 31 de março e a Castello Branco, insistindo no perfil democrático do militar e do “movimento” de 1964.⁶⁰ Manifestações dessa natureza também foram registradas em diversos discursos comemorativos produzidos por intelectuais e autoridades políticas durante os anos subsequentes a 1967.⁶¹

Os principais temas mobilizados atribuíam um caráter legalista aos feitos de Castello Branco na condição de presidente da República.⁶² Elementos como a manutenção de eleições parlamentares em 1965 e a Constituição de 1967 eram apresentados como provas da suposta essência democrática do marechal.⁶³ Paralelamente, as ações autoritárias promovidas pelo ex-presidente, notadamente a outorga do AI-2 e a decretação de recesso ao Congresso Nacional, justificavam-se diante do cenário de radicalização política, concebidas como atitudes realizadas a contragosto, em virtude de necessidades “impostergáveis”.⁶⁴ Segundo os discursos comemorativos, Castello Branco “jamais admitiu tornar-se um ditador [...] em todos os graves episódios políticos de que participou [...] jamais se afastou de firme determinação no sentido de colocar o país sob a égide de um regime jurídico politicamente democrático”.⁶⁵

Diante de seus traços supostamente legalistas, o presidente Castello Branco teria sido o responsável por estabelecer um clima de paz e tranquilidade no Brasil pós-1964, sintetizados

⁶⁰ Ao longo da ditadura militar brasileira o CFC promoveu diversas homenagens a Castello Branco, tendo em vista sua atuação no processo de criação do órgão, em 1967. Sob a alcunha de “Patrono da Cultura”, o marechal foi o único presidente militar homenageado nas atas do conselho por ocasião dos aniversários do golpe, sendo considerado defensor das liberdades civis e da democracia. MAIA, Tatyana de Amaral. De “soldado exemplar” a “extraordinário estadista”: os intelectuais e a construção do consenso na ditadura civil-militar: homenagens a Castello Branco (1967-1975). In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Saggá, 2021. p. 282-304.

⁶¹ A partir de 1969 também foram identificadas algumas homenagens ao ex-presidente Costa e Silva, mas essas foram consideravelmente minoritárias se comparadas às prestadas a Castello Branco. Apenas duas ocorrências foram observadas, sendo uma delas o discurso comemorativo do presidente Médici no 6º aniversário do golpe, em 1970. Vale registrar que ambas as homenagens prestadas a Costa e Silva não deixaram de mencionar também o papel exercido por Castello Branco. Cf.: MÉDICI: a luta contra a subversão ainda não terminou. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.899, 01 abr. 1970, p. 3; CIDADE celebrou a data de ontem. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 mar. 1970. p. 4.

⁶² Os discursos a respeito de Castello Branco também encontravam respaldo nos manuais pedagógicos de EMC. A personalidade política foi citada por “sua serenidade, energia, dedicação aos estudos e às causas políticas”. Destacava-se também que em sua atuação, na condição de presidente, “embora em fase revolucionária, procurava redemocratizar o país. Reimplantou a austeridade de governo”. Cf.: KELLY, Celso. *Introdução à Educação Moral e Cívica*. Rio de Janeiro: Reper/Renes, 1970. p. 116.

⁶³ UMA OBRA vertical. *O Globo*, ano XLVIII, n. 14.430, 31 mar. 1973. p. 1.

⁶⁴ CRISE leva Castelo a editar AI-2. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 18; O PREÇO da impopularidade. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.356, 31 mar. 1974. p. 5.

⁶⁵ VIANNA FILHO, Luís. Decisões políticas do Presidente Castello Branco. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.356, 31 mar. 1974. p. 4.

“num hercúleo esforço que tinha de ser corretivo, e não concessivo”, visando “lançar os alicerces principais e definitivos da imensa obra que, a partir de 1964, vem transformando a fisionomia do Brasil”.⁶⁶ Contudo, para atingir os objetivos de grandeza propostos por seu governo, o presidente teria arcado com um custo oneroso: a impopularidade com que saiu do cargo de chefe da nação em 1967. O próprio presidente Médici, em discurso comemorativo proferido em 1970, enalteceu Castello Branco como “presidente revolucionário” que havia se imolado “pela coragem da impopularidade no presente em favor do amanhã de nossos filhos”.⁶⁷

A morte abrupta do marechal era retomada pelas narrativas para afirmar que, embora o destino não quisesse que “ele vivesse para testemunhar o acerto de suas palavras” e ações, esse mesmo destino havia permitido que “seus sucessores mantivessem acesa a chama revolucionária”.⁶⁸ Contudo, a atuação de Castello Branco como “líder autêntico em toda sua vida de soldado e estadista” estaria situada na “força dos exemplos que não morrem”. Deste modo, as comemorações do 31 de março constituíam momentos propícios para a lembrança do ex-presidente militar, que era considerado por alguns “o homem-símbolo do Brasil-Revolução”.⁶⁹

A partir do conjunto de representações construídas em torno da imagem de Castello Branco, foi possível observar a mobilização de simbologias discursivas que associavam o ex-presidente como espécie de “herói” da “Revolução de 1964”. As construções narrativas difundidas no ambiente comemorativo foram responsáveis por remodelar a imagem do ex-presidente, contrastando sobremaneira com a forma como ele foi tratado em 1967. As homenagens prestadas à figura do marechal se baseavam na valorização dos “sacrifícios” engendrados na condução do país rumo ao progresso, além de seu suposto caráter legalista e democrático. Portanto, a personagem de Castello Branco passou por um processo de heroificação durante a passagem dos aniversários do golpe de 1964. As narrativas comemorativas alteraram os sentidos históricos atribuídos a sua função como presidente da República, de modo a revesti-lo de caráter exemplar. Por sua vez, as simbologias discursivas mobilizadas em torno do marechal foram cuidadosamente selecionadas para justificar a ausência de popularidade no final do seu mandato e celebrá-lo como primeiro presidente

⁶⁶ FALCÃO, Armando. Castello Branco. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 10.

⁶⁷ MÉDICI: a luta contra a subversão ainda não terminou. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.899, 01 abr. 1970, p. 3.

⁶⁸ BRASIL COMEMORA hoje a Revolução de 64. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.627, 29 mar. 1972. p. 3.

⁶⁹ HOMENAGENS para Castelo e “Estado”. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.372, 02 abr. 1974. p. 4; FALCÃO, Armando. Castello Branco. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 10.

“revolucionário”.⁷⁰ Ademais, sua morte “trágica” em 1967 contribuiu para sacralização de sua memória, transformando-o em um dos mitos políticos que fizeram parte do imaginário da “Revolução” de 1964 durante a ditadura militar brasileira.

Os investimentos na heroificação de Castello Branco estenderam-se não somente ao campo discursivo, mas também evocaram simbologias imagéticas e ritualísticas. Nesse sentido, cabe demarcar a inauguração de bustos em homenagem ao ex-presidente como parte das programações festivas do município de Volta Redonda, em 1970⁷¹, e do Círculo Militar de São Paulo (CMSP), em 1974. Na cerimônia de inauguração do busto de Castello no CMSP, que acompanhou os festejos alusivos aos 10 anos do golpe, os discursos comemorativos destacaram que a escultura produzida em prata constituía um “culto de respeito à memória e gratidão à sua obra”, representando “testemunho permanente de que aqui, civis e militares, irmanados socialmente sob o mesmo ideal de nacionalismo puro, amam, defendem e confiam no Novo Brasil, redescoberto em 31 de março de 1964”.⁷²

Alguns meses depois, sob iniciativa do governador do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, foi inaugurada na capital fluminense uma enorme estátua de Castello Branco, localizada na Praça Júlio de Noronha, próxima ao Forte Duque de Caxias, no bairro do Leme. O cerimonial ocorreu em 20 de setembro de 1974, data escolhida especialmente para coincidir com o aniversário do marechal, e contou com a participação de sua viúva e filhos, além do ex-presidente Médici. O monumento de 2,80m, que existe na praça até os dias de hoje, foi confeccionado em bronze e mármore pelo artista plástico Dante Croce, composto pela figura de Castello Branco em trajes civis e portando papéis na mão direita.⁷³

A inauguração de bustos e estátuas de Castello Branco também corroborou para o processo de heroificação da personagem, reforçando em nível concreto e teatral a mensagem política difundida pelos discursos, de forma a encarnar determinadas ideias e valores.⁷⁴

⁷⁰ Para mais reflexões sobre a construção de “heróis”, ver: ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

⁷¹ ESTADO DO RIO: escolas e praças inauguradas. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 11.

⁷² HOMENAGENS A CASTELO e “Estado”. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.372, 02 abr. 1974. p. 4.

⁷³ RIO HOMENAGEIA Castelo com monumento junto ao Forte Duque de Caxias. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 166, 21 set. 1974. p. 7. Vale lembrar que dois anos antes, em 1972, o governo do Ceará inaugurou em Fortaleza o Mausoléu Castello Branco, para abrigar os restos mortais do ex-presidente e de sua esposa, como forma de homenagear o marechal, que era natural do Estado. Em 2023, um anúncio do atual governador do Ceará, Elmano de Freitas, apontou para a possibilidade de modificação no espaço patrimonial. A iniciativa governamental pretende substituir o Mausoléu de Castello Branco por um monumento em homenagem aos abolicionistas cearenses. QUEM foi Castelo Branco, presidente que pode ter mausoléu substituído por monumento a abolicionistas cearenses. In: *O Globo*. 02 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/09/02/quem-foi-castelo-branco-presidente-que-pode-ter-mausoleu-substituido-por-monumento-a-abolicionistas-cearenses.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

⁷⁴ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Ed. Unesp Digital, 2017. p. 85.

Especialmente a enorme estatueta erigida no Rio de Janeiro constituiu guinada importante para os festejos do 31 de março, que passaram a ocorrer, nos anos seguintes, em frente ao monumento, com vistas a homenagear conjuntamente a passagem da data e a memória do marechal.⁷⁵ Essas solenidades foram majoritariamente organizadas pela prefeitura da capital em parceria com o I Exército, tendo como principal público membros das Forças Armadas, estudantes das escolas primárias e seus familiares, representantes das Regiões Administrativas, de clubes sociais e esportivos, empregados da indústria, comércio e bancos, grupos escoteiros, sindicatos e ex-combatentes militares.⁷⁶ As imagens produzidas em torno dessas comemorações, aliadas aos registros da imprensa, permitiram identificar alguns dos elementos ritualísticos empregados nos festejos.

Palanques provisórios eram construídos especialmente para abrigar as autoridades políticas civis e militares, além dos corais juvenis que se apresentavam. As ritualísticas envolviam o canto do Hino Nacional em posição de sentido e o hasteamento da bandeira nacional e dos Estados brasileiros, esses últimos efetuados preferencialmente por estudantes nascidos no dia 31 de março de 1964. Os hinos e canções eram executadas pelas bandas militares (banda do I Distrito Naval, do I Batalhão de Guardas e do Grupo de Bombeiros) e pelo Coral Universidade Gama Filho (Figura 12). Os números musicais incluíam o “Toque da Vitória” e a “Canção do Expedicionário” (canções do Exército), “Invocação em defesa da Pátria” (Heitor Villa-Lobos) e “Nabucco” (Giuseppe Verdi).⁷⁷

Os ritos comemorativos eram incrementados por decorações com bandeirolas, balões verde-amarelos e revoadas de pombos. Elementos do universo militar foram incorporados, como salvas de canhão e artilharia, toques de clarins, desfiles de belonaves da Marinha de Guerra e saltos de precisão, efetuados pela Brigada de Paraquedistas do Exército.⁷⁸ Outro ritual amplamente realizado nas comemorações consistia na deposição de coroas e buquês de flores

⁷⁵ Os registros dessas solenidades estenderam-se pelo menos até 1979. Para alguns exemplos, ver: MÉDICI comparece à homenagem a Castelo. *O Globo*, ano LI, n. 15.517, 01 abr. 1976. p. 3; PRESIDENTE PODERÁ falar hoje na Vila Militar. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.297, 31 mar. 1977. p. 8; GEISEL FALARÁ à Nação no dia 31. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 350, 28 mar. 1978. p. 3; ESTUDANTES CELEBRAM o Dia da União em cerimônia no Leme. *O Globo*, ano LIV, n. 16.600, 01 abr. 1979. p. 24. A prática de deposição de flores junto a imagem de Castello Branco também foi efetuada nas comemorações do 16º aniversário do golpe na cidade de Belém, nesse caso em frente a um quadro do ex-presidente. ESTADOS LEMBRAM Revolução com desfiles e missas. *O Globo*, ano LV, n. 16.961, 31 mar. 1980. p. 2.

⁷⁶ DIA DA UNIÃO Nacional: Hoje concentração de 20 mil pessoas no Leme. *O Globo*, ano LI, n. 15.516, 31 mar. 1976. p. 3.

⁷⁷ MÉDICI COMPARECE à homenagem a Castelo. *O Globo*, ano LI, n. 15.517, 01 abr. 1976. p. 3; RIO COMEMORA no Leme os 13 anos da Revolução. *O Globo*, ano LII, n. 15.877, 31 mar. 1977. p. 12; PREFEITURA DO RIO festeja no Leme. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 352, 30 mar. 1978. p. 17.

⁷⁸ PRESIDENTE PODERÁ falar hoje na Vila Militar. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.297, 31 mar. 1977. p. 8; GEISEL FALARÁ à Nação no dia 31. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 350, 28 mar. 1978. p. 3.

(sobretudo rosas amarelas) aos pés da escultura de Castello Branco, também realizadas prioritariamente por estudantes que nasceram na data do golpe.

Figura 12. Comemorações do 14º aniversário do golpe no Monumento ao Marechal Castello Branco



Fonte: SIAN. Fundo Agência Nacional. Negativo arquivado. Rio de Janeiro, 31 mar. 1978. BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.13676.

A iniciativa governamental em construir uma estátua de grande porte para homenagear Castello Branco, além de contribuir no processo de mitificação da personagem na condição de “herói” da “Revolução”, acabou por criar um espaço que se tornou ponto de convergência para as comemorações do golpe em meados da década de 1970. No campo das festas e liturgias políticas, a criação de monumentos institucionais adquire uma qualidade simbólica que não se manifesta somente no ato ritualístico, mas que por si só já representa um lugar de ativação de memórias. A escultura do ex-presidente constituía um espaço de veneração à personagem heroificada, ou seja, o marechal Castello Branco. Outrossim, desde muito precocemente a estátua foi associada a uma complexa teia simbólica: sua localização encontrava-se ao lado do Forte Duque de Caxias (instalação que leva o nome do patrono do Exército e que protagonizou diversos acontecimentos militares), constituindo ainda um espaço privilegiado para cerimônias

celebrativas do 31 de março de 1964, data do golpe de Estado responsável por institucionalizar um regime autoritário também governado por militares. Tratava-se então de homenagear tanto o herói mitificado quanto as Forças Armadas como instituição nacional.

A esse respeito, a ditadura não apenas investiu na criação de novos lugares de memória, com destaque para a inauguração de estátuas dos presidentes militares e monumentos em homenagem aos soldados brasileiros⁷⁹, mas apropriou-se de espaços sacralizados já existentes em período anterior ao golpe de 1964. Esse foi caso das comemorações sediadas no Panteão Duque de Caxias, localizado no Rio de Janeiro, e que constitui o mausoléu que abriga os restos mortais da personagem histórica.⁸⁰ De forma semelhante, muitas das programações festivas realizadas em São Paulo ocorreram junto do Monumento ao Soldado Constitucionalista e, em Porto Alegre, foram constantemente associadas ao Monumento ao Expedicionário, que homenageia os soldados “pracinhas” da FEB que atuaram na Segunda Guerra Mundial.⁸¹

As apropriações de simbologias políticas e militares já consagradas não pararam por aí. Em 1973, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Ouro Preto organizaram uma solenidade comemorativa ao 9º aniversário do golpe, realizada aos “aos pés do Monumento a Tiradentes”, na praça principal da cidade, para enfatizar os laços entre o alferes “percursor” da Independência e os “revolucionários” de 1964.⁸² Esses usos, além de evidenciarem a lógica de exaltação do componente militar presente nos festejos, demonstram que as liturgias políticas constituem um fenômeno agregativo, na medida em que os espaços de mediação simbólica adquiriram novos significados ao serem incluídos em um campo semântico específico, nesse caso, o relativo aos aniversários do golpe de 1964.⁸³

O ambiente comemorativo do 31 de março também estimulou a criação de um Hino à “Revolução”, que foi mencionado pelas notícias da grande imprensa em 1970, mas sem registros aparentes sobre sua letra e composição melódica.⁸⁴ Alguns artefatos visuais foram

⁷⁹ Em 1972, a Guarnição Militar de Campinas inaugurou Monumento ao Soldado da FEB, como parte das comemorações do 8º aniversário. Dois anos mais tarde, o município de Salto inaugurou o “Monumento à Revolução” nos festejos de 1974, que contava com bustos dos ex-presidentes Castello Branco, Costa e Silva e Médici. MILITARES – Exército. *Jornal do Brasil*, ano LXXXI, n. 301, 29 mar. 1972. Caderno Classificados, p. 5; INAUGURAÇÕES MARCAM a data da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.359, 03 abr. 1974. p. 25.

⁸⁰ DUAS homenagens às vítimas do terrorismo. *O Globo*, ano LVII, n. 17.683, 31 mar. 1982. p. 6.

⁸¹ FANFARRAS de escolas desfilam em São Paulo. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 341, 01 abr. 1973. p. 33; GEN. COELHO adverte os “vencidos” de 64. *Folha de S. Paulo*, ano LXI, n. 18.991, 01 abr. 1981. p. 4.

⁸² MÉDICI JANTA com ministros e recebe 300 convidados em homenagem à Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 339, 30 mar. 1973. p. 4.

⁸³ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 235.

⁸⁴ MÉDICI É aplaudido na festa de aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 303, 01 abr. 1970. p. 7. Em seu livro sobre propaganda na ditadura militar brasileira, o historiador Carlos Fico apresenta uma canção que seria executada por estudantes na cidade de Jundiaí, em São Paulo, durante as cerimônias de hasteamento da bandeira nacional. A produção musical, cantada na melodia de *Jingle Bells*, trata-se de uma ode à data do golpe:

produzidos para homenagear a data, com destaque para selos provenientes dos Correios do Brasil, que constituem interessante conjunto de representações sobre o governo ditatorial.

Nas comemorações do 1º aniversário, em 1965, no selo emitido pelos Correios (Figura 13) optou-se por homenagear a “Revolução Democrática” fazendo referência à espada de Duque de Caxias, símbolo amplamente utilizado pelas Forças Armadas em cerimônias de formatura de tropas ou condecorações de oficiais do Exército.⁸⁵ Também é possível notar a existência de uma cruz sobreposta, o que reforça os contornos religiosos assumidos pelas programações festivas. No mesmo ano, o Departamento de Tecnologia do Exército (DCT) lançou carimbo comemorativo ao 31 de março.⁸⁶

Figura 13. Selo comemorativo ao 1º aniversário do golpe (1965)



“31, 31, 31 de março/ é o dia, é o dia da libertação/ quando as Forças Armadas deste meu país/ acabaram, acabaram com a corrupção/ Salve este dia/ salve este dia/ vamos cantar com alegria”. Todavia, Fico não deixou explicitado em seu texto a proveniência documental desses dados, o que impossibilitou incluir a canção na análise realizada nessa dissertação. Para mais detalhes, ver: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. p. 121.

⁸⁵ O processo de institucionalização do culto à personagem do Duque de Caxias ocorreu a partir de um investimento simbólico promovido pela elite militar, notadamente o Exército brasileiro, nas décadas de 1920 a 1940. Nesse contexto, Caxias passou a ser homenageado em ritos comemorativos pertencentes ao universo castrense, representativos do “papel conservador e autoritário do Exército na política nacional”. O ponto alto do culto ao personagem militar foi a criação da efeméride conhecida como “Dia do Soldado” (25 de agosto), que passou a coincidir com a data de seu aniversário. CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000.

⁸⁶ DCT inaugura mostra em homenagem à Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 74, 31 mar. 1965. p. 7.

Fonte: MERCADO livre. Disponível em: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-724607240-1965-c-523-quadra-selo-aniv-da-revolucao-democratica-_JM. Acesso em: 23 jun. 2023.⁸⁷

Em 1972, ano muitíssimo importante para o calendário de festas da ditadura, em razão do Sesquicentenário da Independência, as simbologias evocadas no 8º aniversário conectavam passado histórico e presente autoritário, com uma homenagem expressa aos presidentes militares Castello Branco, Costa e Silva e Médici, e aos dizeres da bandeira nacional, notadamente a palavra “progresso”.⁸⁸ Interessante observar que o selo integrava as iniciativas promovidas em razão dos cento e cinquenta anos da Independência do Brasil, fazendo alusão às conexões entre as datas de 1822 e 1972. A utilização das cores verde, azul, amarelo e branco também não constitua mera formalidade, contribuindo para enfatizar os ideais patrióticos e ufanistas em voga naquele contexto (Figura 14). As simbologias que mobilizavam cores também foram utilizadas nas festividades de 1969 na cidade de Brasília, cujas ruas foram ornamentadas por “bandeirolas azul-e-branco”, que aludiam para os lenços e bandeiras utilizadas por civis que aderiram ao movimento golpista em 1964 na cidade da Guanabara.⁸⁹

Figura 14. Selo comemorativo ao 8º aniversário do golpe (1972)



⁸⁷ As imagens a seguir foram captadas em sites de filatelia e venda de produtos em geral, onde os selos estão disponíveis para compra, a partir de R\$ 1,50 a quadra (4 selos).

⁸⁸ O lançamento do selo ocorreu no Quartel General do II Exército, em São Paulo, em cerimônia comemorativa ao 31 de março. COMEMORAÇÕES NA ÁREA do II Exército. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.626, 28 mar. 1972. p. 3.

⁸⁹ PRESIDENTE REÚNE governadores no 5º aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 299, 29 mar. 1969. p. 3.

Fonte: FILATELIA Halibunani. Disponível em: <https://filateliahelibunani.com/produto/c-726-selo-presidente-revolucao-militar-bandeira-medici-1972-quadra/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Na efeméride dos 10 anos do golpe, em 1974, um novo selo comemorativo foi lançado (Figura 15), reproduzindo o slogan oficial produzido pelo governo ditatorial e fazendo referência direta ao brasão republicano nacional, criado dias depois da Proclamação da República em 1889, um movimento também liderado por militares insatisfeitos com a política imperial.⁹⁰

Figura 15. Selo comemorativo ao 10º aniversário do golpe (1974)



Fonte: SHOPPING do Colecionador. Disponível em: <https://www.shoppingdocolcionador.com.br/produtos/comemorativo-brazil-1974-marco-10-anos-construindo-o-brasil/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Os espaços de ritualização das festas alusivas ao 31 de março e a profusão de artefatos visuais demonstra que a ditadura combinou a criação de novas simbologias com o uso de representações políticas e militares já consolidadas na cultura cívico-patriótica nacional. Essa utilização simbólica é característica do que Manuel Domingos Neto denominou como

⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

“patriotismo castrense”. Para o autor, a concepção de patriotismo preconizada pelas Forças Armadas encontra-se pautada no nacionalismo de viés corporativista e na disseminação de valores políticos conservadores, com destaque para os ideais de integração, hierarquia e disciplina.⁹¹ Acompanhando essa tendência e baseando-se em leitura histórica específica, a apropriação de determinados acontecimentos e símbolos pátrios nas comemorações do golpe de 1964 foi cuidadosamente pensada para exaltar o componente militar dentro da História do Brasil, promovendo uma visão idealizada dos feitos atrelados às Forças Armadas e conectando passado histórico ao presente ditatorial.

Um dos exemplos mais representativos desse universo consistiu na ampla utilização de simbologias ligadas à bandeira nacional. Os usos efetuados variaram bastante, seja no caso de cerimônias e solenidades de maior envergadura, como os desfiles cívico-militares, e até mesmo em situações pitorescas, como ocorreu em 1969 na Guanabara, em que as solenidades promovidas pela Secretaria de Segurança Pública “culminaram com o Secretário Luís de França Oliveira soprando cinco velas de um enorme bolo com as cores da bandeira brasileira”.⁹²

Nas paradas militares aconteciam rituais já consagrados, a exemplo do canto do Hino Nacional em posição de sentido e defronte à flâmula. Mas a ditadura também fez usos diversos desse símbolo nacional, como a entrega de bandeirolas aos estudantes e público espectador dos desfiles, para que acenassem na passagem dos pelotões das Forças Armadas.⁹³ Por sua vez, os soldados igualmente empunhavam a bandeira nacional, considerada naquele contexto um dos maiores símbolos da nacionalidade. Especialmente na década de 1970, a preocupação com os símbolos nacionais foi reforçada pelo governo Médici, por meio da disciplina de EMC e do Decreto-Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. A legislação dispunha a forma de representação oficial da bandeira e hino nacional, brasão de armas e o selo oficial do governo, sobretudo em solenidades realizadas nas repartições públicas civis e militares.⁹⁴

A ditadura não somente investiu em representações da bandeira nacional contemporânea, mas também empregou as chamadas “bandeiras históricas” nos desfiles. Essas bandeiras, que remontam às insígnias do período colonial até o regime republicano brasileiro, eram geralmente conduzidas por grupamentos dos Dragões da Independência, localizados nos

⁹¹ NETO, Manuel Domingos. Sobre o patriotismo castrense. *Perseu*, São Paulo, n. 18, ano 13, p. 13-35, 2019. p. 31.

⁹² BOLO com velas festejou a data. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 301, 01 abr. 1969. p. 4.

⁹³ INAUGURADA pelo presidente a Usina da COSIPA. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 6

⁹⁴ BRASIL. Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 1971. Interessante observar que o decreto foi estabelecido justamente na chamada “Semana da Pátria”, alusiva às comemorações do 7 de setembro.

pelotões de abertura das paradas militares.⁹⁵ Alguns dos brasões utilizados nos desfiles e identificados por meio das gravações da Agência Nacional representavam a Ordem de Cristo (1332-1651); a bandeira da Restauração (1640-1683); do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816-1821); do Império do Brasil (1822-1889); da Inconfidência Mineira (1789) e a Provisória da República (Figura 16).

Figura 16. Dragões da Independência portando bandeiras históricas brasileiras no 5º aniversário do golpe em Brasília



Fonte: BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n. 135*. 1969. [Sem número de registro]. Frame em 05:24min.

Os usos efetuados pela ditadura com relação às bandeiras históricas e nacional, além de revelarem uma concepção positivista e evolucionista, reforçam o argumento de que o regime autoritário se apropriava dos elementos históricos a partir de uma interpretação específica. Articuladamente a esse processo de criação e apropriação de mitos, símbolos, ritos e liturgias políticas, as tônicas discursivas originadas pelas narrativas sobre o golpe de 1964 contribuíam para formação de uma miríade de simbolismos gestados para fortalecer o discurso de legitimação do governo militar, compondo o que defino como o imaginário da “Revolução”.

⁹⁵ EM BRASÍLIA, Médici assiste ao grande desfile militar. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.899, 01 abr. 1970. p. 5.

Durante os quase 20 anos de comemorações institucionais do 31 de março, ocorreram diferentes apropriações simbólicas, variando de acordo com as próprias oscilações nas programações festivas. Nesse sentido, considere pertinente abordar o detalhamento das práticas ritualísticas operadas nos desfiles cívico-militares, mobilizados com maior intensidade em período inicial da ditadura militar brasileira, entre os anos de 1965 e 1970.

Evidentemente, a tradição dos desfiles de conagração não constituiu exclusividade do regime autoritário inaugurado em 1964, sua origem remonta à transição entre os séculos XVIII e XIX, no contexto de fundação dos Estados nacionais modernos. Esses cerimoniais de cunho espetacular constituíram formas originais e inovadoras de comemoração cívica, marcados pela ocupação de espaços públicos e pela capacidade de integração de setores populares mais amplos, reunidos em torno “uma força emocional e uma expressividade estética que faltavam à mera formulação literária de ideias ou valores”.⁹⁶

Durante a ditadura militar brasileira, os desfiles cívico-militares tornaram-se ocasiões convenientes para o investimento em mecanismos de maior aproximação entre o regime autoritário e a população civil, por meio da criação de sociabilidades festivas expressas em cerimoniais de cunho espetacular. Especialmente importantes foram as comemorações de datas cívicas consideradas representativas para a nacionalidade, a exemplo dos usos atribuídos ao 07 de setembro.⁹⁷ De forma semelhante, em algumas festividades alusivas ao 31 de março a ditadura promoveu paradas vultosas, sobretudo em 1965, 1969 e 1970. O grau de apelo conferido aos desfiles nesses anos pode estar associado a situações de maior evocação simbólica, como no caso do 1º e 5º aniversários do golpe, e por questões conjunturais, tendo em vista o auge do milagre econômico em 1970 e os investimentos ditatoriais para obtenção de apoio social diante do recrudescimento autoritário do regime.

Em 1965 quase todas as capitais nacionais registraram desfiles cívico-militares de porte significativo, com destaque para o já mencionado número de doze mil soldados em Belo Horizonte, que teriam sido assistidos por um público de cem mil pessoas.⁹⁸ A intenção nesse ponto não é detalhar a composição dos desfiles propriamente, mas discutir algumas de suas

⁹⁶ RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 179.

⁹⁷ Sobre os desfiles cívicos promovidos no 07 de setembro, ver, por exemplo: CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O nacionalismo autoritário ritualizado: o 31 de março e o 7 de setembro nas comemorações cívicas da ditadura militar. In: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Telmo (org.). *Independência: memória e historiografia*. São Paulo: Edições SESC, 2022. p. 37-58; FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 355-385, jan./abr. 2014.

⁹⁸ CEM MIL pessoas aplaudem o Presidente no desfile. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 75, 01 abr. 1965. p. 4.

principais características e práticas rituais. As condições de organização desses eventos permitiram agregar maiores contingentes populacionais aos festejos do 31 de março, e os indícios presentes na imprensa e no próprio discurso institucional da ditadura possibilitam tecer considerações sobre determinados elementos simbólicos mobilizados nessas ocasiões.

Os principais registros dos desfiles promovidos nos aniversários do golpe foram realizados pelos jornais de grande circulação e pelos cinejornais produzidos pela Agência Nacional. Os desfiles eram, por si só, considerados manifestações cujo objetivo principal consistia em “simbolizar o movimento armado que restaurou no Brasil o respeito à Constituição, fortaleceu o regime federativo abalado, preservou a democracia ameaçada pelos extremismos excitados e buscou promover o bem-estar social”.⁹⁹ A formação dos pelotões era descrita de forma minuciosa e as narrativas exaltavam o envolvimento popular, fator que conferia “ar de festa nacional” a esses eventos.¹⁰⁰

A composição e ordem de apresentação dos pelotões militares não seguia um padrão rígido, variando de acordo com os diferentes locais e anos de realização dos desfiles. As paradas mesclavam contingentes federais e estaduais, privilegiando a presença de soldados pertencentes às Três Armas e suas tropas especiais, como os Fuzileiros Navais, Dragões da Independência e Dragões da Inconfidência (esse último no caso de Minas Gerais).¹⁰¹ Participavam ainda as bandas militares, Regimentos de Cavalaria, Corpo de Bombeiros, Guarda Civil, Departamentos

⁹⁹ BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo* n. 2. 1965. N° de registro 23.087.

¹⁰⁰ EXALTADA a Revolução em todo país. *O Globo*, ano XL, n. 11.931, 01 abr. 1965. p. 23. Ainda em 1965, o desfile realizado na Guanabara foi encerrado com o povo invadindo as pistas e cantando a música “Cidade Maravilhosa”, para homenagear o 1º aniversário do golpe. LACERDA: soou a hora do voto. *Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.591, 01 abr. 1965. p. 16. Para outros exemplos que descreviam os desfiles e exaltavam a participação popular, ver: DESFILE MILITAR e inauguração de praça. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.534, 01 abr. 1969. p. 3; BRASÍLIA viu um desfile militar. *O Globo*, ano XLV, n. 13.465, 01 abr. 1970. p. 5; BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo* n° 60. 1967. [sem número de registro].

¹⁰¹ Para dar alguns exemplos, o desfile de Belo Horizonte no 1º aniversário do golpe obedeceu à seguinte ordem: “aberto pela tropa motorizada, tendo à frente a Base Aérea, a 4ª Companhia de Comunicações do 12º RI, e CPOR, viaturas de todas as unidades e serviços da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Guarda Civil e do Departamento Estadual de Trânsito. Logo em seguida, desfilou a Infantaria, na mesma ordem, em coluna por três ou seis, da Base Aérea, da 4ª Cia. de Comunicações, do 12º RI, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Guarda Civil e do Departamento Estadual de Trânsito, sendo que os alunos do CPOR e os expedicionários não participaram do desfile”. CEM MIL pessoas aplaudem o Presidente no desfile. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 75, 01 abr. 1965. p. 4. Já no desfile militar realizado em Brasília, em 1970, a ordem dos pelotões foi a seguinte: a) Bandeiras Históricas; b) Grupamento de Fuzileiros Navais; c) Batalhão da Guarda Presidencial, Polícia do Exército e 8º Grupo de Artilharia; d) Esquadrão da Polícia da Aeronáutica; e) Grupamento da Polícia Militar; f) Destacamento Bélico Motorizado; g) Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; h) Corpo de Bombeiros; i) Regimento de Cavalaria de Guarda (os ‘Dragões da Independência’).” BRASÍLIA VIU um desfile militar. *O Globo*, ano XLV, n. 13.465, 01 abr. 1970. p. 5.

de Trânsito e Colégios Militares (Figura 17). Em alguns anos especiais, veteranos e ex-combatentes do Exército brasileiro foram convidados a participar dos desfiles.¹⁰²

Os cerimoniais eram iniciados pela passagem da maior autoridade presente (geralmente os governadores de Estado ou o próprio presidente) em revista às tropas. Na sequência, os contingentes militares desfilavam nas principais avenidas das cidades, organizados em colunas de três, seis ou nove soldados, que em diferentes pelotões mesclavam exibições de fardos armamentos, equipamentos motorizados (como aviões, carros e tanques) e animais (como cães farejadores e cavalaria), em performances que se estendiam aos meios terrestre e aéreo, como no caso de sobrevoos executados pelas esquadrilhas da FAB.¹⁰³

Figura 17. Desfile militar alusivo ao 1º aniversário do golpe em Belo Horizonte



Fonte: MONTAGEM produzida pela autora (2023), tendo como base: BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo* n. 2. 1965. Nº de registro 23.087. Frames em 5:11min; 05:46min; 06:17min e 07:25min, respectivamente.

¹⁰² COMEMORAÇÕES DE NORTE a Sul. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 6; FESTA MAIOR dos Estados foi em Belém do Pará. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 75, 01 abr. 1967. p. 7; DESFILES MILITARES MARCAM mais um ano da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 306, 31 de março e 01 abr. 1968. p. 4.

¹⁰³ Para alguns exemplos, ver: REVOLUÇÃO TERÁ festa em Brasília. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 68, 25 mar. 1965. p. 7; EXALTADA a Revolução em todo país. *O Globo*, ano XL, n. 11.931, 01 abr. 1965. p. 23; O BRASIL INTEIRO comemora aniversário da Revolução. *O Globo*, ano XLII, n. 12.544, 31 mar. 1967. p. 4.

As próprias normativas dispostas pelas instituições castrenses na organização das programações festivas indicavam a promoção de “desfiles militares, sempre que possível combinado com as demais Forças Armadas”.¹⁰⁴ As descrições dos contingentes destacavam a harmonia, ritmo e “adestramento” das tropas, que marchavam “com brilho e garbo” para demonstrar seu “alto nível de preparação militar”.¹⁰⁵ Portanto, fica evidente que um dos traços que marcava esses desfiles residia na proeminência militar, no sentido de exaltar as forças provenientes das Três Armas, o que simbolizava também a união entre as corporações militares para a sustentação da ditadura.

Uma das principais características dos desfiles cívico-militares era a combinação de diferentes elementos simbólicos. As marchas pelas vias públicas das cidades eram incrementadas por outros atos solenes, especialmente chuvas de papel picado, salvas de artilharia, tiros de canhão, alvoradas festivas e pela já mencionada utilização de bandeiras e execução de hinos.¹⁰⁶ Somado a isso, a participação de setores mais amplos da população nesses desfiles possibilitava que eles constituíssem momentos particularmente importantes para o processo de ritualização e sacralização da “Revolução”. Esses cerimoniais de cunho espetacular, devidamente codificados e repetitivos, aglutinavam outras referências cívico-patrióticas para reforçar a importância simbólica do 31 de março como uma data histórica relevante para a nação e que, portanto, merecia ser comemorada devidamente.

O arsenal de símbolos mobilizado pela ditadura nos aniversários do golpe privilegiou a apropriação de representações previamente consolidadas na cultura cívica nacional, interpretadas sob um viés positivista e militarizado, característico do “patriotismo castrense”. O poder institucional combinou essa leitura histórica à implementação de novas simbologias atreladas especificamente ao 31 de março, com o objetivo de enaltecer a data e exaltar as Forças Armadas, consideradas as verdadeiras protagonistas dos acontecimentos que culminaram no golpe de 1964. Esse conjunto de representações discursivas e visuais – notadamente, a criação de um herói, de lugares de memória e artefatos visuais (selos, dísticos, cartazes), a execução de práticas ritualísticas (desfiles e celebrações religiosas) – assumiu uma função de “simbolização política”¹⁰⁷ e que fundamentou o processo de monumentalização da “Revolução”.

¹⁰⁴ Esse foi o caso do aviso nº 67 da Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército. FESTAS visam mostrar que a Revolução continua. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 74, 31 mar. 1967. p. 7.

¹⁰⁵ BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo* n. 2. 1965. Nº de registro 23.087; BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo* nº 135. 1969. [sem número de registro].

¹⁰⁶ DESFILE DE 7 MIL recorda resistência na Guanabara. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 75, 01 abr. 1965. p. 7; EM TODO O PAÍS Revolução é comemorada. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.534, 01 abr. 1969. p. 5.

¹⁰⁷ JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-Nação a ser construído: o papel dos símbolos nacionais, do Império à República. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 471-509, 2012. p. 495.

3.3 – A participação estudantil nos festejos e o “dilema” da juventude

Para além dos contingentes militares agrupados nos desfiles e comemorações, outro grupo social bastante mobilizado pela ditadura nessas ocasiões foi composto por crianças e adolescentes, estudantes dos níveis básicos de ensino. O regime autoritário promoveu políticas específicas para a juventude nos festejos do 31 de março, sobretudo a partir da década de 1970, mesclando discursos autoritários às práticas pedagógicas baseadas em concepções de civismo e patriotismo. As atividades desenvolvidas eram bastante diversificadas e foram inúmeras as ocorrências nesse sentido. Por essa razão, considereei pertinente registrar alguns dos casos mais marcantes relacionados às práticas ritualísticas de maior recorrência no ambiente escolar.

Frequentemente realizavam-se palestras informativas aos estudantes, que eram ofertadas pelos professores e diretores das instituições de ensino. A cidade de São Paulo se destacou nesse sentido, determinando em vários anos que as aulas regulares do dia 31 de março fossem suspensas para o desenvolvimento de trabalhos gráficos, eleições de Centros Cívicos e grêmios estudantis, e palestras alusivas à data.¹⁰⁸ O conteúdo dessas preleções pretendia esclarecer os objetivos que fundamentaram a “Revolução”, suas metas e as “tarefas grandiosas já executadas em benefício do país”, ressaltando ainda “a contribuição do movimento revolucionário à preservação das tradições nacionais e à criação de oportunidades para as novas gerações”.¹⁰⁹

Além das palestras, também era comum a promoção de gincanas artísticas e literárias, como ocorreu em 1971, na cidade de Taubaté (SP), por meio de iniciativa do Departamento de Educação e Cultura. A II Gincana Literária do município teve como principal tema a “Revolução de 1964” e o concurso ocorreu em duas modalidades: aos estudantes do “nível 1” foi solicitada a confecção de desenhos sobre os símbolos nacionais e o 31 de março, enquanto os de “nível 2” desenvolveram uma redação sobre o tema. O prêmio prometido pela Prefeitura Municipal aos vencedores era a distribuição de troféus que seriam entregues em cerimônias efetuadas nas próprias escolas.¹¹⁰ No 9º aniversário do golpe, em 1973, o colégio D. Pedro II, localizado no Rio de Janeiro (e que teve um envolvimento notável nos festejos do 31 de março),

¹⁰⁸ PALESTRAS E DESFILES comemoram Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, n. 15.990, 29 mar. 1973. p. 3; EM S. PAULO solenidade no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.987, 31 mar. 1976. p. 7.

¹⁰⁹ TODO PAÍS CELEBRA a Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 mar. 1970. p. 1; PALESTRAS E ATOS cívicos nos Estados. *O Globo*, ano XLVI, n. 13.773, 31 mar. 1971. p. 3.

¹¹⁰ COMEMORADO NO INTERIOR o 7º aniversário da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LI, n. 15.265, 02 abr. 1971. p. 5.

também organizou uma gincana comemorativa ao 9º aniversário do golpe. A solenidade de avaliação dos trabalhos foi presidida pelo vice-presidente da República, o almirante Augusto Rademaker, ex-aluno da instituição, e contou com a exposição de cartazes com slogans comemorativos, produção de redações e hinos. Os registros produzidos pela Agência Nacional permitem observar alguns dos cartazes produzidos pelos estudantes no concurso, um deles com desenho do presidente Médici e os dizeres “Agora sim, o desenvolvimento caminha com ordem e progresso”. Ao lado, outro cartaz dividia a paisagem entre o “antes” e “depois” do Brasil: em 1964 uma tela pintada em tons de preto e branco e, em 1973, um sol radiante iluminando o cenário com cores vívidas.¹¹¹

Grande parte das iniciativas escolares eram desenvolvidas com o propósito de enaltecer o governo militar, enfatizando as supostas benesses proporcionadas pela “Revolução”. Os concursos de redação foram representativos nesse sentido, abordando temáticas alinhadas ao projeto desenvolvimentista da ditadura. Esse foi o caso de um concurso também promovido pelo colégio D. Pedro II, em 1970, sob o tema “A Revolução de 31 de Março e seus benefícios”, cujo prêmio consistia em uma viagem de férias de julho para Manaus (AM), com todas as despesas pagas. Outro concurso de monografias realizado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás, em 1975, teve como tema “O desenvolvimento econômico, cultural e científico provocado no Brasil a partir da Revolução de Março de 1964”.¹¹²

As programações festivas escolares também congregavam competições esportivas (sobretudo jogos de futebol)¹¹³ e a visitação de exposições e instalações das Forças Armadas. Em 1973 vários estudantes do estado da Guanabara foram recebidos pelo I Exército na exposição “Brasil de Hoje”, onde puderam “andar a cavalo, descer da torre de paraquedistas, e ganhar sorvetes, chocolates, refrigerantes e farto material de propaganda dos *stands* visitados, que servem de pesquisa para os alunos durante o ano letivo”.¹¹⁴ Ao término da exposição o *Jornal do Brasil* realizou pequenas entrevistas com algumas das crianças que visitaram as atrações. Segundo a opinião de Paulo Sérgio (14 anos), o Brasil seria “uma grande potência do universo. Está progredindo muito”. Enquanto isso, seu colega Carlos Eduardo (14 anos),

¹¹¹ BRASIL. Agência Nacional. *Brasil Hoje*, n.º 37. 1973. [sem número de registro].

¹¹² GUANABARA: conjuntos do BNH para 856 famílias. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 11; PAÍS COMEMORA a Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.677, 30 mar. 1975. p. 4.

¹¹³ RECIFE festeja 12 anos da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.183, 29 mar. 1976. p. 3. Após o jogo de futebol e desfile de 1500 estudantes as crianças de Recife (PE) foram presenteadas com sorvetes.

¹¹⁴ MOSTRA DA Lagoa tem “show” hoje. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 340, 31 mar. 1973. p. 13.

expressou um olhar crítico ao afirmar que “o Brasil não é só arma. As armas aí são muito modernas, mas o ensino não está se desenvolvendo tanto, ainda não é o bastante”.¹¹⁵

Os estudantes também foram amplamente mobilizados em desfiles cívicos-escolares e solenidades festivas. As ações comemorativas promovidas em 1970 foram bastante significativas nesse sentido. Naquele ano ocorreram desfiles de grande porte nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo, que segundo a imprensa congregaram a presença de sete e doze mil estudantes, respectivamente.¹¹⁶ Na capital paulista a “grande manifestação cívica” contou com a participação de 185 escolas municipais, 106 parques infantis e 15 centros juvenis, dentre eles, o Centro da Juventude “31 de março”, agremiação estudantil que homenageava a data do golpe em seu próprio nome.¹¹⁷ Os festejos se encontravam em acordo com a determinação do prefeito Paulo Maluf ao instaurar a chamada “Semana da Revolução” (Figura 18).

Figura 18. Desfile de estudantes sob revoada de pombos em comemoração ao 6º aniversário do golpe em São Paulo



¹¹⁵ GEISEL ENCERRA a exposição “Brasil de Hoje” que 300 mil pessoas visitaram na Lagoa. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 344, 04 abr. 1973. p. 4.

¹¹⁶ MÉDICI É aplaudido na festa de aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 303, 01 abr. 1970. p. 7.

¹¹⁷ 1500 JOVENS comemoram aniversário da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LXIX, n. 14.900, 02 abr. 1970, p. 6.

Fonte: APESP. Acervo Jornal *Diários Associados*. Pasta 27.1 (Política Nacional). Índice temático (Brasil – Revoluções – Levante de 31/3/1964 – Comemorações). Foto. São Paulo, 1 abr. 1970. ICO-DA-AMP-2863-008-0013.

Nos anos seguintes, a cidade de São Paulo seguiu se destacando na promoção de cerimoniais comemorativos ao 31 de março que congregavam amplos contingentes estudantis. Em 1973, um grande concurso de fanfarras escolares foi organizado para coincidir com os festejos do 9º aniversário, evento que encerrou a programação comemorativa que se estendeu durante aquela semana.¹¹⁸ Alguns anos mais tarde, a Secretaria de Educação do Estado baixou a Resolução SE nº 72, de 20 de fevereiro de 1976, dispondo sobre a regulamentação das comemorações cívicas alusivas ao golpe. A íntegra da legislação foi divulgada pelo *Diário Oficial* e reproduzida pela imprensa de grande circulação. Dentre as principais determinações, constava a promoção de comemorações em todas as escolas do sistema estadual de ensino, com o estabelecimento de programações festivas compostas por sessões solenes e palestras especiais “de modo a enfatizar o conteúdo histórico da data”.¹¹⁹ Essa resolução tinha como objetivo principal institucionalizar as programações festivas no âmbito das escolas, prática que se tornou predominante em diversas instituições de ensino do país durante os anos 1970.¹²⁰

As cerimônias que congregavam estudantes utilizavam diversas simbologias cívicas e, a exemplo do que já vimos, também combinavam rituais consolidados – como o hasteamento da bandeira e o canto do Hino Nacional – às inovações vinculadas ao 31 de março propriamente. Era comum que as crianças entoassem músicas patrióticas e ufanistas, declamassem poemas

¹¹⁸PALESTRAS E DESFILES comemoram Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, n. 15.990, 29 mar. 1973. p. 3. Para mais exemplos, ver: NA PREFEITURA, a festa das crianças. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.627, 29 mar. 1972. p. 3; PAULÍNIA: o 31 de março será comemorado. *Folha de S. Paulo*, ano LV, n. 16.817, 28 mar. 1975. p. 21.

¹¹⁹EXPEDIENTE ESCOLAR. Estado. Comemorações. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.182, 28 mar. 1976. Terceiro Caderno, p. 23. Mesmo em período anterior à década de 1970, iniciativas nesse sentido já haviam sido gestadas no Estado do Rio de Janeiro. Cf.: NEGRÃO torna-se entusiasta do 31 de março. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 75, 01 abr. 1967. p. 7; ARCEBISPO DE NITERÓI celebra ação de graças. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 300, 30 e 31 mar. 1969. p. 3.

¹²⁰Alguns trabalhos historiográficos centrados em universos escolares particulares, de determinadas regiões do país, identificaram que as comemorações do 31 de março faziam parte do cotidiano de instituições de ensino básico durante a ditadura militar brasileira. A esse exemplo, ver: RIBEIRO, Genes Duarte. *A professora da Nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba*. 2017. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017; FILGUEIRAS, Juliana Miranda; ARAÚJO, Jorge Eduardo Lima. Cultura escolar, rituais cívicos e ensino de história nas escolas de Alfenas durante o regime militar. *Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 40-59, 2019; OLIVEIRA, Marconey de Jesus. Celebrações cívicas realizadas pelo Ginásio Municipal de Serrolândia-BA no período da ditadura civil-militar (1964-1985). In: PEREIRA, Denise; SANTO, Janaína de Paulo do Espírito (org.). *História: consensos e dissensos engendrados*. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 59-67.

referentes à chamada “Revolução”, e preparassem apresentações artísticas mobilizando as cores verde e amarelo.¹²¹

Um elemento que se destacou foi a ampla utilização de simbologias geracionais, para traçar paralelos entre os aniversários do golpe de 1964 e a juventude brasileira. Essa situação se fez presente nos rituais comemorativos, como no caso das solenidades realizadas junto ao monumento de Castello Branco, no Rio de Janeiro, que priorizavam a participação de crianças nascidas no 31 de março de 1964 para depositar as flores junto à estátua e realizar o hasteamento das bandeiras nacional e dos estados da federação.¹²² Chega a ser curiosa a espécie de obsessão que a ditadura tinha com crianças nascidas na data do golpe, o que incluiu o oferecimento de premiações às mesmas na exposição comemorativa realizada em 1973.¹²³ Aparentemente, a ênfase em utilizar as crianças nascidas em 1964 em rituais e peças de propaganda compunha uma estratégia para reforçar a imagem de que o golpe representou o nascimento de uma “nova” era, um “novo” tempo.

A questão geracional também se refletiu na grande imprensa, seja por meio de entrevistas realizadas com jovens nascidos em 1964 (inclusive com o neto do presidente Geisel), e pela veiculação de peças publicitárias congratulatórias que evocavam a infância de meninos e meninas que haviam nascido nos anos subsequentes ao golpe.¹²⁴ No 11º aniversário, em 1975, uma propaganda criada pelo poder governamental exibiu uma montagem com rostos de diversas crianças de 11 anos ou menos, afirmando que elas “não presenciaram, como nós, o 31 de março de 1964, data da Revolução, mas estão colhendo os seus frutos” (Figura 19). O texto que acompanhava a imagem destacou inúmeras vezes a ideia de “renovação” do Brasil, convocando a colaboração da população a partir de dizeres como “Faça a sua parte. Acredite no poder da democracia e essas crianças que estão aí vão receber um país próspero e livre, graças ao seu trabalho consciente”.¹²⁵

¹²¹ BANDEIRAS são hasteadas hoje no Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.185, 31 mar. 1976. p. 10; D. AVELAR pede correção dos erros. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 5.

¹²² MÉDICI COMPARECE à homenagem a Castelo. *O Globo*, ano LI, n. 15.517, 01 abr. 1976. p. 3; COMEMORAÇÕES EM TODO o país. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.894, 31 mar. 1978. p. 13; ESTUDANTES CELEBRAM o Dia da União em cerimônia no Leme. *O Globo*, ano LIV, n. 16.600, 01 abr. 1979. p. 24.

¹²³ GEISEL ENCERRA a exposição “Brasil Hoje” que 300 mil pessoas visitaram na Lagoa. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 344, 04 abr. 1973. p. 4.

¹²⁴ A POLÍTICA NACIONAL aos 15 anos. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVIII, n. 354, 01 abr. 1979. p. 4.

¹²⁵ BRASIL, UM PAÍS que há 11 anos se renova. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 9.

Figura 19. Propaganda com rostos de crianças nascidas após 1964



Fonte: BRASIL, UM PAÍS que há 11 anos se renova. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 9.

O apelo especial conferido à etapa da juventude estava associado ao interesse em “construir memórias que podem representar todos, revestidas de uma ‘inocência’ típica da infância”¹²⁶ e, portanto, afastada de objetivos considerados meramente políticos. À vista disso, a utilização das simbologias geracionais nas programações festivas e discursos comemorativos, enfatizando sobremaneira a data do 31 de março de 1964, tinha como principal objetivo entrelaçar diferentes experiências individuais em torno de um ideal em comum: o futuro das crianças brasileiras. A concepção dos jovens como futuro da “Revolução” permeou várias narrativas e práticas comemorativas. Em 1970, o jornal *O Globo* relatou que o ponto culminante do grandioso desfile realizado em São Paulo consistiu na exibição de uma faixa “sustentada por duas garotinhas, que passaram garbosas à frente do palanque oficial: ‘Confiem em nós. Somos

¹²⁶ Tradução da autora: “para posicionar a la experiencia personal como modo de construir memorias que puedan representar a todos, revestidas de una ‘inocencia’ típica de la infancia”. CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshinchadas. In: JELIN, Elisabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002. p. 203.

o futuro da Revolução””.¹²⁷ Por sua vez, os discursos comemorativos destacavam que o golpe havia sido feito em favor do Brasil e “inteiramente dedicado aos jovens”, pela “certeza de que estamos dando a eles melhores condições, superiores às que foram dadas pelos nossos antecessores”.¹²⁸

A concepção da juventude como alvo e herdeira das ações do governo ditatorial fundamentou diversas das iniciativas direcionadas ao campo educacional, notadamente o Projeto Rondon e a EMC, e também se refletiu nas comemorações do golpe de 1964.¹²⁹ A premissa que sustentava essas determinações estava vinculada à suposta necessidade de “conquistar a confiança dos moços e assegurar o papel histórico de sua participação na vida pública”, por meio de uma formação e orientação “dentro dos princípios da Revolução”¹³⁰, que deveria ocorrer prioritariamente no ambiente escolar. Por extensão, as atividades comemorativas desempenhadas nas escolas encontravam-se especialmente integradas à disciplina de moral e civismo, cujo conteúdo programático era adaptado na ocasião dos aniversários do golpe para enfatizar o “valor” histórico da data.¹³¹

Em muitos sentidos a proposição da obrigatoriedade no ensino de EMC esteve em conformidade com objetivos pedagógicos vinculados à legitimação do regime autoritário. O processo de implementação da disciplina foi fundamentado por um discurso marcadamente político, vinculado à necessidade governamental de conscientizar a juventude, mediante uma suposta “crise do civismo” que atingia o país. Essa crise estava diretamente associada às disputas políticas em voga no final da década de 1960, quando a retórica de combate à “subversão” foi intensificada, diante do crescimento do envolvimento de estudantes em manifestações de oposição à ditadura.¹³² Na prática, tratava-se de “divulgar um nacionalismo anticomunista/antiesquerdista e autoritário [...] uma concepção conservadora sobre o ser brasileiro que não admite o pluralismo de ideias e o dissenso, e investe no Estado ditatorial para

¹²⁷ NAS RUAS, salões e igrejas houve ontem festa nacional. *O Globo*, ano XLV, n. 13.465, 01 abr. 1970. p. 5.

¹²⁸ 31 DE MARÇO: prêmio para escolares. *Folha de S. Paulo*, ano LII, n. 15.628, 30 mar. 1972. Caderno Ilustrada, p. 5.

¹²⁹ Para um estudo detalhado sobre as iniciativas ditatoriais no Projeto Rondon, ver: LIMA, Gabriel Amato Bruno de. *Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo*. São Paulo: Alameda, 2019.

¹³⁰ DISCURSO de Magalhães. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 2; REVOLUCIONÁRIOS formam movimento. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 353, 01 abr. 1977. p. 16.

¹³¹ REVOLUÇÃO É MOTIVO de solenidade nas escolas. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, n. 15.992, 31 mar. 1973. p. 11; COMEMORADO em todo Brasil o 11º aniversário da Revolução. *O Globo*, ano L, n. 15.154, 31 mar. 1975. p. 2; EM S. PAULO solenidade no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.987, 31 mar. 1976. p. 7.

¹³² FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 39.

proteger a Nação dos supostos responsáveis por conflitos sociais”.¹³³ Por sua vez, as comemorações do 31 de março inseriam-se nessa lógica a partir de dois objetivos principais: educar as novas gerações para que elas tivessem conhecimento do que havia sido a “Revolução de 1964” a necessidade de afastar os jovens da “subversão”.

Retomando algumas das discussões realizadas no primeiro capítulo da dissertação, a respeito das narrativas sobre o golpe, foi possível observar que uma das motivações elencadas pelos grupos apoiadores do regime autoritário para historicizar o 31 de março de 1964 consistia na suposta necessidade de esclarecer aos jovens o passado associado ao “tempo do caos”, isto é, o governo de João Goulart. Esse interesse, de viés fortemente pedagógico, se fez presente nas diversas ocasiões comemorativas, sobretudo, diante do envolvimento de estudantes nas programações festivas. Os discursos de autoridades políticas civis e militares realizaram inúmeros apelos para “que as novas gerações fiquem cientes da situação que reinava no País em 1964, e os riscos que ela implicava”.¹³⁴

A justificativa utilizada para respaldar essa necessidade era a de que os jovens brasileiros, em virtude de sua pouca idade, desconheciam o contexto de crise política que teria desencadeado a insurreição golpista. Consequentemente, esses cidadãos quase nada saberiam “dos perigos que ameaçaram destruir o Brasil, afundando-o definitivamente na corrupção e na subversão”.¹³⁵ Diante desse cenário, tornava-se necessário educar os jovens para que compreendessem a gravidade dos supostos “perigos” que o país corria. Paralelamente, existia o desejo de fomentar a “gratidão às Forças Armadas pelo clima que, mediante a sua permanente vigilância, nos tem permitido trabalhar, intensa e jubilosamente, visando a construir o Brasil pujante que todos almejamos”.¹³⁶

Essas mensagens permearam diversos dos pronunciamentos comemorativos entre as décadas de 1970 e 1980, com destaque especial às Ordens do Dia baixadas pelos ministros das Forças Armadas e os discursos dos presidentes Geisel e Figueiredo. Ambos os chefes militares destacaram a importância do “reexame” dos eventos ocorridos em 1964, para lhes esclarecer junto à juventude que, “esperançosa e idealista [...] não dispunha de olhos capazes de avaliar o abismo de inépcia, perplexidade, corrupção e desordem em que soçobravam todas as

¹³³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O nacionalismo autoritário ritualizado: o 31 de março e o 7 de setembro nas comemorações cívicas da ditadura militar. In: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Telmo (org.). *Independência: memória e historiografia*. São Paulo: Edições SESC, 2022. p. 40.

¹³⁴ LEVY lembra frase de Goulart. *O Estado de S. Paulo*, ano CIII, n. 32.838, 31 mar. 1982. p. 7.

¹³⁵ LUÍS VIANNA enaltece poder de recuperação. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIV, n. 354, 01 abr. 1975. p. 2.

¹³⁶ EMPREGADOS e empregadores homenageiam o 13º aniversário da Revolução. *O Globo*, ano LII, n. 15.878, 01 abr. 1977. p. 11.

instituições da sociedade brasileira”.¹³⁷ Mesmo em 1984, quando a ditadura não desfrutava mais de prestígio e as comemorações do 31 de março já haviam sido extintas, a revista militar *O Verde Oliva* insistiu na necessidade de “informar e esclarecer” os jovens brasileiros, “que, não tendo vivido na plenitude aqueles instantes cruciais de nossa trajetória, defrontam-se a todo momento com as mais variadas versões sobre o assunto, nem sempre isentas e parciais”.¹³⁸ Ademais, não custa reforçar que, como vimos anteriormente, esses relatos presumiam-se imparciais e verdadeiros do ponto de vista histórico.

A lógica empregada nesses discursos era a de que, na medida em que os jovens passassem a conhecer a “verdadeira” história do golpe, o governo militar conquistaria “o apoio da juventude para cumprir os compromissos morais e políticos da Revolução, pois está nas mãos dos brasileiros efetivá-los, como esteve ontem a decisão de assumi-los”.¹³⁹ A escola e o desempenho dos docentes eram considerados estratégicos para a instrução dentro dos princípios ditos “revolucionários”, pois “os jovens precisam ser bem-informados para que de maneira eficiente defendam os valores morais e espirituais da Nação brasileira”.¹⁴⁰ Dessa forma, para além das atividades pedagógicas ligadas à EMC, constava uma preocupação na organização das atividades e homenagens cívicas, criadas para reforçar as comemorações do golpe e consolidar, em termos rituais e discursivos, uma visão histórica específica sobre o 31 de março de 1964.

Os objetivos em esclarecer o conteúdo político da “Revolução” estavam intimamente ligados à percepção dos governos militares sobre a necessidade de afastar os jovens da “subversão”, em clara alusão ao envolvimento de uma parcela deles em atividades de cunho contestatório e com os grupos da esquerda. Esse discurso voltava-se especialmente à juventude secundarista e universitária, que além de promover protestos críticos à ditadura, muito raramente aderiu aos festejos dos aniversários do golpe. A presença desses jovens adultos somente foi registrada de forma significativa nas solenidades que ocorriam no próprio espaço universitário, organizadas pelas reitorias dessas instituições.¹⁴¹ Nessa mesma linha, os

¹³⁷GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento pela televisão pelo décimo aniversário da Revolução*. Brasília, 1974. p. 69-70; FIGUEIREDO DIZ que país quer a tranquilidade da ordem. *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 354, 01 abr. 1982. p. 4.

¹³⁸ A Revolução Democrática de 31 de março. *O Verde Oliva*, Brasília, ano XI, n. 96, p. 8-10, mar. 1984. p. 8.

¹³⁹ MAGALHÃES PINTO: só radicalismos levarão a enganos do passado. *O Globo*, ano LI, n. 15.516, 31 mar. 1976. p. 3.

¹⁴⁰ DIRETOR-GERAL do Colégio D. Pedro II enaltece a Revolução de 31 de Março de 1964. *O Globo*, ano LI, n. 15.516, 31 mar. 1976. p. 3; RESSEL: unidade garante Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 mar. 1970. p. 5.

¹⁴¹ A esse exemplo, cabe destacar um churrasco promovido pela Universidade de São Paulo (USP), em homenagem às Forças Armadas, no 1º aniversário do golpe. Além disso, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de Goiás (UFGO) registraram solenidades comemorativas no ano seguinte. USP comemora revolução com churrasco às Forças Armadas. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.076, 04 abr. 1965. p. 10;

diretórios do Arena Jovem se envolveram nas comemorações durante a década de 1970, por meio da divulgação de manifestos congratulatórios e da participação nas homenagens promovidas pelo partido.¹⁴²

Por essas razões, o ambiente universitário era considerado local propício à suposta “infiltração” comunista e os jovens, carentes de uma orientação devida, seriam alvos fáceis para a ação dos “agitadores que se apresentam com o rótulo da liberdade, na tentativa de repetir a desordem através da liderança extremista”.¹⁴³ Este constituía o chamado “dilema” da juventude: a necessidade de educá-la dentro dos princípios morais e cívicos preconizados pela ditadura, para afastá-la das atividades “subversivas” e garantir a perpetuação da “Revolução” de 1964. As iniciativas governamentais direcionadas à juventude eram concebidas a partir do objetivo de “arrancá-la da girandola das ‘contestações vazias’ e situá-la na vanguarda das dedicações sociais”.¹⁴⁴ Justamente por essas razões, as crianças e jovens constituíam um dos grupos sociais mais privilegiado nas programações festivas organizadas nos aniversários do golpe, o que justifica a promoção de resoluções governamentais visando institucionalizar essas comemorações no ambiente escolar, além da atenção conferida pela imprensa no sentido de visibilizar a adesão das instituições de ensino aos festejos. Adicionalmente, a ditadura também se apropriou da imagem de jovens e crianças para mobilizar simbologias geracionais, que estabeleciam conexões entre a data do golpe em 1964 e o nascimento e infância dos novos brasileiros, ambos representando o que denominavam como o “novo” Brasil.

A partir de uma gama de atividades e iniciativas diversas, a ditadura produziu um complexo conjunto simbólico e ritualístico nos aniversários e comemorações do golpe de 1964. A mobilização de diferentes símbolos, construção de lugares de memória e monumentos, produção de rituais e de imagens visuais, e de uma história oficial (a exemplo do que vimos no primeiro capítulo), permitiu ao regime autoritário compor uma amarrada teia de “constelações mitológicas”¹⁴⁵, representativas do imaginário da “Revolução”. Esses mitos foram cristalizados e difundidos por meio de símbolos e alegorias cívicas que forjaram estruturas de sentidos,

FESTEJOS reafirmam fé na Revolução. *Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 8; COMEMORAÇÕES de Norte a Sul. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 6.

¹⁴² SÃO PAULO DÁ início hoje às festas da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.133, 31 mar. 1970. p. 6; PAÍS COMEMORA a Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.677, 30 mar. 1975. p. 4.

¹⁴³ NA MISSA, elogio à autoridade. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIX, n. 31.607, 01 abr. 1978. p. 4.

¹⁴⁴ REALE, Miguel. Legitimidade Revolucionária. *Folha de São Paulo*, ano XLIX, n. 14. 896, 29 mar. 1970. Caderno Especial, p. 5.

¹⁴⁵ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

permitindo que as representações do golpe, construídas sob a ótica dos próprios golpistas, fossem difundidas na esfera pública por meio de ritos institucionais e discursos veiculados na imprensa. Por essa razão, a abordagem focada em questionar quais foram as principais simbologias utilizadas nas comemorações do 31 de março permitiu aferir sobre determinados aspectos importantes para a composição do imaginário político atrelado ao golpe de 1964.

Ao longo do texto, busquei demonstrar que a ditadura se apropriou de simbologias religiosas, sobretudo, vinculadas ao catolicismo. A utilização dos ritos e símbolos religiosos resultou na elaboração de uma refinada retórica político-religiosa, radicada no discurso anticomunista, que colocava em polos opostos um suposto “Brasil cristão” e o “comunismo internacional ateu”. Por sua vez, a mobilização de simbologias desenvolvimentistas esteve atrelada à ideia de “construção” e fundação de um “novo” tempo no contexto do pós-1964. As inaugurações de obras públicas eram consideradas provas materiais do progresso alcançado pelos governos militares, mesclando discursos político-econômicos para respaldar a visão do “Brasil Potência” e destacar os ganhos financeiros proporcionados pelo “milagre”.

Os usos atribuídos às simbologias cívico-patrióticas englobaram diferentes processos: a heroificação de personagens históricas, a exemplo do ex-presidente Castello Branco, inauguração de monumentos e lugares de memória, emissão de emblemas e selos e a promoção de desfiles. O elemento que unificou essas diferentes modalidades consistiu na exaltação das Forças Armadas como protagonistas históricas, a partir de uma leitura de viés militarizado, característica de um “patriotismo castrense” e, durante a ditadura, representativa do nacionalismo autoritário propagado pelos governos militares. Essa maneira de interpretar os fenômenos históricos refletia-se nas iniciativas institucionais que se estendiam ao ambiente escolar, como no caso da EMC e das programações festivas promovidas nos aniversários do golpe. O apelo conferido aos jovens e a mobilização de simbologias geracionais inseria-se nesse universo, de modo a unificar diferentes experiências em torno de um tema considerado tocante: a educação das crianças de acordo com os valores oficiais e o investimento no futuro dos jovens brasileiros. Por extensão, os governos autoritários consideravam que esses jovens cidadãos eram a garantia de perpetuação dos chamados ideais “revolucionários”, o que tornava indispensável sua instrução no sentido de afastá-los de comportamentos contrários ao regime.

A ditadura fomentou diferentes usos para essas simbologias que, vistas de forma integrada no âmbito das comemorações do 31 de março, contribuíram para a sacralização política do golpe de 1964 e da ditadura militar brasileira. Desse processo, resultou uma complexa amarração simbólica, que mesclou inovações ritualísticas com a apropriação de elementos previamente consolidados nas tradições nacionais. Ambos os símbolos mobilizados,

sejam de cunho religioso, desenvolvimentista, cívico-patriótico ou geracional, fizeram parte do imaginário da “Revolução” e estiveram sujeitos a uma politização evidente, articulada à necessidade de construção de espaços de legitimação para o regime autoritário em voga.

CAPÍTULO 4

O 31 de março entre ações violentas, resistências e acomodações

Nos capítulos anteriores busquei evidenciar a construção e mobilização de um imaginário “revolucionário” pela ditadura nas comemorações do golpe de 1964, bem como, analisar aspectos essenciais dos festejos realizados entre os anos de 1965 e 1984, e alguns de seus resultados. As discussões que serão apresentadas a seguir tem como objetivo analisar de forma mais minuciosa a multiplicidade de comportamentos suscitados pelos aniversários do 31 de março. Essa problemática está ancorada no estudo sobre as culturas políticas, preocupando-se não somente em caracterizar as diferentes atitudes e valores sociais partilhados por esses grupos, mas também a forma como se relacionaram com o contexto institucional em voga, a saber, um regime ditatorial que durou 21 anos.¹

Desde a introdução desse trabalho venho destacando a necessidade de reconhecer a dinamicidade dos vínculos entre certos setores da sociedade e a ditadura, que extrapolam dicotomias e assumem diferentes feições para além da colaboração e resistência. Com a intenção de matizar determinados comportamentos políticos frente aos aniversários do golpe, o último capítulo dessa dissertação se propõe a discutir de forma especial as formas de oposição e acomodação que se expressaram nas atitudes de alguns grupos sociais, apontando ainda algumas situações em que o autoritarismo ditatorial se fez presente de maneira mais flagrante no contexto dos festejos.

Para tanto, serão demonstrados casos de manifestações de oposição que reverberaram no ambiente comemorativo e que fugiram às intenções ditatoriais de promoção de consentimento e legitimidade. De forma semelhante, apresentarei alguns indícios sobre os atos violentos praticados pela ditadura durante as comemorações do 31 de março e que permitem averiguar a presença constante da coerção política. Por fim, discutirei as relações de ambiguidade e os “jogos de acomodação” estabelecidos entre a imprensa de grande circulação nacional e a ditadura. O tema dos aniversários do 31 de março servirá como mote para pensar essas questões, alinhadas ao interesse em indagar sobre os processos de produção e recepção de ideias no âmbito das culturas políticas, imaginários e festas cívicas.

4.1 – Vozes dissonantes: manifestações de oposição às comemorações do golpe

¹ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. p. 243.

Os ritos políticos visam cumprir funções legitimadoras e integrativas, buscando gerar determinados consensos em torno de valores e ideias propagadas pelos governos instituídos. Todavia, essas comemorações públicas expressam graus variados de adesão, apresentando, inclusive, divergências de atitudes e inversões de sentido.² Sobretudo quando tratamos de fenômenos históricos que atravessam de forma direta o domínio do político, é necessário ter em mente sua dimensão conflitiva, pois na arena política os diferentes grupos sociais disputam espaço para defesa de seus interesses e pautas.³

Durante a ditadura militar brasileira, embora os esforços governamentais tenham se centrado em comemorar o 31 de março como data associada à chamada “Revolução”, outros segmentos da sociedade brasileira se apropriaram desse acontecimento para questionar os postulados autoritários do regime. Desde os primeiros aniversários, diversas manifestações de oposição reverberaram no ambiente comemorativo, constituindo um fator de tensionamento e preocupação para o governo ditatorial. A análise dessas práticas de contestação à ditadura torna-se fundamental para que não se corra o risco de cair na concepção equivocada de que as comemorações institucionais foram a tônica exclusiva na passagem dos aniversários do golpe. Embora a censura e a repressão policial tenham buscado reprimir e ocultar essas manifestações, elas são importantes provas da resistência de diversos segmentos à ditadura, que optaram por caminhos e ações variados, de acordo com seus interesses e limites de possibilidade.

A abordagem encontra-se delimitada em duas formas de manifestação de oposição que ocuparam um espaço representativo nos aniversários do golpe nos anos de ditadura militar: manifestações partidárias e de oposição institucional, sobretudo associadas à atuação do MDB, e as manifestações promovidas pelo movimento estudantil. Esses grupos sociais e políticos aproveitaram-se do espaço das comemorações do 31 de março para subverter os sentidos tradicionais das festas e cerimônias públicas alusivas à data, conferindo outras formas de significação àquele acontecimento e que divergiam dos intentos ditatoriais.

Em 1965, ainda sob a vigência do pluripartidarismo, a bancada do PTB na Assembleia Legislativa decidiu não participar das solenidades festivas realizadas no Congresso Nacional e que contaram com a presença do marechal Castello Branco. O partido também emitiu uma nota crítica, expressando seu descontentamento com as comemorações daquilo que denominou como “Movimento militar de 1º de abril de 1964”. Conforme já mencionado anteriormente, muitos setores contrários à ditadura utilizaram a proximidade entre o golpe e o Dia da Mentira

² RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 174.

³ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 42.

para atribuir uma conotação pejorativa e jocosa ao aniversário da insurreição e às festividades governamentais. No manifesto, o PTB afirmou ser “significativo que o governo, não podendo comemorar aquele acontecimento político-militar nas ruas, com os aplausos do povo, venha a fazê-lo no seio da sua maioria parlamentar”, justificando sua ausência diante da “discordância da homenagem à denominada revolução que, durante 12 meses, vem mergulhando o País no arbítrio”.⁴ Portanto, fica evidente que desde muito precocemente o governo ditatorial enfrentou uma oposição política institucional, expressa na conjuntura do 1º aniversário pela publicação de uma nota crítica às comemorações da data do golpe.

A instituição do bipartidarismo mudou significativamente a dinâmica política nacional e, por consequência, as formas de oposição institucional nas ocasiões de celebrações do 31 de março. A partir de 1966, o MDB, partido de oposição consentido pelo regime autoritário, tomou dianteira nas manifestações de desaprovação ao ambiente festivo promovido pelo governo. Justamente por isso e levando também em consideração que o reestabelecimento do pluripartidarismo ocorreu somente no final do regime, em 1979, focaremos nas manifestações emedebistas. Entretanto, convém ressaltar que, a partir de 1980, membros do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) passaram a realizar diversos pronunciamentos críticos durante os aniversários do golpe.

O MDB foi formado a partir da aliança parlamentar entre políticos ex-membros do PDS, PTB e de outros partidos menores ligados à esquerda reformista. As posições políticas assumidas pelos emedebistas oscilaram entre a oposição mais direta e combativa, associada à atuação dos antigos petebistas, e tomadas de posição no sentido da moderação e da negociação, influenciadas pelo perfil dos pessedistas, que também ficaram conhecidos como “ala moderada” do partido. Ao longo do tempo, as heranças dos partidos políticos extintos seriam incorporadas à dinâmica interna do MDB, marcado pela convivência entre posicionamentos distintos, que confluíam no que diz respeito à defesa do nacionalismo e das liberdades democráticas, mas divergiam em outras pautas. O partido operou, de fato, como uma força política contrária à ditadura, mantendo posições liberais e democráticas mediadas “quanto à intensidade da oposição que os diferentes grupos emedebistas estavam dispostos a fazer, em função dos riscos envolvidos”, que incluíam cassações de mandatos e a perseguição política.⁵

Como era de se imaginar, as comemorações do 31 de março sempre suscitaram discursos políticos inflamados entre os parlamentares. Em meio ao contexto ditatorial, as falas

⁴ SESSÃO solene no Congresso. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.590, 31 mar. 1965. p. 7.

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1997. p. 45.

críticas de representantes do MDB conviveram e disputaram espaço com as mensagens de apoio da Arena. Durante os anos de 1965 a 1979, diversos discursos de oposição foram proferidos nas Assembleias Legislativas Estaduais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A manifestação de pautas críticas à ditadura articulava-se ao contexto político vivenciado e, em muitos casos, constituíam espécie de reação às declarações de autoridades civis e militares, principalmente as Ordens do Dia comemorativas baixadas pelos ministros militares e os pronunciamentos presidenciais. O nível de intensidade dessas manifestações variou em razão de fatores conjunturais, sendo necessário reconhecer que a opção individual de cada um dos políticos também influenciava as tomadas de posição. Convém ressaltar que, embora os discursos de crítica do MDB tenham sido maioria nos aniversários do golpe, em algumas situações membros do partido mantiveram posturas mais conciliadoras, optando por tecer elogios aos governos ditatoriais e suas iniciativas.

Os primeiros aniversários do golpe foram marcados por posicionamentos de oposição bastante contundentes, expressos por alguns deputados emedebistas nas sessões solenes alusivas ao 31 de março. Em 1966, as críticas direcionaram-se de forma mais direta ao governo de Castello Branco, sob acusações de “traição” do “movimento de março de 1964”, diante do afastamento da população das decisões políticas e do alto custo de vida.⁶ Segundo o deputado Padre Godinho (MDB-SP), o povo brasileiro estaria “decepcionado, frustrado, porque o governo se apoderou dela [a “Revolução”], desde o primeiro dia, outra coisa não fez senão afastar o povo das suas decisões. [...] Assim se faz revolução para implantar ditadura. Pois o governo sem povo só tem um nome: ditadura”.⁷

No ano seguinte, os parlamentares novamente insistiram na ideia de “traição” dos princípios de 31 de março, que “justificado com a promessa de garantir a normalidade democrática, foi deturpado e transformou-se numa ditadura que até hoje perdura, a despeito da diminuição do arbítrio e da força”.⁸ No 3º aniversário, a Câmara dos Deputados registrou um maior número de críticas do que de manifestações de apoio, essas últimas pouco aplaudidas pelos presentes. O discurso do deputado Márcio Moreira Alves (MDB-Guanabara) recebeu grande destaque, categorizado pela imprensa como uma “violenta crítica” contra a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, denunciando a existência de uma “ditadura militar”

⁶ A MISSÃO de Costa e Silva. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 4; REVOLUÇÃO É CRITICADA. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 6.

⁷ GODINHO: o povo está frustrado com a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, n. 13.436, 30 mar. 1966. p. 5.

⁸ REVOLUÇÃO CONVERGE para o homem. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVIII, n. 28.208, 01 abr. 1967. p. 7.

revestida de uma “falsa democracia, que só vive de aparência”.⁹ Como se pode observar, a maior parte das manifestações de oposição partidária concentrava-se no âmbito da Câmara. Esse fator pode ser explicado, dentre outras razões, pela influência que os ex-membros de partidos reformistas exerciam nessa instância de poder legislativo, contrastando com o Senado, onde a maioria dos antigos pessedistas manteve um perfil de moderação.¹⁰

Entre 1968 e 1974, os pronunciamentos críticos permaneceram presentes nas cerimônias parlamentares, contudo, em menor proporção e menos radicalizados. Ao que tudo indica, essa diminuição das manifestações de oposição institucional foi também reflexo do contexto de crescimento da repressão, que originou novas dinâmicas na convivência entre a ditadura e os partidos políticos. Nesse período, predominaram apelos contra a violência policial aos estudantes (o assassinato de Edson Luís, em 1968, impactou sobremaneira nesse sentido), trabalhadores e aos cidadãos punidos pelos Inquéritos Policiais Militares (IPM’s).¹¹ Outro elemento bastante importante foram os pedidos em torno da revogação do AI-5 e o reestabelecimento de eleições diretas.¹²

A partir da condução do projeto de distensão política, o MDB se aproveitou das brechas oportunizadas pelo regime autoritário para voltar a se manifestar de forma mais evidente nas casas parlamentares. Entretanto, especialmente em 1975 o partido manteve uma postura ambígua e em certa medida heterogênea em relação ao governo Geisel, pois as críticas de alguns deputados e senadores conviveram com elogios àquele presidente realizados por membros do partido, tal como exemplificado no segundo capítulo da dissertação. Uma manifestação de oposição que merece destaque foi o pronunciamento do deputado Antonio Carlos (MDB-MT), a respeito da Ordem do Dia comemorativa baixada pelo ministro do Exército, general Fernando Bethlem. O emedebista questionou o significado da “democracia de verdade”, tão propalada pelos setores militares, mas que afastaria os jovens de uma vivência política ativa, impedindo “a parte mais forte, os braços mais viris que edificam o País de participar, de construir a sua grandeza [...] o jovem brasileiro está cansado de se colocar como peso morto todos estes dias dos últimos anos”.¹³ Outros discursos da oposição também fizeram alusão ao sentimento de

⁹ OPOSIÇÃO na Câmara não poupou a Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 75, 01 abr. 1967. p. 7.

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1997. p. 31.

¹¹ DEPUTADOS fazem críticas. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXIX, n. 28.520, 02 abr. 1968. p. 6; INAUGURAÇÕES ASSINALAM o nono ano da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, n. 15.991, 30 mar. 1973. p. 25.

¹² SODRÉ vê transição no bipartidarismo. *Jornal do Brasil*, ano LXXX, n. 304, 01 abr. 1971. p. 3; MÉDICI FALA e janta com ministros no Alvorada. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 340, 31 mar. 1973. p. 13.

¹³ OPOSIÇÃO QUER os jovens participando. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.678, 01 abr. 1975. p. 6.

frustração da juventude, somados a pedidos de concessão de anistia “para estabelecer a tranquilidade na vida nacional”.¹⁴

O ano de 1976 foi bastante significativo para as manifestações de oposição partidária, pois foi nessa ocasião que ocorreram os maiores protestos de parlamentares do MDB, motivados pela cassação do mandato de dois deputados emedebistas gaúchos, acusados de proferir “ofensas” contra o regime em comícios realizados em datas próximas ao 31 de março.¹⁵ Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a bancada majoritária do MDB rejeitou requerimento apresentado pelo deputado arenista Hugo Mardini, para realizar uma sessão especial em homenagem ao 12º aniversário do golpe.¹⁶ Apesar disso, os arenistas utilizaram o período do grande expediente para exaltar o governo ditatorial e a Assembleia cedeu espaço para a realização de uma solenidade na parte da noite, organizada pela LDN. Vale registrar que, em verdade, os políticos emedebistas já haviam recusado a realização de solenidades dessa natureza desde o ano anterior e continuaram a fazê-lo nos anos subsequentes, o que revela uma trajetória de destaque e envolvimento do MDB gaúcho nas manifestações de oposição partidária contra a ditadura.

Ainda na região Sul do país, a Assembleia Legislativa do Paraná protagonizou conflitos entre arenistas e emedebistas. Enquanto a liderança da Arena, o deputado Dácio Leonel Quadros, ocupava a tribuna para proferir um discurso elogioso à ditadura, ele foi interrompido pelo deputado do MDB, Walter Pietrangelo, que pediu verificação de quórum na casa parlamentar. O pedido de recontagem dos presentes revelou que a maioria dos deputados arenistas que assinou a lista de presença não se encontrava mais no plenário, o que dificultou que o partido prosseguisse com suas homenagens. A atitude dos emedebistas foi encarada por Quadros como uma afronta antiética, “uma contestação à Revolução e uma tentativa de cerceamento ao direito do partido situacionista comemorar uma data cívica”.¹⁷

O caso mais emblemático ocorreu na sessão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tudo começou quando o deputado Abi-Ackel (Arena-MG) iniciou seu discurso comemorativo à “Revolução” e todos os deputados do MDB se levantaram de suas cadeiras e retiraram-se do plenário, como forma de protesto. Ao perceber o movimento dos emedebistas, o deputado e líder arenista José Bonifácio pediu aos seus colegas de partido que se concentrassem somente de um lado do plenário, para demonstrar a debandada dos

¹⁴ DEPUTADO GAÚCHO reclama anistia. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.678, 01 abr. 1975. p. 6.

¹⁵ O detalhamento do caso e a reação da Arena podem ser observados no segundo capítulo.

¹⁶ PRESIDENTE DO MDB gaúcho diz que a união é milagre. *Jornal do Brasil*, ano LXXXV, n. 354, 31 mar. 1976. p. 2.

¹⁷ DEBATE NA Assembleia do Paraná. *O Globo*, ano LI, n. 15.517, 01 abr. 1976. p. 6.

oposicionistas. O efeito prático, entretanto, foi bastante negativo e incomodou os dirigentes arenistas, pois mostrou uma evasão massiva na sessão comemorativa, já que apenas 83 dos 204 deputados do partido se encontravam presentes.¹⁸

Enquanto isso, os deputados do MDB se dirigiram ao Senado, que ficou completamente lotado de pessoas para escutar o balanço crítico que o senador Paulo Brossard (MDB-RS) faria sobre o regime. O discurso durou cerca de 3 horas e se dedicou a historicizar e decretar o fracasso da “Revolução” de 1964. As principais críticas se direcionaram ao caráter “ilícito” do AI-5, denúncias de corrupção nos Estados, desigualdade social e dívida externa, a atuação da censura, ausência de instituições democráticas, e a permanência do arbítrio como instrumento dos governos militares. O pronunciamento de Brossard estava diretamente ligado ao episódio das cassações dos deputados gaúchos, pois ele mesmo aludiu à possibilidade de ser cassado após seu discurso no Senado.¹⁹ A imprensa destacou que em sua fala foram apresentadas “duras críticas ao governo, chegando a acusar o presidente Ernesto Geisel, de mesmo sem intenção, estimular pressões e coações”.²⁰ O episódio em questão gerou uma crise política em meio às comemorações do golpe em 1976, marcada pela troca de farpas entre parlamentares arenistas e emedebistas.²¹

Após essas manifestações de oposição bastante significativas, os políticos do MDB prosseguiram efetuando críticas ao governo nos aniversários do 31 de março, até sua dissolução no início da década de 1980. No último ano de sua existência, em 1979, os emedebistas do Rio Grande do Sul foram novamente parar nas manchetes de jornais. Na Assembleia Legislativa gaúcha os deputados estaduais fizeram críticas bastante violentas à ditadura, apontando para uma “farsa anticomunista” e evidenciando as contradições “de um regime que viera para combater a corrupção e restabelecer a democracia”, mas que “se apresenta perante a História como réu pela prática justamente desses crimes que teria o compromisso de honra de evitar”.²² Naquele ano, os discursos foram tão inflamados e os embates tão intensos que os seguranças do plenário tiveram que ser convocados para separar brigas entre os políticos da Arena e do MDB.

Com a implementação dos novos partidos a dinâmica das manifestações institucionais foi modificada, a partir da convivência de novas agremiações e das mudanças conjunturais da

¹⁸ MDB DEIXA o recinto e é criticado. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.186, 01 abr. 1976. p. 1; NA CÂMARA, MDB sai para não comemorar. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 1.

¹⁹ BROSSARD, 3 HORAS de crítica. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.186, 01 abr. 1976. p. 3.

²⁰ BROSSARD CRITICA envolvimento de Geisel. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 6.

²¹ DEPUTADOS DO MDB abandonam o plenário. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.186, 01 abr. 1976. p. 4.

²² SEGURANÇA EVITA briga de líderes. *O Estado de S. Paulo*, ano C, n. 31.915, 31 mar. 1979. p. 7.

própria ditadura. Entre 1980 e 1984, as críticas elaboradas especialmente pelo PDT, PMDB, PT e PTB conviveram com os discursos de apoio do PDS. A nova lógica partidária gerou especificidades na atuação de cada um dos partidos de oposição, mas é possível perceber a continuidade de determinadas pautas e modalidades de ação e expressão inauguradas pelo MDB nos anos anteriores. As manifestações de oposição institucional permaneceram circunscritas nas cerimônias parlamentares alusivas ao 31 de março, protestando contra as comemorações do golpe promovidas pelo governo autoritário e seus apoiadores políticos. O contexto de desgaste do regime contribuiu para o surgimento de críticas cada vez mais agudas, que falavam abertamente em “golpe de 1964” e “ditadura”, questionavam a condução do processo de abertura política, a violência estatal, a tutela militar e, principalmente, a crise econômica, destacando o endividamento externo, a desigualdade social e a inflação galopante.²³

Além da oposição partidária, outro segmento social que se destacou significativamente pela promoção de manifestações críticas nos aniversários do golpe foi composto por estudantes secundaristas e universitários. De forma semelhante ao que ocorreu com o MDB, o movimento estudantil se aproveitou das ocasiões festivas para contestar o regime autoritário. Essas manifestações estudantis também flutuaram, acompanhando as oscilações da ditadura, marcadas por períodos de maior tolerância/acomodação ou repressão. Justamente por isso, nem sempre foi tarefa fácil identificar registros desses protestos na imprensa, que muitas vezes se silenciou diante desses acontecimentos, o que levou à necessidade de recorrer aos documentos pertencentes aos sistemas de vigilância, também chamados de “arquivos repressivos”. A expressão denota uma tipologia de “documentação produzida pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho meticuloso e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem”, e que comportava também a circulação dessas informações por toda uma rede e estrutura burocrática repressiva.²⁴ Nesse universo, destaco os documentos vinculados ao SNI, órgão de inteligência criado pela ditadura ainda em 1964 e que exerceu função central na ampla comunidade de informações estruturada pelo governo militar.²⁵

²³ Para alguns exemplos, ver: PARA OPOSIÇÃO, só se agravaram as dificuldades. *Folha de S. Paulo*, ano LIX, n. 18.625, 31 mar. 1980. p. 4; CÂMARA: PDS recorda 64 e prevê continuidade da abertura. *O Globo*, ano LVI, n. 17.323, 01 abr. 1981. p. 4; LÍDER do PT critica as Forças Armadas. *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 354, 01 abr. 1982. p. 4; DEPUTADO DIZ que foi torturado e pede fim da LSN. *Jornal do Brasil*, ano XCII, n. 348, 26 mar. 1983. p. 2; MUITA frustração. E até elogios. *O Estado de S. Paulo*, ano CV, n. 33.460, 01 abr. 1984. p. 1.

²⁴ PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009. p. 40.

²⁵ JOFFILY, Mariana. Pra Frente Brasil: a utopia autoritária em ação. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (org.). *Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. (v. 1). p. 539-570.

Os arquivos repressivos permitiram identificar algumas das manifestações estudantis de oposição nos aniversários do golpe e que não foram relatadas pelos meios de comunicação, assim como perceber as nuances na forma como os órgãos de informação relatavam esses protestos. Em virtude da vastidão documental que o fundo do SNI apresenta, tudo leva a crer que existiram outros casos de protestos para além dos que serão apresentados na continuidade.²⁶ Essa questão é indicativa da potencialidade para execução de uma investigação mais aprofundada sobre a temática, especialmente em nível regional.²⁷ Adicionalmente, foram incluídos os relatórios produzidos pela embaixada norte-americana no Brasil, e que também acompanharam de perto as ações dos jovens nos primeiros aniversários do 31 de março.

A trajetória de atuação do movimento estudantil se intensificou no início da década de 1960 e, portanto, foi anterior ao golpe de 1964. Naquele período, a maior pauta defendida consistia na reforma e democratização do ensino, sobretudo, o universitário. Com a ascensão da ditadura, os grupos estudantis se reorganizaram por meio de um intenso processo de politização e passaram a exercer protagonismo em ações de oposição e resistência ao regime autoritário. Os jovens ocuparam o espaço público para reivindicar questões relacionadas ao sistema educacional, mas também questionar os pressupostos da ditadura e o imperialismo norte-americano, em um entrelaçamento entre demandas internas, pertencentes à educação e a universidade, e as demandas políticas mais amplas. Por consequência, o movimento estudantil se tornou um dos alvos prioritários da vigilância e da repressão ditatorial, sofrendo com perseguições, prisões e assassinatos de estudantes.²⁸

Nos anos iniciais da ditadura, as manifestações de oposição estudantil foram bastante intensas. Desde o 1º aniversário do golpe, em 1965, estudantes pertencentes a diversas universidades organizaram protestos contra o governo militar. Cabe destacar a ação promovida

²⁶ Grande parte das fontes históricas que serão utilizadas na sequência desse subcapítulo e do próximo foram consultadas no SIAN do Arquivo Nacional que possui, desde 2005, um amplo acervo documental que anteriormente pertencia ao SNI, ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Comissão Geral de Investigação e Justiça (CGI). A metodologia de preservação do acervo conta com a digitalização dos documentos e disponibilização para consulta remotamente, permitindo ainda a busca por palavras-chave e nas modalidades de pesquisa livre, avançada, digital e multinível. Cf.: FERNANDES, Leticia Wickert. Arquivos repressivos da ditadura de Segurança Nacional brasileira e acesso à informação: reflexões metodológicas para pesquisas no fundo do SNI pelo SIAN. *Sillogés*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 530-553, jul./dez. 2021.

²⁷ A exemplo das possibilidades, cabe destacar o trabalho efetuado por Edmilson Alves Maia Júnior, que estudou os rituais políticos do movimento estudantil em Fortaleza (CE). O autor identificou que os estudantes universitários utilizaram os eventos de recepção de calouros, chamados de Passeatas dos Bichos, para tecerem críticas à ditadura. Em 1967 o desfile coincidiu com o 3º aniversário do golpe e constituiu um “mosaico de denúncias do regime autoritário e recriação das lutas estudantis”. Cf.: MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário* (Fortaleza, 1962-1969). 2002. 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

²⁸ BRITO, Antônio Maurício Freitas. O movimento estudantil universitário no Brasil: entre a luta pela reforma universitária e a resistência à ditadura (1960-1968). *Contenciosa*, Santa Fé, a. VI, n. 8, p. 1-19, 2018.

pelo Centro Acadêmico “Cândido de Oliveira” (CACO), da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que pretendia “enterrar a Revolução” em uma caixa mortuária, mas que foi impedido pelo poder policial.²⁹ Segundo o relatório produzido pela embaixada norte-americana, o presidente do centro acadêmico “atacou violentamente a revolução, chamando-a de ‘ditadura’ e acusando as ‘classes ditatoriais... que estão servindo e sendo servidas pelo imperialismo internacional’”.³⁰ O protesto dos jovens universitários resultou em diversas punições, como medidas visando a deposição e substituição dos líderes acadêmicos e ameaças de fechamento permanente do CACO. Em Brasília, estudantes universitários “fecharam o grêmio estudantil e usaram crepe preto na lapela no aniversário da revolução”, enquanto no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte panfletos críticos ao regime ditatorial foram lançados do alto de prédios e em avenidas principais.³¹ As primeiras manifestações de oposição estudantil serviram como espécie de alerta ao governo ditatorial, que passou a constantemente reforçar o policiamento nas solenidades festivas e repreender esses atos, qualificados como “subversivos”.

Contudo, esse cenário se intensificou sobremaneira no ano seguinte. Em 1966 eclodiram grandes manifestações estudantis de oposição à ditadura por ocasião das comemorações do 31 de março, em verdadeira ação coordenada por entidades acadêmicas em vários estados do país. Dentre os casos mais relevantes, cabe destacar o ato público promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no dia 01 de abril, em São Paulo.³² Na Guanabara, representantes de mais de 25 entidades estudantis organizaram um manifesto de “luto” em referência ao 2º aniversário do golpe, ressaltando o quadro de “desolação, miséria, perseguições, ódios e atentados à liberdade” que predominava no Brasil. O documento, assinado por dirigentes dos Diretórios Centrais de Estudantes das Universidades do Brasil e da Guanabara, das Escolas Superiores Independentes e de Diretórios Acadêmicos, reivindicava “eleições livres e diretas, extensão do voto ao analfabeto, revogação dos Atos Institucionais, convocação de uma

²⁹ ESTUDANTES QUERIAM “enterrar” a revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.074, 02 abr. 1965. p. 3.

³⁰ Tradução da autora: “The student President of CACO, Fernando Barros, violently attacked the revolution, calling it a ‘dictatorship’ and accusing the ‘dictatorial classes... that are serving and being served by international imperialism’ of oppressing the people”. (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weeka n° 15*, 1965. RG n° 59, caixa 1931, pasta 1.

³¹ Tradução da autora: “In other recent manifestations against the government, some students at the University of Brasília closed the student union and wore black crepe in their lapels on the anniversary of the revolution; and two students were arrested in Belo Horizonte for dropping subversive leaflets out of the window of a downtown building.”. (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weeka n° 15*, 1965. RG n° 59, caixa 1931, pasta 1; SCHULLER iludiu a polícia e se mantinha internado em um hospital de Niterói. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 71, 28 mar. 1965. p. 20; ESTUDANTES QUERIAM “enterrar” a revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n. 13.074, 02 abr. 1965. p. 3.

³² AS TRÊS ARMAS comemoram a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, n. 13.438, 01 abr. 1966. p. 9.

Constituinte Popular, fim do terrorismo cultural, autonomia universitária e anistia geral” e conclamava a colaboração do povo para alcançar esses objetivos.³³

Ainda naquele estado, estudantes da Faculdade de Direito da Guanabara promoveram protestos contra as comemorações da “Revolução”, se recusando a assistir as aulas durante o dia e acendendo velas em sinal de luto à noite. O presidente do Centro Acadêmico “Luís Carpenter” afirmou aos meios de comunicação que “a concentração foi pacífica, sem extremismos [...]. Estamos empenhados em caracterizar o nosso movimento como de ‘parabéns’ ao segundo aniversário da Revolução, porém sem tumulto”. Em nota também distribuída à imprensa, o centro acadêmico alertava aos “estudantes e o povo brasileiro para os planos, em adiantado estado de execução, visando a acentuar o regime militarista no Brasil”, condenando ainda “o bipartidarismo imposto ao País, o terrorismo cultural e a ameaça de extinção da gratuidade do Ensino Superior”.³⁴

O jornal *Última Hora* registrou em seus arquivos fotográficos³⁵ parte das manifestações estudantis realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Embora não tenha sido possível encontrar uma identificação mais precisa sobre sua origem, alguns indícios levam a crer que se trata dos protestos realizados pela Faculdade de Direito. O que mais chama atenção nesse sentido é um dos cartazes confeccionados pelos estudantes, que frisa o mencionado “Parabéns”, entre aspas, também utilizado pelo presidente do centro acadêmico em entrevista ao *Jornal do Brasil* (Figura 20). Na fotografia aparecem alguns estudantes reunidos, portando cartazes de protesto e fazendo o sinal de polegar para baixo, para simbolizar a desaprovação com relação ao governo militar. Atrás deles, uma faixa preta permanece estendida, com intuito de fortalecer a ideia de luto com relação ao 2º aniversário.

³³ ENTIDADES estudantis lançam manifesto contra a Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 76, 02 abr. 1966, p. 14; (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weeka* n° 13, 1966. RG n° 59, caixa 1931, pasta 1.

³⁴ ENTIDADES estudantis lançam manifesto contra a Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 76, 02 abr. 1966, p. 14.

³⁵ Não foi possível identificar se os registros fotográficos foram publicados nas edições do jornal. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não possui as digitalizações das edições pertencentes ao ano de 1966 e tampouco foi viável uma consulta presencial aos arquivos do *Última Hora*.

Figura 20. Estudantes protestam no 2º aniversário do golpe na Guanabara



Fonte: APESP. Acervo Jornal *Última Hora*. Negativo arquivado. Rio de Janeiro, 04 abr. 1966. ICO-UH-AMP-1077-188.

O conjunto fotográfico produzido pelo jornal carioca é bastante interessante e revela a multiplicidade de simbologias utilizadas pelos jovens universitários nas manifestações de oposição à ditadura. Os cartazes produzidos constituíam uma espécie de retrospectiva da ditadura, convocando ainda os colegas para participarem das manifestações.

É significativo que uma das principais representações iconográficas faça alusão a uma suástica, desenhada com recortes de jornais que assinalavam episódios de flagrante autoritarismo praticado pelo governo ditatorial. A esse exemplo, é possível identificar matérias de jornal sobre a invasão da UNE, perseguições a intelectuais e estudantes, estabelecimento do bipartidarismo, restrições de liberdade e direito ao voto e a outorga do AI-2. Escrito à mão, por cima dessa colagem, os dizeres “2º aniversário da dita e último/ 1º de abril”. Em outro cartaz também em destaque, uma fotografia do rosto do presidente Castello Branco foi colocada em um corpo desenhado de gorila, expressão usual entre os estudantes para referir-se aos militares e forças policiais, diante de sua truculência. O “gorila” encontrava-se dependurado na bandeira dos Estados Unidos e, abaixo dele, novamente aparecem recortes de jornais que evidenciam a consolidação de acordos comerciais entre os governos norte-americano e brasileiro (Figura 21).

Figura 21. Cartazes de protestos estudantis no 2º aniversário do golpe na Guanabara



Fonte: MONTAGEM produzida pela autora (2023), tendo como base: APESP. Acervo Jornal *Última Hora*. Negativos arquivados. Rio de Janeiro, 04 abr. 1966. ICO-UH-AMP-1077-074; ICO-UH-AMP-1078-004.

A alusão ao imperialismo estadunidense também foi efetuada pelos autores de uma caricatura contida em panfleto crítico que foi jogado do alto de edifícios localizados na avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte (Figura 22). A cidade foi cenário de inúmeras manifestações contrárias ao 2º aniversário, que incluíram a distribuição desses boletins e a soltura de balões de gás com tarjas pretas e serpentinas, no mesmo momento em que as solenidades festivas foram iniciadas pelo governador Israel Pinheiro.³⁶ No panfleto aparecem caricaturados o presidente Castello Branco, o governador do Estado Israel Pinheiro, o ex-governador Magalhães Pinto, o general Costa e Silva e a figura do Tio Sam (símbolo estadunidense). Todas essas personagens se encontram em cima de uma carroça que é conduzida pelo presidente da República em clima de festa, com música e confetes. O marechal Castello impunha um chicote com ponta de ferro, o qual utiliza para bater na outra figura, um boneco “palito” que puxa a carroça suando e bastante fatigado, representando o povo brasileiro.

O texto do panfleto se propõe a questionar algumas afirmações feitas pelas próprias autoridades políticas civis e militares, apontando suas incongruências e denunciando as intervenções e repressão em sindicatos de trabalhadores e organizações estudantis, o arrocho salarial, o aumento do custo de vida, e a “submissão” do país aos interesses norte-americanos.

³⁶ COMEMORAÇÕES DE NORTE a Sul. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 6; (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weeka* n° 13, 1966. RG n° 59, caixa 1931, pasta 1.

O documento afirma que “o país está entregue ao saque de suas riquezas e o povo oprimido sob uma ditadura cujas medidas atestam o seu caráter anti-nacional e anti-popular. E as Forças Armadas se mantêm unidas e coesas para garantir a fome e a falta de liberdade do povo”, culminando com um apelo à união das classes para pôr “abaixo a ditadura militarista”.

Figura 22. Panfleto crítico atirado do alto de prédios em Belo Horizonte



Fonte: (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Biweekly Summary* n° 6, 1966. RG n° 59, Belo Horizonte.

As manifestações de oposição promovidas no 2º aniversário do golpe possibilitam identificar um rico mosaico de reivindicações erigidas pelos estudantes, dentre as quais ressaltam-se uma crítica acentuada ao autoritarismo e à militarização do Estado (comparando-o aos regimes nazifascistas da Europa nos anos 1930 e 1940), e apontando para a percepção de que o país enfrentava um regime ditatorial, que só conseguiria ser combatido por um esforço de união da população. A defesa do nacionalismo e a postura anti-imperialista e antiamericanista compunham uma das principais bandeiras defendidas pelo movimento estudantil, que nos primeiros anos de ditadura se empenhou em formular críticas às iniciativas internacionalistas de Castello Branco. Nesse contexto, a luta contra o imperialismo estadunidense se aliava ao

combate à ditadura militar brasileira, considerada fruto da manipulação do primeiro. A esse respeito, a assinatura de acordos entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID) também reforçaram esse panorama de insatisfações no meio estudantil, sendo amplamente referenciados pelos protestos de jovens universitários.³⁷

Em 1968, no 4º aniversário do golpe, foram novamente registrados protestos estudantis. Como mencionado no segundo capítulo da dissertação, naquele ano ocorreram as manifestações com maior envergadura, motivadas pela morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, que causou grande comoção e revolta. Na capital federal, acadêmicos da Universidade de Brasília (UnB) planejavam realizar um protesto no mesmo local e horário da missa e do desfile militar organizados pelas Forças Armadas. Já na madrugada de 30 de março, grupos estudantis teriam se apropriado do palanque montado para as comemorações para promover um “comício relâmpago” e, em seguida, destruíram o mesmo.³⁸ Com receio dos possíveis efeitos da contestação estudantil, o governo ditatorial reforçou o policiamento nas redondezas das solenidades e o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal reuniu-se com o reitor da universidade, para solicitar que ele interviesse e proibisse a realização dos atos.³⁹

Embora seja necessário ressaltar que as manifestações estudantis promovidas em 1968 se relacionavam principalmente ao assassinato de Edson Luís, muitas delas utilizaram simbolicamente a passagem do 4º aniversário do golpe para reforçar o conteúdo de suas críticas. Esse foi o caso dos episódios relatados em Brasília, mas também em Fortaleza e Belo Horizonte, locais em que estudantes confeccionaram faixas e cartazes protestando diretamente contra as comemorações da “Revolução”.⁴⁰ Após esse ano, em virtude da outorga do AI-5 e da crescente clandestinização do movimento estudantil, as manifestações de oposição diminuíram e não foram divulgadas pela imprensa, o que contribuiu para o ocultamento dessas ações contestatórias. No entanto, a documentação produzida pelo DOPS-RJ registrou a ocorrência de protestos estudantis entre os anos de 1969 e 1971. Esses documentos foram localizados por Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela e se trata de manifestos estudantis convocando a participação de jovens universitários nos protestos, que ocorriam de forma paralela aos festejos do 31 de março.⁴¹

³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 125.

³⁸ VIOLÊNCIA prossegue durante a noite toda. *Jornal do Brasil*, ano LXXVII, n. 305, 30 mar. 1968. p. 16.

³⁹ TEMORES agora são por festas da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, n. 14.168, 31 mar. 1968. p. 17.

⁴⁰ ESTUDANTES DE Brasília fabricam suas armas. *O Globo*, ano XLIII, n. 12.851, 01 abr. 1968. p. 11.

⁴¹ O primeiro deles, produzido em 1969, foi escrito por estudantes da Universidade do Estado da Guanabara, e seu texto já foi mencionado em nota de rodapé (nº 59) no segundo capítulo dessa dissertação.

Em 1970, agentes do DOPS apreenderam vários cartazes que haviam sido distribuídos nas universidades do Rio de Janeiro e que exprimiam a seguinte convocatória: “Colega, és um soldado contra a ditadura de 31 de março. O 28 de março de 1970 é o Dia Nacional de Luta, muitos companheiros morreram nas mãos dos gorilas, despertem companheiros! Já levamos seis anos de ditadura, precisamos derrubá-la, muitos de nós morreram”. No ano seguinte, outro panfleto estudantil foi confiscado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais do Rio de Janeiro. Seu conteúdo reclamava das denúncias dos “dedos-duros” nas universidades, muito provavelmente em alusão aos agentes infiltrados no ambiente universitário. O texto alegava que a ação de espionagem nas instituições de ensino estava diretamente ligada a preocupação que a ditadura possuía pela passagem de três datas importantes: o 28 de março, aniversário da morte de Edson Luís, considerado dia de luto e protesto nacionais; o 1º de abril, dia de consolidação da ditadura e “data que os gorilas continuam tentando comemorar em 31 de março”; e o 1º de maio, dia do Trabalhador.⁴² Com isso, gostaria de apontar para a percepção de que um estudo mais detalhado nesses arquivos repressivos permitirá identificar outras ações de contestação empreendidas durante as comemorações do 31 de março.

A partir de 1977, o contexto político da ditadura permitiu o reflorescimento do movimento estudantil, que passou a reocupar o espaço público em manifestações de cunho contestatório. Naquele ano, a passagem do 13º aniversário em São Paulo foi permeada por intensos conflitos, diante da coincidência entre o 31 de março e protestos promovidos por universitários da USP, contra cortes de verbas e a cobrança de taxas abusivas. Em tentativa de reprimir as manifestações, o governador do Estado, Paulo Egídio, decretou a chamada Operação Bloqueio, acionada para impedir a concentração de estudantes no Largo do Arouche, em frente à Secretaria Estadual de Educação. Para tanto, foi mobilizado significativo contingente de soldados, composto por “70.000 homens da Polícia Militar do Estado e da Polícia Civil da Capital e outros 1.500 integrantes da Tropa de Choque da PM e agentes do Deops, à paisana”.⁴³ A operação efetuou a prisão de 13 estudantes e causou um dos maiores congestionamentos registrados em São Paulo naquele período. Os órgãos oficiais, com objetivo de se desvincularem da repressão ao movimento estudantil, alegaram que se tratava apenas de iniciativa para fiscalização de trânsito. Contudo, fica evidente que a Operação Bloqueio foi montada para impedir as manifestações universitárias, pois o principal trajeto alvo das

⁴² Tradução da autora. CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshinchadas. In: JELIN, Elisabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madri: Siglo XXI Editores, 2002. p. 204-207.

⁴³ GRANDE parte da cidade parou a manhã inteira. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 24.

fiscalizações, também chamado pela imprensa de “funil”, localizava-se exatamente nas saídas da USP. A *Folha de S. Paulo* notou ainda que “alguns dos homens que cuidavam da vistoria de veículos deixaram escapar que procuravam, também, no interior dos carros ‘encontrar panfletos, cartazes ou faixas subversivas’”.⁴⁴

Em virtude da Operação Bloqueio, os grupos estudantis precisaram reformular o trajeto da passeata, que saiu da USP em direção ao Largo de Pinheiros. Cerca de três mil jovens universitários marcharam por seis horas, percorrendo o trecho de 10km portando faixas e distribuindo um pequeno aviso que denunciava a iniciativa estadual realizada para impedir as manifestações, reclamando ainda das condições de ensino.⁴⁵ O registro fotográfico dos *Diários Associados* permite observar um grande contingente de jovens ocupando as ruas da capital paulista, portando cartazes que reivindicavam maiores verbas e criticavam a carestia (Figura 23). Todavia, o que mais chama atenção é o pedido de garantia das “liberdades democráticas”, o que reforça o ponto discutido mais acima, de que as demandas do movimento estudantil entrelaçavam pautas educacionais com políticas.

As comemorações do golpe em 1978, aliadas a rememoração dos 10 anos de falecimento de Edson Luís também despertaram mobilizações estudantis relevantes. Acadêmicos das Universidades Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) realizaram protestos ao 31 de março, denominado como “Dia oficial do luto”, com leitura de manifestos críticos que denunciavam casos de tortura e perseguição política. Na UFSCAR os atos foram realizados em frente ao restaurante universitário, onde a bandeira nacional foi colocada a meio mastro e os estudantes presentes, portando braçadeiras pretas como sinal de luto, entoaram a canção “Apesar de Você”, de Chico Buarque.⁴⁶ No Rio de Janeiro, panfletos considerados “subversivos” e que estavam sendo jogados do alto de prédios foram apreendidos pelo DOPS. O conteúdo do documento convocava a união da população para reivindicação de seus direitos políticos, anistia ampla e fim da exploração da burguesia.⁴⁷ Pouco tempo depois, estudantes cariocas distribuíram à imprensa um texto com conteúdo semelhante ao do panfleto crítico, fato que não passou despercebido pelos jornais de grande circulação.⁴⁸

⁴⁴ GRANDE parte da cidade parou a manhã inteira. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 mar. 1977. p. 24.

⁴⁵ BLOQUEIO à passeata paralisa trânsito. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.297, 31 mar. 1977. p. 25.

⁴⁶ ALUNOS da UFMG marcam novo protesto no 14º aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 352, 30 mar. 1978. p. 18; EX-DEPUTADO admite que há violência. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.896, 02 abr. 1978. p. 5.

⁴⁷ POLÍCIA apreende panfletos. *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 352, 30 mar. 1978. p. 17.

⁴⁸ ESTUDANTES CARIOCAS repudiam a visita. *Folha de S. Paulo*, ano LVII, n. 17.894, 31 mar. 1978. p. 9.

Figura 23. Manifestação estudantil em São Paulo (1977)



Fonte: APESP. Acervo Jornal *Diários Associados*. Pasta 16 (Educação e Ensino). Índice temático (Educação e Ensino – Estudantes – Desfiles e Passeatas). Foto. São Paulo, 31 mar. 1977.

Nos anos seguintes, a imprensa não relatou em detalhe as manifestações de oposição estudantil, mas os registros provenientes do sistema de vigilância e informação permitiram novamente identificar protestos efetuados por estudantes secundaristas e universitários. Em 1981, um grupo de cerca de trinta jovens portando faixas e cartazes com os dizeres “Abaixo a ditadura” e “Trabalhadores não querem esse regime militar” ocupou a Câmara Municipal de Volta Redonda (RJ) na sessão solene comemorativa ao 17º aniversário. Os estudantes vaiaram os pronunciamentos de autoridades políticas e gritaram as palavras de ordem. Após o acontecido, retiraram-se do local e passaram a distribuir um panfleto intitulado “Ato de protesto contra a ditadura”, assinado pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Volta Redonda (UMES/VR).⁴⁹ Na passagem do 20º aniversário, acadêmicos das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) realizaram protesto no campus da cidade de Campo

⁴⁹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI em diante). Ministério das Indústria e do Comércio – Divisão de Segurança e Informações (MIC/DSI). *Encaminhamento* n° 577. 8 abr. 1981. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81015316.

Grande. O informe do SNI destacou a vinculação entre os estudantes que discursaram e o PCB, evidenciando o teor de suas falas, com críticas direcionadas aos governantes militares, considerados “ditadores corruptos que precisam ser expurgados, pois são eles que emperram a democracia”, além de pedidos de apoio popular à campanha das Diretas Já.⁵⁰

Para concluir, é necessário destacar que as manifestações de oposição “democráticas”, ou seja, que não fizeram utilização de ações ilegais ou violentas, conviveram também com atitudes mais extremadas. Esses atos foram pontuais, situados especificamente entre 1965 e 1966, e consistiram na implantação e explosão de bombas nos locais de realização das solenidades comemorativas. Os casos ocorreram nas cidades de Três Corações (MG), Rio de Janeiro (Guanabara) e Recife (PE), e tiveram apenas danos materiais, não sendo contabilizadas pessoas feridas.⁵¹ Evidentemente, esses acontecimentos devem ser problematizados por suas especificidades, inclusive porque a maior parte dos registros coletados pertenciam às matérias produzidas por jornais da grande imprensa, que relatavam a situação de forma sensacionalista. Embora, por exemplo, um relatório produzido pela embaixada norte-americana confirme o envolvimento de “facções antigovernamentais” nos atos da capital pernambucana⁵², não foi possível identificar com clareza os autores dessas ações e tampouco relacioná-las diretamente à atuação de grupos da esquerda. No limite, as próprias forças policiais e militares podem ter implantado esses projéteis com intenções de culpabilizar os opositores políticos pelo “terrorismo”, hipótese que não pode ser descartada. De qualquer modo, considereei pertinente o registro desses casos, de forma a oferecer um panorama ampliado sobre os comportamentos e atitudes sociais que confrontavam os intentos comemorativos propagados pela ditadura.

A partir do exposto, fica evidente que os aniversários do golpe de 1964 permaneceram sujeitos a constantes disputas entre aqueles que pretendiam comemorar a “Revolução” e os que desejam denunciar o golpe e a ditadura. Da mesma forma que os festejos alusivos ao 31 de março foram dinâmicos e se modificaram de acordo com fases do regime autoritário, as manifestações de oposição seguiram pelo mesmo caminho, múltiplas e em constante reatualização. Nesse universo se destacam os protestos de caráter institucional, realizados por políticos de oposição, que utilizaram de seus postos privilegiados, na condição de

⁵⁰ SNI. Agência de Campo Grande (MT). *Informação n° 38*. 4 abr. 1984. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.MMM.84004644.

⁵¹ A GRANADA que explodiu em Três Corações não prejudicou as manobras que terminam hoje. *O Globo*, ano XL, n. 11.930, 31 mar. 1965. p. 18; BOMBAS levam terror à festa da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 75, 01 abr. 1966. p. 1; RECIFE: malogram atos de terrorismo. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 6.

⁵² (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weekly Summary*, 1966. RG n° 59, Recife.

parlamentares, para exprimir a desaprovação e a crítica às iniciativas ditatoriais. E, de forma mais especial ainda, as manifestações estudantis, que optaram pela ocupação das ruas e universidades em atos públicos que mesclavam denúncias sobre a condição estudantil e o combate ao regime autoritário, evocando simbologias ligadas ao luto e à luta política.

As diferentes modalidades de atuação da oposição à ditadura levaram em conta as especificidades desses grupos sociais e as condições e possibilidades nas quais eles se encontravam. Contudo, um ponto em comum chama atenção: a consciência de que o país enfrentava um regime militar ditatorial, que só seria deposto por meio de uma ação conjunta. Assim, os aniversários do golpe foram utilizados como espaços para o protesto e a conscientização da oposição contra a ditadura, compondo espécie de “contra comemorações”, na medida em que essas manifestações contrastavam e subvertiam os sentidos atribuídos pelos militares ao marco golpista, de forma a combatê-lo e questioná-lo.

4.2 – A ditadura mostra sua face: ações autoritárias no contexto dos festejos

Algumas reflexões produzidas pela historiografia sobre a ditadura militar questionam o grau de desconhecimento da população acerca das práticas de violência e perseguição política contra opositores do regime. Diante do interesse em compreender o processo de silenciamento desses elementos na memória social, esses estudos recorrem a explicações vinculadas à formação de padrões não democráticos durante o século XX, que enxergavam o recurso ao autoritarismo como forma legítima para solucionar crises políticas e sociais.⁵³

Durante o período ditatorial brasileiro, a questão da “segurança” contra o inimigo externo e interno permeou toda a estrutura do poder público, combinando ações de caráter preventivo e repressivo, que se manifestaram na moldura institucional (através das leis autoritárias, da atuação do sistema repressivo e da censura), mas também no plano discursivo, pelo reforço constante à suposta necessidade de combater a “subversão”. Assim, o uso legitimado do autoritarismo pode ser entendido como um elemento estrutural do regime, que instituiu uma “dinâmica social específica a qual, por sua vez, supõe processos complexos de aceitação da ordem e obediência e de assimilação da violência”.⁵⁴ A eficácia desses recursos

⁵³ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação: memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 17.

⁵⁴ CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, ordem e progresso: a naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; SOUZA, César Martins de (org.). *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Primas, 2018. p. 141-142.

presumia também o conhecimento dessas práticas pela sociedade, servindo como instrumento de alerta e coerção política. A atuação conjunta desses elementos serviu para naturalizar a violência e o autoritarismo durante a ditadura, e esse quadro se manifestou nas comemorações do golpe a partir de duas circunstâncias: pela atuação do sistema de vigilância e nas programações festivas.

Como vimos anteriormente, foram diversas as manifestações de oposição que ocorreram nos aniversários do 31 de março, revelando as tensões e disputas de memória em torno da data. Essas ações não passaram despercebidas pelos órgãos de informação, que detalharam em seus registros e documentos oficiais o envolvimento de determinados indivíduos e grupos em atividades chamadas de “subversivas”. Para além da ampla atenção conferida às manifestações de grupos estudantis realizadas entre as décadas de 1960 e 1980, a ditadura fez esforços para vigiar determinados indivíduos de forma específica, sobretudo os que se associavam de algum modo às ações de cunho contestatório. Na sequência serão apresentados alguns casos representativos dessa faceta autoritária presente nos festejos alusivos ao golpe, preservando a identidade das pessoas que foram alvos dos sistemas de vigilância e ressaltando que a atuação de alguns deles também se enquadra nas atitudes de oposição à ditadura.

Em 1970, o SNI relatou uma situação envolvendo um engenheiro do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME). O funcionário em questão teria tentado impedir a realização de uma palestra comemorativa ao 6º aniversário, a ser proferida pelo diretor da Divisão de Segurança e Informações (DSI) da pasta. No documento não ficam claras as razões que teriam motivado o ocorrido, apenas que “o referido engenheiro procura se cobrir com alegação de ‘revolucionário’ e cita nominalmente ligações de amizade com altas patentes militares para intimidar e coagir diretores, chefes e colegas, de forma a se garantir de impunidade”. Segundo os órgãos de informação, esse acontecimento se configurava um grave caso de indisciplina e desrespeito ao princípio de autoridade, além de completo “desserviço” à chamada “Revolução”, ao associá-la de forma negativa às atitudes do engenheiro.⁵⁵ Esse exemplo deixa claro que não somente os indivíduos ligados necessariamente à oposição política foram objeto da vigilância ditatorial, mas qualquer comportamento considerado desviante aos gestos desejáveis pelo governo nas comemorações do golpe.

⁵⁵ SNI. Ministério das Minas e Energia – Divisão de Segurança e Informações (MME/DSI). *Encaminhamento n° 50*. 6 abr. 1970. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70011555.

Na década de 1980, uma deputada estadual do PMDB no Ceará foi alvo de informe “por seus violentos ataques desferidos contra o Governo na Assembleia Legislativa” de Fortaleza, pela passagem do 17º aniversário. No anexo do informe consta a íntegra do pronunciamento, que fazia críticas aos ataques sofridos pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, à repressão e a perseguição política aos militantes e sindicalistas.⁵⁶ No mesmo período, o envolvimento anterior de um professor universitário, ex-membro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em atividades “subversivas” e “depreciativas a passagem do 14º aniversário da Revolução” desenvolvidas na Casa do Brasil, em Paris, durante seu exílio, foram motivo para que o sistema de informações vigiasse a proposição de um curso de extensão sobre História da Arte no Brasil, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).⁵⁷ O caso é bastante interessante, pois demonstra que as manifestações de oposição aos aniversários do golpe e as redes de vigilância a esses eventos possuíam abrangência internacional.

Os documentos do SNI também permitiram identificar situações de coerção explícita efetuada pelas forças militares, nesse caso, relacionadas a líderes religiosos. Em 1969, um padre da cidade de Mendes (RJ) foi convidado a comparecer ao QG do 2º Batalhão de Carros de Combate (BCC) para esclarecimentos, após recusar inicialmente um convite expedido pelo prefeito municipal para rezar uma missa em ação de graças ao 5º aniversário. O informe relatou que o padre compareceu ao local acompanhado de um outro colega religioso (o documento dá a entender que essa atitude foi fomentada pelo medo do interrogatório) e, após conversar com o comandante da guarnição militar, aceitou celebrar o rito, ainda que “com certa má vontade”. Ao ser interrogado, teria declarado motivos de ordem “pessoal” e divergências com o prefeito para recusar a oferta. Por sua vez, o prefeito argumentou que o padre havia se negado sob alegação de que “não celebrava missa por motivos políticos”.⁵⁸ Embora seja difícil indagar sobre as verdadeiras razões para não querer realizar a missa, o líder religioso pode ter utilizado dessa justificativa de ordem pessoal como estratégia de convencimento para as forças repressivas, ocultando a dimensão política de suas ações diante da coerção que estava sofrendo.

⁵⁶ SNI. Agência de Fortaleza. *Informação nº 40/115/AFZ/81*. 7 abr. 1981. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.81000762.

⁵⁷ CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA). Ministério da Aeronáutica. *Informação nº 0013*. 2 jan. 1982. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Código de referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.29938.

⁵⁸ CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE em diante). Ministério do Exército – Gabinete do Ministro. *Informação nº 1224/S-102/CIE*. 21 mai. 1969. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.69007193.

Alguns anos mais tarde, um bispo de Campina Grande (PB) foi convidado pelo Comandante da 5ª Companhia de Infantaria para celebrar uma missa congratulatória ao 8º aniversário do golpe, mas também recusou o pedido por “não estar de acordo com o que a Revolução vem realizando e não ser de bom alvitre fazer críticas”. Posteriormente, durante a realização de uma sessão cívica comemorativa na cidade, o bispo teve seu acesso vetado pelo comandante militar e não foi autorizado a participar da solenidade, “por considerar inconveniente sua presença”.⁵⁹ As situações abordadas, além de serem exemplos de ações de oposição, evidenciam que os instrumentos de coerção e retaliação foram amplamente utilizados pelos militares nas comemorações do golpe de 1964 e articulavam-se diretamente com o autoritarismo vigente naquele contexto.

Outro caso que merece destaque se vincula à atuação da censura aos meios de comunicação. Em 1974, na ocasião das comemorações dos 10 anos do regime ditatorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou ao longo da semana do dia 31 de março uma série de matérias dedicadas a historicizar aquele período. O texto intitulado “Crise mundial atinge o Brasil”, que descrevia os acontecimentos políticos entre os anos de 1968 e 1974, aparenta ter sofrido cortes significativos. Ao tratar especificamente dos temas “repressão” e “subversão”, trechos da matéria foram censurados, o que acarretou a publicação do canto nono do poema épico *Os Lusíadas*, de Luiz de Camões.⁶⁰ Os fragmentos desconexos em meio ao texto jornalístico integravam um recurso utilizado pelo periódico desde 1973, que consistia em substituir o conteúdo vetado pela censura por trechos de *Os Lusíadas* e receitas de bolos.⁶¹

A dimensão autoritária também se manifestou nas comemorações a partir do reforço do policiamento nas redondezas das solenidades. Desde os primeiros aniversários do golpe amplos contingentes policiais foram mobilizados para garantir a “segurança” dos festejos e evitar que manifestações contrárias ao regime fossem realizadas nos mesmos locais das cerimônias, com a montagem de esquemas policiais bastante detalhados pelos jornais da grande imprensa.⁶²

⁵⁹ CIE. Ministério do Exército – Gabinete do Ministro. *Informação n° 930S/102-S3-CIE*. 13 abr. 1972. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72045145.

⁶⁰ CRISE mundial atinge o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 18.

⁶¹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de S. Paulo e Movimento*. 1990. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. p. 62.

⁶² Em 1967, o jornal *O Globo* relatou que “forte dispositivo, segundo informou a DOPS, já foi armado para evitar que agitadores e subversivos aproveitem as diversas celebrações para promover atentados contra a paz social. Mais de 220 comissários, além de investigadores e guardas civis, que utilizarão 42 viaturas, estão de prontidão rigorosa desde a tarde de ontem, a fim de evitar pichamento de paredes, distribuição de panfletos e manifestos, ajuntamentos ou colocação de faixas com dizeres ofensivos aos poderes constituídos”. O BRASIL INTEIRO comemora o aniversário da Revolução. *O Globo*, ano XLII, n. 12.544, 31 mar. 1967. p. 4.

Considerando ainda os eventos de 1974, a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo montou um grande plano de policiamento, que incluía rondas, patrulhamentos e postos de observação fixa, executado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) em parceria com o SNI. O objetivo principal era “impedir a distribuição de panfletos, pichamentos, divulgação de propaganda subversiva gravada, comportamentos terroristas e outras manifestações ilegais”.⁶³

Em alguns anos foram registradas prisões preventivas de pessoas processadas pelos IPM's como garantia da “ordem”, e a apreensão de indivíduos que “quebraram a normalidade dos festejos”.⁶⁴ Ao que tudo indica, a “normalidade” das comemorações era bastante frágil, uma vez que qualquer manifestação que fugisse da lógica imposta pelos militares era prontamente questionada. Uma situação que merece destaque foi a vigilância policial em Belo Horizonte, durante o 1º aniversário, que convocou um alfaiate para prestar esclarecimentos após ser observado um pano preto dependurado em sua janela e sem qualquer vinculação política aparente.⁶⁵ Nos anos subsequentes, a possibilidade de infiltração de “subversivos” e “agitadores” nas solenidades se manteve como objeto de preocupação governamental, impulsionando a utilização de contingentes compostos por policiais federais, militares pertencentes às Três Armas, além do pessoal do DOPS.⁶⁶

No âmbito das programações festivas, o autoritarismo foi reforçado por meio da adoção de simbologias de poder, propagadas nos desfiles militares através da exposição de equipamentos bélicos e armamentos para combate. Conforme evidenciado no segundo capítulo, as paradas organizadas pelas Forças Armadas congregavam amplos contingentes e incluíam performances com aviões, metralhadoras, canhões, tanques de guerra, jipes, morteiros e outros equipamentos militares. As festividades organizadas em Belo Horizonte para o 1º aniversário constituíram um dos casos mais expressivos, uma vez que o desfile militar presidido na capital

⁶³ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). *Plano de policiamento, tendo em vista comemorações do 10º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964*. 28 mar. 1974. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). Fundo: Secretaria de Segurança Pública.

⁶⁴ Sobre as prisões preventivas, ver: SCHULLER iludiu a polícia e se mantinha internado em um hospital de Niterói. *Jornal do Brasil*, ano LXXIV, n. 71, 28 mar. 1965. p. 20; JUSTIÇA MILITAR conclui sumário de culpa de 3 oficiais e 6 sargentos. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 71, 27 mar. 1966. p. 28. A quebra da normalidade dos festejos de 1965 em Belo Horizonte foi causada pela prisão de um indivíduo “que desejava de toda maneira, subir ao palanque presidencial” e na ocorrência detalhada em sequência no texto. EXALTADA A Revolução em todo país. *O Globo*, ano XL, n. 11.931, 01 abr. 1965. p. 23.

⁶⁵ EXALTADA A Revolução em todo país. *O Globo*, ano XL, n. 11.931, 01 abr. 1965. p. 23.

⁶⁶ Cf.: BRASÍLIA comemora o 4º aniversário da Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, n. 14.169, 01 abr. 1968. p. 3; A COMEMORAÇÃO em todos os Estados. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.529, 01 abr. 1977. p. 9; FORÇAS estaduais estão de prontidão... *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 353, 01 abr. 1977. p. 19.

de Minas Gerais contou com a participação de cerca de doze mil soldados.⁶⁷ Também era comum que os novos materiais para combate, adquiridos pelos governos federal e estadual, fossem ostentados nos desfiles, como ocorreu em 1970 em Brasília, quando a PM do Distrito Federal apresentou “o seu novo equipamento especial para choques de rua”, composto por “escudos e capacetes de plástico transparente, além de fuzis lançadores de bombas de gás lacrimogêneo”.⁶⁸

Além das exposições de armamentos nos desfiles, foram registradas demonstrações de forças policiais e simulações de atentados. No 2º aniversário do golpe, o I Batalhão de Guardas da Guanabara preparou uma demonstração da “eficácia de seus homens” no “controle de tumulto”. A ação consistiu em uma simulação de uma manifestação contra o regime ditatorial, “onde ‘estudantes’ levavam faixas, vaiando o oficial que os mandou dispersar. Dado o alarme, a tropa se equipou em poucos minutos, saindo em certo”. Na performance, o pelotão de soldados simulou a utilização de um espargidor de gás lacrimogêneo nos “manifestantes” (que, nada inocentemente, foram descritos pelos meios de comunicação como estudantes, utilizando aspas) e efetuou prisões, momento que foi definido como “ponto alto das comemorações”, recebido “sob aplausos” de crianças em idade escolar que se encontravam presentes para assisti-las.⁶⁹

No mesmo 31 de março de 1966, a PM da Guanabara executou uma operação de treinamento no centro do Rio de Janeiro, com a presença de cerca de cinco mil soldados e levada a cabo naquele dia “inclusive para que a corporação pudesse reprimir imediatamente qualquer tumulto ou agitação em decorrência das comemorações do aniversário da Revolução”.⁷⁰ O destacamento de homens e carros blindados mobilizados foi tão expressivo que chegou a assustar a população local (Figura 24).⁷¹ É bastante curioso e nada ingênuo o fato de que essas demonstrações de “poderio” dos agentes militares tenham ocorrido justamente em um dos anos com maiores registros de manifestações estudantis em oposição à ditadura realizadas naquela capital.

⁶⁷ CASTELO EM MINAS, colhe as glórias da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVI, n. 27.591, 01 abr. 1965. p. 14.

⁶⁸ EM BRASÍLIA, Médici assiste ao grande desfile militar. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.899, 01 abr. 1970. p. 5.

⁶⁹ FESTA NO BATALHÃO de Guardas mostra como eliminar tumulto. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 6; FESTEJOS REAFIRMAM fé na Revolução. *Estado de S. Paulo*, ano LXXXVII, n. 27.899, 01 abr. 1966. p. 8.

⁷⁰ PM FEZ nas ruas do centro treinamento das unidades. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 16.

⁷¹ O jornal *Última Hora* afirmou que “A Polícia Militar do Estado da Guanabara foi mobilizada para prevenir quaisquer manifestações públicas de desagrado ao Governo, distribuindo-se a tropa (foto), que chegou a assustar a população, por diferentes pontos da cidade, com a missão de desfazer todo ajuntamento encontrado, imediatamente posto sob suspeição de grupo contra-revolucionário”. APESP. Acervo Jornal *Última Hora*. Trecho de matéria de jornal recortada. Rio de Janeiro, 01 abr. 1966. Ficha referente ao registro de imagem ICO-UH-1062-147.

Figura 24. Soldados da Polícia Militar da Guanabara aguardam as comemorações do 2º aniversário do golpe



Fonte: APESP. Acervo Jornal *Última Hora*. Negativo arquivado. Rio de Janeiro, 01 abr. 1966. ICO-UH-1062-147.

Dez anos depois, o IV Exército também promoveu “um exercício militar de grande envergadura” em Maceió, para celebrar o 12º aniversário. A programação foi composta pela simulação de incidentes “visando exercitar os responsáveis pela segurança numa pronta resposta às necessidades de defesa interna”.⁷²

Para além das simulações mobilizando contingentes militares, algumas ações promovidas pelas Forças Armadas incluíram a exposição de “resultados” obtidos pelas práticas persecutórias empregadas contra membros da luta armada e da oposição ao regime. Esse foi o caso das comemorações do 6º aniversário em São Paulo, quando no auge da repressão política a Operação Bandeirantes (OBAN) efetuou, como parte das programações festivas, a devolução ao poder público de “diversos fuzis, metralhadoras, balas, materiais cirúrgicos e medicamentos encontrados [...] em poder de terroristas”. Grande parte dos materiais, entregues a postos militares e hospitais, havia sido apreendido durante a invasão da casa de um militante

⁷² FESTEJO DO IV Exército é exercício. *Jornal do Brasil*, ano LXXXV, n. 351, 28 mar. 1976. p. 7.

pertencente à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e que foi assassinado no confronto.⁷³ Embora não constitua uma novidade propriamente, a veiculação de notícias dessa natureza pela imprensa de grande circulação indica o conhecimento de parte da sociedade civil acerca da violência e da brutalidade empregadas pelas forças policiais nas situações de conflito com militantes e guerrilheiros.

A exposição de equipamentos bélicos nos desfiles e dos materiais apreendidos em ações de repressão política, assim como a promoção de simulações de atentados e a atuação das forças militares, vinculavam-se à intenção de demarcar o poderio ditatorial frente às ações de oposição ao regime, reafirmando a intransigência do autoritarismo sob o manto festivo proporcionado pelo ambiente de comemorações. No plano simbólico, a conjunção desses elementos corroborava para uma espécie de “espetacularização” da violência, que era justificada a partir da necessidade de manutenção de uma postura vigilante contra a “subversão”, implementando ainda o medo e a coerção como dispositivos capazes de assegurar determinado grau de obediência. Nos regimes ditatoriais ou totalitários, é comum que as manifestações comemorativas se configurem também em “espetáculos de força”, orientados a provocar o terror nos adversários e intensificar os sentidos de coesão e poderio.⁷⁴

A atuação conjunta do SNI e das forças policiais na vigilância e “segurança” das comemorações, somadas à espetacularização da violência nas programações festivas, demonstram que o autoritarismo se manifestou de forma intrínseca durante os aniversários do golpe de 1964. Questões vinculadas ao uso da força e da repressão extrapolavam as formulações e discussões sobre política, emergindo no cotidiano da sociedade brasileira e, por consequência, se refletindo nos ritos comemorativos e liturgias festivas. Deste modo, a metáfora dos chamados “porões da ditadura” é insuficiente para compreender a relação entre sociedade civil, autoritarismo e violência no regime ditatorial. Os comportamentos sociais assumidos foram bastante complexos e dinâmicos, sobrepujando os instrumentos analíticos que a dicotomia colaboração *versus* resistência pode oferecer. A seguir, discutiremos de forma mais profunda as atitudes vinculadas especificamente a um grupo social e político marcadamente ambíguo nas comemorações do golpe de 1964, os jornais da grande imprensa.

⁷³ LUÍS VIANNA lembra a figura de Castelo. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 302, 31 mar. 1970. p. 5; MÉDICI É aplaudido na festa de aniversário da Revolução. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 303, 01 abr. 1970. p. 7.

⁷⁴ GENTILE, Emilio. *El culto del Littorio: la sacralización de la política en la Italia fascista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. p. 132.

4.3 – A imprensa e a ditadura: entre acomodações e ambiguidades

Ao longo dessa dissertação foi possível observar que a imprensa de grande circulação nacional ocupou um papel de destaque na divulgação dos festejos alusivos aos aniversários do golpe de 1964, seja por meio de notícias de cunho informativo, como no caso da publicação detalhada das programações festivas, mas também pela veiculação dos discursos comemorativos governamentais em cadernos especiais, editoriais e textos opinativos. Diante do papel central ocupado por esses meios de comunicação no processo de construção de representações sobre o 31 de março, cabe agora uma reflexão mais detalhada sobre as atitudes e posicionamentos manifestados por esses jornais no ambiente festivo.

O objetivo desse subcapítulo consiste em compreender as relações estabelecidas entre a imprensa liberal e a ditadura militar, que se modificaram ao longo dos quase 20 anos de comemorações institucionais, acompanhando as mudanças conjunturais do regime autoritário. A análise encontra-se centrada nos editoriais jornalísticos publicados pelos periódicos *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, entre os anos de 1965 e 1984, e que faziam referência direta à passagem dos aniversários do golpe. Também foram utilizados, embora em menor proporção, textos provenientes de colunas opinativas desses mesmos jornais. Os editoriais compõem um dos gêneros de escrita do discurso jornalístico que, diferentemente de textos de caráter informativo, possuem como objetivo exprimir determinadas opiniões e persuadir o leitor por meio da exposição de linhas argumentativas. Essas colunas “costumam condensar os múltiplos interesses dos jornais [...] defendendo determinadas posições ou pontos de vista, simultaneamente como empresa privada e instituição social”.⁷⁵ Por esse motivo, sua análise permite revelar os posicionamentos que os meios de comunicação assumiram frente aos governos ditatoriais.

Ainda que em quase todos esses anos tenham circulado editoriais alusivos ao 31 de março, a abordagem está voltada aos casos considerados mais representativos, com o propósito de demonstrar que a imprensa manteve uma relação de ambiguidade com o regime ditatorial. Esse arranjo político foi derivado, dentre outras razões, da relação estabelecida entre os setores golpistas provenientes de segmentos pertencentes à direita liberal, conservadora e/ou autoritária que, embora agrupados em torno da retórica anticomunista no episódio de 1964, passaram a operar como forças em disputa durante a ditadura. Nesse contexto, os jornais da grande

⁷⁵ CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 16-17.

imprensa atuaram na condição de canais porta-vozes do campo liberal, defendendo na opinião pública determinadas pautas políticas associadas ao chamado “autoritarismo de crise”. O apelo a esse recurso estava ligado à defesa de saídas autoritárias como um horizonte possível em momentos de crises agudas, sobretudo, quando relacionadas a reivindicações que colocavam em xeque estruturas políticas e sociais vigentes.⁷⁶ Assim, os meios de comunicação da grande imprensa, embora sustentassem um discurso em favor das “liberdades”, em caso de tensionamentos políticos que ameaçavam a ordem social – como ocorreu em 1964 –, apoiavam o uso limitado do arbítrio. Na prática, tratava-se de defender a “Revolução” como recurso para o restabelecimento de uma suposta “democracia” ameaçada pelo governo Goulart, acompanhada do reforço à necessidade de salvaguardar os direitos individuais, pautados nas concepções de liberalismo político e econômico.

No processo de construção da ordem ditatorial, determinadas ações do governo militar tiveram um impacto significativo, desestabilizando os vínculos de aproximação estabelecidos entre liberais e o regime autoritário, como nos casos da implantação da Constituição e da Lei de Imprensa em 1967, assim como da decretação do AI-5 em dezembro de 1968. Esses momentos revelam de forma mais contundente as ambiguidades presentes no discurso liberal e se refletiram nos editoriais dos jornais da grande imprensa, caracterizados por manterem uma postura de oscilação entre o apoio e a crítica moderada. Esse comportamento pode ser enquadrado na categoria dos “jogos de acomodação”, previamente abordada no primeiro capítulo da dissertação e que permite compreender a multiplicidade de atitudes sociais frente à ditadura militar, rompendo com a lógica binomial colaboração *versus* resistência.⁷⁷

A partir dessas reflexões buscarei evidenciar que durante os aniversários do golpe de 1964 a imprensa manteve em geral uma atitude de apoio à ditadura, mas que em certos momentos oscilou para atitudes de acomodação e às vezes mesmo de crítica moderada. Para tanto, foram selecionadas algumas temporalidades específicas que exemplificam determinadas posturas assumidas pela imprensa e suas modificações. A noção de “dobras do tempo histórico”, utilizada por Marcos Napolitano, serviu como inspiração para as escolhas efetuadas na análise. O autor as define como “pontos de virada do discurso memorialístico em que a revisão crítica do passado e a síntese do que deve ser lembrado ou esquecido são

⁷⁶ Eduardo Chammas, em diálogo com Saes (1985), conceituou o autoritarismo de crise como “a interrupção do processo de ascensão política das classes populares que não se completaria senão através da militarização transitória de Estado”. CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁷⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 291.

particularmente significativas e contundentes”.⁷⁸ Nesse caso, as dobras de tempo representaram os momentos-chave para a modificação e reajuste das representações sociais construídas pelos jornais sobre o 31 de março e a ditadura.

É inegável que a imprensa desempenha uma função importante na construção de representações que são apropriadas por certos grupos sociais e, por isso, ela exerce influência na conformação de determinados comportamentos políticos. Todavia, é necessário reconhecer os limites desse influxo, de forma a evitar análises hiper dimensionadas e teleológicas, pautadas na “simples relação de intervenientes ativos esforçando-se para impor sua influência a sujeitos mais ou menos passivos”.⁷⁹ Um dos caminhos possíveis consiste no aprofundamento dos conhecimentos sobre a relação que os meios de comunicação mantêm com os poderes políticos e demais grupos de pressão, assim como sobre os detentores desses veículos informativos e suas formas de financiamento.⁸⁰

Entre as décadas de 1950 e 1960 a imprensa brasileira passou por mudanças significativas, que culminaram em um grande processo de modernização dos meios de comunicação, o que envolveu a formação de novos conglomerados de mídia e a reestruturação dos jornais visando ampliar os temas abordados e as tiragens em circulação. O contexto também foi definido por Alzira Alves de Abreu como o “apogeu do jornalismo político”, marcado pela maior radicalização e engajamento dos jornais em pautas de caráter político e social. A autora ressaltou que “embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção

⁷⁸ NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017. p. 350.

⁷⁹ JEANNENEY, Jean Noel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 221. Tratando especificamente da formação da imprensa brasileira, a historiadora Bethânia Mariani destacou a estreita vinculação que o discurso jornalístico mantém no processo de cristalização de uma memória histórica possível, tomando parte na seleção dos acontecimentos que merecem ser recordados no futuro. MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001. p. 31-42.

⁸⁰ A metodologia empregada para a análise dessas fontes históricas seguiu algumas das contribuições propostas pela historiadora Tânia Regina de Luca. Segundo a autora, para realizar uma história da imprensa, por meio da imprensa, é necessário analisar tanto elementos internos quanto externos ao texto. O estudo dos jornais presume estar atento não somente ao conteúdo das notícias propriamente, mas também as características de ordem material dos impressos, como sua aparência física, diagramação, posição das colunas e cadernos, verificação de quais eventos foram parar nas manchetes, além da própria posição em que a notícia analisada se encontra no espaço jornalístico. Além disso, é necessário problematizar o lugar social ocupado pelo jornal, ou seja, quais suas vinculações com o governo, sua relação com o mercado editorial e publicitário, seu público-alvo, quais são seus interesses corporativos e suas formas de atuação. Esse conjunto de elementos possibilita ao historiador efetuar “um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica rigorosamente inseridos na crítica competente”. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141.

missionária de sua atividade”.⁸¹ Esses veículos jornalísticos, que se pretendiam meios de comunicação em massa, ocupavam o espaço público para defender valores e interesses de caráter comercial e político, e reivindicavam um papel central na condição de “representantes” da “opinião pública” que, em sua perspectiva, era composta por segmentos liberais vinculados às classes médias e empresariais brasileiras.

Os periódicos que pertenciam a grande imprensa comungavam de semelhanças evidentes, como sua natureza corporativa e associada à iniciativa privada, além de uma orientação política anticomunista, derivada tanto do posicionamento de seus proprietários, quanto dos jornalistas mais proeminentes em suas colunas. Entretanto, apesar dos inúmeros pontos em comum, esses jornais também possuíam diferenças, sobretudo no tocante a sua aproximação com o liberalismo e que se refletia em suas linhas editoriais, o que remete à impossibilidade de concebê-los de forma homogênea. Portanto, vale a pena mencionar brevemente as particularidades existentes nesses meios de comunicação durante a ditadura.

Em estudo sobre a ascensão da agenda ultraliberal na grande imprensa, Francisco Fonseca traçou um perfil sobre o *modus operandi* desses jornais e sua relação com a defesa de valores liberais. Segundo o autor, *O Globo* assumiu uma postura de “governismo inveterado”, marcada pela defesa das iniciativas ditatoriais e pelo uso pragmático do liberalismo, na maioria das vezes não radicalizando posições. No caso específico dos aniversários do golpe, o jornal comandado por Roberto Marinho foi o que apresentou o comportamento mais homogeneizado, porque a maior parte dos seus editoriais manteve uma postura elogiosa ao governo. Somente no início da década de 1980 ocorreram mudanças mais perceptíveis. O fato de o diário pertencer a um conglomerado de mídia extremamente beneficiado pela ditadura militar, sobretudo após a criação da Rede Globo de Televisão, parece ter sido um dos motivos que contribuiu para o “governismo” de *O Globo*.

A *Folha de S. Paulo* foi caracterizada por sua “volatilidade ideológica”, oscilando entre a perspectiva nacional-desenvolvimentista e a liberal, em um movimento de rápidas mudanças de posição. O jornal também assumiu uma postura pragmática frente ao liberalismo, apresentando maior fluidez no tocante à linha editorial seguida, acompanhando mudanças conjunturais vinculadas à classe média e ao avanço de pautas sociais. A reforma editorial que ocorreu no periódico em meados de 1970, promovida pelo jornalista Cláudio Abramo, foi significativa desse processo, consagrando a *Folha* como espaço de debates e aproximando-a

⁸¹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

dos setores políticos e sociais considerados “progressistas”. Portanto, foi o jornal menos conservador quando comparado aos seus congêneres.

Por sua vez, o *Jornal do Brasil* esteve marcado por um “liberalismo inconsequente”, ou seja, a defesa absoluta da agenda ultraliberal, sobretudo associada à dimensão econômica. Todavia, a postura assumida pelo periódico em muitas ocasiões foi contraditória aos postulados liberais, configurando o que Fonseca denominou como “liberalismo autoritário”. Essas ambiguidades também estiveram presentes no discurso d’*O Estado de S. Paulo*, definido pelo autor enquanto ator político de extrema complexidade. O perfil do jornal paulistano combinou a junção entre liberalismo clássico de viés republicano, conservadorismo e tradicionalismo. Além disso, uma de suas marcas distintivas foi a oscilação entre o apoio e a crítica às iniciativas governamentais, modelando sua defesa aos princípios liberais de acordo com determinados temas e conjunturas. Como veremos à frente, em muitas ocasiões esses próprios jornais mantiveram uma postura ambígua frente aos seus postulados, por vezes seguindo por caminhos contraditórios à perspectiva liberal e se aproximando mais do autoritarismo.⁸²

No 1º aniversário do golpe, os editoriais comemorativos foram unânimes em manter uma postura favorável ao regime autoritário, recorrendo ao apoio popular e à suposta “salvação” da democracia como estratégias narrativas para assegurar a legitimação da ditadura. Contudo, logo no ano seguinte, diante das críticas políticas enfrentadas pelo regime, a imprensa apresentou um comportamento um pouco diferente do ocorrido em 1965. É nesse momento, situado entre os anos de 1966 e 1967, que foi possível identificar a primeira dobra temporal no discurso da imprensa, caracterizada por demonstrações de apoio mais contundentes, mas também por pequenas e tímidas críticas direcionadas a temas específicos. Embora não deixassem de destacar a suposta grandiosidade do 31 de março, ponderando positivamente sobre o afastamento do “perigo comunista” e da “subversão”, os jornais igualmente promoveram balanços reflexivos em torno do que consideravam uma problemática ainda não solucionada: o terreno político e a falta de diálogo entre o governo e as classes sociais, notadamente, estudantes, operários e o empresariado.

⁸² FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 112-192. Para uma discussão mais aprofundada sobre as especificidades de cada um dos jornais mencionados, ver: RIBEIRO, Belisa. *Jornal do Brasil, história e memória: os bastidores das edições mais marcantes de um veículo inesquecível*. Rio de Janeiro: Record, 2016; ARAUJO, Juliana Gagliardi de. *Mediando a “Revolução”: as narrativas de O Globo sobre os aniversários do golpe no regime militar*. 2011. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011; PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – a imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1992.

Desde o 2º aniversário do golpe e ainda sob a expectativa de eleições diretas para a sucessão de Castello Branco, a grande imprensa enfatizou a necessidade de “harmonizar” as providências que haviam sido tomadas visando a “segurança nacional” (ligadas diretamente ao expurgo dos comunistas e opositores políticos), com os ideais “primeiros” da “Revolução”. Para tanto, era considerado imprescindível “ao Governo quebrar a incomunicabilidade em que se refugiou, para falar mais francamente ao homem da rua e reativar a esperança dos que ardem em impaciência pelos resultados práticos”.⁸³ É possível perceber que, nesse primeiro momento, predominava uma postura propositiva por parte desses jornais, que se aproveitavam da ocasião festiva para discutir maneiras de a ditadura enfrentar a crise de legitimidade em que se encontrava. Os próprios editoriais enxergavam as comemorações como momentos oportunos para que o governo da “Revolução” realizasse balanços e autocríticas, para reconhecer os ganhos e “reformular atitudes e rumos que a experiência demonstrou incompatíveis com as aspirações nacionais”.⁸⁴ Assim, fica claro que os meios de comunicação se enxergavam como atores sociais capazes de auxiliar e orientar o governo por meio de sugestões, sob a prerrogativa de que representavam os interesses e demandas da “opinião pública”.

As maiores críticas que, segundo a concepção dos jornais, poderiam ser consideradas propostas de aperfeiçoamento, consistiam justamente em questões vinculadas à política nacional. Em 1967, a imprensa paulista e o *Jornal do Brasil* abordaram essa temática de forma significativa em seus editoriais comemorativos.⁸⁵ Os textos iniciaram com elogios ao governo ditatorial, lembrando o chamado “tempo do caos”, para demonstrar que os brasileiros tinham muito o que agradecer no dia 31 de março, pois ele representava o afastamento definitivo do “totalitarismo de esquerda”. Contudo, alguns “desastres no terreno político” teriam marcado o governo Castello Branco, especialmente a outorga da Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1967.⁸⁶ Segundo *O Estado de S. Paulo* essas medidas resultaram “por redundar, queiram ou não queiram, numa ditadura militarista, em que a própria justiça passaria a ser administrada pelos quartéis”, revelando ainda o caráter autoritário do ex-presidente.⁸⁷ A *Folha de S. Paulo* também evidenciou que “no terreno especificamente político, nem sempre foram felizes as soluções para os problemas que vinham do passado”, citando

⁸³ CONTINUIDADE revolucionária. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 74, 31 mar. 1966. p. 6.

⁸⁴ BALANÇOS oportunos. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, n. 13.438, 01 abr. 1966. p. 4; TRÊS ANOS. *Folha de S. Paulo*, ano XLVII, n. 13.802, 31 mar. 1967. p. 4.

⁸⁵ Os editoriais publicados por *O Globo* exaltaram a “obra da Revolução” e a coesão nacional em torno do presidente Costa e Silva, que havia sido empossado naquele ano. TRÊS ANOS. *O Globo*, ano XLII, n. 12.544, 31 mar. 1967. p. 1; ESPERANÇA num autorretrato. *O Globo*, ano XLII, n. 12.545, 01 abr. 1967. p. 1.

⁸⁶ TRÊS ANOS. *Jornal do Brasil*, ano LXXVI, n. 74, 31 mar. 1967. p. 6.

⁸⁷ 31 DE MARÇO. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXVIII, n. 28.207, 31 mar. 1967. p. 3.

diretamente o estabelecimento das eleições indiretas e do bipartidarismo, cujo conteúdo não se poderia “considerar contribuição efetiva para o amadurecimento democrático da nação. Antes pelo contrário”.⁸⁸

De forma paralela e, inclusive dentro desses próprios editoriais já mencionados, os redatores empenharam-se em justificar as falhas cometidas pelo governo, afirmando que a maior parte das críticas eram injustas, por desconsiderar as dificuldades impostas pelo legado anterior à 1964.⁸⁹ Assim, predominava a concepção de que os acertos da ditadura se sobrepujavam aos erros, sobretudo, no tocante ao “esforço desenvolvido no setor econômico-financeiro, visando ao controle da inflação e ao saneamento de nossa moeda”, pois embora o país não estivesse em um “mar de rosas”, havia voltado a “viver em condições de esperança”.⁹⁰

Fica evidente, portanto, que nesse primeiro momento o discurso da imprensa oscilou entre o apoio majoritário às iniciativas voltadas ao expurgo dos comunistas e “subversivos”, e a avaliação crítica de elementos vinculados à orientação política da ditadura. Por outro lado, esses meios de comunicação muitas vezes relevavam aquilo que consideravam como erros do governo, em razão do caráter recente da “Revolução”. O movimento pendular seguido pelos jornais entre 1966 e 1967 esteve associado à adesão desses meios de comunicação ao projeto governamental autoritário, combinada à sutil desaprovação em alguns aspectos, mas sempre seguindo uma linha propositiva. A oscilação entre o apoio e a crítica será uma marca distintiva da imprensa liberal durante a ditadura e é perceptível em todos os casos aqui apresentados, variando em termos de intensidade e de acordo com o contexto histórico vivenciado.

A segunda dobra identificada está situada no período que sucedeu a outorga do AI-5, mais especificamente entre os anos de 1970 e 1973, no auge do milagre econômico. Embora predominasse o tom elogioso às iniciativas governamentais, sobretudo, associadas à recuperação financeira e o desenvolvimento nacional, foi possível perceber determinadas discordâncias no tocante ao encaminhamento político seguido pela ditadura. Cabe destacar que, após o recrudescimento da repressão, os meios de comunicação também passaram a formular estratégias visando mascarar ou atenuar o conteúdo de suas críticas.

Conforme mencionado anteriormente, o Ato Institucional de dezembro de 1968 constituiu um ponto de inflexão que exigiu modificações no arranjo político da ditadura, com maior investimento na ideia de uma suposta “democracia revolucionária”. Especialmente em

⁸⁸ TRÊS ANOS. *Folha de S. Paulo*, ano XLVII, n. 13.802, 31 mar. 1967. p. 4.

⁸⁹ SURANN, Carlos. 2º ANIVERSÁRIO. *O Globo*, ano XLI, n. 12.237, 01 abr. 1966. p. 4; TRÊS ANOS. *Folha de S. Paulo*, ano XLVII, n. 13.802, 31 mar. 1967. p. 4.

⁹⁰ DOIS ANOS. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, n. 13.437, 31 mar. 1966. p. 4; EM CONDIÇÕES de esperança. *Jornal do Brasil*, ano LXXV, n. 74, 31 mar. 1966. p. 10.

1970 essa tônica esteve presente nos discursos comemorativos, com destaque para a Ordem do Dia baixada pelo Ministro do Exército, Orlando Geisel, o pronunciamento do presidente Médici na abertura da Assembleia Legislativa, mas também na imprensa. Esse foi o caso de uma entrevista realizada pelo jornal *O Globo* com o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Nessa ocasião, ele defendeu a implementação de uma democracia social como uma das principais bandeiras políticas do governo militar, aproveitando para criticar “os liberais, que não entendem que a Revolução não pode ser suicida, como se deslembra de que a democracia dos tempos atuais não se compadece mais com os princípios do individualismo, que era a projeção filosófica do Estado liberal ultrapassado”.⁹¹ Essas afirmações não passaram despercebidas pelos meios de comunicação, que dedicaram seus editoriais para discutir a natureza e a implementação dessa “nova democracia”. É interessante observar que nesse período as opiniões expressas pelos jornais foram menos homogêneas, ou seja, enquanto alguns deles mantiveram uma postura de apoio mais descomedido, outros apostaram em avaliações críticas. A divergência na opinião dos jornais se processou, dentre outras razões, pelas próprias diferenciações de suas linhas editoriais, assim como pelos variados graus de aproximação com o liberalismo.

A *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, definidos anteriormente por sua “volatilidade ideológica” e pelo “governismo inveterado”, produziram textos bastante elogiosos aos pronunciamentos das autoridades políticas, considerando oportuno o esclarecimento sobre o suposto projeto de democracia social em fase de implementação, “num momento em que existem correntes, algumas bem-intencionadas, que se mostram insatisfeitas com a opção política feita pelo movimento revolucionário”.⁹² Essa afirmação fazia clara alusão ao afastamento dos segmentos liberais com relação ao projeto político da ditadura, diante do recrudescimento do regime e da manutenção dos dispositivos de censura. Esses jornais consideravam o tolhimento de liberdades como um “sacrifício” necessário feito pela população em prol da recuperação nacional, em busca de uma “ordem política que concilie os anseios plenamente democráticos com as exigências de uma filosofia verdadeiramente revolucionária”. Novamente os erros cometidos pelos governos militares eram relevados e não associados diretamente a sua própria atuação, mas em razão das circunstâncias anteriores, pois “não se ergue da noite para o dia, nem em alguns anos, uma nova estrutura política e jurídica que

⁹¹ MINISTRO DEFINE os três tempos da Revolução. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 10.

⁹² SEIS ANOS FECUNDOS. *O Globo*, ano XLV, n. 13.464, 31 mar. 1970. p. 1.

importe em mudar radicalmente concepções e comportamentos viciosos, que se cristalizaram no decorrer de decênios e até séculos”.⁹³

Enquanto isso, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, periódicos que mantiveram uma postura mais coerente em relação à defesa do liberalismo, apresentaram críticas mais contundentes aos discursos dos líderes da ditadura, expressando certo desconforto com a fala de Passarinho e o pronunciamento de Médici na Assembleia. O jornal carioca afirmou que o 6º aniversário do golpe exigia uma reavaliação sobre os objetivos originais do “movimento” de 31 de março e os caminhos seguidos pelos governos “revolucionários”. O afastamento dos princípios liberais foi considerado uma contradição entre os postulados da “Revolução de 1964” e a ação prática do regime militar.⁹⁴ O *Estadão* destacou um cenário de incertezas e receios que o discurso presidencial teria causado na opinião pública, especialmente no que dizia respeito a implementação de “um estilo novo de democracia, uma democracia social, na qual se veria uma crescente intervenção do Estado para assegurar os postulados da Justiça Social”.⁹⁵ O tolhimento das liberdades e direitos individuais provocada pelo autoritarismo pós-AI-5, assim como as iniciativas nacional-estatistas conduzidas pelo governo, contrariavam alguns dos principais postulados da ideologia liberal, o que contribuiu para gerar sensação de descontentamento e acarretou as primeiras fissuras no apoio da imprensa à ditadura.

De forma paulatina, essas discordâncias foram se acentuando e aparecendo de forma mais patente nos editoriais comemorativos que, embora sempre acompanhados de elogios ostensivos ao desempenho econômico, ressaltavam a ausência de uma “Revolução Política” no país. Uma das estratégias empregadas foi evocar constantemente o chamado “ideal revolucionário” para respaldar que “o sentimento que arregimentou todas as camadas sociais em posição atuante foi o desejo de sustentar o sistema representativo democrático e as linhas liberais que impulsionaram a economia brasileira para o salto de desenvolvimento”.⁹⁶

Esses comentários tinham como objetivo demandar a conciliação das políticas governamentais com os princípios liberais e supostamente “democráticos” que haviam orientado a insurreição em 1964, reivindicando um lugar de “autoridade” para a imprensa, que teria contribuído de forma decisiva em prol do esclarecimento dos objetivos da “Revolução” frente à opinião pública.⁹⁷ Os jornais geralmente iniciavam os textos destacando as realizações

⁹³ REVOLUÇÃO, ANO VI. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, n. 14.898, 31 mar. 1970. p. 4.

⁹⁴ SEIS ANOS DEPOIS. *Jornal do Brasil*, ano LXXIX, n. 302, 31 mar. 1970. p. 6.

⁹⁵ NOVOS conceitos trazem receios. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 abr. 1970. p. 3.

⁹⁶ NOVOS conceitos trazem receios. *O Estado de S. Paulo*, ano XCI, n. 29.134, 01 abr. 1970. p. 3.

⁹⁷ 1964. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 340, 31 mar. 1973. p. 6; 1973. *Jornal do Brasil*, ano LXXXII, n. 341, 01 abr. 1973. p. 6.

da ditadura e, após esse primeiro momento, aproveitavam o espaço dos editoriais para formular o que denominavam como “críticas construtivas”.⁹⁸ Aqui fica novamente muito evidente o movimento pendular efetuado pela imprensa: o elogio ao milagre econômico, considerado elemento central de apoio ao regime ditatorial, e a crítica moderada ao afastamento dos princípios liberais. Todavia, em várias dessas situações esse rompimento com o liberalismo era justificado pelos jornais, considerado a única alternativa encontrada pelo governo para combater a “subversão”, concepção que exprime com clareza a adoção pelos meios de comunicação ao denominado “autoritarismo de crise”.

Especialmente a partir de 1974, diante dos novos horizontes assinalados pelo projeto de distensão do governo Geisel e o abrandamento da censura prévia aos meios de comunicação, a política voltou a ser um dos temas centrais de discussão no espaço público. Somado a isso, nesse mesmo período começou a delinear-se uma agenda ultraliberal na imprensa, motivada pela primeira crise internacional do petróleo (1973) e pela política intervencionista da ditadura.⁹⁹ Nesse contexto, que se estendeu até 1979, os aniversários do golpe de 1964 foram marcados pela profusão de inúmeros balanços críticos publicados nos jornais, que também começaram a dar mais vazio para colunas de caráter opinativo. A esse respeito, as colunas “Opinião” e “Tendências/Debates” da *Folha* e, igualmente, a sessão intitulada “Notas e Informações” d’*O Estado de S. Paulo*, situados nas páginas iniciais desses jornais, foram locais privilegiados para a profusão de textos e editoriais dedicados a refletir sobre as iniciativas governamentais da ditadura. Esse momento constituiu a terceira dobra temporal identificada, caracterizada por uma avaliação mais crítica a respeito da permanência do regime de exceção e dos mecanismos repressivos, combinada a momentos de perceptível acomodação.

Nos editoriais publicados nesse período predominou uma postura unânime dos jornais em reconhecer os benefícios oportunizados pelo governo “revolucionário”, enfatizando novamente os ganhos econômicos proporcionados pelo milagre. Não obstante, o elogio ao desempenho da economia nacional era acompanhado pelo reconhecimento do “fardo de uma política sem imaginação em que tudo é fachada porque a engrenagem do Sistema é visceralmente antidemocrática”.¹⁰⁰ É evidente na agenda da imprensa liberal a preocupação com o possível avanço político dos setores mais autoritários da ditadura, referidos nesses textos por meio da retórica da “revolução permanente”. Segundo sua lógica, resumir o 31 de março a

⁹⁸ OITO ANOS depois. *O Estado de S. Paulo*, ano XCIII, n. 29.753, 31 mar. 1972. p. 3.

⁹⁹ NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017. p. 356.

¹⁰⁰ DEZ ANOS de Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 3.

seu caráter “revolucionário”, “isto é, a valorização acidental do Movimento”, poderia incorrer ao risco de “descaracterizar as inspirações e desviar os objetivos que se visavam em março de 1964”.¹⁰¹ Junto a isso, os jornais cobravam a substituição da “ordem revolucionária” pela institucionalização do regime e o reestabelecimento da “normalidade democrática”.¹⁰²

Tais inquietações estavam diretamente ligadas ao receio de que o estado de exceção estabelecido pela ditadura, e aprofundado pela crise política que culminou no AI-5, se perpetuasse por prazo indeterminado. Essa questão se fez presente em editorial publicado pela *Folha de S. Paulo*, durante o politicamente conturbado 13º aniversário do golpe, em 1977, refletindo sobre quais seriam as medidas tomadas pelo presidente Geisel frente à recusa do MDB ao projeto de reforma do sistema judiciário. A percepção do periódico era a de que decisões extremadas e desproporcionais contribuiriam para a “retomada do processo revolucionário” que, embora temporário, estaria em antagonismo com a “inclinação normalizadora que é inerente ao espírito do País”.¹⁰³ Por extensão, as demandas pela normalização estavam associadas à necessidade de uma “Revolução Política” no país, pauta presente de forma constante nos discursos da imprensa desde o início da década de 1970. Assim, ao mesmo tempo em que os editoriais engrandeciam os ganhos materiais proporcionados pelo governo, consubstanciados na “Revolução econômica”, não deixavam de sublinhar a necessidade de uma consolidação e normalização das estruturas políticas.¹⁰⁴

Apesar da frequência dos jogos de acomodação, ou seja, da adoção de posturas intermediárias entre a adesão e a resistência, alguns dos editoriais e colunas opinativas teceram críticas mais contundentes a determinados aspectos vinculados ao terreno político. Foi especialmente significativa a circulação de textos dessa natureza no jornal *O Estado de S. Paulo*, sendo possível identificá-los em menor proporção no *Jornal do Brasil* e na *Folha*. Uma das temáticas abordadas pelas avaliações consistia no diagnóstico do afastamento daqueles que os jornais intitulavam como “revolucionários originais”, ou seja, as personagens políticas, principalmente civis, que estiveram diretamente associadas ao golpe em 1964, muitas delas pertencentes aos segmentos liberais. Em razão disso, os ideais primeiros da insurreição teriam sido desvirtuados ao longo dos anos, o que levou à proposição de uma distinção clara entre o que havia sido a “Revolução de 31 de março” e o governo militar instaurado após o

¹⁰¹ CASTELLO BRANCO, Carlos. A Revolução, uma retórica. *Jornal do Brasil*, ano LXXXIII, n. 346, 24 mar. 1974. p. 4.

¹⁰² GOVERNO E AUTORIDADE. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.987, 31 mar. 1976. p. 3.

¹⁰³ OS LIMITES do episódio. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.528, 31 de março de 1977. p. 2.

¹⁰⁴ RODRIGUES, Newton. Doze anos depois. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.184, 30 mar. 1976. p. 2; DEZ ANOS de Revolução. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 3.

acontecimento.¹⁰⁵ Interessante observar que alguns dos textos aludiam diretamente ao governo ditatorial de Médici como o responsável por “desvirtuar” e “distorcer” o processo de normalização política. Paralelamente à crítica a esse presidente, quase como se fosse para equilibrar a balança, constava um elogio à gestão governamental de Geisel, sobretudo por conduzir a distensão política.¹⁰⁶ Nos anos posteriores, a concepção de uma “Revolução desvirtuada” também será uma das tônicas principais dos discursos presentes na imprensa.

Outro elemento que chama atenção por sua presença constante nos editoriais publicados entre 1974 e 1979 foram os pedidos pelo retorno do chamado “Estado de Direito”, termo amplamente utilizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, compreendido como condição essencial para perpetuação da “Revolução”, em consonância com a suposta vocação “democrática” do Brasil. O periódico abordou esse tema de forma consecutiva nos aniversários do golpe, destacando que a postergação do retorno à normalidade democrática era sintomática da insegurança de alguns segmentos do governo. Em sua perspectiva, era necessário ao regime “dissociar-se da repressão ao arrepio da lei, das prisões arbitrárias, das torturas”, pois “não basta que o poder político seja temido. É preciso que seja respeitado. Mas enquanto se retardar a coragem da opção nítida e irreversível pelo Estado de Direito continuará pendente a confiança do povo brasileiro”.¹⁰⁷ Esse trecho registra a clara percepção dos jornais acerca da natureza violenta e autoritária do regime, nesse momento creditada à ausência de um projeto político que consolidasse a ordem institucional vigente.

Ademais, muitas das críticas realizadas pelos jornais se direcionavam de forma mais direta às leis repressivas e, notadamente, a censura aos meios de comunicação, que seria a responsável por sufocar “as vozes capazes de representar o que restou do poder civil”.¹⁰⁸

¹⁰⁵ O trecho de um artigo do jornalista Carlos Chagas é bastante sintomático nesse sentido: “Doze anos depois, não é apenas a Revolução, como ideia maior e inspiração permanente, que aniversaria. Também o processo revolucionário conta tempo, ele que se pretendeu uma vez fosse transitório e breve, já que sua duração tenderia, como tendeu e tende, à consagração do arbítrio que elimina o Direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. São dois aniversários, assim, a registrar. Um que se comemora. Outro que se lamenta. [...] O primeiro, motivo de satisfação e alívio, por haver marcado o fim de um período de caos nacional e desmoralização do Poder Público, de desagregação e ameaça às forças político-representativas e aos valores mais caros dos regimes democráticos. O outro, porém, pretexto para a implantação da excepcionalidade jurídica que não poderia durar além do tempo necessário à reconstrução, mas projetado no calendário acima da Revolução, negando-a e subvertendo-a através de toda a sorte de artifícios ou protelações. [...] Assim, pode-se dizer que a Revolução, apesar de tudo, comemoramos. Mas que o processo revolucionário, lamentamos profundamente”. CHAGAS, Carlos. Doze anos depois. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVII, n. 30.988, 01 abr. 1976. p. 8; GALVÃO, Flávio. Revolução perdeu origens liberais que a inspiraram. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, n. 31.297, 31 mar. 1977. p. 12.

¹⁰⁶ C.C. Revolução ainda não completou o trinômio. *O Estado de S. Paulo*, ano XCV, n. 30.371, 31 mar. 1974. p. 3; RODRIGUES, Newton. Doze anos depois. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, n. 17.184, 30 mar. 1976. p. 2.

¹⁰⁷ A REVOLUÇÃO, UM projeto inacabado. *O Estado de S. Paulo*, ano XCVI, n. 30.677, 30 mar. 1975. p. 2.

¹⁰⁸ CARDOSO, Adauto Lucio. O que deveria ser e o que foi. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, n. 16.356, 31 mar. 1974. p. 5.

Cumpra ressaltar que, embora os editoriais reconhecessem o uso do arbítrio como instrumento de governo na ditadura e indicassem certo afastamento do regime autoritário, em muitas ocasiões defenderam que a utilização dos mecanismos de exceção era necessária para salvar o país da ameaça “comunista”. Esse comportamento é revelador do caráter ambíguo assumido pela imprensa durante os aniversários do golpe, oscilando entre o apoio aos ganhos econômicos e ao expurgo dos “subversivos”, e a crítica às iniciativas governamentais que se afastavam de ideais vinculados ao liberalismo político e econômico.

A quarta e última dobra temporal se estendeu entre os anos de 1980 e 1984, no contexto de transição política propriamente, e constituiu um ponto de virada dentro do discurso da imprensa, marcando um maior afastamento com relação à ditadura. A redução gradual do apoio ao regime é evidente nas páginas dos jornais, que apostaram em avaliações mais críticas a respeito do caráter autoritário do governo. A partir desse momento, o balanço reflexivo passou a ser negativo, predominando uma maior contraposição entre civis e militares, além de uma tendência a comparar a crise política e econômica de 1964 com a vivenciada naquela contemporaneidade.¹⁰⁹

Entretanto, os mecanismos de acomodação com a ditadura ainda persistiram com bastante evidência, manifestando-se de forma cada vez mais ambígua. Uma de suas expressões mais flagrantes consistiu no discurso em torno da suposta necessidade da opinião pública em reconhecer os pontos positivos do governo ditatorial, enfatizando o combate à “subversão” e os ganhos econômicos proporcionados pelo regime em fase anterior. É sintomático a esse respeito o comportamento assumido pelo *Jornal do Brasil* no 20º aniversário do golpe, quando o periódico publicou Caderno Especial alusivo à data e intitulado “64/84: autoritarismo e mudança”. Um editorial comemorativo na mesma edição defendeu que, do ponto de vista institucional, “nenhuma apreciação serena se conciliaria com a verdade se não pusesse no mesmo plano a vocação democrática do sistema que está completando 20 anos e os impulsos autoritários que prevaleceram em estágios diferentes de sua implantação”.¹¹⁰ A estratégia de acomodação empregada pelo jornal levava em consideração a conciliação de conceitos antagônicos, como “revolução” e “institucionalidade”, “democracia” e “autoritarismo”.

O reconhecimento do caráter autoritário do regime também foi objetivo de reflexão em *O Estado de S. Paulo* e na *Folha*. Os balanços efetuados pelos veículos da imprensa apontavam para certas “ambiguidades” existentes na ditadura, sobretudo relacionadas às iniciativas

¹⁰⁹ SOB O SIGNO da maioria. *O Estado de S. Paulo*, ano CIII, n. 32.838, 31 mar. 1982. p. 3.

¹¹⁰ CONFLITO a compor. *Jornal do Brasil*, ano XCIII, n. 355, 01 abr. 1984. p. 10. Ver também o Caderno Especial 64/84 Autoritarismo e Mudança. *Jornal do Brasil*, ano XCIII, n. 355, 01 abr. 1984. p. 1-6.

nacional-estatistas e à defesa da bandeira de “salvação” da democracia. Segundo sua concepção, essas ambiguidades seriam resultantes do encaminhamento do regime “por um sistema autoritário, violento por vezes, na medida em que se intensificava a contestação de determinados setores políticos de esquerda”.¹¹¹ Essa perspectiva almejava extenuar a violência ditatorial sob a prerrogativa de que a repressão política havia sido empreendida proporcionalmente à luta armada, estando supostamente condicionada ao avanço das guerrilhas urbanas e rurais.¹¹²

Embora os meios de comunicação reconhecessem a utilização do arbítrio como instrumentos de governo pelos militares, eles afirmavam que o 31 de março de 1964 não poderia ser enquadrado como um golpe de Estado, visão considerada “superficial” quando comparada à realidade dos demais países latino-americanos sob a égide de regimes autoritários. Tampouco o caso brasileiro poderia ser considerado uma ditadura militar, pois “não produziu consequências negativas para a nação. Foi também um erro pelo qual as Forças Armadas, como instituição, não podem continuar a pagar”.¹¹³ De maneira geral, esses jornais fugiram de uma avaliação mais concreta sobre o caráter do regime e apostaram nos pedidos de redemocratização política, acompanhando demandas de determinados segmentos da sociedade, buscando pesar os custos sociais e políticos do governo militar, embora sempre reconhecendo os supostos benefícios por ele oportunizados. Por outro lado, os editoriais passaram a abordar temas como a crise econômica internacional, a má distribuição de renda e a tecer críticas direcionadas às políticas nacional-estatistas conduzidas pela ditadura.

Em síntese, os chamados “ideais revolucionários” atribuídos ao golpe de 31 de março continuaram a ser amplamente defendidos pelos editoriais. Contudo, persistiram as queixas em torno do desvirtuamento da “Revolução”, em alusão ao afastamento dos princípios liberais que haviam supostamente orientado a insurreição em 1964.¹¹⁴ Com exceção de *O Globo*, os jornais foram unânicos na afirmação de que o AI-5 havia sido o verdadeiro “golpe” nas instituições políticas nacionais, responsável por isolar o meio civil e militarizar as decisões governamentais.

¹¹¹ 31 DE MARÇO. *Folha de S. Paulo*, ano LXIII, n. 19.720, 31 mar. 1983. p. 2; 17 ANOS. *Folha de S. Paulo*, ano LXI, n. 18.991, 01 abr. 1981. p. 2.

¹¹² Fica perceptível o delineamento de uma interpretação do passado semelhante à chamada “teoria dos dois demônios” difundida na Argentina, argumento que buscava justificar “a violência política a partir da radicalização dos atores em detrimento da estabilidade institucional e da negociação dos conflitos”. NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, nov. 2015. p. 34.

¹¹³ ENTRE duas datas. *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 353, 31 mar. 1981. p. 10; A MAIORIDADE de 64. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.355, 31 mar. 1982. p. 2; ALÉM da muralha. *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 357, 04 abr. 1982. p. 10; A REVOLUÇÃO E A POLÍTICA. *O Estado de S. Paulo*, ano CV, n. 33.459, 31 mar. 1984. p. 3.

¹¹⁴ A REVOLUÇÃO E A democracia. *O Estado de S. Paulo*, ano CIII, n. 32.839, 01 abr. 1982. p. 3; LOPES, Ruy. Só fantasias e lendas mantêm vivo o movimento. *Folha de S. Paulo*, ano LXIV, n. 20.080, 25 mar. 1984. p. 4.

O Ato Institucional baixado em 1968 teria sido responsável por transformar “o casuísmo em norma de governo e o autoritarismo em princípio regulador da vida estatal”, colocando a liberdade em riscos mediante “o refluxo do liberalismo e a confusão entre autoridade e autoritarismo”.¹¹⁵

Nesses mesmos textos, invocava-se a imagem de Castello Branco como líder militar verdadeiramente “democrático”, reconhecendo, inclusive, os ganhos proporcionados pelo seu governo. De forma semelhante, a crítica dos meios de comunicação não questionava os princípios do “movimento” de 1964, mas o período de vigência do AI-5, o qual “já não trazia data e rerepresentava a Revolução pelas suas exterioridades, não mais correspondendo a seu espírito nem, muito menos, ao que dela esperava a nação”.¹¹⁶ Segundo essa concepção, a transição política representava o resgate dos chamados “ideais revolucionários”, isto é, a redemocratização do país. Esse comportamento, que à primeira vista pode parecer contraditório, foi uma das marcas distintivas da imprensa liberal naquele período, adepta ao chamado “autoritarismo de crise” quando se tratava de problemáticas vinculadas à política e o expurgo dos “esquerdistas”, mas contrária ao tolhimento de liberdades individuais. A crítica ao AI-5 como “verdadeiro golpe” também servirá como elemento fundamental para a construção da autoimagem desses jornais, pautada no mito da resistência ao autoritarismo da ditadura.¹¹⁷

Outra característica particular do discurso da imprensa naquele contexto consistiu na defesa de uma transição democrática “institucional”, posicionando-se de forma contrária ao chamado “revanchismo” da esquerda, que poderia resultar em radicalizações políticas e recuos da extrema-direita.¹¹⁸ Conforme apontado por editorial comemorativo do jornal *O Globo*, publicado em 1984, era necessário que o povo depositasse um voto de confiança no governo e que, igualmente, a oposição ao regime se comportasse de forma “realista”, pois “situar os fatos na base de algo como ‘diretas já ou nada’ seria a consagração de um desastroso imobilismo”.¹¹⁹ Os jornais liberais se posicionavam favoráveis à chamada “transição pelo alto”, pautada em acordos firmados pelas elites políticas dirigentes para evitar rupturas drásticas e modificações na configuração social. Embora vigorasse uma tendência em se afastar do regime ditatorial e denunciar o autoritarismo em voga, os jornais não questionavam os postulados que orientaram

¹¹⁵ O QUE SOBROU depois de 19 anos. *O Estado de S. Paulo*, ano CIV, n. 33.148, 31 mar. 1983. p. 3.

¹¹⁶ ENTRE duas datas. *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 353, 31 mar. 1981. p. 10.

¹¹⁷ CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 78.

¹¹⁸ OS MILITARES e as urnas. *Folha de S. Paulo*, ano LXII, n. 19.356, 01 abr. 1982. p. 2; ALÉM da muralha. *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 357, 04 abr. 1982. p. 10.

¹¹⁹ PORTA de negociação. *O Globo*, ano LIX, n. 18.407, 01 abr. 1984. p. 4.

a ação golpista em 1964 aproveitando, inclusive, do espaço dos editoriais para criticar pautas vinculadas à esquerda e os setores progressistas. Daí a importância que esses meios de comunicação atribuíam à não-radicalização das posturas.

Os indícios apresentados buscaram demonstrar que as relações estabelecidas entre a grande imprensa e a ditadura nos aniversários do golpe de 1964 foram permeadas por jogos de acomodação. As ambiguidades presentes no discurso dos jornais foram manifestadas por meio do apoio irrestrito ao “movimento” de 31 de março e, ao mesmo tempo, pelas críticas ao que denominavam como “processo revolucionário”, ou seja, o governo ditatorial propriamente. O AI-5 representou um ponto de desestabilização da adesão dos meios de comunicação ao regime autoritário, expresso por meio de críticas direcionadas ao tolhimento de liberdades individuais e a censura.

A postura assumida pelos jornais também se modificou diante da conjuntura histórica, oscilando entre uma maior aproximação e afastamento da ditadura. Se nos anos iniciais prevaleceu uma tendência em demonstrar mais intensamente seu apoio ao regime, com o passar dos anos, mediante as sucessivas crises políticas e a gradual perda de apoio da ditadura, essa dinâmica se alterou paulatinamente. Nesse contexto, a imprensa passou a conferir maior visibilidade para artigos e colunas de opinião com críticas ao regime. Todavia, esses jornais, na condição de instituições comerciais, não expressaram uma oposição direta aos governos militares e muito raramente questionaram sua legitimidade política. Portanto, defendendo a utilização do conceito de “jogos de acomodação” para indicar o movimento pendular executado pela grande imprensa, que oscilou entre o apoio aberto e a crítica moderada. Tais questões são sintomáticas das complexas relações estabelecidas entre a ditadura e a imprensa liberal, que não pode ser considerada monolítica em seus posicionamentos, marcados por rupturas e continuidades articuladas ao contexto do próprio regime autoritário. Ademais, não é possível conceber uma análise generalizante desses jornais, uma vez que todos possuíam particularidades e matizes que revelam diferentes perspectivas e experiências relacionadas a ditadura e a defesa dos valores liberais.

Os aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira suscitaram diferentes reações nos grupos sociais atuantes naquele contexto. Na mesma medida em que os festejos promovidos pelo poder governamental sofreram oscilações de acordo com a conjuntura, a recepção às comemorações institucionais e os comportamentos políticos também passaram por mudanças ao longo do tempo.

Os grupos de oposição à ditadura, como os partidários do MDB e o movimento estudantil, esforçaram-se para promover ações de contestação na passagem do 31 de março, a partir de diferentes modalidades de atuação que combinavam legalidade e ilegalidade, discursos restritos aos círculos políticos e/ou a ocupação das ruas em passeatas. Algumas dessas reações e comportamentos se enquadram em atitudes de resistência aos pressupostos propagados pelo regime autoritário e, no caso específico dos aniversários do golpe, podem ser compreendidos enquanto “contra comemorações”. Essas manifestações são bastante importantes, pois evidenciam as disputas de memória em torno do marco temporal golpista, assim como, exemplificam as atitudes sociais que destoavam daquelas esperadas pelos governos ditatoriais ao promoverem as comemorações do golpe, em busca de consentimento e legitimidade.

No âmbito das programações festivas, a atuação dos mecanismos de repressão e censura na vigilância das comemorações, assim como as performances envolvendo a exaltação da militarização e do poderio bélico contra os “inimigos”, contribuíram para a espetacularização da violência. Portanto, fica evidente que a dimensão autoritária do regime estava indissociável do cotidiano dos agentes sociais, seja por meio da coerção política constante ou pela tentativa de silenciamento das manifestações críticas e vozes dissonantes.

Em síntese, os comportamentos e atitudes sociais frente aos aniversários do golpe de 1964 foram dinâmicos e em constante movimento, adaptando-se às diferentes conjunturas. A relação entre a imprensa liberal e a ditadura é bastante representativa nesse sentido, pois os jogos de acomodação influenciaram na adoção de posturas ora favoráveis e ora contrárias às decisões tomadas pelos governos militares, mediadas pelo autoritarismo de crise quando conveniente para a defesa de interesses políticos e econômicos. Esses indícios demonstram que as atitudes sociais frente ao 31 de março não se limitaram a uma lógica binária e estanque restrita à díade colaboração/resistência. Os comportamentos assumidos pelos grupos políticos encontraram-se situados em um leque diversificado e dinâmico, que comportou um espectro variado de ações de apoio, oposição e resistência, apatia e indiferença, acomodação e negociação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa dissertação busquei demonstrar que as comemorações dos aniversários do golpe civil-militar de 1964 foram permeadas por ambiguidades e intensas disputas de memória. O 31 de março sofreu apropriações por diferentes grupos e agentes sociais que pertenciam aos mais variados espectros políticos, com destaque para as Forças Armadas, setores nacionalistas e autoritários, liberais, lideranças de oposição (do MDB e de partidos clandestinos) e do movimento estudantil. De forma semelhante, os investimentos ditatoriais para celebrar a data geraram respostas variadas, que podem ser observadas a partir da multiplicidade de comportamentos sociais que os festejos suscitaram.

Enquanto setores de oposição se aproveitaram desses momentos para protestar e resistir ao regime autoritário, seja por meio de manifestações nas ruas, ações armadas, publicação de textos e sátiras, outros grupos, notadamente os segmentos liberais da imprensa, adotaram atitudes que oscilaram entre a adesão predominante e a acomodação. Entre as pessoas que compareceram para prestigiar as comemorações, havia tanto os que desejavam exprimir apoio mais aberto a ditadura como os que iam às programações festivas apenas para aproveitar os *shows*, acompanhar seus filhos nos desfiles e desfrutar das ações sociais promovidas nos festejos. Essas diferentes respostas à passagem dos aniversários do golpe contribuíram para intensificar as disputas de memória, que confluíram para a formação de duas narrativas antagônicas. Uma delas estava associada ao 31 de março e à “Revolução”, e buscava gerar legitimidade e consentimento, e a outra apostava na data de 1º de abril e a encarava como um dia de golpe de Estado, o que implicava denunciar o autoritarismo vigente no período.

Colocando em foco a perspectiva institucional, ou seja, dos investimentos ditatoriais em torno das festividades propriamente, foi possível observar que as políticas comemorativas empregadas pelos governos militares favoreceram e acentuaram certas ambiguidades. Essas indefinições se refletiram na momentânea dúvida em torno da data e nomenclatura mais apropriadas para o evento golpista, no seu problemático processo de inserção nos calendários comemorativos, na decisão presidencial de não tornar o 31 de março um feriado, na inconstância em torno das práticas comemorativas em cada ano, em suma, na volatilidade que esse rito político assumiu, sendo que todos esses fatores influenciaram nos resultados alcançados pela ditadura nesses momentos. Cabe destacar que as ambiguidades presentes nos aniversários do golpe, longe de constituir uma exceção, se conectavam à própria natureza paradoxal do regime ditatorial, que era orientado a partir de eixos tanto conservadores, quanto modernizantes, além de ser impactado por uma cultura política brasileira que favorecia a

tendência à acomodação e negociação entre os liberais e autoritários, que por vezes geraram resultados ambíguos e contraditórios.

Como resultado desse processo, os aniversários do golpe entre 1965 e 1984 estiveram sujeitos a um elevado grau de oscilação. A localização e datação precisa das políticas institucionais implementadas pelo regime autoritário permitiu diagnosticar que essas comemorações variaram muito de acordo com a conjuntura histórica. Retomando as contribuições de Claude Rivière, o autor afirma que o sucesso dos ritos e liturgias políticas depende diretamente da consistência e periodização dessas práticas.¹ Na medida em que essas comemorações apresentam fragilidades estruturais mais evidentes, as festas passam por mudanças significativas que, no limite, acarretam sua própria extinção. Partindo dessa perspectiva e considerando que as comemorações do golpe de 1964 durante a ditadura foram marcadas por ambiguidades e inconsistências, os aniversários do 31 de março foram constantemente sobrepujados por eventos políticos de maior impacto, como no caso dos debates sobre sucessão presidencial, conflitos políticos, aprovação de legislações autoritárias e movimentos sociais em torno das eleições diretas.

Portanto, análises que se pretendam generalizantes e rígidas não dariam conta de explicar as nuances que permearam o 31 de março durante a ditadura militar brasileira. Se, por um lado, as tentativas de institucionalização das comemorações alusivas ao golpe podem ser observadas desde 1965, pela implementação de um conjunto de práticas ritualísticas que foram reatualizadas nos anos posteriores, com destaque para as missas, inaugurações de obras, desfiles escolares e militares, e discursos comemorativos de autoridades políticas; por outro, a escala dessas solenidades flutuou de forma significativa em razão do contexto histórico vivenciado. Com exceção do 1º e do 6º aniversário do golpe, a ditadura hesitou em promover festejos de grande proporção, diante de receios com relação a possíveis denúncias de fascistização e pela reação que potencialmente causaria na oposição ao regime. Entretanto, a data jamais deixou de ser comemorada, sobretudo entre os setores castrenses.

A análise geral das comemorações do golpe indica que o impacto político mobilizado pelos festejos parece não ter sido muito efetivo, no sentido de beneficiar os governos militares por si só. Ele variou muito, de acordo com as conjunturas da própria ditadura, ou seja, nos momentos em que tendencialmente o regime estava melhor situado politicamente – como na época do milagre econômico – esse apoio popular foi expresso de forma mais contundente. Já nos momentos de crise, as notícias minguiaram e os textos críticos se acentuaram. Em uma

¹ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 201-202; 212.

avaliação considerando todo o período, o 31 de março não foi uma data comemorativa que “vingou” no calendário cívico nacional e algumas razões explicam esse processo. Em primeiro lugar, pelas disputas de memória já evidenciadas acima, mas arrisco-me a dizer que em parte também por responsabilidade da própria ditadura. A recusa por tornar o aniversário do golpe um feriado nacional, a ausência de normativas em nível federal para institucionalizar os festejos e a inconstância das práticas comemorativas influenciaram de maneira direta nesse quadro. Os ritos e liturgias políticas carecem de determinado grau de repetição para sua consolidação e, na medida em que as comemorações institucionais do 31 de março variaram em escala significativa, essas festividades não conseguiram manter sua força de expressão.

Apesar disso, afirmar que o regime autoritário não comemorava a data do golpe ou que seus esforços foram inócuos seria um grande equívoco, pois em todos os anos os governos militares se esforçaram para demarcar a passagem dos aniversários da dita “Revolução”, que serviram como instrumentos para promoção de ritualísticas, memórias e esquecimentos. Se na prática a ditadura não conseguiu agregar amplos setores nas comemorações, salvo em algumas exceções como no caso do 1º aniversário e no auge do milagre econômico, são perceptíveis os esforços para conferir destaque ao 31 de março como data representativa, especialmente nos discursos de exaltação do regime e do chamado “ideal revolucionário”.

Não obstante, reitero o argumento de que a ditadura foi bem-sucedida em construir um imaginário social e político em torno da insurreição golpista, que estou chamando de imaginário da “Revolução” de 1964. Esse imaginário foi erigido a partir de elementos simbólicos e discursivos, se alimentando da produção de ideias-imagens que manipulavam o evento histórico associado ao 31 de março, deslocando-o de sua essência golpista, para inventar um sentido “revolucionário” à atuação das Forças Armadas. Por sua vez, a construção do “ideal revolucionário”, centrado no discurso de “salvação” da democracia, permitia legitimar positivamente o governo ditatorial, escamoteando a inconstitucionalidade e a violência perpetrada pelos militares.

As comemorações e festas cívicas instituídas pela ditadura durante os aniversários do golpe constituíram momentos privilegiados para reatualização do imaginário da “Revolução”, a partir de investimentos no campo discursivo, simbólico e ritualístico. Esse conjunto de práticas remonta ao que Márcio Seligmann-Silva denomina como “dispositivos e políticas da memória e do esquecimento”, ou seja, o processo de remodelamento do passado histórico por meio do apagamento consciente e arbitrário de determinados aspectos, visando dar coerência

aos projetos políticos autoritários e isentar seus agentes de possíveis culpabilizações futuras.² Em sua argumentação, o autor utiliza exemplos relacionados aos genocídios que marcaram o século XX, mas esse fenômeno pode ser pensado quando analisamos a ditadura militar brasileira. Desde o início do regime até sua fase de declínio, nos anos 1980, as forças políticas golpistas investiram na ideia de uma “Revolução Democrática” para justificar os eventos desencadeados a partir de 31 de março de 1964, o que incluía a defesa de uma transição democrática conciliadora e sem “revanchismos”.

Ao longo da dissertação, pretendi demonstrar que o imaginário da “Revolução” foi construído por meio de complexa teia de “constelações mitológicas”, que incorporou elementos centrais do que postulo ser uma cultura política nacionalista-autoritária, sobretudo, o anticomunismo, o discurso de defesa da ordem e da “tradição”, e a militarização, refletida na exaltação das Forças Armadas enquanto “guardiãs” da “democracia” no Brasil. Essa constelação de mitos em torno do 31 de março se expressou nos discursos comemorativos (notadamente no “ideal revolucionário”, na crença da superioridade militar e nas tônicas narrativas), nos calendários festivos, na promoção de rituais comemorativos carregados de alto teor simbólico, na criação de uma “história oficial” e de heróis, na emissão de artefatos visuais como selos, monumentos, dísticos, cartazes de propaganda e na construção de lugares de memória. O imaginário da “Revolução” ancorou-se não somente na produção de novas simbologias, mas na apropriação de elementos tradicionais ligados ao universo religioso, cívico-patriótico e militar do Brasil. A intenção era a de sacralizar o evento golpista, demarcando sua suposta legalidade e o teor “democrático” do movimento insurrecional, destacando ainda o protagonismo dos setores militares para justificar sua permanência no poder.

Embora as comemorações do 31 de março não tenham conquistado um impacto tão evidente durante a ditadura militar brasileira, é possível observar a efetividade das políticas de memória e esquecimento promovidas pelo regime autoritário. Após o processo de redemocratização, a predominância, durante certo período, de uma visão aparentemente dominante sobre a ditadura (marcada pelo mito da sociedade resistente e pelo discurso de combate ao autoritarismo), mas que na verdade encobria uma situação mais complexa, gerou uma falsa percepção de que a ditadura configurava um período execrável da história brasileira, ao menos para a maioria da população.

Contudo, os acontecimentos políticos dos últimos anos revelaram que significativos segmentos sociais compartilham de visões negacionistas sobre o tema. A meu ver, e

² SELIGMAN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Ed Unicamp, 2022. p. 17.

corroborando com hipótese levantada por Caroline Silveira Bauer, o negacionismo sobre a ditadura militar foi constituído ainda no transcorrer do próprio regime autoritário, sendo reapropriado na contemporaneidade com vistas a promover a interdição do passado ditatorial e legitimar determinados projetos políticos vinculados à extrema-direita.³ A passagem dos aniversários do golpe de 1964 durante o governo Bolsonaro foi bastante sintomática nesse sentido, revelando os ecos que as narrativas golpistas elaboradas durante a ditadura tiveram para a composição de uma base política para os grupos militares e direitistas.

Apenas para registrar os casos mais representativos, é evidente que os argumentos negacionistas mobilizados pelas já mencionadas Ordens do Dia alusivas ao 31 de março de 1964, e divulgadas pelo Ministério da Defesa entre os anos de 2019 e 2022, possuem conexões com as tônicas narrativas abordadas no primeiro capítulo da dissertação. A análise desses documentos possibilitou identificar estruturas argumentativas muito difundidas pelos grupos golpistas e apoiadores do regime nos aniversários do golpe durante a ditadura. Os principais componentes são: a negação do caráter golpista e inconstitucional da tomada de poder; o apelo à dimensão “popular” da insurreição e o discurso de suposta “salvação” da democracia; a retórica anticomunista e a concepção das Forças Armadas como representantes legítimas do povo brasileiro; e o apelo a recursos utilizados pela ditadura para atestar a “veracidade” dos fatos, a saber, os registros dos meios de comunicação. Ademais, é sintomático que todas as Ordens do Dia chamem o evento de “movimento” de março de 1964, não caracterizando-o em nenhuma ocasião como um golpe de Estado, golpe militar ou golpe civil-militar, conceitos estes amplamente discutidos e empregados pela historiografia especializada.⁴

Arrisco argumentar que o negacionismo contemporâneo sobre a ditadura incorporou de maneira evidente alguns dos elementos pertencentes ao imaginário da “Revolução”, de forma a compor uma comunidade de memórias que se empenha em justificar o regime autoritário diante da suposta “necessidade” de “salvar” o país do comunismo e de preservar os valores “cristãos” e “democráticos” do Brasil, retórica essa que foi construída desde a década de 1960, no processo de articulação golpista, e que permanece sendo apropriada na contemporaneidade. Em minha percepção, a difusão do imaginário da “Revolução” foi justamente bem-sucedida porque integrada a uma complexa teia de “constelações mitológicas” que foram internalizadas

³ BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales*, Madrid, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019.

⁴ Desenvolvi uma reflexão mais extensa sobre as conexões dos discursos institucionais sobre o 31 de março durante a ditadura militar brasileira e o governo Bolsonaro em: ZIMMERMANN, Ana Carolina. O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-27, 2023.

na memória social por meio da difusão de discursos e simbologias nos principais canais de socialização das culturas políticas: o ambiente escolar, os partidos políticos e os meios de comunicação. Deste modo, apesar da ditadura não ter conseguido tornar o 31 de março uma data relevante no calendário comemorativo nacional, a permeabilidade de seu imaginário nacionalista e autoritário segue sendo evidente na contemporaneidade, através das narrativas revisionistas e negacionistas sobre o tema.

No dia 31 de março do ano em que escrevo esse texto, após o final do mandato de Bolsonaro, a tentativa de golpe de Estado perpetrada em 08 de janeiro e a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, as notícias publicadas pela grande imprensa relataram a decisão do atual Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, em não divulgar nota ou mensagem alusiva à data. Em minha perspectiva, longe de constituir um avanço nas pautas democráticas, essa decisão indica a gigantesca resistência por parte dos setores militares em encarar o passado ditatorial, preferindo o silêncio momentâneo e oportuno, diante de possíveis contestações por parte de segmentos da sociedade, agora respirando novamente ares de um governo democrático e progressista.

Apesar disso, encerro este trabalho com a crença, talvez otimista, de que a passagem do 60º aniversário do golpe, em 2024, constituirá um momento oportuno para a reflexão dos mais diversos setores sociais, com destaque para a opinião pública e a comunidade historiográfica. As memórias em torno do 31 de março e da ditadura militar brasileira ainda são extremamente conflituosas, o que exige um esforço contínuo na busca por novas formas e possibilidades de questionamento dos legados autoritários que ainda persistem na atualidade.

É preciso seguir lutando pelo horizonte democrático que esperamos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de S. Paulo e Movimento*. 1990. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- ARAÚJO, Juliana Gagliardi de. *Mediando a “Revolução”: as narrativas de O Globo sobre os aniversários do golpe no regime militar*. 2011. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. (v. 5). p. 296-332.
- BARROS, Maicon Vinícius Ferreira. *A musealização da memória do general Olympio Mourão Filho e do golpe civil-militar de 1964 no museu Mariano Procópio*. 2017. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.
- BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales*, Madrid, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-365.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 4).
- BRITO, Antônio Maurício Freitas. O movimento estudantil universitário no Brasil: entre a luta pela reforma universitária e a resistência à ditadura (1960-1968). *Contenciosa*, Santa Fé, a. VI, n. 8, p. 1-19, 2018.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Ed. Unesp Digital, 2017.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

CARVALHO, Alessandra. “Contando a história” da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. (v. 1). p. 394-424.

CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elisabeth (org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madri: Siglo XXI Editores, 2002. p. 195-244.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2020.

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000.

CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHIRIO, Maud. Fêtes nationales et regime dictatorial au Brésil. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, v. 90, p. 89-108, 2006.

COLETTTO, Lara. As comemorações cívicas na ditadura civil-militar brasileira através dos cinejornais da Agência Nacional (1964-1978). In: MAIA, Tatyana de Amaral (org.). *Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979): tópicos de pesquisa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 65-88.

CORDEIRO, Janaína Martins. “*A Nação que se salvou a si mesma*”: entre a memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, ordem e progresso: a naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; SOUZA, César Martins de (org.). *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Primas, 2018. p. 135-153.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1-19, 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Introdução. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 7-20.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, 2010.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FARIAS, José Airton de. A extrema-direita explosiva: anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 28, n. 2, p. 351-375, 2022.

FERNANDES, Letícia Wickert. Arquivos repressivos da ditadura de Segurança Nacional brasileira e acesso à informação: reflexões metodológicas para pesquisas no fundo do SNI pelo SIAN. *Sillogés*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 530-553, jul./dez. 2021.

FERREIRA, Cristina. Cinquenta anos do golpe civil-militar: ordem cívica e ilegalidade no início do governo ditatorial no Brasil (1964-1965). *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 191-213, mai./ago. 2017.

FERREIRA, Cristina; CAMPOS, Júlia. *As representações de Tiradentes no panteão de heróis nacionais no governo ditatorial de Castello Branco (1964-1967)*. Relatório de Pesquisa financiada pelo Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 355-385, jan./abr. 2014.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas na ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 265-275.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 8-57, jan./jun. 2021.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda; ARAÚJO, Jorge Eduardo Lima. Cultura escolar, rituais cívicos e ensino de história nas escolas de Alfenas durante o regime militar. *Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 40-59, 2019.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GARCIA, Emilla Grizende. “*De ordem superior, fica proibido levar às telas*”: as telenovelas de Dias Gomes na Rede Globo (1969-1979), espaços de negociação com a Divisão de Censura de Diversões Públicas. 2022. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

GENTILE, Emilio. *El culto del Littorio: la sacralización de la política en la Italia fascista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

GOMES, Angela Maria de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética. *Anais...* Fortaleza, UFC: 2009. p. 1-8.

JEANNENEY, Jean Noel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 213-230.

JELÍN, Elizabeth. Memorias en conflicto. *Puentes*, Buenos Aires, a. 1, n. 1, p. 6-13, ago. 2000.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 204-251, jan./mar. 2018.

JOFFILY, Mariana. Pra Frente Brasil: a utopia autoritária em ação. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (org.). *Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. (v. 1). p. 539-570.

JOIGNANT, Alfredo. *Un día distinto: memorias festivas y batallas conmemorativas em torno al 11 de septiembre en Chile (1974-2006)*. Santiago: Editorial Universitaria; Departamento de Ciencia Política Universidad de Chile, 2007.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-Nação a ser construído: o papel dos símbolos nacionais, do Império à República. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 471-509, 2012.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 52-61, mai. 2010.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. *Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo*. São Paulo: Alameda, 2019.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. 2002. 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

MAIA, Tatyana de Amaral. A imagem pública da ditadura civil-militar nas lentes dos cinejornais da Agência Nacional. In: MAIA, Tatyana de Amaral (org.). *Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979): tópicos de pesquisa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 23-40.

MAIA, Tatyana de Amaral. De “soldado exemplar” a “extraordinário estadista”: os intelectuais e a construção do consenso na ditadura civil-militar: homenagens a Castello Branco (1967-1975). In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Sagga, 2021. p. 282-304.

MAIA, Tatyana de Amaral. Entre a memória histórica e a prática cívica: os calendários culturais do MEC (1969-1974). *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, a. 16, n. 23, p. 111-122, jul./dez. 2010.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001. p. 31-42.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Alameda, 2019.

MILLER, Jennifer M. *Cold War Democracy: The United States and Japan*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RINDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p. 48-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-21, 2014c.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O nacionalismo autoritário ritualizado: o 31 de março e o 7 de setembro nas comemorações cívicas da ditadura militar. In: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Telmo (org.). *Independência: memória e historiografia*. São Paulo: Edições SESC, 2022. p. 37-58.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, nov. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017.

NETO, Manuel Domingos. Sobre o patriotismo castrense. *Perseu*, São Paulo, n. 18, ano 13, p. 13-35, 2019.

OLIVEIRA, Marconey de Jesus. Celebrações cívicas realizadas pelo Ginásio Municipal de Serrolândia-BA no período da ditadura civil-militar (1964-1985). In: PEREIRA, Denise; SANTO, Janaina de Paulo do Espírito (org.). *História: consensos e dissensos engendrados*. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 59-67.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989a. p. 216-232.

OZOUF, Mona. Calendário. In: FURET, François; OZOUF, Mona (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989b.

OZOUF, Mona. Revolução. In: FURET, François; OZOUF, Mona (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989c.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – a imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1992.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Edue, 2013.

RIBEIRO, Belisa. *Jornal do Brasil, história e memória: os bastidores das edições mais marcantes de um veículo inesquecível*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

RIBEIRO, Genes Duarte. *A professora da Nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba*. 2017. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 172-185.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Uma história vigiada. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Sagga, 2021. p. 7-52.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação: memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-32.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 177-209.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Ed Unicamp, 2022.

SILVA, João Teófilo. As Forças Armadas brasileiras e as heranças da ditadura militar de 1964: cultura política de direita e tentativa de interdição do passado (1995-2014). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 99-120.

SIMÕES, Solange de D. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: AZEVEDO, Cecília *et al* (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 47-57.

SOARES, Filipe Menezes. Ordem e progresso: desenvolvimento e segurança nas políticas de integração nacional da ditadura civil-militar. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; SOUZA, César Martins de (org.). *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Primas, 2018. p. 229-254.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 389-412, set./dez. 2018.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365-401, set./dez. 2019.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. *O golpe vira uma festa: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971)*. 2020. 94 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-27, 2023.

FONTES HISTÓRICAS

Arquivos do sistema de vigilância:

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA). Ministério da Aeronáutica. *Informação n° 0013*. 2 jan. 1982. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Código de referência: BR DFANBSB VAZ.0.0.29938.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE). Ministério do Exército – Gabinete do Ministro. *Informação n° 1224/S-102/CIE*. 21 mai. 1969. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.69007193.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE). Ministério do Exército – Gabinete do Ministro. *Informação n° 930S/102-S3-CIE*. 13 abr. 1972. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72045145.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). *Plano de policiamento, tendo em vista comemorações do 10º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964*. 28 mar. 1974. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). Fundo: Secretaria de Segurança Pública.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência de Campo Grande (MT). *Informação n° 38*. 4 abr. 1984. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.MMM.84004644.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência de Fortaleza. *Informação n° 40/115/AFZ/81*. 7 abr. 1981. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.81000762.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Ministério das Indústria e do Comércio – Divisão de Segurança e Informações (MIC/DSI). *Encaminhamento n° 577*. 8 abr. 1981. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81015316.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Ministério das Minas e Energia – Divisão de Segurança e Informações (MME/DSI). *Encaminhamento n° 50*. 6 abr. 1970. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70011555.

Cinejornais e produções filmicas:

BRASIL. Agência Nacional. *Brasil Hoje*, n. 143. 1976. [sem número de registro].

BRASIL. Agência Nacional. *Brasil Hoje*, n. 194. 1977. [sem número de registro].

BRASIL. Agência Nacional. *Brasil Hoje*, n° 37. 1973. [sem número de registro].

BRASIL. Agência Nacional. *Brasil, ontem, hoje e amanhã*. Direção: Olívio Tavares. 1975. 50min, 14s.

BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n. 2*. 1965. Nº de registro 23.087.

BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n. 60*. 1967. [Sem número de registro].

BRASIL. Agência Nacional. *Cinejornal Informativo n° 135*. 1969. [sem número de registro].

BRASIL. Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). *Brasil hoje*. 1975. 48min, 5s.

Discursos presidenciais:

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *No Palácio da Liberdade, sobre o 1º aniversário da Revolução*. Belo Horizonte, 1965a.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Perante o Congresso Nacional, por ocasião da sessão solene comemorativa do 1º aniversário da Revolução*. Brasília, 1965b.

COSTA E SILVA, Artur da. *Primeira entrevista coletiva à imprensa*. Brasília, 1967.

FIGUEIREDO, João Baptista. *Discurso à nação pela passagem do 16º aniversário da Revolução*. Brasília, 1980.

FIGUEIREDO, João Baptista. *Discurso à nação brasileira por ocasião do 18º aniversário da Revolução*. Brasília, 1982.

FIGUEIREDO, João Baptista. *Discurso à nação brasileira por ocasião do 20º aniversário da Revolução*. Brasília, 1984.

GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento pela televisão pelo décimo aniversário da Revolução*. Brasília, 1974.

GEISEL, Ernesto. *Improviso durante o lançamento do projeto de programa partidário da Arena*. Brasília: 1975.

GEISEL, Ernesto. *Improviso durante almoço na Vila Militar, no Rio de Janeiro, ao ensejo do 12º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro: 1976.

GEISEL, Ernesto. *Improviso na Vila Militar, no Rio de Janeiro, por ocasião do almoço comemorativo do 13º aniversário da Revolução*. Rio de Janeiro, 1977.

GEISEL, Ernesto. *Discurso no Clube da Aeronáutica, em Brasília, por ocasião do almoço comemorativo do 14º aniversário da Revolução*. Brasília, 1978.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Tempo de construir*. Brasília, 1971.

MÉDICI, Emilio Garrastazu. *A irredutível fidelidade*. Brasília, 1972.

MÉDICI, Emilio Garrastazu. *Os vínculos da fraternidade*. Brasília, 1973.

Documentação oficial:

BRASIL. Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 1971.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Ato Institucional*. Brasília: Presidência da República, 09 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 18 de jan. 2023.

Endereços eletrônicos:

JARDIM, Lauro. Há males que vêm para o bem: Clube Militar cancela almoço comemorativo do golpe de 64. In: *O Globo*. 26 mar. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ha-males-que-vem-para-o-bem-clube-militar-cancela-almoco-comemorativo-do-golpe-de-64.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.

JARDIM BURLE Marx. In: *Wikimapia*. Disponível em: <https://wikimapia.org/30878793/pt/Jardim-Burle-Marx>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*. Brasília, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NzqTXq>. Acesso em: 18 jan. 2022.

QUEM foi Castelo Branco, presidente que pode ter mausoléu substituído por monumento a abolicionistas cearenses. In: *O Globo*. 02 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/09/02/quem-foi-castelo-branco-presidente-que-pode-ter-mausoleu-substituido-por-monumento-a-abolicionistas-cearenses.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

REVOLUÇÃO Democrática de 31 de Março de 1964. *Exército Brasileiro*, Campo Grande, 10 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3R5CRuS>. Acesso em: 3 jul. 2022.

Jornais da grande imprensa:

Folha de S. Paulo (1964-1984)

Jornal do Brasil (1964-1984)

O Estado de S. Paulo (1964-1984)

O Globo (1964-1984)

Publicações didáticas:

FERRARINI, Sebastião et al. *Calendário Cívico-Religioso*: nacional, estadual e municipal. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1982.

FONTOURA, Afro. *Educação Cívica e Calendário Cívico Brasileiro*: 1º semestre. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970.

GOMES, Alfredo. *Calendário Cívico Escolar*. Rio de Janeiro: Ed. do Brasil, 1976.

KELLY, Celso. *Introdução à Educação Moral e Cívica*. Rio de Janeiro. Reper; Renes, 1970.

SANTALUCIA, Amalia; JORGE, Fernando. *Calendário cívico*: o livro das datas comemorativas (de acordo com o currículo escolar). São Paulo: MM, 1975.

NARA-LHTP:

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weekly Summary* n° 14, 1965. RG n° 59, caixa 1928, pasta 4.

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weeka* n° 14, 1965. RG n° 59, caixa 1931, pasta 1.

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Unclassified*, 1965. RG n° 59, caixa 1943, pasta 2.

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Amembassy, Rio de Janeiro*, 1966. RG n° 59, Caixa 1931, pasta 1.

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Biweekly Summary* n° 6, 1966. RG n° 59, Belo Horizonte.

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weekly Summary* n° 14, 1967. RG n° 59, Caixa 1901, pasta 1.

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weeka* n° 15, 1965. RG n° 59, caixa 1931, pasta 1.

NATIONAL ARCHIVES, LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE (NARA-LHTP). Belo Horizonte. *Weekly Summary*, 1966. RG n° 59, Recife.

Revistas:

31 Mar. 64 – Marco Inicial de Uma Revolução. *O Verde Oliva*, Brasília, n. 60, mar. 1981.

A Revolução Democrática de 31 de março. *O Verde Oliva*, Brasília, ano XI, n. 96, p. 8-10, mar. 1984. p. 8.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, n. 26 (edição extra), 10 abr. 1964.

Revolução Democrática. *O Verde Oliva*, Brasília, ano X, n. 84, mar. 1983.